



Universidade Estadual de Goiás
Unidade de Ciências Exatas e Tecnológicas
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Recursos Naturais do Cerrado

ANDREI SEVERINO FERREIRA DA SILVA

**PARQUE ESTADUAL SERRA DE CALDAS NOVAS (PESCaN): ECOTURISMO,
COMPREENSÕES DE MEIO AMBIENTE E PRÁTICAS AMBIENTAIS DOS
VISITANTES**

Anápolis
2015

ANDREI SEVERINO FERREIRA DA SILVA

**PARQUE ESTADUAL SERRA DE CALDAS NOVAS (PESCaN): ECOTURISMO,
COMPREENSÕES DE MEIO AMBIENTE E PRÁTICAS AMBIENTAIS DOS
VISITANTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Recursos Naturais do Cerrado, da Universidade Estadual de Goiás para obtenção do título de Mestre em Recursos Naturais do Cerrado.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Mirza Seabra Toschi.

Anápolis

2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG
CÂMPUS ANÁPOLIS

Ficha Catalográfica na fonte
Helena Carvalho Sicsú CRB1/1987

Silva, Andrei Severino Ferreira da.

Parque Estadual Serra de Caldas Novas (PESCaN): ecoturismo, compreensões de meio ambiente e práticas ambientais dos visitantes / Andrei Severino Ferreira da Silva. Anápolis, 2015.

183 f.

Dissertação (Mestrado) *Stricto Sensu* em Recursos Naturais do Cerrado, da Universidade Estadual de Goiás como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Recursos Naturais do Cerrado.

Orientadora: Prof^a Dr^a Mirza Seabra Toschi

1. Educação ambiental. 2. Recursos naturais do Cerrado. 3. Ecoturismo. 4. Proteção ambiental – Áreas de conservação. 5. Recursos naturais - Dissertação. I. Título.

CDU – 570(043)
S586

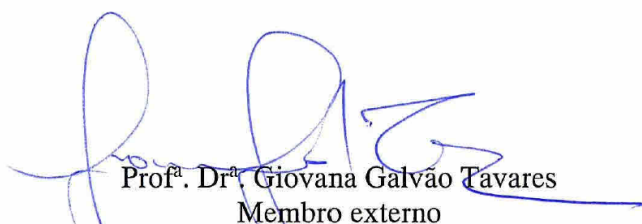
ANDREI SEVERINO FERREIRA DA SILVA

PARQUE ESTADUAL SERRA DE CALDAS NOVAS
(PESCAN): ECOTURISMO, COMPREENSÕES DE
MEIO AMBIENTE E PRÁTICAS AMBIENTAIS DOS
VISITANTES

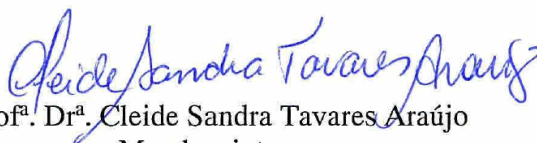
Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Recursos
Naturais do Cerrado da Universidade Estadual de Goiás,
para a obtenção do grau de Mestre, aprovada em 26 de fevereiro de 2015, pela
Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:



Prof.ª. Dr.ª. Mirza Seabra Toschi
Presidente da Banca
Universidade Estadual de Goiás



Prof.ª. Dr.ª. Giovana Galvão Tavares
Membro externo
Centro Universitário UniEVANGÉLICA



Prof.ª. Dr.ª. Cleide Sandra Tavares Araújo
Membro interno
Universidade Estadual de Goiás

Dedico este trabalho

*Aos meus pais Anivaldo e Carmelita,
que nunca mediram esforços para proporcionar-me sempre o melhor,
apoando-me em todas as escolhas,
sorrindo comigo, chorando comigo,
aconselhando-me e sendo meus melhores amigos.*

*Ao meu amado companheiro Laerth,
pelo carinho, companheirismo e amizade,
pelos bons momentos compartilhados e
em especial, por entender minha ausência e
meus dias de correria, cansaço, angústia e nervosismo.*

*À minha querida sobrinha e afilhada Beatriz e
à minha irmã Cássia,
que com aqueles sorrisos lindos e
jeitos meigos e simples de ser
enchem meus dias de felicidade e encanto.*

*Aos meus sogros e amigos Lázaro e Joana
por serem tão especiais,
por estarem sempre presentes
cativando-me, respeitando-me e
dando-me força e coragem.*

*Aos visitantes do PESCaN
que mesmo estando em seu tempo livre para lazer
ou estudo, tiraram um pouco do seu tempo
para responder à pesquisa
e compartilhar suas experiências.*

A DEUS

Pelo dom da vida e por presentear-me com tudo isso!

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho só foi possível graças à colaboração, apoio e força de várias pessoas e instituições que estiveram do meu lado. Dessa forma, agradeço imensamente:

A Deus, por me manter firme e persistente durante todos os obstáculos e tormentas.

Aos meus familiares e amigos que entenderam minha ausência e que me apoiaram em todas as etapas do Mestrado, especialmente meus pais Anivaldo e Carmelita; meu companheiro Laerth; minha irmã Cássia; minha afilhada Beatriz e meus sogros Lázaro e Joana. Meu sincero agradecimento!

À Universidade Estadual de Goiás – UEG, por possibilitar o aperfeiçoamento e desenvolvimento do meu processo de ensino-aprendizagem.

Ao auxílio de Pesquisa CAPES/FAPEG AUXPE 2036/2013.

À Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH/GO, à Gerência de Áreas Protegidas – GAP e ao Parque Estadual Serra de Caldas Novas – PESCaN, por proporcionarem a realização deste estudo, em especial à colega Laura Fernandes F. Arantes da GAP, pela atenção e apoio prestados e agilidade na liberação de estudos no PESCaN.

À Prefeitura Municipal de Rio Quente e seus funcionários, pelo apoio e incentivo durante todo tempo do Mestrado e da finalização da Dissertação.

À Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA de Rio Quente e a todos os seus funcionários, por permanecerem ao meu lado e ajudarem na concretização deste trabalho.

À professora Dr^a Mirza Seabra Toschi, pelas excelentes contribuições e orientações, pela confiança, incentivo, compreensões e conselhos nos vários momentos que pensei em desistir. Meu eterno agradecimento!

Às professoras Doutoras Giovana Galvão Tavares e Cleide Sandra Tavares Araújo pelas necessárias e valiosas contribuições durante a qualificação e no decorrer da dissertação.

À Dayane de Jesus Amorim, colega e companheira de caminhada durante o Mestrado.

Aos funcionários e visitantes do PESCaN pelo apoio, acolhida e contribuição na realização da pesquisa.

Aos meus alunos e professores, por me entenderem nos dias mais difíceis e pela força e presença em todas as etapas desta jornada.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a finalização dessa empreitada.

*“Agradeço todas as dificuldades que enfrentei;
não fosse por elas, eu não teria saído do lugar.
As facilidades nos impedem de caminhar.
Mesmo as críticas nos auxiliam muito”...*

*“Cada dia que amanhece assemelha-se a uma página em branco,
na qual gravamos os nossos pensamentos, ações e atitudes.
Na essência, cada dia é a preparação de nosso próprio amanhã”.*

Chico Xavier.

RESUMO

As Unidades de Conservação (UC) têm se apresentado como instrumentos capazes de promover a proteção ambiental e possibilitar o contato de visitantes com o meio natural protegido, despertando neles o interesse pelas questões ambientais. O presente estudo teve como proposta investigar o uso público do Parque Estadual Serra de Caldas Novas (PESCaN), localizado nos municípios goianos de Caldas Novas e Rio Quente, com o objetivo geral de: “compreender o ecoturismo no PESCaN e conhecer e analisar as compreensões de meio ambiente e de Educação Ambiental (EA) que os visitantes da UC possuem e as ações ambientais que os mesmos praticam”. Os objetivos específicos incluíram: i. Conhecer e analisar os objetivos que levam os visitantes do PESCaN a buscá-lo em seu tempo livre; ii. Interpretar o grau de importância e de conhecimento das questões relacionadas ao meio ambiente dos visitantes; iii. Analisar as compreensões da temática da EA dos visitantes; iv. Investigar e analisar as ações em prol do meio ambiente praticadas pelos visitantes, conforme discurso deles; v. Investigar se as compreensões de meio ambiente dos visitantes se alteram depois de percorrido o passeio; e vi. Analisar de que forma as atividades ecoturísticas veem sendo desenvolvidas no PESCaN. A metodologia estruturou-se em torno de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A primeira, com base na fundamentação teórica de autores como: Wearing e Neil (2001); Costa (2002); Kinker (2002); Takahashi e Milano (2002); Barros (2003); Pires (2004); Jacobi *et al* (2004); Magalhães (2005); Dutra *et al* (2008); Ramos e Oliveira (2008); Freitas (2009); Medeiros e Araújo (2011); Soibert e Oliveira (2011); Simonetti e Nascimento (2012); Muhle (2012); entre outros, que discutem assuntos relacionados à temática ambiental, ao turismo e ecoturismo, à utilização e conservação de áreas protegidas e ao estudo das compreensões e características dos visitantes. A segunda, com base na investigação conduzida por meio da aplicação de questionário aos visitantes, à entrada e à saída do PESCaN, como forma de analisar suas características socioeconômicas, as compreensões de meio ambiente, as práticas ambientais realizadas por eles, e se o parque altera essas compreensões depois de percorrido o passeio. Foram entrevistados 273 visitantes e os resultados apontaram índices satisfatórios para o PESCaN e para o trato com as questões ambientais: mais da metade dos pesquisados buscam a unidade para realizar pesquisas científicas, atividades escolares ou visitas técnicas; cerca de um terço vão ao parque para conhecer a unidade, seus atrativos e o Cerrado goiano; quase 70% possuem o costume de visitar outras UC. O meio ambiente é considerado como um sistema de integração e interação entre o homem e a natureza por quase 85% dos visitantes, resultado que se manteve à entrada e à saída no parque; pouco mais de 90% realizam ações em prol do meio ambiente, principalmente as relacionadas com reciclagem/coleta seletiva, economia de água e projetos de conscientização ambiental. O interesse por realizar algum programa de EA após a visita ao parque foi manifestada por 90% dos visitantes, principalmente de algum programa relacionado com a conservação do meio ambiente ou com a conscientização de estudantes e/ou sociedade. A unidade foi avaliada com nota de 9,0 a 10,0 por quase 63% dos entrevistados; a quase totalidade visitaria o parque novamente e indicaria a visita a amigos e parentes. A existência de Conselho Consultivo atuante e a definição de Zona de Amortecimento são pontos favoráveis para a gestão da UC. A falta de regulamentação do Plano de Manejo, a baixa utilização da estrutura do parque e o pouco envolvimento dos funcionários com as atividades realizadas são apontados como pontos desfavoráveis.

Palavras-chave: Unidade de conservação e Educação ambiental. Ecoturismo e práticas ambientais. Proteção ambiental e visitação pública.

ABSTRACT

The Conservation Unities (CU) have been considered as tools able to promote the environmental protection, and they also enable the visitors contact with the protected environment, arousing them the interest for environmental issues. The present study has the purpose of investigate the public use of the Serra de Caldas Novas State Park (PESCaN), located in the municipalities of Goiás, Caldas Novas and Rio Quente, with the general goal of: “understand the ecotourism at PESCaN, and know and analyze the understandings of the environment and of the Environmental Education (EE) that the visitors from the UC have, and also the environmental actions they perform”. The specific goals included: i. Get to know and analyze the goals that take the visitors at PESCaN to look for it at their free time; ii. Interpret the rate of significance and knowledge of the visitors about the issues related to the environment; iii. Analyze the understanding of the EE theme of the visitors; iv. Investigate and analyze the actions in favor of the environment practiced by the visitors, according to their speech; v. Investigate whether the environmental understanding of the visitors change after the tour; and vi. Analyze the way the ecotourism activities are being developed at PESCaN. The methodology was structured through bibliographic research and field research. The former is based on the authors’ theories such as: Wearing and Neil (2001); Costa (2002); Kinker (2002); Takahashi and Milano (2002); Barros (2003); Pires (2004); Jacobi *et al* (2004); Magalhães (2005); Dutra *et al* (2008); Ramos and Oliveira (2008); Freitas (2009); Medeiros and Araújo (2011); Soibert and Oliveira (2011); Simonetti and Nascimento (2012); Muhle (2012); among others, who discuss subjects related to the themes of the environment, the tourism and the ecotourism, and also related to the use and conservation of protected areas, and the study of understanding and characteristics of visitors. The latter, based on the conducted investigation through the survey applied to the visitors, when they arrived and left PESCaN, as a way to analyze their socioeconomic characteristics, the environmental understanding, their environmental practices, and whether the park changes these understandings after the tour. In addition, 273 visitors were interviewed, and the results showed satisfactory rates for PESCaN and for the treatment of environmental issues: more than half of the interviewed look for the unity to perform scientific researches, school activities or technical visitation; about one third go to the park to know the unity, its attractions and the Cerrado; nearly 70% of the interviewed have the habit to visit other CU. The environment is considered as a system of integration and interaction between man and nature for nearly 85% of the visitors, a result held in the entrance and in the exit of the park; a few more than 90% act in favor of the environment, mainly when it is related to recycling/selective collection, saving water and projects of environmental awareness. The interest to participate in any EE program after the tour in the park was expressed by 90% of the visitors, mainly related to a program connected to the environmental conservation or with students and/or society awareness. The unity was evaluated with the grade from 9,0 to 10,0 for almost 63% of the interviewed; nearly everyone would visit the park again and they would suggest the visit to friends and relatives. The existence of an active Advisory Council and the definition of Buffer Zone are favorable points for the CU management. The lack of regulation of the Management Plan, the low use of the park structure and the little involvement of the employees with the activities are showed as unfavorable points.

Keywords: Conservation unity and Environmental education. Ecotourism and environmental practices. Environmental protection and public visitation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 01: PESCaN e os municípios de Rio Quente e Caldas Novas, Goiás.....	35
Figura 02: PESCaN – Museu da Fauna (animais taxidermizados).....	36
Figura 03: PESCaN – Trilha da Cascatinha.....	36
Figura 04: PESCaN – Cachoeira da Cascatinha.....	37
Figura 05: PESCaN – Trilha do Paredão.....	37
Figura 06: PESCaN – Cachoeira do Paredão.....	37
Figura 07: PESCaN – Rua de Pedra.....	38
Figura 08: PESCaN – Estacionamento para ônibus e veículos de passeio.....	39
Figura 09: PESCaN – Portaria.....	39
Figura 10: PESCaN - Bilheteria e catraca de acesso.....	40
Figura 11: PESCaN – Alojamento.....	41
Figura 12: Imagem - Relação homem x meio ambiente (EGO – ECO).....	103
Figura 13: Equipe de aplicação dos questionários com os visitantes do PESCaN.....	106
Figura 14: PESCaN – Cachoeira da Cascatinha, totalmente sem água.....	108
Figura 15: PESCaN – Cachoeira da Trilha do Paredão, totalmente sem água.....	109
Figura 16: PESCaN – Aplicação de questionários com os visitantes	110
Figura 17: PESCaN – Aplicação de questionários com os visitantes	110

QUADROS

Quadro 01: UC Federais localizadas no Estado de Goiás.....	53
Quadro 02: UC Estaduais de Goiás.....	54

Quadro 03: Produção acadêmica sobre o entrelaçamento das abordagens a respeito de unidades de conservação, ecoturismo e visitação – 2006/2014.....	67
Quadro 04: Categorias e subcategorias de UC e suas descrições.....	90

TABELAS

Tabela 01: Aplicação de questionários aos visitantes do PESCaN: Período de aplicação e número de questionários respondidos – Nov./2014.....	111
Tabela 02: PESCaN - Caracterização do visitante: Destino de origem - Nov./2014.....	111
Tabela 03: PESCaN - Caracterização do Visitante: Idade - Nov./2014.....	113
Tabela 04: PESCaN - Caracterização do visitante: Sexo - Nov./2014.....	114
Tabela 05: PESCaN - Caracterização do visitante: Nível de escolaridade - Nov./2014.....	114
Tabela 06: PESCaN - Caracterização do visitante: Renda mensal - Nov./2014.....	115
Tabela 07: PESCaN - Caracterização do visitante: Meio de conhecimento da existência do PESCaN - Nov./2014.....	115
Tabela 08: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN): Motivo da visita - Nov./2014.....	116
Tabela 09: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN): Visita ao PESCaN em outras vezes - Nov./2014.....	117
Tabela 10: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN): Quantidade de visitas - Nov./2014.....	117
Tabela 11: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN): Costume de visitar outras UC - Nov./2014.....	118
Tabela 12: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN): Compreensão da imagem que caracteriza melhor o meio ambiente - Nov./2014.....	119
Tabela 13: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN): Realização de ações em prol do meio ambiente - Nov./2014.....	120
Tabela 14: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN): Ações realizadas em prol do meio ambiente - Nov./2014.....	122
Tabela 15: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN): Motivo de não realizar ações em prol do meio ambiente - Nov./2014.....	124

Tabela 16: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN): Participação em programas de EA - Nov./2014.....	125
Tabela 17: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN): Programas de EA com participação - Nov./2014.....	125
Tabela 18: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN): Motivo de não participar de programas de EA - Nov./2014.....	126
Tabela 19: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Melhores elementos da visita - Nov./2014.....	127
Tabela 20: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de escolha dos elementos Trilha e atrativos - Nov./2014.....	128
Tabela 21: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de escolha do elemento Vegetação - Nov./2014.....	128
Tabela 22: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de escolha do elemento Conservação do Parque - Nov./2014.....	129
Tabela 23: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de escolha do elemento Biodiversidade - Nov./2014.....	130
Tabela 24: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de escolha dos elementos Acesso, estrutura e manutenção do local - Nov./2014.....	131
Tabela 25: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de escolha do elemento Práticas aplicadas no Bioma - Nov./2014.....	131
Tabela 26: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de escolha do elemento Tranquilidade - Nov./2014.....	132
Tabela 27: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Compreensão da imagem que corresponde melhor à organização da natureza - Nov./2014.....	132
Tabela 28: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Desejo de realizar algum programa de EA após visita - Nov./2014.....	133
Tabela 29: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Programa de EA que gostaria de participar após visita - Nov./2014.....	134
Tabela 30: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de não querer participar de Programa de EA após visita - Nov./2014.....	135
Tabela 31: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Nota atribuída ao PESCaN - Nov./2014.....	136
Tabela 32: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo da atribuição de Nota 5,0 - Nov./2014.....	136

Tabela 33: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo da atribuição de Nota 6,0 - Nov./2014.....	137
Tabela 34: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo da atribuição de Nota 7,0 - Nov./2014.....	137
Tabela 35: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo da atribuição de Nota 8,0 - Nov./2014.....	138
Tabela 36: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo da atribuição de Nota 9,0 - Nov./2014.....	139
Tabela 37: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo da atribuição de Nota 10,0 - Nov./2014.....	140
Tabela 38: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Possibilidade de visitar o PESCaN em próxima oportunidade - Nov./2014.....	141
Tabela 39: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de visitar o PESCaN em próxima oportunidade - Nov./2014.....	142
Tabela 40: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de não visitar o PESCaN em próxima oportunidade - Nov./2014.....	142
Tabela 41: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Possibilidade de indicar o PESCaN para amigos e parentes - Nov./2014.....	143
Tabela 42: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de indicar o PESCaN para amigos e parentes - Nov./2014.....	143
Tabela 43: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de não indicar o PESCaN para amigos e parentes - Nov./2014.....	144
Tabela 44: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Elementos que poderiam existir no PESCaN - Nov./2014.....	144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM	Amazonas
APA	Área de Proteção Ambiental
BA	Bahia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEMAm	Conselho Estadual do Meio Ambiente
CNMA	Conferência Nacional do Meio Ambiente
ConPESCaN	Conselho Consultivo do Parque Estadual Serra de Caldas Novas
DF	Distrito Federal
EA	Educação Ambiental
ECO	Ecocêntrica
EGO	Egocêntrica
Embratur	Instituto Brasileiro de Turismo
ENPPEX	Encontro Paranaense de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais e Aplicadas
FECILCAM	Faculdade de Ciências e Letras Campo Mourão
FEMAGO	Fundação Estadual do Meio Ambiente de Goiás
FUNATRA	Fundação Pró-Natureza
GAP	Gerência de Áreas Protegidas
GO	Goiás
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Natureza
IFGoiano	Instituto Federal Goiano
IUCN	União Internacional para Conservação da Natureza (<i>International Union for Conservation of Nature</i>)
MA	Maranhão
MG	Minas Gerais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
ONG	Organização Não Governamental

PARNA	Parque Nacional
PARNASO	Parque Nacional da Serra dos Órgãos
PB	Paraíba
PE	Parque Estadual
PECJ	Parque Estadual Campos do Jordão
PEDJ	Parque Estadual Delta do Jacuí
PEEA	Parque Estadual do Espigão Alto
PEI	Parque Estadual Intervales
PEIb	Parque Estadual do Ibitipoca
PEIG	Parque Estadual da Ilha Grande
PEISC	Polo de Ecoturismo da Ilha de Santa Catarina
PESCAN	Parque Estadual Serra de Caldas Novas
PESM	Parque Estadual da Serra do Mar
PETAR	Parque Estadual Turístico do Alto da Ribeira
PIB	Produto Interno Bruto
PNLM	Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses
PR	Paraná
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
RAPPAM	Implantação de Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Unidades de Conservação (<i>Rapid Assessment and Priorization Area Management</i>)
RJ	Rio de Janeiro
RPPNs	Reservas Particulares do Patrimônio Natural
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SEGPLAN	Secretaria do Planejamento do Estado de Goiás
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SEMARH/GO	Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Quente/GO
SIEFLOR	Sistema Estadual de Florestas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SP	São Paulo
TO	Tocantins

UC	Unidade de Conservação
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UEA	Universidade Estadual do Amazonas
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
Unespar	Universidade Estadual do Paraná
UNICALDAS	Faculdade de Caldas Novas
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
USP	Universidade de São Paulo
ZA	Zona de Amortecimento
ZOURA	Zona de Ocupação e Uso dos Recursos A
ZOURB	Zona de Ocupação e Uso dos Recursos B
ZPISE	Zona de Proteção Integral de Serviços Ecossistêmicos
ZPSSE	Zona de Proteção Sustentável de Serviços Ecossistêmicos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 AS RELAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS E A DIFUSÃO DO TURISMO: APRESENTANDO O OBJETO DE ESTUDO E SUAS COMPOSIÇÕES.....	26
1.1 Caracterização do PESCaN: contextualização com a sistemática ambiental, os cuidados com o meio ambiente, o ecoturismo e a visitação pública.....	34
1.1.1 Atrativos e estrutura para visitação.....	35
1.1.2 Conselho Consultivo do PESCaN e Zona de Amortecimento	41
1.1.3 Plano de Manejo do PESCaN.....	47
1.1.4 O PESCaN no contexto das UC Estaduais.....	52
1.2 Virando a página.....	65
CAPÍTULO 2 ENTRELAÇANDO OS VIESES E SABERES DO REFERENCIAL TEÓRICO: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ECOTURISMO.....	66
2.1 As pesquisas sobre Unidades de Conservação, ecoturismo e as práticas ambientais com os visitantes nos estados brasileiros.....	66
2.2 Unidades de conservação e o uso público.....	86
2.3 Ecoturismo: possibilidades e práticas em áreas protegidas.....	95
2.4 Virando mais uma página	100
CAPÍTULO 3 INVESTIGAÇÃO DO USO PÚBLICO DO PESCaN A PARTIR DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS VISITANTES: SUAS CARACTERÍSTICAS E SEUS PRINCIPAIS ELEMENTOS.....	101
3.1 Metodologia e procedimentos de coleta de dados.....	102
3.2 Resultados e discussões.....	107
3.2.1 Caracterização do visitante do PESCaN.....	111
3.2.2 Visitante x temática ambiental (Entrada no PESCaN).....	116
3.2.3 Visitante x temática ambiental (Saída do PESCaN).....	127
3.3 Virando a última página.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS.....	156
APÊNDICES.....	165
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS VISITANTES DO PESCaN I – CARACTERIZAÇÃO DOS VISITANTES.....	166

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS VISITANTES DO PESCaN II – VISITANTES X TEMÁTICA AMBIENTAL (ENTRADA NO PESCaN).....	167
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS VISITANTES DO PESCaN III – VISITANTES X TEMÁTICA AMBIENTAL (SAÍDA DO PESCaN).....	168
APÊNDICE D – FORMULÁRIO PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – PESCaN I.....	169
APÊNDICE E – FORMULÁRIO PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – PESCaN II.....	172
ANEXOS.....	175
ANEXO A – PORTARIA 069/2014 – SEMARH/GO: ZONA DE AMORTECIMENTO DO PESCaN.....	176
ANEXO B – PROTOCOLO DO PROCESSO Nº 13584/2014 E PROTOCOLO DO PROCESSO Nº 126380/2014 – LICENÇA PARA PESQUISA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – PESCaN.....	179
ANEXO C – AUTORIZAÇÃO Nº 146/2014 – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA CIENTÍFICA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO – PESCaN.....	180
ANEXO D – AUTORIZAÇÃO Nº 182/2014 – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA CIENTÍFICA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO – PESCaN.....	182

INTRODUÇÃO

Minha aproximação com o objeto do presente estudo surgiu inicialmente como aluno do Ensino Médio do Colégio Municipal Professor Lourenço Batista de Rio Quente/GO, em 1999, quando tive o primeiro contato com o Parque Estadual Serra de Caldas Novas (PESCaN). Naquela ocasião, o colégio promoveu, em parceria com a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente do município, uma excursão para os alunos conhecerem o parque e percorrerem suas trilhas. Chegando ao parque fiquei deslumbrado com a beleza cênica do mesmo, com o atendimento e com tudo o que se podia ver ali de natureza, de verde e de tranquilidade.

Sempre fui amante da natureza, os sons, o verde, a tranquilidade e ar puro que os ambientes naturais transmitem sempre chamaram minha atenção, resultado da vivência no campo no período da infância e na fase da adolescência. Ir para a fazenda era meu passatempo favorito, adorava tomar leite no curral, tomar banho de bica, de rio e cachoeira, brincar com os animais, admirar e colocar nome nas plantas, entre tantas outras coisas que se é possível fazer no campo. Este apreço e interesse pelo meio ambiente tomou proporções ainda maiores a partir do contato que tive com o PESCaN, levando-me a trocar a vontade de prestar vestibular de Letras para Ciências Biológicas, e foi o que aconteceu. O primeiro vestibular que prestei, em 2001, foi para o curso de Ciências Biológicas, na Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Morrinhos, logo, não fui aprovado. Este acontecimento não me abateu e persisti.

Àquela época ganhava espaço em Caldas Novas uma nova instituição de ensino particular, a Faculdade de Caldas Novas – UNICALDAS, com o oferecimento do curso de Turismo, e resolvi conhecê-la. Ao chegar à instituição e após percorrer sua estrutura, pedi para verificar a grade curricular do curso de Turismo e, pronto, vi que aquele era o meu caminho, um curso que poderia proporcionar-me um processo de ensino-aprendizagem em que seria possível aliar questões de lazer, recreação, entretenimento, estudos e contato com a natureza. Disciplinas como: Meio Ambiente, Turismo e Ecologia, História das Culturas e das Artes, Organização do Espaço Geográfico Mundial, Geografia do Brasil e Atrações Turísticas Contemporâneas chamaram a atenção e levaram-me a escolher o curso, prestei vestibular, fui aprovado e no segundo semestre de 2002 ingressei na instituição, algo que jamais irei arrepender-me.

No primeiro período do curso, como atividade da disciplina Teoria Geral do Turismo I, os alunos foram levados a realizar um *city tour* no município de Caldas Novas com o

objetivo de verificar os atrativos disponíveis, as potencialidades do destino e propor ações de melhoria. No roteiro elaborado pela professora constava o PESCaN e, pela segunda vez, tive a oportunidade de visitá-lo. Estava apenas começando o curso, mas a partir daquele momento decidi que o parque seria o foco do meu trabalho final de curso, sendo o que de fato aconteceu. O trabalho monográfico desenvolvido, em 2006, teve como objeto de estudo o PESCaN, com o tema: *“Proposta para o fomento do ecoturismo na cidade de Caldas Novas: um olhar sobre o Parque Estadual Serra de Caldas Novas, a importância da preservação e da conservação”*. Neste trabalho realizei uma análise do cenário de Caldas Novas sob a perspectiva das atividades turísticas e das potencialidades existentes no atrativo, com aplicação de questionário de pesquisa com os turistas. O ecoturismo foi abordado mediante suas potencialidades, características e como viável alternativa para o desenvolvimento sustentável do município; apresentando, ainda, os resultados e discussões obtidos com pesquisa realizada junto aos turistas que visitam o destino em relação ao interesse e aceitação por atividades relacionadas junto à natureza e a viabilidade de fomento do ecoturismo na região das águas quentes, destacando as potencialidades e a utilização do PESCaN para esta prática.

O PESCaN foi aberto para visitação no ano de 1998 (SEMARH/GO, 2014, p. 3), e até 2006, ano de realização do trabalho acima mencionado, o mesmo não era divulgado pela rede hoteleira e como atrativo em potencial existente no destino. A pesquisa demonstrou que 65% dos turistas entrevistados não tiveram oportunidade de deixar o hotel para realizar passeios e visitas a pontos turísticos da cidade; que 70% não realizou nenhum passeio ecológico durante sua estada; que 55% nunca ouviu falar sobre a existência do parque e nem de sua potencialidade enquanto atrativo alternativo, sendo que dos 45% que souberam sobre a existência do parque, apenas 20% ouviram falar muito bem. Os resultados apontaram a falta de interesse dos hotéis e demais empreendimentos turísticos em divulgar os atrativos da cidade e de permitir que seus clientes saíssem em busca de contato com a realidade do destino no exterior dos hotéis. Dos turistas abordados, 70% nunca haviam visitado o PESCaN. Naquela ocasião, os turistas demonstraram considerável interesse em atividades realizadas em contato com a natureza, uma vez que 70% dos mesmos citaram esta vontade; considerando, também o desenvolvimento do ecoturismo para o mercado da cidade de Caldas Novas como de bom para excelente, o que foi apontado por 90% dos mesmos.

Pouco depois de concluir a graduação, fui aprovado no concurso público para provimento de cargos efetivos da Prefeitura de Rio Quente, no cargo de Fiscal de Meio Ambiente, em 2007. Este acontecimento motivou-me a ingressar na II Edição do Curso de

Pós Graduação *Lato Sensu* em Gestão Ambiental da UEG Morrinhos, onde o gosto e o estudo das questões ambientais intensificam-se. A partir de 2011, após ser aprovado no processo seletivo para Instrutor Horista na Unidade SENAC de Caldas Novas, no segmento Hospitalidade, Turismo e Ambiente comecei a discutir e trabalhar com os alunos, os assuntos ligados à sistemática do turismo e das questões ambientais adquiridos no meio acadêmico e nas experiências profissionais, além de proporcionar-lhes o conhecimento dos atrativos e potencialidades da região, por meio de visitas técnicas e aulas de campo e visitação no PESCaN.

No início de 2013, fui convidado a assumir a gestão da pasta de Meio Ambiente no sétimo mandato político do município de Rio Quente, sendo então nomeado Secretário Municipal de Meio Ambiente. Como profissional da área em questão, tenho o papel de gerir a pasta como corpo técnico, desenvolvendo ações ambientais que promovam o bem estar da população e a conservação dos recursos naturais, em questões como fiscalização ambiental, licenciamento ambiental, políticas de resíduos sólidos e ações de educação ambiental. Além do mais, tenho entre as funções do cargo, a gestão do Fundo Municipal de Meio Ambiente, sendo responsável por ele e pelas alocações de recursos e verbas destinadas às ações ambientais. A representatividade enquanto Secretário Municipal de Meio Ambiente tem possibilitado a participação em conselhos e grupos de trabalho relacionados às questões ambientais que pautam o município, assumindo papéis como: Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Rio Quente; membro titular do Conselho Municipal de Turismo de Rio Quente, membro Titular do Conselho Consultivo do Parque Estadual Serra de Caldas Novas e membro titular do Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Corumbá, Veríssimo e Porção Goiana do Rio São Marcos. Nestes papéis tenho a possibilidade de representar o município e a pasta que ocupo nas discussões de cunho ambiental, sendo voz nas reivindicações perante o estado e os órgãos federais, além de desenvolver um trabalho diretamente ligado ao PESCaN.

Estas experiências têm possibilitado o desenvolvimento de programas e ações que visam melhores condições ambientais para o município de Rio Quente, como a política de resíduos sólidos, gestão do aterro sanitário simplificado, coleta seletiva, e ações ambientais com a comunidade. Entre as ações ambientais desenvolvidas com a comunidade podem ser citadas as parcerias com o Grupo Rio Quente e as escolas da rede municipal e estadual de ensino, como a Semana do Meio Ambiente, Dia da Água, Dia do Cerrado, inclusive com a visitação ao PESCaN, numa parceria com a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás, onde os alunos e a comunidade local são levados a vivenciar momentos de

visitação e lazer nesta área de proteção que faz parte do município, reconhecendo seu valor como área de proteção local. Merece destaque a realização da Caminhada na Natureza, evento tradicional com sete edições e em parceria com a Organização Não Governamental (ONG) Anda Brasil, o município faz parte do Circuito Internacional das Águas Quentes; e o Natal Criativo, evento realizado em parceria com a Secretaria de Turismo, Cultura e Eventos, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania e Secretaria Municipal de Educação, que teve em 2014 sua primeira edição. O Projeto Natal Criativo tem como matéria-prima garrafas PET e é realizado com a participação de toda comunidade, seja na doação do material, na confecção das estruturas, ou na participação da programação cultural e artística do evento.

Ao ingressar no Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Recursos Naturais do Cerrado da UEG de Anápolis, como amante e atuante na área ambiental, manifestei o desejo de contribuir ainda mais com o local onde vivo e desempenho minhas funções profissionais, principalmente contribuindo com a gestão ambiental e com o desenvolvimento ambiental e turístico da região das águas quentes (Rio Quente e Caldas Novas). Esta vontade levou-me, mais uma vez, a escolher como objeto de estudo o PESCaN, agora como agente atuante da área de meio ambiente e como representante do Conselho Consultivo do Parque.

As transformações humanas destinadas à obtenção das insaciáveis necessidades de mudança, progresso e crescimento têm levado à destruição da natureza em níveis cada vez maiores. O homem tem procurado produzir, lucrar e acumular bens a qualquer custo, produzindo e consumindo muito além de suas necessidades, o que tem atingindo por completo a natureza, principalmente no que tange à exploração dos recursos naturais (SOIBERT; OLIVEIRA, 2011).

O cenário de destruição e descuido com as questões relacionadas ao meio ambiente tem demonstrado a urgente necessidade de mudanças e a efetivação de uma nova postura diante das questões ambientais, principalmente no que diz respeito à importância da formação ética e ecológica dos cidadãos e das mudanças nos padrões de consumo na sociedade atual (CARVALHO, 2012). Tais mudanças serão possíveis por meio da conscientização do homem em suas diversas relações e por meio do que cada indivíduo poderá ser capaz de mudar em suas atitudes, comportamentos e valores, como uma verdadeira revolução política, social e cultural, capaz de reorientar e organizar os objetivos da produção de bens materiais e imateriais (GUATTARI, 2012).

Um caminho que se apresenta promissor a esta nova maneira de ver e agir no mundo é a Educação Ambiental (EA), que uma vez sendo entendida como verdadeira filosofia de vida

pode permitir a orientação do homem para conhecer e compreender em sua complexidade a natureza e a realidade socioambiental que o rodeia; por meio de discussões pautadas na apresentação da relação da produção de valores e de filosofias em espaços de convivência socioeducativo-ambiental (TRISTÃO, 2013). Para agir com ideologia ambiental o homem deve ser levado a entender-se como indivíduo inserido em um determinado espaço por meio de uma compreensão inter-relacionada e simultânea (TRISTÃO, 2013). A natureza tem tanto direito de existência quanto o ser humano e com esse pensamento as novas ações humanas devem buscar elucidar, de forma clara, meios que viabilizem uma vivência em harmonia com todos os seres do planeta.

Ao se retratar as relações do homem com o meio a sua volta, as mudanças e as transformações sociais, econômicas e culturais ocorridas no último século, o cenário de destruição da natureza e a urgente necessidade da mudança de atitudes, posturas e comportamentos, e ainda, a necessidade do homem em voltar-se para as questões ambientais, é pertinente mencionar o turismo, atividade emergida a partir da segunda metade do séc. XX e fortemente presente nos dias atuais (PIRES, 2004; MAGALHÃES, 2005).

A atividade turística tem como característica a possibilidade de ser difundida em qualquer lugar do planeta, manifestando-se como um fenômeno social, econômico e cultural amplo, a partir do envolvimento de diferentes atores sociais, seja de forma direta ou de forma indireta (MAGALHÃES, 2005). Quando começou a ser difundida pelo mundo, em meados do séc. XX, a atividade foi conduzida de modo acelerado, sem planejamento e atenção aos elementos característicos de cada região, ocasionando impactos e mudanças negativas na sociedade e no meio ambiente (MAGALHÃES, 2005), como a aculturação e degradação ambiental de vários potenciais naturais pelo mundo afora, ocasionados pelo domínio devastador da natureza (PIRES, 2004). A partir das décadas de 1970-1980 os destinos turísticos, preocupados com o cenário de destruição da natureza, voltaram suas preocupações e atenções ao planejamento da atividade com atenção aos recursos naturais, como forma de permitir a atratividade dos destinos e de sobreviverem enquanto negócio. Essa mudança de compreensão da atividade turística espalhou-se pelos quatro cantos do planeta, fazendo com que, na atualidade, os gestores e planejadores do turismo passem a tratá-la como viável atividade para se difundir a conservação do meio ambiente (PIRES, 2004).

A partir deste momento difunde-se a necessidade de aproveitar ou criar espaços naturais como forma de manter a vida e permitir o bem estar humano para os turistas e para as comunidades locais, por meio do desenvolvimento de novas propostas apoiadas na conscientização e sensibilização ambiental, considerando os problemas ambientais como de

suma importância para a sobrevivência da atividade (PIRES, 2004). Entende-se que, por meio do planejamento e gestão mensurados sob a ótica da sustentabilidade, o turismo pode ser utilizado como estratégia promissora para o direcionamento da interação entre o homem e o meio ambiente (PIRES, 2004).

Nesta perspectiva, desponta como atividade promissora o segmento do Ecoturismo, uma atividade relativamente nova, mas com grande capacidade de promover a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável. Essa prática tem como característica e propósito, promover a preservação e a conservação natural e cultural, permitindo que os recursos naturais sejam desfrutados apenas pela apreciação e não por atitudes de posse, além da aplicação dos princípios e valores éticos, do comportamento do turista, do conceito de sustentabilidade com desenvolvimento e do aspecto educacional (KINKER, 2002). Mesmo assim o segmento precisa ser fomentado com planejamento e atenção aos diferenciais naturais e culturais dos destinos, de forma a garantir que a utilização dos atrativos turísticos existentes em áreas protegidas destinadas à comercialização turística garanta bem estar mútuo aos envolvidos com atividade; sem planejamento e gestão, pelo contrário poderão surgir impactos negativos que ocasionarão a extinção dos recursos e a extinção da atividade (KINKER, 2002).

O Ecoturismo é uma atividade econômica que promove o uso sustentável dos recursos, busca a conscientização ambiental e envolve as populações locais. A atividade é promissora por envolver a comunidade local e por trabalhar os aspectos naturais e culturais sob o prisma da proteção ambiental (COSTA, 2002). As áreas protegidas são os melhores espaços para a difusão e configuração do ecoturismo, os Parques Nacionais, bem como os Estaduais e os Municipais representam um grande atrativo para o país e efetivam-se como um grande atrativo para o segmento do ecoturismo, mas que deve estar sujeito às normas e restrições determinadas no Plano de Manejo e nos critérios estabelecidos pelo órgão responsável por sua administração, como forma de garantir a obtenção de seus objetivos (COSTA, 2002).

O PESCaN foi o primeiro parque ambiental criado no Estado de Goiás, sendo a UC estadual que mais recebe visitantes, possuindo uma paisagem cênica e diversidade ambiental que atrai visitantes para os mais variados propósitos, como apreciação da natureza, lazer e entretenimento, ecoturismo, estudos e pesquisa científica, além de ser considerado uma importante área para a conservação do bioma Cerrado no território goiano (SEMARH/GO, 2014). Estes fatores, aliados às práticas profissionais e acadêmicas que tenho desenvolvido, e ainda, ao gosto pela natureza, motivaram o presente estudo.

Mediante o exposto, este estudo propôs investigar o ecoturismo, as compreensões de meio ambiente e as ações ambientais praticadas pelos visitantes do PESCaN e o que a

visitação pôde provocar na mudança destas compreensões, na mudança de atitudes e comportamentos ambientais, e no interesse pelas questões relacionadas ao meio ambiente. O objetivo principal almejado foi *“compreender o ecoturismo no PESCaN e conhecer e analisar as compreensões de meio ambiente e de Educação Ambiental (EA) que os visitantes da UC possuem e as ações ambientais que os mesmos praticam”*. O referido objetivo geral esteve conduzido de forma a tratar, ainda, questões específicas como: i. Conhecer e analisar os objetivos que levam os visitantes do PESCaN a buscá-lo em seu tempo livre; ii. Interpretar o grau de importância e de conhecimento das questões relacionadas ao meio ambiente dos visitantes do PESCaN; iii. Analisar as compreensões da temática da Educação Ambiental dos visitantes do PESCaN; iv. Investigar e analisar as ações em prol do meio ambiente praticadas pelos visitantes do PESCaN, conforme discurso deles; v. Investigar se as compreensões de meio ambiente dos visitantes se alteram depois de percorrido o passeio; e vi. Analisar de que forma as atividades ecoturísticas vem sendo desenvolvidas no PESCaN.

A metodologia utilizada nesta dissertação foi estruturada em torno de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A primeira, com base na fundamentação teórica de autores como: Wearing e Neil (2001); Costa (2002); Kinker (2002); Takahashi e Milano (2002); Barros (2003); Pires (2004); Jacobi *et al* (2004); Magalhães (2005); Dutra *et al* (2008); Ramos e Oliveira (2008); Freitas (2009); Medeiros e Araújo (2011); Soibert e Oliveira (2011); Simonetti e Nascimento (2012); Muhle (2012); entre outros, que discutem assuntos relacionados à temática ambiental, ao turismo e ecoturismo, à utilização e conservação de áreas protegidas e ao estudo das compreensões e características dos visitantes. A segunda, com base na investigação conduzida por meio da aplicação de questionário aos visitantes, à entrada e à saída do PESCaN, como forma de analisar suas características socioeconômicas, as compreensões de meio ambiente, as práticas ambientais realizadas por eles, se o parque altera essas compreensões depois de percorrido o passeio e, ainda, a forma como a atividade ecoturística vem sendo desenvolvida no parque.

As questões apresentadas são importantes, pois, trata-se em compreender as visões de meio ambiente dos visitantes, o que o parque tem representado para eles enquanto atuação cotidiana e enquanto fator de mudança de valores e atitudes, além de possibilitar mudanças e melhorias na unidade para melhor atender seus visitantes e para melhor conquistar seus objetivos de criação e existência. Para este exercício, procurei investigar as compreensões de meio ambiente e de EA dos visitantes e as práticas ambientais realizadas por eles por meio da aplicação de questionários de pesquisa, à entrada e saída do parque. Fator positivo para esta discussão foram, também, as conversas informais realizadas com os visitantes e os

funcionários do parque, no momento da aplicação dos questionários e durante o período de realização da pesquisa.

Os resultados e discussões levantados em torno dos fatores listados anteriormente estão contemplados nesta dissertação, que se encontra estruturada em três capítulos, nos quais procurei descrever os elementos que compõem o objetivo de estudo – PESCaN; a apresentação em torno dos principais temas envolvidos na discussão, como a relação homem e meio ambiente; o uso público de unidades de conservação; o segmento do ecoturismo; e a pesquisa realizada com os visitantes do parque.

No capítulo 1, intitulado “As relações sociais e ambientais e a difusão do turismo: apresentando o objeto de estudo e suas composições”, apresento num contexto histórico as relações do homem com a natureza e as consequências ambientais e culturais no processo de domínio da natureza, retratando o turismo, enquanto atividade inserida nesse processo. Apresento, ainda, o objeto de estudo do presente trabalho e o PESCaN, com suas características, atrativos e estrutura de visitação, seu Plano de Manejo, a Zona de Amortecimento e a atuação do Conselho Consultivo; os objetivos e um pouco da metodologia utilizada, como forma de endossar os objetivos a serem explanados, mencionado, também, as potencialidades da utilização de áreas protegidas como instrumentos de conservação e contato com a natureza. Para a composição do referido capítulo apresento estudos e discussões empreendidas por diferentes teóricos, tais como: Soibert e Oliveira (2011); Ramos e Oliveira (2008); Magalhães (2005); Pires (2004); Simonetti e Nascimento (2012); Albuquerque (1998); Carvalho (2012); Layrargues (2012); Reigota (2012); Lima e Franco (2013); Jacobi *et al* (2004); Takahashi e Milano (2002), entre outros. Outra fonte de pesquisa considerada, ainda, na elaboração do presente capítulo, foi a página da SEMARH/GO (2013, 2014), utilizada constantemente na apresentação das discussões e dados relativos ao PESCaN, uma vez que a mesma é o órgão responsável pela gestão da unidade.

No capítulo 2, “Entrelaçando os vieses e saberes do referencial teórico: unidades de conservação e ecoturismo”, apresento uma discussão em torno dos principais temas que norteiam este estudo: Unidades de Conservação (UC) e ecoturismo, retratando o uso público de UC, suas relações com o aspecto social e ambiental, as práticas ambientais realizadas com os visitantes e a prática de atividades como o ecoturismo. O capítulo encontra-se dividido em três tópicos. O primeiro refere-se à revisão sistemática em torno das pesquisas sobre UC, ecoturismo e das práticas ambientais com os visitantes nos estados brasileiros entre os anos de 2006 a 2014. O segundo tópico apresenta o contexto das UC em relação ao uso público e o ecoturismo enquanto atividade promissora, suas potencialidades e prática em áreas protegidas.

Para a composição deste capítulo utilizei o referencial teórico de atores tais como: Freitas (2009); Souza *et al* (2011); Medeiros e Araújo (2011); Muhle (2012); Barros (2003); Costa (2002); Kinker (2002), Wearing e Neil (2001), Fennelle (2002), entre outros. A revisão sistemática apresenta trabalhos de autores como: Bueno (2006); Maia (2006); Rudzewich (2006); Mussi (2007); Sano (2007); Sato (2007); Dutra *et al* (2008); Loureiro e Cunha (2008); Mikailova e Mulbeier (2008); Oliveira (2008); Silva (2008); Filho (2010); Suarez (2010); Casella (2011); Simonetti e Nascimento (2012); Bacchi (2013); Hirata (2013); Quintanilha e Vallejo (2014), entre outros.

Apresento no Capítulo 3 a investigação do uso público do PESCaN a partir de questionários aplicados com os visitantes do parque, demonstrando o perfil dos visitantes, as motivações da visita, as compreensões de meio ambiente, as práticas ambientais realizadas por eles e a forma como eles avaliam a unidade, pontuando os melhores elementos da visita e os elementos que na visão dos visitantes, faltam no parque. Para isso foi apresentada a metodologia e os procedimentos de coletas de dados na aplicação dos questionários e os resultados e discussões em torno dos dados obtidos. Para a composição deste capítulo utilizei o referencial teórico de atores tais como: Bueno e Pires (2006); Casella (2011); Bueno (2011); Carvalho (2012); Layrargues (2012); Ganen, Drummond e Franco (2013); Lima e Franco (2013); Noveda e Bernardes (2013), entre outros.

Como demonstrei anteriormente pretendo, com a apresentação deste estudo, investigar as compreensões de meio ambiente e educação ambiental dos visitantes, as práticas ambientais realizadas por eles, o que eles têm feito em prol do meio ambiente e o modo como o uso público do PESCaN tem sido desenvolvido; buscando contribuir com a unidade no que se refere ao manejo e qualidade das atividades trabalhadas com os visitantes e à difusão dos dispositivos de proteção ambiental.

CAPÍTULO 1: AS RELAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS E A DIFUSÃO DO TURISMO: APRESENTANDO O OBJETO DE ESTUDO E SUAS COMPOSIÇÕES

*“Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa carência.
Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário,
não havia pobreza no mundo e
ninguém morreria de fome”.*

Mahatma Gandhi

O objetivo deste capítulo é discutir as relações sociais e ambientais e a difusão do turismo. Para isso serão tratados: o sistema feudal, em que as relações humanas eram desempenhadas com impacto menos agressivo com a natureza; o sistema capitalista, com o advento da Revolução Industrial e as consequências das relações sociais sobre o ambiente natural e a forma como a natureza foi sendo encarada pelo homem; a inserção do turismo como atividade alavancada a partir desse período; chegando aos dias atuais ao apresentar a necessidade urgente de repensar atitudes, valores e comportamentos como forma de resguardar a vida e garantir a sobrevivência sustentável de todos os seres.

Neste capítulo será apresentado, ainda, o objeto de estudo deste trabalho, composto pelo objetivo geral e objetivos específicos, parte do referencial teórico e uma mostra da metodologia utilizada; e, ainda, discussões em torno da atividade turística, apresentando o PESCaN, suas características e potencialidades como pano de fundo neste exercício.

O homem desenvolveu-se e diferenciou-se a partir do surgimento de novas formas de organização e isso ocorreu até que os indivíduos começaram a formar grupos e a viver em coletividade. No tempo das cavernas o homem possuía uma relação harmônica com a natureza e respeitava seus limites, a natureza era tida como mãe. A era Medieval teve como sistema produtivo o feudalismo, “um sistema de produção rudimentar que propiciou, mais tarde, ao modelo de capitalismo que conhecemos” (SOIBERT; OLIVEIRA, 2011, p. 2).

Nesse período, “o impacto das relações entre homem e meio ambiente era, de certa forma, branda” (SOIBERT; OLIVEIRA, 2011, p. 2). A interferência do homem na natureza baseava-se em técnicas rudimentares e manuais e os impactos sobre o meio ambiente eram menos agressivos, o que ocorria “devido ao fato de não existir produção em escala e nem transformações químicas que gerassem resíduos que pudessem causar danos de grande monta ao ecossistema” (SOIBERT; OLIVEIRA, 2011, p. 2). Com o tempo as relações sociais foram sendo intensificadas e o aumento das expectativas e necessidades humanas passou a fazer parte do cotidiano. O sistema feudal, baseado na terra, foi perdendo espaço e cedeu lugar a um sistema baseado no lucro, o capitalismo. Cidades foram fundadas, as já existentes foram

transformadas; os meios de comunicação e o sistema de transportes foram incrementados e diversificados; a sociedade mudou. Soibert e Oliveira (2011) discutem a problemática levantada, ao definirem que:

no princípio, tínhamos um sistema que pouco se importava com os danos causados nas relações sociais e ambientais. Esse modelo se arrastou por muitos anos, com pensamento predominante de obter o lucro acima de tudo, e a exploração extrema da natureza, devido ao fato de acreditarem na capacidade infinita da natureza em prover insumos para sua produção (SOIBERT; OLIVEIRA, 2011, p. 1).

As necessidades humanas tornaram-se insaciáveis e com isso a natureza passou a ser destruída em níveis cada vez mais alarmantes, isso ocorreu porque “com o surgimento e expansão das cidades as comunidades passaram a produzir além de suas necessidades de consumo” e essas “mudanças potencializaram a exploração dos bens naturais” (SOIBERT; OLIVEIRA, 2011, p. 8-9). O homem mudou e fez com que o ambiente a sua volta mudasse. Ramos e Oliveira (2008) discutem esta situação ao observarem que:

o ser humano desenvolveu, ao longo de sua história social, uma capacidade surpreendente de modificar seu próprio ambiente de vida, tomando essa modificação extremamente desigual, já que a agressividade da exploração humana, nos últimos quatro séculos, é refletida principalmente na degradação dos espaços naturais. Novas discussões são geradas a partir dos problemas causados em consequência dessa disparidade. Questões ambientais são levantadas a partir da iminente problemática de conservação dos espaços naturais. Diante desse fato, surgiu a necessidade de se criar mecanismos para a proteção dos elementos naturais contra a própria ação humana, principalmente a partir do século XX (RAMOS; OLIVEIRA, 2008, p. 55).

O crescimento desordenado das cidades, ocasionando a mudança descompassada da natureza, atrelado à vontade de crescer e aumentar os lucros a qualquer custo facilitou o aumento do número de fábricas pelo mundo afora, marcando um novo momento para as nações mundiais. Soibert e Oliveira (2011, p. 8) retratam este novo rumo da sociedade ao mencionarem que os países “sabendo que para alcançar o tão sonhado acúmulo de ouro e prata, precisavam reorganizar suas indústrias, tornando-as mais produtivas, buscaram formas de ajudar as velhas estruturas em sua organização, bem como se voltaram para estimular a criação de novas”, e acrescentam ainda que “muitos governos despendiam do próprio capital para ajudar quem se propusesse a fundar uma fábrica” (SOIBERT; OLIVEIRA, 2011, p. 8).

O ápice desse cenário deu-se com a Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX), que provocou mudanças ainda mais características na sociedade e no meio ambiente, uma vez que com a proliferação das indústrias e o aumento das produções, os agentes sociais (o povo) e o meio ambiente foram atingidos de vez. O primeiro como mão-de-obra para ocupar os postos de trabalho que surgiam a cada dia, e o segundo como fonte de exploração de recursos para

alimentarem o processo produtivo que corria a todo vapor, ambos destinados a alimentar uma sociedade que se firmava cada dia mais consumista. Soibert e Oliveira (2011) analisam tais características com base na seguinte explicação:

com o implemento da indústria os impactos, antes mínimo, ganham proporções gigantescas ocasionados por modificações na forma de produzir - substituição das ferramentas manuais por máquinas, utilização de energia motorizada a vapor e substituição das pequenas oficinas por fábricas. Diante de tudo isso, não é difícil concluir que tais mudanças potencializaram a exploração dos bens naturais, bem como a concentração de trabalhadores ao redor das indústrias. Muito embora a primeira revolução industrial tenha causado mudanças significativas, veremos que no século XIX, com a segunda revolução industrial as relações socioambientais ficam muito mais debilitadas devido ao fato da utilização de novas tecnologias - utilização de energia elétrica e do motor de combustão interna - que aumentou consideravelmente a produtividade. Devido a esse aumento na escala de consumo surge um novo conceito que ditará a lógica do comportamento social que será, mais tarde, combatido em nome da sustentabilidade, a sociedade do consumo (SOIBERT; OLIVEIRA, 2011, p. 8-9).

Em meio a esse processo, a partir do século XX começa a despontar-se o turismo como uma nova atividade. Os novos rumores da sociedade, atrelado à “constituição do Estado Liberal” favoreceu o “surgimento do turismo enquanto prática, inserida no mundo capitalista em constituição e em sua dialética” (MAGALHÃES, 2005, p. 4). Desse período em diante, o turismo intensificou-se como atividade econômica na sociedade, sendo considerada atualmente como atividade promissora para diversos destinos espalhados pelo mundo a fora.

Com o potencial de ser difundido em praticamente todos os cantos do mundo, o turismo pode ser visto como “um fenômeno social amplo, complexo e contraditório, que afeta a todo mundo e todas as camadas sociais, mesmo aqueles que não participam de forma direta de sua prática” (MAGALHÃES, 2005, p. 2). Dessa forma, o turismo precisa ser observado como uma área em evolução, devendo ser “entendido a partir de sua totalidade histórica, com sua dimensão explicativa partindo da economia, da política, da cultura e dos aspectos sociais que cercam uma comunidade” (MAGALHÃES, 2005, p. 2).

A atividade turística desenvolveu-se de modo acelerado, ocasionando mudanças na sociedade e no meio ambiente, como aponta Magalhães (2005, p. 4). O deslocamento das pessoas sempre existiu, mas as condições para a constituição do turismo como atividade organizada só foi possível a partir da Revolução Industrial, juntamente com o capitalismo, “devido, principalmente ao processo de centralização dos meios de produção e de proletarianização, que atingia grande parte da população inglesa” (p. 4). O advento da Revolução Industrial proporcionou, ainda, as condições necessárias para a prática do turismo: “a distinção entre tempo de trabalho e tempo do ócio”. A partir deste momento pode-se dizer que as pessoas começaram a fazer turismo de verdade, visto que “sem a proletarianização não seria

possível a constituição da sociedade de consumo e, conseqüentemente, do turismo” (MAGALHÃES, 2005, p. 4). Em seu início, a atividade turística não podia ser vivenciada pela sociedade como um todo. As lutas diárias do proletariado justificavam-se, ainda, pela busca da sociabilização desta prática, assim como pontua Magalhaes (2005):

o turismo também nasce desta contradição. Vale lembrar que até as revoluções burguesas o conceito de viagem por lazer não estava difundido às classes populares. Não havia a distinção entre tempo de trabalho e tempo livre e, mesmo que houvesse, não era aos populares que estava destinado. É justamente da exclusão, proporcionada pelo capitalismo, que o turismo nasce. É a divisão do trabalho capitalista, aliada às novas tecnologias então desenvolvidas, que dará condições para o surgimento desta prática, seu desenvolvimento e sua consolidação (MAGALHÃES, 2005, p. 4-5).

A atividade turística difundiu-se pelo mundo, expandindo-se a partir da segunda metade do século XX, assim como ressalta Pires (2004, p. 23). Magalhães (2005, p. 10) verifica que “com as conquistas trabalhistas do século XIX, e em especial, do século XX, a atividade turística é intensificada, possibilitando o surgimento do chamado turismo de massa”.

O turismo de massa, atrelado à falta de consciência e sensibilização ambiental e à falta de intervenção política, passou a agredir a natureza, levando à destruição de vários potenciais naturais pelo mundo afora, assim como aponta Pires (2004, p. 32). De acordo com o mesmo autor, “em termos de proteção ambiental foi catastrófico, pois houve um domínio brutal do turismo sobre a natureza”. Com esse cenário de destruição da natureza, no decorrer das décadas de 1970-1980 inicia-se um processo de “preocupação com o meio ambiente” (PIRES, 2004, p. 23). A partir desse período, os destinos turísticos passaram a considerar que “é preciso cuidar dos recursos naturais para que eles não deixem de dar lucros” (PIRES, 2004, p. 23). Esta compreensão expandiu-se mundo afora e, na atualidade, os destinos turísticos vêm buscando combater a ‘poluição do turismo’, procurando fazer com que o mesmo seja difundido como uma das “atividades que mais tenta preservar o meio ambiente” (PIRES, 2004, p. 23).

Desse modo, o cenário de destruição ambiental provocado pela aceleração do sistema produtivo, pelas relações firmadas por meio da sociedade do consumo e, também, pelo crescimento desordenado da atividade turística contribuiu com o enaltecimento da necessidade de se criar e/ou utilizar espaços que resguardassem a vida, garantindo a sua manutenção e proporcionando bem estar humano a partir do desenvolvimento de novas atividades baseadas em um modelo dotado de conscientização e sensibilização ambiental. Nesse sentido, “em meados da década de 1970, a qualidade ambiental começa a constituir um

elemento importante e o turismo passa a considerar os problemas do meio ambiente” (PIRES, 2004, p. 32). Seguindo este pressuposto, Ramos e Oliveira (2008) apontam a importância de se criar e/ou utilizar espaços saudáveis e propícios a esta nova prática, verificando que:

a conservação dos ecossistemas e a proteção das áreas naturais são fundamentais à manutenção da vida, inclusive a humana. No contexto da superexploração dos recursos naturais através do modelo de desenvolvimento adotado e imposto pelo capitalismo, a criação de áreas protegidas para a manutenção da biodiversidade e conservação do berço genético, para o próprio respeito ao direito à vida e à existência de todos os seres vivos, faz-se de grande urgência (RAMOS; OLIVEIRA, 2008, p. 55).

O turismo pode, assim, ser visto como viável alternativa de desenvolvimento econômico para diversas regiões do mundo, o que pode ser constatado “pela geração de emprego, pela capacidade de gerar divisas e pelo poder de promover o crescimento regional” (PIRES, 2004, p. 12). Segundo Magalhães (2005, p. 2), é possível discutir que “nenhuma outra área vem ganhando tanto destaque quanto o turismo, seja pela sua dimensão econômica, seja pela problemática social que enseja”.

Logo, para que a atividade obtenha tais efeitos positivos é preciso trabalhá-la com planejamento e gestão. Em contrário, o turismo poderá não cumprir com tais expectativas, o que na visão de Pires (2004, p. 12) pode fazer com que os destinos venham sofrer com os impactos negativos na comunidade, como: “descaracterização do estilo de vida local; perda na qualidade de vida de parte importante da população, com degradação do ambiente por aumento de poluição; elevação dos preços locais a par da exploração dos lucros para fora da comunidade”, entre outros.

A discussão das questões ambientais tem tomado espaço junto à sociedade e estão na “vanguarda da opinião pública” (PIRES, 2004, p. 12). Seguindo este pressuposto, questões como “a deterioração das florestas tropicais, o risco das espécies em extinção, o aquecimento global e a crescente degradação do meio ambiente” tem contribuído com a busca por modelos que propiciem a conservação ambiental (PIRES, 2004, p. 12). Tal cenário tem provocado uma nova sistematização do turismo, uma vez que tem aumentado o “interesse pelo turismo sustentável e a sua expansão tem coincidido com essa preocupação mundial” (PIRES, 2004, p. 12).

O turismo com essa concepção sustentável pode ser vista como viável alternativa para minimizar os impactos negativos ocasionados pelo crescimento das cidades, aumento do sistema produtivo e consumismo a qualquer custo. Ele é capaz de “satisfazer as necessidades humanas como emprego, renda e desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, causar menor transtorno ambiental, procurando desenvolver e aprofundar a consciência ecológica por

meio do respeito pela natureza” (PIRES, 2004, p. 12-13). O turismo trabalhado sob a ótica da sustentabilidade poderá ser utilizado como viável “estratégia para mapear e direcionar novas abordagens para a interação entre a humanidade e o meio ambiente no século XXI” (PIRES, 2004, p. 13).

O desenvolvimento de atividades turísticas em áreas protegidas, mesmo com dificuldades, poderá proporcionar benefícios para o meio ambiente, para os visitantes e para a população local, podendo apresentar a garantia da conservação destas áreas. Segundo Dutra *et al* (2008), isso só será possível se tais atividades forem pautadas na prática da educação ambiental e no planejamento da atividade, uma vez que:

muitas são as dificuldades encontradas para garantir a conservação efetiva das áreas protegidas, sendo que a atividade turística, permitida na maioria das unidades de conservação brasileiras, pode representar uma importante ferramenta de educação ambiental, desde que planejada e manejada de forma adequada às características ambientais, sociais e da visitação na região (DUTRA *et al*, 2008, p. 115).

As preocupações quanto à existência de planejamento e gestão das áreas naturais destinadas à visitação, visando a conservação e a sustentabilidade da utilização dos recursos disponíveis e o bem-estar mútuo dos envolvidos, são ainda, discutidas por Simonetti e Nascimento (2012), ao observarem que:

com o objetivo de garantir que os recursos ambientais das UCs sejam conservados, que as pessoas que habitam nessas áreas tenham suas atividades e cultura resguardadas e, no intuito de garantir ainda que o visitante tenha uma experiência de boa qualidade, tornam-se necessário o planejamento e a gestão dessas áreas, favorecendo o desenvolvimento de um turismo sustentável (SIMONETTI; NASCIMENTO, 2012, p. 175-176).

A criação e gestão de Unidades de Conservação (UC), bem como o desenvolvimento de atividades ligadas às mesmas, em território brasileiro, enfrentam outras várias dificuldades que vão desde a restrição ao uso, falta de infraestrutura, entraves políticos e sociais até a falta de planos de manejo e desinformação da importância da criação dessas áreas para a conservação do meio ambiente. Simonetti e Nascimento (2012) discutem esta sistemática ao ponderarem que:

nada é muito fácil ou simples em se tratando do processo de criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação (UC's) no território brasileiro. Dentre os obstáculos podem-se citar: restrição ao uso de parte das categorias instituídas, seja por falta de infraestrutura adequada ou mesmo impedimento legal; a falta de recursos para pagamento de indenizações ou para a manutenção das UC's; áreas naturais que possuem moradores e que por lei não é permitido. Além disso, a inexistência de planos de manejo; a desinformação sobre a importância desses espaços; a baixa capacidade de acompanhamento e controle da visitação impedem

que de fato essas áreas cumpram seus objetivos (SIMONETTI; NASCIMENTO, 2012, p. 175).

Assim sendo, a presente investigação teve como proposta analisar a UC PESCaN dentro do contexto de sua utilização pública para o ecoturismo, visitação e pesquisa; de suas características e potencialidades naturais; e das compreensões de meio ambiente e educação ambiental e práticas ambientais dos visitantes. A metodologia incluiu a aplicação de questionário à entrada e saída do Parque.

Dessa forma, a presente dissertação apresentou como objetivo principal: *“compreender o ecoturismo no PESCaN e conhecer e analisar as compreensões de meio ambiente e de Educação Ambiental (EA) que os visitantes da UC possuem e as ações ambientais que os mesmos praticam”*. Ao propor esse objetivo o presente estudo destacou a UC como produto ambiental de importância para a proteção do Cerrado goiano, mediante suas proporções territoriais; suas potencialidades para o desenvolvimento do ecoturismo; seu processo de utilização para visitação e pesquisas; e suas principais características.

O referido objetivo principal está fundamentado pelos seguintes objetivos específicos:

- i. Conhecer e analisar os objetivos que levam os visitantes do PESCaN a buscá-lo em seu tempo livre;
- ii. Interpretar o grau de importância e de conhecimento das questões relacionadas ao meio ambiente dos visitantes do PESCaN;
- iii. Analisar as compreensões da temática da Educação Ambiental dos visitantes do PESCaN;
- iv. Investigar e analisar as ações em prol do meio ambiente praticadas pelos visitantes do PESCaN, conforme discurso deles;
- v. Investigar se as compreensões de meio ambiente dos visitantes se alteram depois de percorrido o passeio; e
- vi. Analisar de que forma as atividades ecoturísticas vem sendo desenvolvidas no PESCaN.

A metodologia utilizada para a realização do presente estudo foi delineada com base em dois instrumentos: a pesquisa bibliográfica e documental, que contribuirá na discussão dos assuntos relacionados ao tema proposto, ao objeto de estudo e ao PESCaN; e a pesquisa de campo, com base na aplicação de questionários aos visitantes do parque.

A fundamentação teórica está embasada em torno de assuntos tais como: práticas ambientais e cuidados com o meio ambiente, turismo e ecoturismo, educação ambiental, uso público de UC, características e particularidades da UC PESCaN e compreensões dos

visitantes de UC em relação às questões ligadas à sistemática ambiental e à educação ambiental.

As referidas análises foram desenvolvidas com base nas discussões de autores como: Albuquerque (1998); Campos, Tröger e Haesbaert (2005); Costa (2002); Dias (2004); Dutra *et al* (2008); Guimarães (2007); Jacobi *et al* (2004); Kinker (2002); Wering e Neil (2001); Magalhães (2005); Pires (2004); Ramos e Oliveira (2008); Simonetti e Nascimento (2012); Soibert e Oliveira (2011) e Takahashi e Milano (2002), entre outros. Esses autores apresentam estudos relacionados à temática ambiental e à prática da EA; ao turismo, turismo sustentável e ecoturismo; à utilização, gestão e conservação de UC; e a estudos de compreensões e características dos visitantes de áreas naturais protegidas.

A pesquisa de campo deste estudo foi conduzida por meio da aplicação de questionários de pesquisas com os visitantes do PESCaN. Esta metodologia foi conduzida em duas etapas: à entrada e à saída do Parque, como forma de traçar a compreensão dos visitantes em relação ao meio ambiente, à consciência ecológica e às práticas e difusão da EA. O objetivo principal desta inferência foi identificar se a visita alterou algum aspecto relacionado às questões ambientais nos visitantes.

Como forma de avaliar a utilização do PESCaN e suas características, a aplicação de questionários de pesquisa com os visitantes à entrada e saída da UC auxiliou na investigação das características dos visitantes, na análise das compreensões e grau de importância que os mesmos dão às questões ligadas ao meio ambiente e à EA, ajudando a nortear o presente estudo e responder às questões desta investigação.

A aplicação de questionários permitiu a obtenção de resultados e contribuiu no desenvolvimento de discussões em relação às compreensões dos visitantes do PESCaN, uma vez que a metodologia de utilização de questionários durante uma pesquisa “é considerada como uma possibilidade para a interpretação da diversidade de características materiais, das disposições e ações individuais, fundamentando a leitura dos dados quantitativos para além das explicações estatísticas” (XAVIER, 2012, p. 293). A pesquisa se faz importante uma vez que possibilita a busca de resultados e respostas a questões levantadas “a partir de interrogações formuladas em relação a pontos ou fatos que permanecem obscuros e necessitam de explicações plausíveis e respostas que venham a elucidá-las” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 42).

Os questionários foram divididos em três partes:

- I. Caracterização dos visitantes;
- II. Visitantes x Temática ambiental (Entrada no PESCaN);

III. Visitantes x Temática ambiental (Saída do PESCaN).

As partes I e II foram aplicadas à entrada do visitante no Parque, sendo respondidas antes da visita a qualquer atrativo ou participação em alguma atividade. A parte III foi aplicada à saída do visitante no Parque. Foi proposta a aplicação de 500 (quinhentos) questionários. À entrada no PESCaN, cada visitante recebeu um número de identificação, numerados de 1 (um) a 500 (quinhentos), a identificação foi devolvida ao final da pesquisa. Este procedimento ajudou na obtenção de resultados à seguinte questão específica: *“As compreensões de meio ambiente e EA dos visitantes se alteram depois de percorrido o passeio?”*.

Os aplicadores dos questionários de pesquisa estavam uniformizados com camisetas apropriadas e identificados com crachás. O trabalho de aplicação dos questionários contou com a contribuição de voluntários da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Quente (SEMMA) e da SEMARH/GO.

A aplicação dos questionários foi desenvolvida entre os meses de setembro e outubro de 2014, nas terças, quartas, quintas, sextas-feiras e sábados, objetivando abordar os diversos grupos de visitantes do PESCaN. Os resultados foram analisados, discutidos e apresentados na forma de gráficos e tabelas no decorrer dos meses de outubro e novembro de 2014.

1.1 Caracterização do PESCaN: contextualização com a sistemática ambiental, os cuidados com o meio ambiente, o ecoturismo e a visitação pública

O PESCaN “é uma Unidade de Conservação com 12.315,36 hectares, localizada entre os municípios de Caldas Novas e Rio Quente (Figura 01), mas “não há decreto específico para delimitação de sua área, sendo que as mesmas foram feitas baseadas na lei de criação” (SEMARH/GO, 2014, p. 2). A unidade é gerenciada e monitorada pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás (SEMARH/GO) e recebe em torno de 25.000 visitantes ao ano, sendo considerada a UC mais visitada do Estado de Goiás” (SEMARH/GO, 2014, p.1).

O PESCaN foi criado em 25 de setembro de 1970, por meio da Lei Estadual nº 7.282/70 (SEMARH/GO, 2014, p. 2), com “o objetivo principal de proteger a área de captação de água de chuva que abastece o lençol termal” (ALBUQUERQUE, 1998, p. 115). A referida lei estabelece que “a sua área compreende não só o topo, mas também suas fraldas e encostas, sendo toda a área considerada de preservação permanente e proibida a sua alienação ou exploração no topo ou em parte” (ALBUQUERQUE, 1998, p.116). O Decreto Lei nº 1.531, de 21 de julho de 1978, atribui à antiga Fundação Estadual do Meio Ambiente

de Goiás (FEMAGO), atual SEMARH/GO, a competência para preservar e administrar o parque, que foi aberto à visitação pública no ano de 1995 (SEMARH/GO, 2014, p. 4).

O parque está situado entre os municípios de Rio Quente e Caldas Novas, “compreendendo não somente o topo da serra em que se situa, mas também suas ‘cristas’, faldas e encostas”, possui um cume aplainado (platô), formando uma chapada elipsoidal com eixos medindo aproximadamente 15 km de extensão por 9 Km de largura, situada à 1.043 metros de altitude em relação ao nível do mar (SEMARH/GO, 1998, p.10). O município de Rio Quente está localizado a noroeste da Serra de Caldas e o município de Caldas Novas a nordeste (Figura 01) (SEMARH/GO, 1998, p. 18). O receptivo do parque fica no município de Caldas Novas, enquanto que do lado de Rio Quente ainda não existe nenhum portal de entrada ou acesso ao mesmo. Está localizado a aproximadamente 170 km de Goiânia, capital de Goiás, e a 290 km de Brasília, capital federal; a Serra de Caldas pertence à microrregião 015 – Meia Ponte (SEMARH/GO, 2013, p. 3).

Figura 01: PESCaN e os municípios de Rio Quente e Caldas Novas, Goiás.



Fonte: SEMARH/GO, Google Mapas, 2013.

1.1.1 Atrativos e estrutura para visitação

Os principais atrativos turísticos de lazer, educação e recreação do PESCaN são: centro de visitantes, composto por Museu da Fauna (Figura 02) e auditório; Trilha da Cascatinha (Figura 03), que possui 716 metros, com áreas de mata, de cerrado e cachoeira (Figura 04); Trilha do Paredão (Figura 05), que possui cerca de 1161 metros, sendo

circundada por trechos de cerrado, campo sujo, cachoeira (Figura 06); e Rua de Pedra (Figura 07). Nesse último, a visitação é proibida, tendo seu acesso liberado somente para estudo e pesquisa científica, mediante autorização do órgão responsável; o símbolo da unidade é a Seriema, considerada seu mascote (SEMARH/GO, 2014, p. 02).

Figura 02: PESCaN – Museu da Fauna (animais taxidermizados)



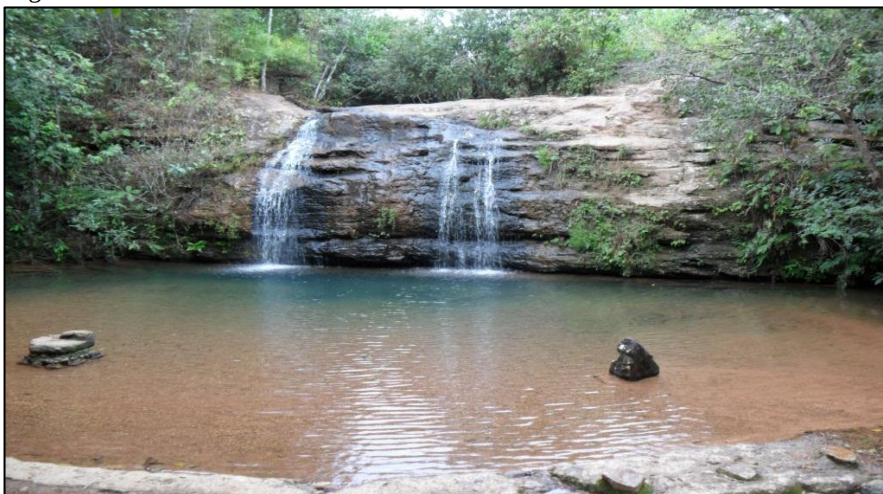
Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Figura 03: PESCaN – Trilha da Cascatinha



Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Figura 04: PESCaN – Cachoeira da Cascatinha



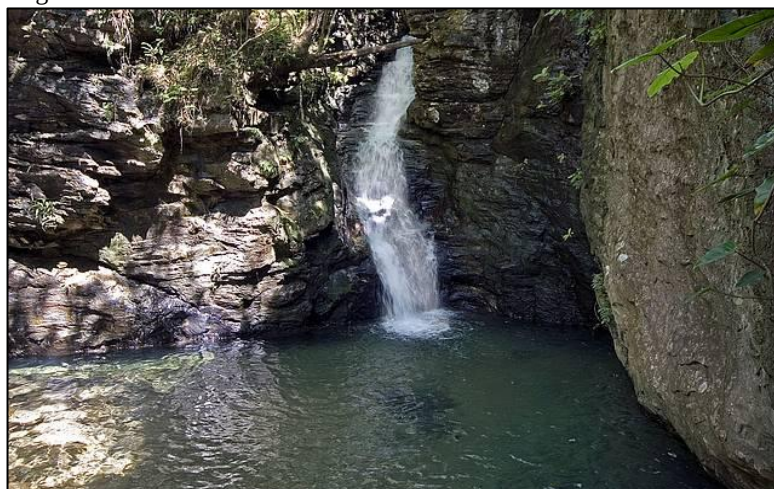
Fonte: Arquivo do autor, 2013.

Figura 05: PESCaN – Trilha do Paredão



Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Figura 06: PESCaN – Cachoeira do Paredão



Fonte: SEMARH/GO, 2014.

Figura 07: PESCaN – Rua de Pedra



Fonte: SEMARH/GO, 2014.

O parque fica aberto de terça a domingo e o horário de funcionamento é das 08h às 17h, sendo que a última entrada permitida é às 15h, para que o visitante tenha tempo de percorrê-lo até o horário de encerramento. Às segundas-feiras a unidade fica fechada para manutenção e folga de funcionários. O parque é dotado de estacionamento privativo para ônibus e veículos de passeio (Figura 08) e possui portaria dotada com bilheteria e catraca (Figura 09 e 10), sendo a única UC do estado de Goiás que pratica a cobrança de entrada. Os valores são os seguintes: R\$ 5,00 para turista/visitante (público em geral); R\$ 2,00 para morador que apresentar comprovante de residência de Caldas Novas ou Rio Quente; R\$ 2,00 para idosos acima de 60 anos; e R\$ 4,00 por pessoa para grupos com mais de oito pessoas. Há a possibilidade de ser concedida a isenção de tarifas para estudantes de escolas públicas (ensino básico) e outras instituições/entidades que não visem o lucro e sim o ensino-aprendizagem, o que pode ser feito por meio de ofício de solicitação encaminhado à Gerência de Áreas Protegidas (GAP) da SEMARH/GO.

A SEMARH/GO orienta seus visitantes, por meio de sua página da internet e na portaria do PESCaN, sobre as regras gerais necessárias para a boa conduta e melhor realização das visitas, a saber:

- É proibido o tráfego de veículos particulares na área do Parque, exceto nos estacionamentos construídos para os visitantes;
- É proibido o acesso de animais domésticos;
- É proibida a coleta de exemplares do meio biótico (animais, plantas, entre outros) e abiótico (rochas, solo, entre outros);

- É proibida a caça e a pesca;
- É proibido o uso do fogo;
- É proibido o consumo de bebida alcoólica no interior do parque;
- O uso de imagem da UC com finalidade comercial deverá ser solicitado à SEMARH/GO, com antecedência mínima de 60 dias;
- O uso de imagem com finalidade científica, educativa ou cultural é permitido.

Figura 08: PESCaN – Estacionamento para ônibus e veículos de passeio



Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Figura 09: PESCaN – Portaria



Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Figura 10: PESCaN - Bilheteria e catraca de acesso



Fonte: Arquivo do autor, 2014.

A unidade disponibiliza alojamento destinado a abrigar grupos de pesquisadores e estudantes com interesse em desenvolvem pesquisas no parque. A taxa cobrada para a utilização do alojamento é de R\$ 7,00 por pessoa/dia. Os alojamentos (Figura 11) são dotados de dormitórios, que acomodam em torno de 30 pessoas, sala de reuniões, banheiros e cozinha. Para a utilização dos alojamentos, a instituição de ensino e/ou pesquisa interessada deve protocolar pedido de autorização junto à Gerência de Áreas Protegidas (GAP) da SEMARH/GO, informando o nome da instituição, o período da estada, o número de alunos e professores, as técnicas utilizadas no estudo e/ou pesquisa e os objetivos dos mesmos. Tais procedimentos devem estar em conformidade com a Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMAm), de nº 029/2013, que estabelece os procedimentos e documentações necessárias para a realização de pesquisas em UC do estado de Goiás.

Existe a possibilidade de isenção da taxa cobrada para alojamento, o que deve ser solicitado no pedido de autorização, via ofício, comumente é o que mais ocorre. De acordo com a SEMARH/GO (2014), os valores cobrados, tanto na bilheteria quanto na utilização do alojamento, são depositados em conta específica do Fundo Estadual do Meio Ambiente e as verbas são destinadas a projetos de melhorias, reformas e ampliações da estrutura e dos atrativos da unidade e elaboração de atividades aos visitantes. Os valores arrecadados com a visitação e utilização dos alojamentos são administrados pela SEMARH/GO, sendo revertidos em projetos, ações e melhorias para o parque.

Além da visitação pública, o PESCaN pode ser utilizado como espaço para: visitas técnicas/aulas de campo/pesquisas; eventos como palestras, treinamentos e cursos ligados à sistemática ambiental ou ao parque; e alojamento. O alojamento do parque está disponível

preferencialmente para “todos os pesquisadores que queiram desenvolver suas atividades do PESCaN, visitas técnicas e cursos de campo organizados pelas universidades; e instituições públicas do estado”. (SEMARH/GO, 2014, p. 03). O parque é bastante utilizado com essas finalidades. Em 2013, a SEMARH/GO autorizou 41 visitas destinadas a estudos, visitas técnicas, trabalhos de campo e pesquisas científicas; no ano de 2014 foram 70, e existem mais de 15 pesquisas científicas em andamento com base no parque, desde 2012 (SEMARH/GO, 2014, p. 4).

Figura 11: PESCaN – Alojamento



Fonte: Arquivo do autor, 2014.

O principal objetivo do PESCaN é “a preservação da flora, fauna e dos mananciais em seu entorno” (SEMARH/GO, 2013, p. 3). A Serra de Caldas Novas é um recurso natural de extrema importância para a região. Campos, Tröger & Haesbaert (2005, p.9) definem que “do ponto de vista regional, a Serra de Caldas é de extrema importância para as águas termais, pois é naquele setor que se processa o maior volume de recarga das águas quentes, tanto do Aquífero Paranoá, quanto do Aquífero Araxá (por mistura)”.

1.1.2 Plano de Manejo do PESCaN

O Plano de Manejo é visto como um importante instrumento para organização e efetivação de áreas criadas para a proteção ambiental, principalmente no que tange aos seus objetivos, particularidades e características, zoneamento, proteção e desenvolvimento de atividades de recreação e educação (RAMOS; OLIVEIRA, 2008, p. 62). Ramos e Oliveira (2008) retratam a importância do plano de manejo ressaltando que tal instrumento deve estabelecer e promover a organização e a apresentação das razões de criação, dos objetivos,

do zoneamento e das atividades de recreação e educação, devendo ser ações determinadas e determinantes ao correto manejo e visando a proteção e a conservação da diversidade biológica dessas áreas naturais (p. 62).

No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído por meio da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, determina que toda UC deve possuir seu plano de manejo, funcionando como um instrumento de planejamento e gestão. O SNUC determina que para as unidades de proteção integral devem ser criadas, ainda, zonas de amortecimento e corredores ecológicos, estabelecendo ações que promovam a proteção da biodiversidade e integrando as unidades aos aspectos socioeconômicos e culturais das comunidades onde estão inseridas. Em seu art. 27, §1º, fica determinado que “o Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas” (BRASIL, 2000, p. 12).

De acordo com o SNUC, art. 2º, inciso VIII, manejo é “todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas” (BRASIL, 2000, p. 2). O Plano de Manejo é definido, no art. 2º, inciso XVII, como “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”.

O Plano de Manejo do PESCaN foi elaborado em 1997, pela FEMAGO, órgão responsável pela gestão de UC do estado de Goiás à época, hoje atual SEMARH/GO (SEMARH/GO, 2014, p. 3). Observa-se que o Plano de Manejo do PESCaN foi criado cerca de 17 anos após a sua criação em 1970, um pouco antes da obrigatoriedade legal determinada pelo SNUC, em 2000, e cerca de dois anos após a abertura para visitação em 1995. Em relação ao Plano de Manejo do PESCaN, Ramos e Oliveira (2008) apontam que “a delimitação de sua área foi de grande importância por intencionar que o avanço da fronteira urbano-turística não comprometesse os ecossistemas da região, funcionando como uma proteção de toda a área da ação antrópica” (p. 62).

O Plano de Manejo do PESCaN “tem por finalidade criar uma estrutura adequada no parque de modo a atingir os seguintes objetivos” (SEMARH/GO, 1997, p. 156-157):

- Manter a biodiversidade do parque;
- Conservar e proteger todas as tipologias vegetais existentes, procurando manter sempre um banco genético;

- Programar pesquisas para as diversas tipologias vegetais existentes, com enfoque para as espécies raras, espécies em extinção, espécies fitoterápicas e outras;
- Proteger as espécies raras e fitoterápicas e as ameaçadas de extinção;
- Conservar e proteger todas as fontes e nascentes de água, procurando fazer projetos adequados de captação fora do parque, que visem ao consumo humano e da fauna;
- Promover e fomentar a pesquisa científica dentro dos temas de flora, fauna, solos, hidrogeologia e geologia do parque;
- Promover programas de EA para os visitantes e grupos organizados, visando a melhor apreciação, compreensão e respeito ao meio ambiente do parque;
- Estabelecer programas de visitas ecológicas e de lazer, possibilitando as atividades de recreio e de turismo, ligados aos recursos do parque e compatíveis com o meio ambiente do mesmo;
- Promover uma administração austera e inteiramente voltada para o meio ambiente do parque, como forma de protegê-lo e fiscalizar cuidadosamente os trabalhos de pesquisas, que foram aprovados para serem desenvolvidos no parque e reformular, ou mesmo, suspender aqueles que estiverem sendo prejudiciais aos seus objetivos.

Em relação ao zoneamento, o documento prevê cinco zonas em seu Plano de Zoneamento, que consideraram “as observações de campo, os diversos estudos multidisciplinares e o uso atual da área da serra e de seu entorno” (SEMARH/GO, 1997, p. 158-160):

- 1) Zona intangível: área onde a primitividade da natureza deve permanecer intacta, sem nenhuma intervenção humana e funcionando como banco genético. É exclusiva para a proteção integral do ecossistema, dos recursos genéticos, monitoramento ambiental e pesquisa científica. Não é permitida a entrada do público e as únicas construções permitidas são as com finalidade de proteção, sendo proibida a construção de estradas, o uso de veículo motorizado e o cultivo de espécies exóticas e presença de animais domésticos. As atividades humanas permitidas limitam-se à fiscalização e à pesquisa científica, devidamente autorizada pela administração do parque, estas atividades não podem comprometer a integridade dos recursos naturais e os deslocamentos só poderão ser feitos a pé;
- 2) Zona primitiva: área em que já tenha ocorrido mínima intervenção humana, que possuem ecossistemas únicos, com espécies de fauna e de flora ou fenômenos naturais de considerável valor científico, que indicam o uso limitado do público. Assim sendo,

funciona como uma zona de transição entre a zona intangível e a zona de uso intensivo. A finalidade é a conservação do ambiente natural, a pesquisa científica, mediante autorização da administração e a EA, sendo permitidas atividades humanas com esta finalidade, sem comprometer a integridade dos recursos naturais. Não é permitida qualquer instalação de infraestrutura e os deslocamentos devem ser feitos a pé;

- 3) Zona de uso intensivo: zona com áreas naturais ou alteradas pela ação humana, logo, o ambiente deve ser mantido o mais natural possível. É dotada de: portaria, administração, centro de visitantes, área para atividades de recreação e as demais construções indispensáveis aos serviços do parque, que devem manter a harmonia com o ambiente natural. A entrada principal é pela cidade de Caldas Novas, podendo existir uma secundária, pelo lado de Rio Quente;
- 4) Zona de uso especial: área de uso exclusivo à administração do parque, dotada de algumas vias de circulação para manutenção, turismo e pontos de visitação permanente;
- 5) Zona de recuperação: área em que a ação humana aliada a fatores locais provocou impactos na vegetação e solos, necessitando recuperação, como por exemplo a área que vai do topo da Serra até Rio Quente, que devido as condições precárias deverá ser totalmente interrompida, recebendo em sua área e adjacências ação de recuperação específica.

O programa de manejo do PESCaN é compostos por cinco programas: programa de manejo do meio ambiente; programa de uso público; programa para o entorno do parque; programas de operacionalização; e programa de obras civis. Cada um destes programas é desmembrado em subprogramas específicos (SEMARH/GO, 1997, p. 163-182).

O programa de manejo do meio ambiente é dividido em três subprogramas (SEMARH/GO, 1997, p. 163-168):

- 1) Subprograma de proteção: com objetivo de proteger e fiscalizar os recursos naturais e a biodiversidade do parque; conservar as instalações; e proporcionar segurança aos visitantes e aos funcionários;
- 2) Subprograma de pesquisas: com objetivo de promover convênios com universidades, órgãos governamentais e não governamentais, no sentido de desenvolver trabalhos de pesquisas dentro da área do parque, nos segmentos de fauna, flora, geologia, hidrogeologia, solos e hidrografia; buscar subsídios para o melhor e mais racional manejo da área; fornecer oportunidades de treinamentos e aperfeiçoamentos

profissionais aos funcionários; incentivar e dar condições para pesquisas científicas; e instalar uma estação meteorológica nas dependências do parque;

- 3) Subprograma de monitoramento: com objetivo de acompanhar a evolução natural dos diversos ambientes do parque; acompanhar os resultados das pesquisas efetivadas e em andamento; identificar as características da visitação com adequação das atividades de uso público; acompanhar a evolução dos ecossistemas protegidos; identificar os possíveis impactos sobre o ambiente; identificar possíveis focos de fogo e prevenir incêndios.

O programa de uso público é dividido em quatro subprogramas (SEMARH/GO, 1997, p. 168-173):

- 1) Subprograma de recreação e lazer: com objetivo de promover atividades de recreação e lazer, com total harmonia com o meio ambiente, com opções de atividades recreativas dentro das aptidões e potencialidades da unidade e dos tipos visitantes; prover o enriquecimento dos conhecimentos ambientais dos visitantes por meio de passeios, placas indicativas e de sinalização e informações agradáveis e estimulantes; e promover estudos para adequar trilhas de passeios, de acordo com as normas e recursos do parque;
- 2) Subprograma de integração ambiental: com objetivo de promover a conscientização do significado da conservação, recuperação e uso adequado dos recursos naturais; promover a percepção e compreensão do uso e ocupação do meio ambiente dentro dos princípios de convivência harmoniosa do homem com a natureza; e estimular e apoiar as visitas organizadas e monitoradas de escolas e comunidades, estimulando o desenvolvimento da consciência ecológica e propagação da EA;
- 3) Subprograma de interpretação: que tem como objetivo possibilitar ao visitante o adequado entendimento e a necessária observação dos diversos ambientes do parque; produzir material necessário, como fotos, *slides*, folhetos, amostras, filmes, entre outros, como forma de informar aos visitantes o potencial da unidade; e manter pessoal especializado para conduzir tais informações;
- 4) Subprograma de relações públicas: que tem como objetivo promover a divulgação dos recursos, benefícios e normas do parque ao conhecimento público; divulgação ampla das atividades, estrutura e importância socioeconômica e ambiental da unidade.

O programa para o entorno do parque divide-se em dois subprogramas (SEMARH/GO, 1997, p. 173-175):

- 1) Subprograma de comunicação e EA da comunidade: com objetivo de integrar e informar à população residente em seu entorno da importância ecológica do parque e dos aspectos positivos de sua implantação; promover a EA da população local por meio de ações em escolas e centros comunitários;
- 2) Subprograma de regulamentação de atividades no entorno: com objetivo de definir, com clareza, as atividades que poderão ser permitidas num raio de 10 km, excetuando-se naturalmente as zonas urbanas, evitando atividades efetivamente poluidoras e/ou que não estejam em integridade com o parque.

O programa de operacionalização divide-se em três subprogramas (SEMARH/GO, 1997, p. 175-178):

- 1) Subprograma de administração: que tem por objetivo munir a unidade dos meios necessários para a execução das atividades relacionadas com a sua administração e implementação do plano de manejo, como a criação do Conselho Consultivo e a elaboração do regimento interno da unidade; e adotar, dentro do possível, a política de terceirização dos serviços administrativos com a devida fiscalização do órgão gestor;
- 2) Subprograma de manutenção: com objetivo de manter e zelar pelo patrimônio do parque, como as instalações, caminhos, trilhas, cursos d'água, estacionamentos, cercas, aceiros, viaturas e placas de sinalização e identificação; controlar a produção e descarte do lixo e rejeitos produzidos; e fiscalizar e controlar a eficiência dos serviços terceirizados;
- 3) Subprograma de capacidade de carga do parque: destinado a promover estudos para a determinação adequada do número de visitantes.

O programa de obras civis divide-se em quatro subprogramas (SEMARH/GO, 1997, p. 179-182):

- 1) Subprograma de portões de entrada: projeto de engenharia destinado a desenvolver projetos de engenharia para a construção das obras civis de construção dos portões de acesso à unidade, dotados com: recepção, bilheterias, pátio de recepção, guarita de segurança e pátio de estacionamento para veículos particulares e ônibus;
- 2) Subprograma do centro de visitantes: projeto de engenharia destinado ao recebimento de visitantes de formas a proporcionar-lhe conforto e orientação ao correto uso do parque, dotado com: salão de recepção com lanchonete e balcões de venda de *souvenirs*; salão de exposição de materiais do parque; museu; auditório para palestras, seminários, cursos e convenções; banheiros; sala de reuniões; copa-cozinha; casa do visitante; refeitório e alojamento;

- 3) Subprograma do teleférico: com objetivo de instalar dois teleféricos, um pela entrada de Caldas Novas e outro pela entrada de Rio Quente, dotado com plataformas de embarque e desembarque na entrada do parque e no alto da serra e casa de máquinas com pequena oficina de manutenção em cada entrada, exclusiva ao teleférico; o serviço deverá ser terceirizado;
- 4) Subprograma de água potável: projeto de engenharia destinado ao abastecimento de água potável para todo o complexo administrativo da unidade, bem como para atender aos visitantes.

Pelo que determina o SNUC, art. 27, § 3º, “O Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação e revisado a cada cinco anos”. Estabelece, ainda, no art. 28, parágrafo único, que na falta do Plano de Manejo e até a sua elaboração, “todas as atividades e obras desenvolvidas nas UC de proteção integral” só devem ser desenvolvidas se garantirem a “integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais” (BRASIL, 2000, p. 12).

Apesar de ter sido elaborado em 1997, dois anos após a abertura do PESCaN, e com revisão programada para 2002 (SEMARH/GO, 1997, p. 164), o plano de manejo ainda não foi regulamentado e nem revisado, servindo apenas como instrumento de consulta e análise para os gestores e representantes do parque estabelecer ações de proteção à UC, logo, a sua elaboração já representa um passo trilhado para a gestão da unidade. Ramos e Oliveira (2008) apontam que o plano de manejo do parque “necessita de uma série de adequações, devido o acelerado processo de apropriação turística e uso do solo da região, além da urgente necessidade de otimização dos recursos ali existentes, bem como da adequação das ações propostas à visitação pública e sua aplicabilidade” (p. 65).

O documento necessita ser revisto e atualizado, o que já está sendo discutido e tomado como próxima ação do Conselho Consultivo do PESCaN que no decorrer de 2014, montou grupo de estudo e promoveu a criação da Zona de Amortecimento do parque, estabelecida pela Portaria nº 069/2014 (SEMARH/GO, 2014, p. 4).

1.1.3 Conselho Consultivo do PESCaN e Zona de Amortecimento

Em conformidade com o SNUC, art. 29, toda UC de proteção integral deverá possuir um Conselho Consultivo, que deverá ser presidido pelo órgão responsável por sua

administração e composto por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso. Este ato deverá estar disposto em regulamento próprio e no ato de criação da unidade (BRASIL, 2000, p. 12). A função deste conselho é assessorar a gestão das UC, fornecer suporte técnico nas ações alusivas aos objetivos de cada unidade, propor e acompanhar projetos e ações que proporcionem o bem estar ambiental e dos visitantes.

O Plano de Manejo do PESCaN, elaborado em 1997, estabeleceu as regras para a criação de seu Conselho Consultivo, “destinado a dar diretrizes, definir metas e analisar questões ou propostas que possam surgir”. A função deste Conselho Consultivo ficou estabelecida como “função de um conselho técnico e definidor de ações, sendo desvinculado dos aspectos fiscais, para garantir sua independência”. Àquela época, mesmo antes da efetivação do SNUC (2000), ficou sugerido que a presidência do conselho deveria ser ocupada pelo presidente da FEMAGO, órgão responsável pelas questões ambientais do estado (SEMARH/GO, 1997, p. 195).

O Conselho Consultivo do PESCaN recebeu a denominação de Conselho Consultivo do Parque Estadual Serra de Caldas Novas – ConPESCaN (SEMARH/GO, 2014, p. 4), e foi composto por 14 entidades: 01 representante da SEMARH/GO; 01 representante da Governadoria do Estado; 01 representante da Prefeitura de Caldas Novas; 01 representante da Prefeitura de Rio Quente; 01 representante do setor hoteleiro de Caldas Novas; 01 representante do Rio Quente *Resorts*; 01 representante de ONG local, considerada representativa; 01 diretor do Parque; 01 representante do Ministério Público; 01 representante do Batalhão Florestal ou Corpo de Bombeiros; 01 representante da UEG; 01 representante de UFG; 01 representante de notório saber convidado pela SEMARH/GO; e 01 diretor de UC da SEMARH/GO (SEMARH/GO, 1997, p. 195). Estes conselheiros não são remunerados, fornecendo seus serviços de forma voluntária (SEMARH/GO, 2014, p. 4).

O ConPESCaN foi composto definitivamente no ano de 2012, suas reuniões são trimestrais, os conselheiros são nomeados para mandatos de dois anos, sendo possível uma recondução por igual período e as reuniões normalmente acontecem na sede do parque (SEMARH/GO, 2013, p. 4). No ano de 2014, a SEMARH/GO, através da Portaria nº 112/2014-GAB, publicada no Diário Oficial de Goiás em 23 de maio de 2014, em seu art. 1º, designou servidores do órgão, lotados na GAP, “para exercer a função de Presidente nos Conselhos Consultivos das UC Estaduais, no âmbito do órgão gestor” (GOIÁS, 2014, p. 12).

As atividades do ConPESCaN tem sido realizadas de modo a possibilitar a melhoria da unidade e possibilitar a efetivação dos seus objetivos, principalmente os de proteção, com atenção aos dispositivos legais. No ano de 2013, a principal atividade do conselho foi a definição da Zona de Amortecimento (ZA) da unidade, até então não estabelecida. Para esta atividade, o Governo do Estado, através da SEMARH/GO, baixou portaria estabelecendo Grupo de Trabalho para realização de estudos e consultas públicas com objetivo de elaboração da referida zona, com a participação direta dos membros do ConPESCaN. A Portaria nº 206/2013-GAB, de 15 de agosto de 2013, instituiu em seu art. 1º o grupo de trabalho para definição da ZA, no âmbito da SEMARH/GO, garantindo no art. 4º, a participação dos membros do ConPESCaN, “órgão consultivo, integrante da estrutura administrativa do parque, o qual poderá apresentar subsídios aos trabalhos de que alude esta Portaria, após convocação prévia em data e prazos a serem sugeridos pelo Grupo de Trabalho para designação pelo titular desta pasta” (SEMARH/GO, 2014, p. 01).

O SNUC, em seu art. 2º, inciso XVIII, define como zona de amortecimento “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (BRASIL, 2000, p. 2), demonstrando assim sua importância para a UC como um todo.

Depois de realizadas as reuniões necessárias para a discussão e definição da ZA do PESCaN, a mesma foi elaborada, apresentada em forma de audiência pública a todos os conselheiros do parque e comunidade interessada, e estabelecida por meio da Portaria nº 069/2014, de 26 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado em 31 de março de 2014, definindo os limites da zona e suas normas específicas de ocupação e o uso dos recursos (GOIÁS, 2014, p. 7-9) (ANEXO A).

Conforme o Anexo I da Portaria 069/2014, a ZA do PESCaN subdivide-se em quatro zonas de ocupação e uso dos recursos: Zona de Ocupação e Uso dos Recursos A; Zona de Ocupação e Uso dos Recursos B; Zona de Proteção Sustentável de Serviços Ecossistêmicos; e Zona de Proteção Integral de Serviços Ecossistêmicos (GOIÁS, 2014, p. 8), a saber:

- 1) Zona de Ocupação e Uso dos Recursos A (ZOURA): compreende a faixa situada entre 3,0 (três) e 2,0 (dois) quilômetros dos limites (divisa) do PESCaN;
- 2) Zona de Ocupação e Uso dos Recursos B (ZOURB): compreende a faixa situada entre 2,0 (dois) e 1,0 (um) quilômetros dos limites do PESCaN;
- 3) Zona de Proteção Sustentável de Serviços Ecossistêmicos (ZPSSE): compreende a faixa situada entre 1,0 (um) quilômetro e 500 (quinhentos) metros dos limites do PESCaN;

- 4) Zona de Proteção Integral de Serviços Ecológicos (ZPISE): compreende a faixa situada entre 500 (quinhentos) metros e o limite (divisa) do PESCaN.

Na ZOURA, os procedimentos adotados são os seguintes (GOIÁS, 2014, p. 8): o licenciamento para supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo e o de elementos ou estruturas causadoras de intrusão dependem de prévia autorização do órgão responsável pela administração do PESCaN, observado o Plano de Manejo caso este esteja legalmente instituído. É vedado: o licenciamento de atividades fabris, exceto produtos artesanais, e de loteamentos urbanos não formalizados até a data da entrada em vigor da ZA; a aplicação de agrotóxicos por aeronaves; o uso do fogo sem prévia autorização da gestora do parque; e a aplicação direta por explosivos, ultra lançamentos e poeiras fugitivas dos processos de desmonte de rocha e exploração mineral. É admissível: o controle de pragas através de compostos orgânicos e controle biológico, mediante prévia autorização da gestora da UC; o licenciamento de atividade de exploração de mineral classe II e classe VIII e água termal existentes anteriormente ao ato de instituição da ZA; e todas as atividades permitidas na ZOURB, ZPSSE e ZPISE.

Na ZOURB, os procedimentos adotados são os seguintes (GOIÁS, 2014, p. 8): o licenciamento para supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo e o licenciamento de elementos ou estruturas causadoras de intrusão visual dependerão de autorização prévia do órgão responsável pela administração da UC, uma vez ouvido o ConPESCaN. É vedado: o licenciamento de atividades fabris, exceto produtos artesanais, e o licenciamento de loteamentos urbanos não formalizados até a data da entrada em vigor da ZA; a aplicação de agrotóxicos por aeronaves; a aplicação de agrotóxicos e o uso do fogo sem autorização prévia do órgão responsável pela UC; e a afetação direta por explosivos, ultra lançamentos e poeiras fugitivas dos processos de desmonte de rocha e exploração mineral. É admissível: o controle de pragas através de compostos orgânicos e controle biológico, mediante prévia autorização do órgão responsável pela administração da UC; e todas as atividades permitidas na ZPSSE e ZPISE.

Na ZPSSE, os procedimentos adotados são os seguintes (GOIÁS, 2014, p. 8): fica vedado o uso do fogo sem prévia autorização do órgão responsável pela administração da UC; o licenciamento de loteamentos urbanos; a afetação direta por explosivos, ultra lançamentos e poeiras fugitivas dos processos de desmonte de rocha e exploração mineral. Fica admissível a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área; a implantação de trilhas para o

desenvolvimento do ecoturismo; a abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias à travessia de um curso d'água, ao acesso de pessoas e animais para obtenção de água ou à retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestal sustentável; a construção de moradia de agricultores familiares e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais; a construção e manutenção de cercas na propriedade; a coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência e produção de mudas, como sementes, castanhas e frutos, respeitada a legislação específica de acesso a recursos genéticos; a pesquisa científica relativa a recursos ambientais, respeitados outros requisitos previstos na legislação aplicável; e todas as atividades permitidas na ZPISE.

Na ZPISE, os procedimentos adotados são os seguintes (GOIÁS, 2014, p. 8): o licenciamento de elementos ou estruturas causadoras de intrusão visual dependem de prévia autorização do órgão responsável pela administração da UC, ouvido o ConPESCaN. Fica vedado: o licenciamento de atividades fabris, exceto produtos artesanais, e o de loteamentos urbanos; a aplicação de agrotóxicos por aeronaves; a aplicação de agrotóxicos, sem autorização prévia do órgão responsável pela administração da UC, ouvido o ConPESCaN; o licenciamento para supressão de vegetação nativa para uso alternativo de área superior ao módulo rural do município ao qual pertence a propriedade; quando inferior ao módulo rural o licenciamento dependerá de autorização prévia do órgão responsável pela administração da UC, ouvido o ConPESCaN; a afetação direta por explosivos, ultra lançamentos e poeiras fugitivas dos processos de desmonte de rocha e exploração mineral; o uso do fogo sem prévia autorização do órgão responsável pela administração da UC.

Na definição da ZA foram listadas, ainda, as atividades terminantemente proibidas de ocorrerem na ZA, a saber: “qualquer atividade que não esteja explicitamente permitida, ou seja, admissível”; “a utilização para disposição final de resíduos sólidos urbanos, de serviços da saúde, comerciais, industriais”, entre outros; e “a instalação de quaisquer tipos de sistemas de tratamento de resíduos sólidos e líquidos públicos e/ou privados coletivos sem consentimento prévio do ConPESCaN” (GOIÁS, 2014, p. 8).

O documento determina, ainda, que “na aplicação das normas e restrições da ZA será observada a legislação ambiental vigente e suas atualizações subsequentes”; que “encerradas as atividades de exploração mineral, as suas área passam a fazer parte da ZA sem prejuízo do compromisso do empreendedor de promover a sua recuperação; e que “casos não previstos serão definidos a critério do ConPESCaN” (GOIÁS, 2014, p. 8).

Mediante o exposto, observa-se que, com a definição da ZA, o PESCaN poderá cumprir seu papel como unidade de proteção e atender às orientações do SNUC, e avançar

rumo à obtenção de seus objetivos. Na última reunião do ConPESCaN, realizada em 29 de novembro de 2014, ficou estabelecido pelos conselheiros, como atividade para 2015 e como próximo passo para a efetivação da gestão do parque, a revisão e regulamentação do seu Plano de Manejo e a formação da Brigada de Incêndio Regional para conter fogo e focos de incêndios que por ventura possam comprometer o ambiente da unidade (SEMARH/GO, 2014, p. 4). A efetivação destes instrumentos poderá contribuir de forma positiva para a gestão da UC.

1.1.4 O PESCaN no contexto das UC Estaduais

Segundo Lima e Franco (2013, p. 143), “uma das principais estratégias para a conservação da natureza é a priorização das áreas mais ameaçadas, que tenham maior índice de endemismo e riqueza da biodiversidade”. O estado de Goiás possui como paisagem característica o Cerrado, que é considerado o segundo maior bioma do Brasil, por ocupar um quarto do território nacional, visto que sua área original é de 2.036.448 km² (LIMA; FRANCO, 2013, p. 143), ficando atrás apenas da Floresta Amazônica (RAMOS; OLIVEIRA, 2008, p. 59). O Cerrado ocupa cerca de um quarto da extensão territorial do Brasil e tem sido fortemente modificado por ações antrópicas, especialmente pela agropecuária, destacando-o como área prioritária para conservação (RAMOS; OLIVEIRA, 2008, p.59).

Ramos e Oliveira (2008) discutem que a efetiva conservação da biodiversidade do cerrado está vinculada “à proteção de grandes áreas contínuas e interligadas desse bioma, e não apenas faixas com remanescentes naturais em meio à imensidão de monoculturas de grãos ou porções desmatadas destinadas às pastagens” (p.59).

De acordo com Lima e Franco (2013), “o bioma Cerrado ocupa 97% do estado de Goiás” (p. 143). Os autores apontam que no contexto estadual podem ser observadas duas situações distintas, uma vez que a parte sul é caracterizada por intensas degradações e exploração dos recursos naturais ocasionadas pelas atividades produtivas; enquanto que na parte norte do estado ainda é possível encontrar expressivas áreas preservadas de cerrado, a exemplo da região da Chapada dos Veadeiros, “dotada de grande biodiversidade e alto índice de endemismo” (p. 143). Pelo exposto, e de acordo com as considerações dos referidos autores, a melhor solução que se tem para conservar as áreas de elevado potencial biológico, ameaçadas pela ação do homem, é a criação de áreas protegidas.

Para conservar essas áreas de grande biodiversidade, cada vez mais ameaçadas pela ocupação humana e pelo uso intensivo e, muitas vezes, insustentável dos recursos naturais, existem diversos tipos de áreas protegidas. Elas representam uma das melhores estratégias de proteção da biodiversidade do planeta. No Brasil, as Unidades de Conservação (UCs), juntamente com reservas legais, áreas de preservação permanente, terras indígenas e terras de quilombos constituem os principais tipos de áreas protegidas relacionadas com a conservação da natureza (LIMA; FRANCO, 2013, p. 143-144).

A conservação da diversidade biológica foi um dos principais propósitos buscados com a criação do PESCaN em 1970, o primeiro parque estadual de Goiás (RAMOS; OLIVEIRA, 2008, p.56). Os referidos autores apontam que, em Goiás, o surgimento da política de conservação da biodiversidade teve início em 1959 com a criação do Parque Nacional do Araguaia, hoje Estado do Tocantins; depois em 1961, com a criação do Parque Nacional das Emas e Chapada dos Veadeiros. Segundo a SEMARH/GO (2014), o estado de Goiás possui 11 UC Federais (Quadro 01), gerenciadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e 22 UC Estaduais (Quadro 02), gerenciadas pela SEMARH/GO.

Quadro 01: UC Federais localizadas no Estado de Goiás

Nome da UC	Bioma	Área em ha	Municípios abrangidos
Parque Nacional das Emas	Cerrado	132.642,0700	Chapadão do Céu/GO, Mineiros/GO, Serranópolis/GO e Costa Rica/MS
Parque Nacional Chapada dos Veadeiros	Cerrado	64.795,3700	Alto Paraíso de Goiás/GO, Cavalcante/GO e Colinas do Sul/GO
Parque Nacional de Brasília	Cerrado	30.000,0000	Brasília/DF, Padre Bernardo/GO e Planaltina/GO
Reserva Extrativista do Recanto das Araras de Terra Ronca	Cerrado	11.964,1330	Guarani de Goiás/GO, São Domingos/GO e Correntina/BA
Reserva Extrativista Lago do Cedro	Cerrado	17.337,6160	Aruanã/GO e Cocalinho/MT
Floresta Nacional da Mata Grande	Cerrado	2.009,4943	São Domingos/GO
Floresta Nacional de Brasília	Cerrado	9346,2810	Brasília/DF, Padre Bernardo/GO e Águas Lindas de Goiás/GO
Floresta Nacional de Silvânia	Cerrado	466,5500	Silvânia/GO
Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Descoberto	Cerrado	41.064,2300	Brasília/DF, Padre Bernardo/GO e Águas Lindas de Goiás/GO
Área de Proteção Ambiental das Nascentes do Rio Vermelho	Cerrado	176.322,0300	Buritópolis/GO, Damianópolis/GO, Mambai/GO, Posse/GO, Sítio d'Abadia/GO e Jaborandi/BA
Área de Proteção Ambiental do Planalto Central	Cerrado	498.630,0900	Brasília/DF, Cachoeira Grande/MG, Cidade Ocidental/GO, Cristalina/GO, Formosa/GO, Novo Gama/GO, Padre Bernardo/GO, Planaltina/GO, Santo Antônio do Descoberto/GO, Valparaíso de Goiás/GO e Águas Lindas de Goiás/GO

Fonte: SEMARH/GO, 2014 – Adaptado pelo autor.

Quadro 02: UC Estaduais de Goiás

Nome da UC	Bioma	Área em ha	Municípios abrangidos
Parque Estadual da Serra da Caldas Novas	Cerrado	12.315,3580	Caldas Novas e Rio Quente
Parque Estadual dos Pirineus	Cerrado	2.833,26	Pirenópolis, Cocalzinho de Goiás e Corumbá de Goiás
Parque Estadual de Terra Ronca	Cerrado	57.000	São Domingos e Guarani de Goiás
Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco	Cerrado	2.132	Goianópolis, Nerópolis e Goiânia
Parque Estadual Telma Ortegal	Cerrado	165,9629	Abadia de Goiás
Parque Ecológico da Serra de Jaraguá	Cerrado	2.828,7827	Jaraguá e São Francisco de Goiás
Parque Estadual de Paraúna	Cerrado	3.250	Paraúna
Parque Estadual do Araguaia	Cerrado	4.611	São Miguel do Araguaia
Parque Estadual da Serra Dourada	Cerrado	30.000	Cidade de Goiás, Mossâmedes e Buriti de Goiás
Parque Estadual do Descoberto	Cerrado	1.935,6	Águas Lindas de Goiás
Parque Estadual da Mata Atlântica	Mata Atlântica	938,3528	Água Limpa
Parque Estadual do João Leite	Cerrado	2.832	Goianópolis, Nerópolis, Goiânia e Terezópolis de Goiás
Área de Proteção Ambiental da Serra Geral de Goiás	Cerrado	70.000	São Domingos e Guarani de Goiás
Área de Proteção Ambiental Dr. Sullivan Silvestre (da Serra Dourada)	Cerrado	16.851	Mossâmedes e Cidade de Goiás
Área de Proteção Ambiental dos Pirineus	Cerrado	22.880	Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis
Área de Proteção Ambiental da Serra da Jiboia	Cerrado	21.751	Palmeiras de Goiás e Nazário
Área de Relevante Interesse Ecológico Águas de São João	Cerrado	24,61	Cidade de Goiás (Distrito de São João)
Área de Proteção Ambiental do Pouso Alto	Cerrado	872.000	Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Colinas do Sul, Nova Roma, São João da Aliança e Teresina de Goiás
Área de Proteção Ambiental da Serra das Galés e da Portaria	Cerrado	46.439,24	Paraúna
Floresta Estadual do Araguaia	Cerrado	8.202,81	São Miguel do Araguaia
Área de Proteção Ambiental João Leite	Cerrado	72.128,00	Goiânia, Terezópolis de Goiás, Goianópolis, Nerópolis, Anápolis, Campo Limpo de Goiás e Ouro Verde de Goiás
Área de Proteção Ambiental do Encantado	Cerrado	7.913,97	Baliza

Fonte: SEMARH/GO, 2014 – Adaptado pelo autor.

É possível perceber que o estado de Goiás tem procurado promover uma política de conservação de áreas protegidas, resguardando a sua biodiversidade e possibilitando o contato de moradores locais e visitantes em geral com o meio natural conservado em diversos municípios goianos, como acontece em Caldas Novas e Rio Quente, que abrigam o PESCaN, uma região ocupada em sua totalidade pelo Bioma Cerrado (SEMARH/GO, 2014, p. 3). O Estado de Goiás destaca-se por possuir “1,25 milhão de hectares protegidos nas UCs

estaduais” e por ter o “Bioma Cerrado presente em todas as UCs” (WWF BRASIL, RAPPAM Goiás 2014, p. 108).

A existência do PESCaN nos municípios de Caldas Novas e Rio Quente sinaliza a importância da preservação e da manutenção dos recursos naturais da região na busca de uma relação harmônica entre o homem e a natureza, esta relação é facilitada por aspectos positivos como a sua localização, por estar próximo à cidade de Caldas Novas e Rio Quente “facilita o acesso das pessoas da comunidade e dos turistas ao Parque e o desfrute agradável do convívio com a natureza e a educação ambiental” (ALBUQUERQUE, 1998, p. 116).

De acordo com os apontamentos de Ramos e Oliveira (2008), as preocupações com a conservação da Serra de Caldas e a preservação das nascentes termais da região estiveram sempre presentes no ideário dos moradores e entidades ambientalistas locais, tocados “com o crescimento acelerado dos municípios de Caldas Novas e Rio Quente, com o processo de produção agroindustrial, e principalmente com a urbanização turística e perfuração indiscriminada de poços tubulares profundos na busca de águas termais” (p. 60-61), as reivindicações solicitadas por estes grupos contribuíram para que os órgãos ambientais do estado acelerassem o processo de criação do parque. Até hoje é possível ouvir boatos da existência de grupos que naquela época almejavam construir uma pista de pouso ou desenvolver a criação de gado no platô da serra, boatos ou não, a criação do parque contribuiu para a conservação do local e impediu a realização desses desmandos contra aquele ambiente.

Em 2014, o instituto WWF - Projeto BR 2014 divulgou os resultados do estudo sobre a implementação e avaliação da gestão das UC do estado de Goiás. O estudo foi realizado em 2012 e recebeu a denominação de: Implementação da Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Unidades de Conservação (RAPPAM). Essa metodologia é realizada em nível mundial pela WWF (*Rapid Assessment and Priorization of Protected Area Management - RAPPAM*) e serve de instrumento para melhorias nos sistemas de gestão de UC. No Brasil a RAPPAM é utilizada desde 2004, quando foi avaliada a gestão de 32 UC de proteção integral no estado de São Paulo, e de lá pra cá “já contemplou cerca de 500 UC brasileiras” (WWF BRASIL, RAPPAM Goiás 2014, p. 18).

A metodologia RAPPAM Goiás foi conduzida por meio de “oficinas de aplicação de questionários e planejamento de recomendações; apresentação de resultados preliminares em plenária; discussão dos resultados em grupo; planejamento de recomendações para melhoria da efetividade de gestão e encerramento” (WWF BRASIL, RAPPAM Goiás 2014, p. 21). O estudo apresentou o cenário atual da importância biológica, importância socioeconômica, vulnerabilidade e pressões e ameaças das UC; e a efetividade da gestão por meio de elementos

como planejamento, insumos, processos e resultados (WWF BRASIL, RAPPAM Goiás 2014, p. 22).

No RAPPAM Goiás, foram avaliadas 10 UC, sendo 08 parques estaduais e 02 áreas de proteção integral, a saber: “PE da Serra de Caldas Novas; PE dos Pirineus; PE de Terra Ronca; PE Altamiro de Moura Pacheco; PE Telma Ortegal; PE do Araguaia; PE da Serra Dourada; PE da Mata Atlântica; APA de Pouso Alto; e APA João Leite” (WWF BRASIL, RAPPAM Goiás 2014, p. 22). Os resultados do RAPPAM nas UC goianas apresentaram índices satisfatórios para o PESCaN, colocando-o em destaque no estado.

Em relação à importância biológica, o PESCaN obteve índice de 92%, destacando “a alta proteção dos ambientes que sofreram redução significativa devido à conservação para outros usos”; quanto à importância socioeconômica, o índice apresentado foi de 80%, demonstrando “papel relevante para atividades recreativas e de alto valor educacional, estético, histórico e/ou cultural, com a existência de plantas e animais de alta importância social, cultural ou econômica, e a contribuição com serviços e benefícios ambientais” (WWF BRASIL, RAPPAM Goiás 2014, p. 33-34).

No quesito vulnerabilidade, o parque apresentou índice de 44%, demonstrando que o mesmo apresenta média vulnerabilidade em relação à “instabilidade política e pressões sobre os responsáveis para exercer atividades em desacordo com os objetivos da UC”; e em relação “ao fácil acesso às áreas, o alto valor de mercado e a demanda significativa dos recursos existentes” (WWF BRASIL, RAPPAM Goiás 2014, p. 34-36).

Na análise da efetividade total de gestão, o índice da unidade foi de 60,9%, apresentando-se como a maior do estado; essa média considerou os índices de efetividade de gestão (60,9%), planejamento (68,8%), insumos (70,9%), processos (41,2%) e resultados (60,0%). Estes resultados destacam a “inclusão da proteção e conservação da biodiversidade entre os objetivos da UC; a existência de instrumentos legais para a sua proteção e de seus recursos; a existência de infraestrutura de transportes para a gestão da UC; a alocação de recursos apropriados aos objetivos e disponibilidade de meios de comunicação; a existência de Conselho Consultivo; o aproveitamento de pesquisas e monitoramento para a gestão” (WWF BRASIL, RAPPAM Goiás 2014, p. 44-50).

Neste sentido, o PESCaN poderá ser visto como um instrumento local capaz de promover o desenvolvimento do turismo e, por conseguinte, a prática da EA, uma vez que os atores sociais a consideram como “um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os tornam aptos a agir –

individual e coletivamente – e resolver problemas ambientais presentes e futuros” (DIAS, 2004, p. 83).

A garantia consciente deste instrumento está, ainda, fundamentada na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que assim como pondera Simonetti e Nascimento (2012, p. 175), “visa ordenar a gestão territorial por meio da criação e implementação de áreas protegidas; o documento sinaliza que alguns desses espaços podem e devem receber visitantes, ou seja, o turismo é incentivado. Por outro lado, objetiva a conservação de seus recursos socioambientais”.

Este objetivo pode promover o desenvolvimento de pontos positivos para os locais onde existam UC sejam elas nacionais, estaduais, municipais ou particulares, uma vez que as mesmas são importantes instrumentos para “atenuar a diminuição de qualidade do meio ambiente” (ALBUQUERQUE, 1998, p. 121). Neste sentido, os Parques criados em todo planeta são importantes ferramentas para a promoção da proteção da diversidade de espécies naturais, conservação dos recursos naturais, para a prática do lazer entre a comunidade local, para o desenvolvimento do turismo e difusão da EA, assim como mostrado por Albuquerque (1998, p. 121).

Como forma de melhor fundamentar e garantir a preservação e uso consciente de áreas ambientais destinadas à atividade turística tem-se, ainda, o que dispõe a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 que, em linhas gerais, trata da “Política Geral do Turismo”, considerada pelo setor como a “Lei Geral do Turismo”. Em seu art. 5º a Lei estabelece como um dos principais objetivos, “propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural”.

Simonetti e Nascimento (2012, p. 175-176) observam a importância da efetiva gestão, planejamento e difusão da atividade turística em áreas naturais preservadas e abrem foco para esta discussão ao mencionarem que tais instrumentos são capazes de “garantir que os recursos ambientais das UC sejam conservados, que as pessoas que habitam nessas áreas tenham suas atividades e cultura resguardadas e garantir, ainda, que o visitante tenha uma experiência de boa qualidade”.

Esses pressupostos podem ser vivenciados a partir da difusão da EA, com potencial de ser utilizada como eficiente ferramenta para difundir a conscientização e sensibilização ecológica e garantir qualidade e bem estar ambiental para as gerações, levando à efetiva

participação social nos assuntos de cunho ambiental. A questão ambiental e a busca por medidas mais conscientes ambientalmente está cada dia mais presente na sociedade. Esta sistemática é discutida por Jacobi (2004), ao levantar a problematização de que:

a questão ecológica encontra-se cada vez mais presente no cotidiano da sociedade em geral, seja através da divulgação da mídia, seja devido a nítidas alterações da paisagem e climáticas nos diversos ambientes. É nesse contexto que se insere a Educação Ambiental, importante ferramenta para subsidiar o debate ecológico e expandir o número de pessoas envolvidas na prática da conservação e da conscientização ambiental, fundamental para a formação de cidadãos plenos. (JACOBI *et al*, 2004, s/p.)

Segundo Tristão (2013, p. 847), a EA deve ser compreendida como filosofia de vida e não como uma disciplina obrigatória e, ainda, “como uma orientação para conhecer e compreender em sua complexidade a natureza e a realidade socioambiental” (TRISTÃO, 2013, p. 847). Essa discussão mostra que estamos vivendo em uma realidade que pede o ensino da EA para a formação de cidadãos mais comprometidos com o meio onde vivem e socializam-se. Os acontecimentos mundiais de caráter social, cultural e ambiental, as ações humanas, o avanço tecnológico e a globalização têm provocado mudanças visíveis na sociedade, na cultura e no meio ambiente, tornando urgente o ensino e a pesquisa em EA.

As discussões em torno da EA precisam pautar-se na apresentação da relação da produção de valores e de filosofias em espaços de convivência sócio-educativo-ambiental. Essa análise mostra que para entender a ideologia ambiental é preciso entender o indivíduo inserido em um determinado meio e a sua relação com esse meio: “a concepção de visão de mundo; a relação de si consigo mesmo; do ser poder e do ser saber – de modo inter-relacionado e simultâneo” (TRISTÃO, 2013, p. 249).

A EA precisa ser trabalhada como forma de contribuir para a formação de um pensar ecológico analítico e crítico sobre os problemas ambientais que afetam a humanidade, principalmente no que diz respeito à importância da formação ética e ecológica dos cidadãos e das mudanças nos padrões de consumo na sociedade atual, assim como aponta Carvalho (2012). Tais mudanças serão possíveis por meio da conscientização do homem em suas diversas relações com o meio, com a sociedade e consigo mesmo. Essa conscientização necessita partir de cada indivíduo, naquilo que cada um pode ser capaz de fazer, na mudança de simples atitudes como apagar uma lâmpada, fechar uma torneira, reutilizar materiais, separar o lixo, entre outras.

Nesse processo, será necessária uma revolução, e que seja sem uso de armas, como um exercício diário e aceito em escala global (a adesão de todos, sem distinção de classes), assim

como observa Guattari (2012, p. 8), ao mencionar que “o que está em questão é a maneira de viver daqui em diante sobre este planeta” e que “não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural, reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais” (GUATTARI, 2012, p. 9).

Na análise de Carvalho (2012, p. 23), “o surgimento da questão ambiental como um problema que afeta o destino da humanidade tem mobilizado governos e sociedade civil” (CARVALHO, 2012, p. 23).

Atualmente, a sociedade vive um momento de grande atenção dirigida ao planeta e aos eventos naturais que têm trazido transtornos e riscos à vida humana, muitas vezes, com sua destruição. Sendo assim, torna-se urgente uma análise crítica da relação existente entre o homem e os ecossistemas do planeta na construção de meios possíveis para uma convivência em equilíbrio e com a conscientização de que apenas preservar e conservar a vida das diversas espécies já não é suficiente.

O assunto meio ambiente e o entendimento da sua complexidade levaram à formação de uma nova corrente de prática pedagógica: EA. No Brasil, segundo Carvalho (2012), o caminho da EA iniciou-se como parte do “movimento ecológico.” A preocupação com o futuro da vida era resultado da preocupação com a qualidade de vida, da existência das vidas presentes no mundo e o que era esperado para as gerações que surgiriam (CARVALHO, 2012, p. 51). Hoje, essa preocupação ganhou dimensões maiores e tomou outros caminhos.

Ao discutir a EA, Reigota (2012, p. 18-19) observa que a

educação ambiental por si só não resolverá os complexos problemas ambientais planetários. No entanto, ela pode influir decisivamente para isso, quando forma cidadãos e cidadãs conscientes dos seus direitos e deveres. Tendo consciência e conhecimento da problemática global e atuando na sua comunidade e vice-versa haverá uma mudança na vida cotidiana que, se não é de resultados imediatos, visíveis, também não será sem efeitos concretos. Os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e deles virão as soluções. Estas não serão obras de gênios, de políticos ou tecnocratas, mas sim de cidadãos e cidadãs.

Em sua obra *O que é Educação Ambiental?* o autor esclarece que essa mesma necessidade de reflexão sobre uma convivência harmoniosa entre todas as espécies no planeta é real, urgente e torna-se extremamente indispensável como parte da formação do sujeito que deverá se cercar de conhecimentos em relação à responsabilidade de suas ações, pois elas trazem consequências a todas as espécies de vida existentes na Terra.

Reigota (2012) analisa, em sua obra, que o comportamento de políticos e acadêmicos nas décadas de 1960 a 1980 constituía-se apenas por conceitos e ações que visavam apenas à preservação das espécies. O autor explica que isso ocorreu pela percepção de que o desequilíbrio, o desgaste natural e a depredação da natureza eram entendidos como consequências do acúmulo de capital proveniente do modelo econômico capitalista nos países de primeiro mundo e não pelo crescimento populacional.

Na visão do referido autor, o problema, segundo os críticos da época, era o fato de o desenvolvimento de países industrializados ser maior e mais acelerado em detrimento aos países do grupo chamado de “terceiro mundo”, a concentração das riquezas ficava nas mãos de poucos. O número da população não era o problema maior, mas sim a falta de conhecimento para a utilização dos recursos naturais.

Para Reigota (2012), a EA seria uma ferramenta eficaz para que o assunto meio ambiente fosse entendido com mais profundidade, sendo assimiladas as reais necessidades de intervenções em favor da preservação e manutenção da vida. Por esse viés, pela educação, o indivíduo poderá se conscientizar dos seus direitos e deveres, estruturando-se, pois, como cidadão, contribuindo, desse modo, de forma ativa para uma sociedade igualitária e justa em vários aspectos possíveis.

Partindo do pressuposto dos valores que fundamentam a educação, é relevante adentrar na esfera do valor ética. Reigota (2012) faz uma abordagem explicativa sobre a EA, estabelecendo e embasando esse conhecimento dentro do amplo conceito de “cidadania ambiental”. Somente ciente dos seus direitos e deveres é que o cidadão terá a capacidade de analisar, avaliar, questionar e de se posicionar de forma crítica, sendo levado às ações que possam facultar a preservação, conservação e manutenção da vida no planeta. De nada valerá obter a EA como mais uma disciplina nos currículos escolares, como mais acúmulo de conteúdos que não sejam estudados como devem para contribuir de maneira efetiva na formação do sujeito, com vias de torná-lo apto a tomada de atitudes que sejam voltadas para o bem comum. O autor reitera que:

Ao analisarmos a sociedade atual em relação aos problemas ambientais surgidos a cada dia, na perspectiva de Carvalho (2012), pode-se perceber que é por meio da EA que o cidadão ecológico terá sua participação como membro integrante e importante na construção de uma nova postura diante do assunto meio ambiente. Para Carvalho (2012), não basta que a EA seja encontrada como mais um instrumento para fomentar as ações sobre as questões ambientais. Faz-se necessário “ultrapassar a fronteira entre a educação formal e a não formal” (REIGOTA, 2012, p. 159). É por meio de práticas sociais que o sujeito terá condições de

formar e desenvolver sua consciência crítica em relação aos problemas socioambientais nas suas múltiplas dimensões, tendo assim meios de contribuir de forma efetiva para transformações urgentes nos atuais padrões de utilização dos recursos naturais. A busca pela modificação desses padrões já estabelecidos são resultados da intervenção da EA na visão de uma cidadania ecológica.

Battestin (2008) alerta para a importância de tratar esse assunto associado à noção de ética, pois o entendimento ético da questão da EA conduzirá o sujeito a questionamentos importantes, levando-o a ser parte integrante e ativa nesse novo processo. A autora questiona: “considero de extrema importância a abordagem ética no campo teórico ambiental, porém indago o seguinte problema: a formação para uma EA do nosso tempo está fundamentada em princípios éticos?” (BATTESTIN, 2008, p. 14).

De acordo com Carvalho (2012, p. 153), “a EA tem uma proposta ética de longo alcance que pretende reposicionar o ser humano no mundo, convocando-o a reconhecer a alteridade da natureza e a integridade e o direito à existência não utilitária do ambiente”. Segundo o filósofo Boff (2003, s/p.) “ética é um conjunto de valores e princípios, de inspirações e indicações que valem para todos, pois estão ancorados na nossa própria humanidade”. Em uma palestra proferida e registrada em meios eletrônicos, o autor esclarece que a definição desse comportamento ético na questão da EA é notória quando há a necessidade de colocar o sujeito em tomadas de ações práticas em favor da vida. Boff (2003, s/p.) argumenta, ainda, que a ética traz três princípios básicos voltados à prática da EA:

O primeiro princípio, do agir humano é chamado de regra de ouro: “não faças ao outro o que não queres que te façam a ti”. É o princípio do amor universal e incondicional. O segundo princípio da humanidade essencial é o cuidado. Toda vida necessita de cuidados. A ética de cuidado é fundamental ao planeta: se não cuidarmos ele poderá sofrer um colapso e destruir as condições que permitam o projeto planetário humano. O terceiro princípio reside na solidariedade universal. Se na sociedade não respeitamos as normas coletivas em solidariedade para com todos, a vida seria impossível. A solidariedade se manifesta como com-paixão, que quer dizer ter a mesma paixão que o outro, alegrar-se e sofrer com o outro, juntos, em interação. (BOFF, 2013, s/p.)

Dessa maneira, a formação de sujeitos críticos em relação à EA vai se delineando de acordo com as necessidades de perpetuar e garantir a vida de todas as espécies do planeta. Para que isso ocorra, é imprescindível um olhar crítico na formação cultural desse novo processo. Um olhar que, segundo Layrargues (2012, p. 402), deve ser “o da criação da ‘consciência ecológica’ nas pessoas, seja por meio do encantamento com a natureza, seja por meio das mudanças de comportamentos individuais diante do consumo e da geração de resíduos”. O amor universal, o cuidado, o respeito e a solidariedade entre os seres são

conceitos (princípios) que devem ser trabalhados como fundamentos da educação formal dentro da escola para serem levados para a vida diária do indivíduo, transformando-o em um cidadão ético e com formação ecológica. É o que retrata Boff (2003):

Tais princípios e inspirações formam a ética. Sempre que surge o outro diante de mim, aí surge o imperativo ético de tratá-lo humanamente. Sem tais valores a vida se torna impossível. Hoje devemos construir juntos a Casa Comum para que nela todos possam caber inclusive a natureza. Faz-se mister uma ética comum, um consenso mínimo no qual todos se possam encontrar. E ao mesmo tempo, respeitar as maneiras diferentes como os povos organizam a ética, dando origem às várias morais, vale dizer, os vários modos de organizar a família, de cuidar das pessoas e da natureza, de estabelecer os laços de solidariedade entre todos, os estilos de manifestar o perdão. (BOFF, 2003, s/p.).

Ainda segundo Layrargues (2012), a EA está em crise de identidade nesse momento. Por ainda não reconhecer o seu lugar dentro do contexto político-pedagógico, a EA apresenta-se como proposta civilizatória, destacando-se em três macrotendências: a Conservacionista, que se fundamenta nos princípios científicos e filosóficos da ecologia profunda e na eco-espiritualidade; a Pragmática, que se caracteriza por apoiar-se nas tecnologias limpas, na ecoeficiência empresarial, nos sistemas de gestão ambiental, entre outros; e a Crítica, por apresentar as correntes da EA Popular, Emancipatória, Transformadora e o Processo de Gestão Ambiental. Essas macrotendências da EA podem indicar a trajetória a ser seguida com o objetivo de criar as bases para um novo projeto civilizatório que a EA tem exigido no atual momento.

Na sociedade contemporânea, o olhar sobre o meio ambiente não pode ser dirigido apenas ao lado do ser humano. Deve-se levar em conta que ele é parte dessa natureza e não detentor da vida de outras espécies, uma vez que “na natureza uma coisa depende da outra, nenhum ser vive sozinho, são necessárias relações específicas para a sobrevivência de toda estrutura planetária” (QUADROS, 2007, p. 10).

Nesse sentido, a complexidade de vidas na Terra e as atuais condições destas, requer uma mudança nos padrões sociais já estabelecidos. Para que a vida se perpetue de maneira igualitária, uma espécie não pode ser extinta em detrimento à outra, assim como define Carvalho (2012). A autora observa, ainda, que “nesse ponto de vista, a natureza e os humanos, bem como a sociedade e o ambiente, estabelecem uma relação de mútua interação e cooperação, formando um único mundo” (CARVALHO, 2012, p 36).

Nesse sentido, a EA necessita ser pautada sob uma concepção político-pedagógica. Reigota (2012, p. 53-61) pontua os seis objetivos apresentados na Carta de Belgrado considerando-os como imprescindíveis para o trabalho político-pedagógico da EA:

- Conscientização: levar ao conhecimento de todos os problemas planetários que uma vez “criados” causam danos a todos no mundo e não somente à população que se encontra no local onde foi desencadeado o problema;
- Conhecimento: facultar o acesso ao conhecimento essencial do meio ambiente em que se vive e o meio ambiente global, para que o indivíduo possa ter uma visão ampla dos problemas que acometem a natureza do mundo;
- Comportamento: levar aos indivíduos, por meio do conhecimento, à necessidade de aquisição de valores sociais e de interesses pelo meio ambiente como via de contribuir para modificar as situações problematizadas;
- Competência: nem todos os cidadãos estão preparados no campo da competência para lidar com certos problemas ambientais, porém, uma vez direcionados a uma análise crítica, poderão contribuir dentro de casa com ações corriqueiras que amenizem os efeitos dos estragos ao meio ambiente como, por exemplo, o excesso de consumo que tem como consequência a grande produção de resíduos;
- Capacidade de avaliação: uma vez proporcionada a formação da consciência de cidadania, o indivíduo poderá estar apto a avaliar de forma crítica os programas relacionados ao meio ambiente e seus reais objetivos;
- Participação: o cidadão deve ser estimulado a participar de ações ambientais para a solução de problemas que visem ao bem de todos.

É relevante ressaltar que a compreensão dos problemas ambientais deve ser levada ao pensamento crítico do cidadão ecológico para que ele possa discernir entre “o agir e o comportar”. Carvalho *apud* Arendt (2012, p. 189) mostra que “é a ideia de ação que caracteriza a condição humana”. Esse conceito de ação deve ser compreendido como ação política. Desse modo, a EA já se encontra inserida na vida cotidiana do cidadão sendo possível, portanto, praticá-la em diversos lugares, sejam eles espaços sociais, culturais, políticos e educacionais.

O sujeito da ação política é aquele capaz de identificar problemas e participar dos destinos e decisões que afetam seu campo de existência individual e coletivo. A capacidade de ação política é a expressão mais acabada da condição humana. Os seres humanos definem-se por esse conviver entre seus pares, influenciando no destino de mundo que têm em comum. A capacidade de agir em meio à diversidade de ideias e posições deve ser a base da convivência democrática, da participação, da liberdade e da possibilidade de fazer história e criar novas formas de ser e conviver, assim como observa Carvalho *apud* Arendt (2012, p. 189).

Considerando a sistemática da EA e relacionando-a às atividades desenvolvidas nas UC no que se refere ao “contexto da superexploração dos recursos naturais mundiais e do avanço da atividade turística nas áreas de natureza preservada – o ecoturismo” (RAMOS; OLIVEIRA, 2008, p. 54), é possível perceber que esses destinos podem possuir um importante papel no processo de proteção dos recursos naturais aliados à difusão e sensibilização dos diversos atores sociais envolvidos com a prática de atividades turísticas com caráter ambiental e ecológico. Nesta contextualização, Jacobi *et al* (2004) e Guimarães (2007) sinalizam que:

as Unidades de Conservação (UC) podem atuar não somente na preservação dos recursos naturais, mas, também, como locais de aprendizagem e sensibilização da comunidade acerca da problemática ambiental. Fundamental para o processo é adequar o programa às percepções diferentes de cada grupo (JACOBI *et al*, 2004, p. 1).

a Educação Ambiental exercida em Unidades de Conservação (UC) propicia a inter-relação dos processos de aprendizagem, sensibilização, questionamento e conscientização em todas as idades, e a utilização de diversos meios e métodos educativos para transmitir o conhecimento sobre o ambiente e enfatizar de modo adequado atividades práticas e sociais (GUIMARÃES, 2007, p. 54).

Pelo apresentado, tão importante quanto caracterizar as UC com as propostas e ações de EA difundidas nestes espaços, é delinear as preferências e compreensões dos visitantes no que tange à sistemática ambiental e às atividades existentes nestas áreas protegidas. Esta situação torna-se urgente uma vez que “o interesse por atividades recreativas em áreas naturais tem aumentado nos últimos anos devido à grande quantidade de informações fornecidas pelos meios de comunicação de massa” (TAKAHASHI; MILANO, 2002, p. 61).

Seguindo esse pressuposto, Takahashi & Milano (2002) complementam que:

para compatibilizar objetivos tão distintos quanto à conservação da biodiversidade, recreação e interpretação da natureza, é essencial pesquisar sobre as características dos visitantes e os tipos de usos praticados. Os dados devem subsidiar as decisões de manejo, assegurando uma elevada qualidade às oportunidades de recreação (TAKAHASHI; MILANO, 2002, p. 63).

Nesse sentido, a utilização consciente do PESCaN poderá ser vista como forma de garantir a preservação e a conservação das características naturais ali existentes, “em termos de proteção do bioma Cerrado” (ALBUQUERQUE, 1998, p. 116); promover o desenvolvimento do turismo sustentável e difundir a EA junto à comunidade local e os visitantes, uma vez que “as atividades de recreação e educação ambiental são representantes

dos principais objetivos de manejo ao qual o PESCaN se propõe” (RAMOS; OLIVEIRA, 2008, p. 63).

1.2 Virando a página

Neste capítulo apresentou-se uma discussão em torno das relações sociais e ambientais e a difusão do turismo, relacionando as inferências humanas na natureza. Ao fazer este exercício foi possível discutir os aspectos que levaram o homem a agredir a natureza, apresentando o cenário atual de destruição e a urgente necessidade na mudança de paradigmas quanto às questões sociais e ambientais, tratando, a EA como importante ferramenta para a concretização desse novo contexto. A conservação de áreas protegidas e as práticas realizadas nesses ambientes foram discutidas como instrumentos promissores em termos de cuidado com o meio ambiente, principalmente aquele que é realizado em UC e com foco na gestão e planejamento das atividades. Apresentou-se a UC PESCaN, com seus atrativos e estrutura para atender os visitantes, as potencialidades para a difusão do ecoturismo, sua representatividade no cenário estadual, a gestão, uso público, suas características e o quem tem sido promovido por meio do seu Plano de Manejo, ZA e Conselho Consultivo. Foram pontuados, ainda, o objeto de estudo desta dissertação, apresentado o objetivo geral, os objetivos específicos, parte da metodologia utilizada e o referencial teórico em torno de assuntos como o turismo, o ecoturismo, a educação ambiental e o PESCaN.

No próximo capítulo será discutido com mais detalhamento as discussões em torno dos principais termos abordados nessa dissertação, a saber: unidades de conservação e ecoturismo, a partir de revisões sistemáticas e referenciais teóricos de autores que discutem tais temas. O objetivo é entrelaçar esses saberes e apresentar o que cada viés pode proporcionar de contribuição positiva no que concerne ao uso público de UC.

CAPÍTULO 2: ENTRELAÇANDO OS VIESES E SABERES DO REFERENCIAL TEÓRICO: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ECOTURISMO

O objetivo deste capítulo é estabelecer um entrelaçamento entre os principais vieses e saberes que compõem o estudo sobre o uso público da UC PESCaN e o objeto de estudo deste trabalho, apresentando as características do uso público de UC para a prática de atividades como o ecoturismo, suas relações com o aspecto social e ambiental e as práticas ambientais praticadas com os visitantes desses locais.

Mediante o exposto apresentarei, neste capítulo, o estabelecimento das UC como instrumentos de proteção e manutenção de espaços ambientais protegidos e as características do uso público para visitantes, estudantes e demais interessados em conhecer e estar em contato com áreas ambientais protegidas. No sentido de promover e fazer conhecer as UC, apresentarei o ecoturismo como atividade presente e vigente no seio destes locais, com suas práticas, possibilidades e principais características. O capítulo trará, ainda, o levantamento de revisão sistemática em torno de investigações sobre unidades de conservação, ecoturismo, uso público, EA e visitação em UC no período de 2006 a 2014.

2.1 As pesquisas sobre Unidades de Conservação, ecoturismo e as práticas ambientais com os visitantes nos estados brasileiros

No início do trabalho fez um levantamento sistemático das principais contribuições e pesquisas científicas no decorrer do período de 2006 a 2014, em relação ao entrelaçamento dos temas: unidades de conservação, ecoturismo e EA, utilizando para tanto, o portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, o portal da *Scielo*, o Domínio Público, *sites* de programas de pós-graduação de universidades públicas e privadas e *sites* de buscas. As referidas buscas foram realizadas com base em dois protocolos de revisão sistemática, a saber: Protocolo 1 - (visitantes *or* parque ambiental) *and* (educação ambiental *or* sujeito ecológico) *and* (unidade de conservação *or* educação ambiental); e Protocolo 2 – (estudantes *or* turismo) *and* (proteção ambiental *or* consciência ecológica) *and* (formação ambiental *or* unidade de conservação). Como um pesquisador e gestor da área de meio ambiente, a escolha pelo período listado anteriormente, justifica-se para identificar o que foi divulgado de pesquisa em ecoturismo e unidades de conservação, no período que vai da conclusão do curso de Turismo até o período de realização do curso de Mestrado no programa de Recursos Naturais do Cerrado. O intuito ao fazer este levantamento foi verificar as temáticas, práticas, objetivos dos estudos, os problemas e os resultados da produção

acadêmica no período citado, como proposta de ampliar a visão sobre esta sistemática e obter um maior embasamento teórico para esta pesquisa.

O quadro a seguir (Quadro 03) indica os artigos (A), dissertações de mestrado (D) e teses de doutorado (T) de programas de pós-graduação de universidades brasileiras que apresentaram trabalhos relacionados com as abordagens sobre unidades de conservação, ecoturismo e visitação do decorrer de 2006 a 2014.

Quadro 03: Produção acadêmica sobre o entrelaçamento das abordagens a respeito de unidades de conservação, ecoturismo e visitação – 2006-2014

AUTORES/ANO	A/D/T	TÍTULO	PROGRAMA/CURSO	INSTITUIÇÃO
BUENO, F. P. (2006)	D	As relações entre ecoturismo e educação ambiental no polo de ecoturismo da Ilha de Santa Catarina	TURISMO E HOTELARIA	UNIVALI
SANTOS JUNIOR, O. D. dos (2006)	A	Caracterização do uso público turístico no Parque Estadual da Ilha do Mel	TURISMO	UCS
MAIA, F. B. de A. (2006)	D	Análise do turismo em relação ao uso público do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro no município de Santo Amaro da Imperatriz, SC	GEOGRAFIA	UFSC
ODEBRECHT, F. C.; BRONNEMANN, M. R. (2006)	A	Análise da satisfação dos visitantes do Parque Unipraias de Santa Catarina	TURISMO	UCS
RUDZEWICH, L. (2006)	D	Ecoturismo em reservas particulares do Patrimônio Natural e seu papel na conservação dos ecossistemas brasileiros	TURISMO	UCS
BUENO, F. P.; PIRES, P. dos S. (2006)	A	Ecoturismo e educação ambiental: possibilidades e potencialidades de conservação da natureza	TURISMO	UNIVALI
LADEIRA, A. S. <i>et al</i> (2007)	A	O perfil dos visitantes do Parque Estadual de Ibitipoca (PEIb), Lima Duarte, MG	ENGENHARIA	UFV
MUSSI, S. M. (2007)	D	O processo de gestão participativa e educação ambiental em Conselhos de Unidades de Conservação: o caso do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Teresópolis, RJ	PSICOLOGIA	UFRJ
SANO, N. N. (2007)	D	Estudo comparado da gestão das visitas nos Parques Estaduais Turísticos do Alto da Ribeira (PETAR) e Intervalos (PEI)	GEOGRAFIA	USP
SATO, C. S. (2007)	D	Parque Nacional Serra do Cipó, MG: percepção ambiental e estabelecimento de áreas para educação	BIOCIÊNCIAS	USP
CAVALCANTE, M. B. (2008)	A	Parque Estadual da Pedra da Boca/PB: um olhar sobre o planejamento do ecoturismo em Unidades de Conservação	TURISMO	UFRJ
DUTRA, V. C. <i>et al</i> (2008)	A	Caracterização do perfil e da qualidade da experiência dos visitantes no Parque Estadual do Jalapão, Tocantins	TURISMO	UFRJ

Quadro 03: Produção acadêmica sobre o entrelaçamento das abordagens a respeito de unidades de conservação, ecoturismo e visitação – 2006-2014 (Continuação).

AUTORES/ANO	A/D/T	TÍTULO	PROGRAMA	INSTITUIÇÃO
LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. (2008)	A	Educação ambiental e gestão participativa de Unidades de Conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática	PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL	UFRJ
MIKHAILOVA, I.; MULBEIER J. (2008)	A	Ecoturismo em Unidades de Conservação: um estudo de caso do Parque Estadual do Turvo, Derrubadas, RS	TURISMO	UFRJ
OLIVEIRA, F. L. de. (2008)	D	Ecoturismo no Parque Estadual da Ilha Grande – RJ: refletindo o contexto atual a partir do olha dos “badjecos”	PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL	UFRJ
SILVA, D. L. B. da (2008)	D	Turismo em Unidades de Conservação: contribuições para a prática de uma atividade turística sustentável no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	DES. SUSTENTÁVEL	UnB
FLORES, S. S. <i>et al</i> (2009)	A	Gestão e conflitos em Unidades de Conservação: gestão estratégica e operacional para preservação ambiental	GEOGRAFIA	UFRGS
BRESOLIN, A. J. <i>et al</i> (2010)	A	Percepção, comunicação e educação ambiental em Unidades de Conservação: um estudo no Parque Estadual de Espigão Alto – Barracão/RS - Brasil	ECOLOGIA	URI
BRANCO FILHO, C. C. (2010)	T	A eficácia do planejamento turístico sustentável em unidades de conservação: o caso do delta do Rio Jacuí/RS	GEOGRAFIA	UFRGS
MEDEIROS, M.; NASCIMENTO, E. (2010)	A	Turismo, Unidade de Conservação e conflito em Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ): o caso da comunidade da Vila do Aventureiro	TURISMO	UFRJ
OLIVEIRA, F. T. de <i>et al</i> (2010)	A	Ecoturismo no Rio Puraquequara: suporte para inclusão social e proteção ambiental	CIÊNCIAS AMBIENTAIS	UFAM
SUAREZ, C. F. e S. (2010)	T	Turismo sustentável, qualidade de vida e políticas públicas em Unidades de Conservação: um estudo de caso em Vargem – SP (APA do Sistema Cantareira)	CIÊNCIAS AMBIENTAIS	UNICAMP
BELLINASSI, S. <i>et al</i> (2011)	A	Gestão e uso público de Unidades de Conservação: um olhar sobre os desafios e oportunidades	TURISMO	UFSCar
BUENO, F. P. (2011)	A	Educação ambiental e a visitação em parques: um estudo sobre o Parque Estadual Morro do Diabo	TURISMO	UNESP
CAMPOS, R. F.; FILETTO, F. (2011)	A	O ecoturismo na visão dos visitantes do Parque Nacional da Serra do Cipó (MG)	TURISMO	UFLA
CASELLA, L. L. C. (2011)	A	Unidades de Conservação e Turismo: uma oportunidade para áreas do entorno	TURISMO	UNINOVE

Quadro 03: Produção acadêmica sobre o entrelaçamento das abordagens a respeito de unidades de conservação, ecoturismo e visitação – 2006-2014 (Continuação).

COSTA, N. M. C. da <i>et al</i> (2011)	A	O des (uso) público em Unidades de Conservação: avaliação em algumas áreas protegidas do Estado do Rio de Janeiro	TURISMO	UERJ
FELIZARDO, A.; CRISPIM, J. (2011)	A	A educação ambiental na prática do ecoturismo	TURISMO	FECILCAM
SIMONETTI, S. R.; NASCIMENTO, E. P. do. (2012)	A	Uso público em unidades de conservação: fragilidades e oportunidades para o turismo na utilização dos serviços ecossistêmicos	TURISMO	UEA
VALENTI, M. W. <i>et al</i> (2012)	A	Educação ambiental em Unidades de Conservação: políticas públicas e a prática educativa	ECOLOGIA E RECURSOS NATURAIS	UFSCar
BACCHI, R. (2013)	D	A educação ambiental no ecoturismo: um estudo de caso no Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virgínia, São Paulo - SP	CIÊNCIAS AMBIENTAIS	USP
HIRATA, S. R. (2013)	D	Gestão da visitação em Unidades de Conservação: o caso do Parque Estadual de Campos do Jordão, SP	CIÊNCIAS AMBIENTAIS	USP
QUINTANILHA, R.; VALLEJO, L. R. (2014)	A	Uso público em áreas protegidas: um roteiro de atividades para fortalecimento de vivências e conscientização através da educação ambiental	GEOGRAFIA	UFF

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

A produção acadêmica, conforme descrita no Quadro 03, constitui-se de 33 trabalhos, sendo: 21 artigos, 10 dissertações e 02 teses. As dissertações e teses pesquisadas são, em sua maioria, originárias de programas de pós-graduação em ciências ambientais com três trabalhos; geografia com três; e turismo/hotelaria com dois; as outras quatro distribuem em programas de pós-graduação em: biociências; desenvolvimento sustentável; psicologia, psicossociologia de comunidades e ecologia social, sendo uma em cada.

Os artigos pesquisados originam-se, em sua maioria, de programas de pós-graduação em turismo, com treze artigos; geografia com dois; e ecologia com dois; os outros quatro artigos distribuem-se entre programas de pós-graduação em: ciências ambientais; engenharia; psicossociologia de comunidades e ecologia social, sendo um em cada. Até o momento desse levantamento não foi encontrada nenhuma pesquisa desenvolvida nos programas e pós-graduação das universidades do estado de Goiás sobre o entrelaçamento de unidades de conservação, ecoturismo e educação ambiental.

É fundamental salientar que estas pesquisas investigaram e propuseram análises e resultados a respeito dos diversos vieses relacionados ao entrelaçamento dos contextos das

unidades de conservação, ecoturismo e educação ambiental, indo desde as potencialidades, possibilidades e práticas adotadas, passando pelo estudo, perfil e características dos visitantes; potencialidades e características ambientais de fauna, flora, relevo e recursos hídricos; até a importância da difusão da educação ambiental e de suas práticas no âmbito das unidades de conservação e do ecoturismo. As contribuições das dissertações, teses e artigos lidos e que serão apresentados a seguir, tiveram como base os elementos listados anteriormente.

O artigo de Odebrecht e Bronnemann (2006), apresentado no IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL da UCS, analisou a satisfação dos visitantes do Parque Unipraias, da cidade de Balneário de Camboriú em Santa Catarina, em relação aos serviços prestados pela UC. A pesquisa realizada foi descritiva e quantitativa; o levantamento foi realizado com uma amostra de 343 visitantes. O instrumento de coleta de dados foi por meio de questionário estruturado, com questões fechadas. Os resultados evidenciam a elevada satisfação dos visitantes com a UC e com atrativos turísticos diretamente ligados a algum elemento ambiental. Os autores analisaram o panorama do setor de turismo como elemento de destaque nos índices do Produto Interno Bruto (PIB) e nos índices comerciais dos países, bem como nas relações políticas, sociais e culturais de suas sociedades, apresentando-o como elemento facilitador para o desenvolvimento de uma localidade no que diz respeito ao meio ambiente, principalmente quando há investimentos em atrativos ligados diretamente com o mesmo, a exemplo do Parque Unipraias - SC.

Com o artigo de Santos Junior (2006), apresentado no IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL da UCS, o autor caracterizou o uso público turístico no Parque Estadual da Ilha do Mel, em Paranaguá – PR, alertando as consequências da visitação desordenada e sem planejamento no interior de estações ecológicas. Ao analisar a UC e o uso público turístico ali realizado, Santos Junior (2006) chama-nos à atenção de que o desenvolvimento do turismo em unidades de conservação tem cada vez mais exposto as estações ecológicas à ação e interferência do homem, advindas, muitas vezes das dificuldades de implantação de estruturas e regulamentação adequada para coibir excessos e promover a educação ambiental por intermédio do ecoturismo e pela falta de planejamento da atividade; com isso as UC sofrem de forma mais agressiva os efeitos causados pela visitação desordenada em suas áreas.

No artigo de Bueno e Pires (2006), também apresentado no IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL da UCS, os autores analisaram o ecoturismo e a educação ambiental, apresentando as possibilidades e potencialidades de conservação da natureza, advindas com a junção das duas práticas. Ao proporem este estudo os autores evidenciaram

que o ecoturismo não se baseia apenas na variável econômica, mas principalmente em seu potencial educativo e de conservação da natureza originárias, principalmente, das experiências e sensações vivenciadas em meio à natureza por parte dos ecoturistas. Logo, fica demonstrado que esta sistemática só será possível uma vez que o caráter educativo do ecoturismo fundamentar-se no comprometimento com a conservação da natureza e com a participação responsável de seus frequentadores, sendo que para isso a educação ambiental torna-se elemento essencial.

A pesquisa de Ladeira *et al* (2007), publicada como artigo na Revista *Árvore*, Viçosa-MG, teve como objetivo analisar e caracterizar o perfil dos visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca (PEIb), em Lima Duarte-MG. No estudo, os autores entrevistaram 324 visitantes; os resultados demonstram o elevado grau de importância que os visitantes dão para a UC e o grande interesse dos mesmos em relação à visitas e passeios em ambientes naturais, principalmente na busca de um local tranquilo e de beleza cênica proporcionada pelo contato com a natureza. Os autores chegaram à conclusão de que na atualidade, o ecoturismo, além de um modismo, pode ser considerado como uma forma de interação e de resgate da vida em contato com a natureza.

A pesquisa de Loureiro e Cunha (2008), publicada na Revista *Ambiente & Sociedade*, Campinas-SP, os autores propuseram apresentar a EA e a gestão participativa das UC como elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. A Lei nº 9985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), é tratada pelos autores como instrumento eficaz para difundir a sustentabilidade democrática nas UC, uma vez talhada em conjunto com as propostas de educação ambiental e com a gestão participativa das consultas e deliberações dos conselhos instituídos em cada unidade. Os autores estabelecem que a obtenção da sustentabilidade democrática nas UC só poderá ser alcançada os conselhos instituídos tiverem como elementos e características: a legitimidade para decisão, com participação e descentralização; a eficácia e a eficiência dos instrumentos de gestão; o desempenho efetivo da gestão, a partir da coordenação de esforços, informação ao público, efetividade e eficiência das ações; prestação de contas; e equidade, a partir da imparcialidade na aplicação de normas e respeito aos direitos e práticas das populações tradicionais ou residente.

Dutra *et al* (2008), com sua pesquisa publicada na revista *Caderno Virtual do Turismo*, apresentou a caracterização do perfil e da qualidade da experiência dos visitantes no Parque Estadual do Jalapão – TO. Os autores apresentaram o potencial da UC para a prática do ecoturismo e do turismo de aventura, alertando sobre as interferências e agressões contra o

ambiente natural pela falta de planejamento e estruturação básica para atender a demanda crescente. Os resultados da investigação demonstraram a necessidade, eficácia e eficiência da adoção de indicadores de impactos físicos e ambientais para a definição dos limites de uso e do monitoramento da percepção dos turistas em relação à aglomeração e outros impactos que possam vir a comprometer a qualidade ambiental dos destinos e a experiência dos visitantes, facilitando, assim a gestão destes espaços. Nas conclusões da pesquisa, Dutra *et al* (2008) destacam a importância de se conhecer o perfil e a percepção dos turistas que visitam UC de forma a propiciar uma maior integração destes aspectos no planejamento da unidade e, consequentemente, garantir uma experiência rica e agradável aos visitantes sem causar impactos significativos aos recursos naturais.

O trabalho de Mikhailova e Mulbeier (2008), também publicada na revista Caderno Virtual do Turismo, apresentou um estudo de caso no Parque Estadual do Turvo, em Derrubadas-RS, a partir da prática do ecoturismo. Os autores reconhecem o ecoturismo como um setor econômico crescente e promissor na atualidade e abrem discussão para um fator importante e que não pode ser desconsiderado, que é o de realizar e mensurar estudos e discussões sobre os procedimentos de planejamento da atividade, que devem elucidar o desenvolvimento sustentável e potencializá-lo na prática do ecoturismo em UC, e é isso que os autores realizaram no Parque Estadual do Turvo. A conclusão dos autores é que, em se tratando da visitação, a maximização dos benefícios econômicos deve estar ligada ao custo ambiental para evitar efeitos negativos sobre o meio ambiente, garantindo que o ecoturismo se caracterize como turismo sustentável ou esteja compatível com a sustentabilidade de ecossistemas da unidade de conservação, o que pode ser estendido para as diversas UC distribuídas pelo Brasil, de acordo com as características, possibilidades e potencialidades de cada uma.

A pesquisa desenvolvida por Cavalcante (2008), publicada na revista Caderno Virtual do Turismo, teve como proposta investigar o Parque Estadual da Pedra da Boca – PB, com um olhar sobre o planejamento do ecoturismo em UC. Os principais objetivos desta investigação foram: analisar a criação e as atividades desenvolvidas na UC; analisar as práticas ecoturísticas e suas implicações socioambientais; avaliar as potencialidades e fragilidades do meio natural e os possíveis impactos ambientais existentes, sugerindo, por fim, medidas técnicas para solucionar e/ou minimizar estes impactos. Os instrumentos da investigação pautaram-se na seleção de material bibliográfico e cartográfico; reconhecimento de campo; coleta de dados sobre os aspectos físicos, turísticos e socioculturais da região. Para o autor, a UC possui um potencial natural considerável para o ecoturismo, mas necessita de

ações emergenciais a serem colocadas em prática com base no desenvolvimento sustentável e respeitando os limites impostos pela dinâmica da natureza. A pesquisa destaca, ainda, que a problemática das UC e as atividades de ecoturismo nelas desenvolvidas “estão longe de se resumir à definição e institucionalização de áreas e biomas a serem protegidos” (CAVALCANTE, 2008, p. 79). A garantia da preservação e/ou manejo sustentável das UC precisam, também, de prioridades políticas consistentes e do efetivo cumprimento da política ambiental que façam cumprir a implantação e gestão das UC.

O artigo de Flores *et al* (2009), resultado de um trabalho desenvolvido ao longo da disciplina de Gestão e Gerenciamento da Zona Costeira do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, teve por objetivo investigar a gestão de UC e os conflitos existentes tais como: agropecuária, pescadores, vegetação exótica, comunidade local, turismo, pressão imobiliária e legislação; estabelecendo uma gestão estratégica e operacional para a preservação ambiental. O trabalho teve como foco a discussão sobre a gestão em áreas de preservação, utilizando como exemplos práticos as UC do Parque Nacional da Lagoa do Peixe e do Parque Natural Municipal Tupancy (Arroio do Sal), localizadas no litoral do RS. Para os autores os problemas de gestão e conflitos das UC esbarram num quadro de funcionários estável, composto por equipes pequenas, com poucos recursos e sem condições de fazer cumprir as ações estabelecidas pela UC; crescendo, com isso, a necessidade de profissionalização e intensificação das equipes. Outro elemento necessário para a efetiva gestão das UC e minimização dos conflitos existentes é o envolvimento e motivação da população local para conservação dessas áreas.

No artigo de Oliveira *et al* (2010), publicado na revista Sociedade & Natureza, Uberlândia-MG, os autores apresentam o potencial ecoturístico no Rio Puraquequara, Manaus-AM, como suporte para a inclusão social e proteção ambiental nas comunidades residentes no entorno. Ao fazerem este estudo, os autores atestam a necessidade de atuação do governo em infraestrutura e trabalho social com a comunidade, levando-a compreender o funcionamento de áreas protegidas e o seu papel para a conservação ambiental. Os autores, ainda, afirmam o ecoturismo como atividade promissora e adequada para as comunidades em função da sua vertente relacionada com as questões sociais e ambientais de forma a promover o bem-estar local e a utilização dos recursos naturais existentes, logo, a partir da organização comunitária e do planejamento participativo.

Outro artigo desenvolvido e publicado na revista Caderno Virtual de Turismo foi a de Medeiros e Nascimento (2010), na qual os autores investigaram a atividade turística e unidade

de conservação em Ilha Grande, Angra dos Reis – RJ, a partir de um estudo de caso da comunidade da Vila do Aventureiro. Nesta investigação os autores apresentam que os “os conflitos socioambientais envolvendo unidades de conservação ganharam maior visibilidade nas últimas duas décadas no Brasil, em parte pelo crescimento da consciência ambiental e do turismo e em parte pelo aumento do número das unidades de conservação” (MEDEIROS; NASCIMENTO, 2010, P. 46). Como resultados, os autores apresentam que, em se tratando de conflitos entre as UC e as populações locais, dois cenários podem ser desencadeados: “conservação das UC com expulsão da população local *versus* mudança da natureza das UC com manutenção da população local” (MEDEIROS; NASCIMENTO, 2010, p. 56). Para os autores, independente da opção, o que deve ser levado em consideração é a escolha de um cenário que garanta um desenvolvimento socialmente inclusivo, ambientalmente sustentável e economicamente viável; tarefa difícil, mas que os atores sociais devem encontrar um meio para fazer acontecer.

A pesquisa desenvolvida por Bresolin *et al* (2010), publicada na revista *Perspectiva*, Erechim – RS, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, teve como objetivo identificar e caracterizar as percepções ambientais de representantes da comunidade do município de Barracão – RS sobre o Parque Estadual do Espigão Alto (PEEA), antes e após a realização de um programa de EA. A pesquisa pautou-se na identificação das percepções iniciais dos sujeitos sobre a UC, por meio de questionários de evocações livres, entrevistas e construção de mapas mentais; envolvimento dos sujeitos da pesquisa na realização de um Programa de Comunicação e EA, com formações voltadas à EA em UC e ao Parque; e na elaboração e implementação de um Projeto de EA voltado à revalorização da UC. Como resultados, os autores apresentaram que “os sujeitos agregaram, aos conceitos ecológicos, aspectos sociais e culturais” e que “o ambiente passou a ser percebido em uma visão mais sistêmica, pela qual se estabelecem diferentes níveis de complexidade, uso, conservação e identidade” (BRESOLIN *et al*, 2010, p. 112-113). Os resultados apontaram, ainda, alguns desafios como “o fortalecimento da relação entre a comunidade e a UC a partir da continuidade das atividades de comunicação e EA, criação do Conselho Consultivo para a UC, com gestão participativa e revisões no Plano de Manejo da UC” (BRESOLIN *et al*, 2010, p. 112-113).

Do ano de 2011 foram encontrados cinco artigos publicados nos Anais do VIII Congresso Nacional de Ecoturismo e do IV Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação da Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo – SP, a saber:

A pesquisa de Bueno (2011) apresentou um estudo sobre o Parque Estadual do Morro do Diabo, Teodoro Sampaio – SP, com base na EA e a visitação em parques. O autor estabelece que ao se tratar de EA no contexto da visitação em UC, deve-se considerar a existência e eficiência, no Plano de Manejo, de um “programa de uso público que atenda a visitação pública, tanto voltada ao lazer, ao turismo ou às atividades educativas não formais”, que tenha “a possibilidade de garantir a reflexão acerca dos diferentes meios para prover o uso público e a conservação deste espaço” (BUENO, 2011, p. 520). Com esta investigação, o autor concluiu que as atividades de EA trabalhadas nas UC, “mesmo previstas no plano de manejo não decorrem de um processo de educação sistematicamente definido, o que sugere a dificuldade de alcançar o real potencial educativo e transformador que possui essas atividades” (BUENO, 2011, p. 520).

Na pesquisa de Belinassi *et al* (2011), as autoras discutiram a gestão e o uso público das UC a partir dos desafios e das possibilidades que estes lugares possuem. Para as autoras, somente a criação de uma UC não garante a proteção dos recursos naturais ali existentes, “é preciso uma boa gestão com a participação efetiva de todos os envolvidos” (BELINASSI *et al*, 2011, p. 274). A investigação foi feita em oito Parques Estaduais de São Paulo e em cinco Parques Nacionais, a partir de questionário de pesquisa enviado aos endereços eletrônicos de cada UC. Os resultados obtidos demonstraram que a maioria das UC possui um programa de visitação que utiliza principalmente trilhas interpretativas como principal atrativo; as atividades oferecidas aos visitantes visam o ecoturismo e a educação ambiental; a falta de conscientização da população é apontada pelos gestores como responsável pela degradação dos recursos naturais e as comunidades do entorno consideram a UC como algo positivo, mas se queixam das medidas restritivas de visitação. As conclusões apontam que o Estado deve investir em iniciativas que divulguem a função e proteção das UC e que agrupem aliados nas comunidades do entorno e na sociedade como um todo para atuarem como agentes multiplicadores e facilitadores da conservação destes lugares.

Costa *et al* (2011), com sua pesquisa, analisaram o (des) uso público em unidades de conservação a partir da avaliação de algumas áreas protegidas do Estado do Rio de Janeiro. Para os autores, “uma das funções de algumas unidades de conservação de proteção integral é permitir e monitorar a visitação e o lazer nas áreas destinadas ao uso público” (COSTA, *et al*, 2011, p. 496), mas o que se observa, na maioria dos casos, são práticas aleatórias e sem planejamento, que utilizam os recursos físico-químicos existentes nas UC de forma desordenada; um fator que se deve, principalmente, pela falta ou inobservância do Plano de Manejo. Nesse quesito, os autores reconhecem a importância primordial deste documento

para a gestão das UC e afirmam que a falta e/ou inobservância deste instrumento poderá acarretar sérios riscos para a UC e seu ambiente.

O trabalho de Campos e Filetto (2011) é uma investigação a respeito do ecoturismo na visão dos visitantes do Parque Nacional da Serra do Cipó – MG. A pesquisa foi conduzida com a aplicação de questionários em que os turistas tiveram que responder um breve perfil de identificação e o que eles entendiam ser ecoturismo. Os resultados levaram os autores a alertar que o termo ecoturismo vem sendo usado de maneira equivocada e simplista demais, tanto pelos empreendimentos quanto pelos turistas, sendo encarado como qualquer atividade turística na qual o bem natural é o principal atrativo. Para os autores, para ser ecoturismo a atividade, além de ocorrer em ambiente natural, deve possuir a finalidade de promover a conservação e o desenvolvimento sustentável, assegurar a manutenção da diversidade cultural e garantir a participação da comunidade local na tomada de decisão. Entre as conclusões dos autores tem-se que “a atividade que a grande maioria dos visitantes pratica é o que poderia ser chamado de passeio na natureza, turismo ecológico ou qualquer outra atividade, e não ecoturismo propriamente dito, uma vez que são negligenciados os princípios fundamentais desta atividade” (CAMPOS; FILETTO, 2011, p. 512); e que “o ecoturismo deve compreender uma visão e uma vivência da atividade como um todo, onde o turista incorpore o respeito à natureza e vivencie os significados de um turismo sustentável” (CAMPOS; FILETTO, 2011, p. 512).

Casella (2011) apresentou uma pesquisa sobre UC e turismo como oportunidades para áreas do entorno a partir da identificação do conhecimento dos turistas de Itanhaém e Guarujá – SP, a respeito da incorporação do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) como um atrativo a mais na oferta turística, visando promover o desenvolvimento do ecoturismo na região. A pesquisa foi tratada com a aplicação de questionários de pesquisa aos turistas nas praias das duas cidades, objetivando identificar o perfil dos turistas, seus conhecimentos sobre UC e a existência do PESM e as motivações para conhecerem o mesmo. Os resultados demonstraram que embora os turistas não possuíssem conhecimento sobre o que seja uma UC e da existência do PESM, interessaram em conhecê-lo e demonstraram estimulados a frequentá-lo. Mediante esse resultado, a autora aponta que o desenvolvimento do ecoturismo, além da satisfação e motivação do turista, dependerá de “boa infraestrutura, atividades condizentes com as diretrizes do plano de manejo, planejamento, desenvolvimento e operação do turismo sustentável integrado com planos de desenvolvimento regional ou nacional, envolvendo o poder público, o privado e a sociedade” (CASELLA, 2011, p. 573).

O trabalho de Felizardo e Crispim (2011), apresentado no VII Encontro Paranaense de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais Aplicadas (ENPPEX), da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), teve como objetivo “mostrar a necessidade de trabalhar com a educação ambiental na prática do turismo para sensibilizar os visitantes e a comunidade do entorno para a preservação e conservação desse meio” (FELIZARDO; CRISPIM, 2011, p. 1), fazendo uma abordagem da importância da educação ambiental em áreas protegidas e conservadas, para que o ecoturismo possa acontecer. O objeto do estudo foi o Parque Estadual Lago Azul, Campo Mourão – PR, a partir de revisão bibliográfica em documentos e estudos da UC e entrevistas com seus gestores. Os resultados desta investigação demonstraram que o ecoturismo pode propiciar oportunidades de novos conhecimentos e nova visão de sensibilização, cuidados e respeito do homem para com o meio onde vive, principalmente quando trabalhado no contexto da EA.

Na pesquisa de Simonetti e Nascimento (2012), o objetivo foi “discutir as fragilidades e oportunidades para o turismo na exploração das belezas naturais em UC, um promissor mercado voltado à valoração dos serviços ecossistêmicos” (p. 173). O pano de fundo deste trabalho foi uma avaliação das UC amazônicas, em que se pôde comprovar que “a criação e implementação de UC, especificamente na Amazônia, têm se mostrado uma ferramenta efetiva nas políticas ambientais contribuindo para a gestão ambiental do território e protegendo os patrimônios natural e cultural” (p. 177). Nessa investigação os autores valeram-se na efetividade dos instrumentos da Lei nº 9.985/2000, que institui o SNUC e da Lei nº 11.771/2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. Os resultados apontaram que o uso público, incluindo a visitação turística, é uma estratégia oportuna que pode ser mais estimulada para potencializar os benefícios do turismo; para isso, a atividade deve estar pautada no planejamento e na gestão dessas áreas naturais, assim como na adoção de mecanismos como o pagamento por serviços ecossistêmicos. A conclusão geral dos autores é que para o turismo ser o menos impactante possível ele deve configurar-se “como um elemento capaz de contribuir para o desenvolvimento local e para a resiliência dos ecossistemas”, sendo necessária a sua “ecologização” (SIMONETTI; NASCIMENTO, 2012, p. 174).

O artigo de Valenti *et al* (2012) teve como objetivo realizar um estudo exploratório sobre as ações de educação ambiental desenvolvidas em UC brasileiras em relação ao público, parcerias, linha pedagógica, objetivos, atividades, temas, avaliação e documentos de referência. O estudo analisou, ainda, as possíveis influências do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) nas práticas das UC. A pesquisa utilizou dados de 56 UC

brasileiras coletados em um questionário elaborado para levantar e avaliar as potencialidades e fragilidades das ações de EA e comunicação que vinham sendo trabalhadas nas UC brasileiras e em seu entorno. Os questionários foram enviados, via ofício, aos gestores de todas as UC federais e às Secretarias Estaduais de Meio Ambiente como forma de contemplar, também, as UC estaduais e municipais. O resultado desse trabalho originou o “mapeamento e diagnóstico das ações de comunicação e educação ambiental no âmbito do SNUC” (VALENTI *et al*, 2012, p. 272), divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 2008. Os resultados apontaram que a EA desenvolvida nas UC têm incorporando alguns princípios da EA e das políticas públicas elaboradas nos últimos anos no Brasil. Logo, os autores concluíram que “uma política pública de larga escala, como o ProNEA, é importante para orientar as mudanças desejadas para o campo da EA nas UC (...) não é suficiente para que essas mudanças sejam incorporadas às práticas educativas” (VALENTI *et al*, 2012, p. 282-283). Os autores finalizam o estudo demonstrando a necessidade de “haver processos de formação continuada de educadores ambientais que atuam nas UC e outras estratégias que possibilitem maior repercussão das políticas públicas em seu trabalho cotidiano” (VALENTI *et al*, 2012, p. 283).

O estudo de Quintanilha e Vallejo (2014), publicado nos anais da Revista *Uso público em UC*, Niterói – RJ, teve como proposta a análise do uso público em áreas protegidas a partir da sistematização de 17 atividades educativas que podem ser aplicadas em UC como meio de fortalecimento de vivências e conscientização através da EA. A ideia foi elaborar ações para diversificação das atividades praticadas com os visitantes de UC, como forma de motivação e interação com a natureza. As atividades propostas foram organizadas numa tabela contendo informações como: atividade/estratégias, público alvo, descrição e requisitos; objetivando oferecer um roteiro facilitador para consultas, contendo informações objetivas sobre as atividades e suas aplicações. Com esse trabalho os autores propuseram atividades como: conhecendo a história da UC; observando a diversidade de paisagens na mata; um ecossistema visto de perto; pesquisando a diversidade da flora do Bioma; pesquisando a diversidade da fauna do Bioma; os elementos potenciais da natureza; observando os pássaros; a casa dos animais; a importância do solo; desenhando e observando uma trilha; trilha interpretativa; trilha inclusiva; poluição x natureza; concurso de fotografia (temática ou não); atividades humanas x rios; conhecendo os saberes tradicionais de uma comunidade tradicional; e restaurando o meio ambiente. Na visão de Quintanilha e Vallejo, esse trabalho pode ser realizado por qualquer UC do país, apresentando-se como um meio capaz de diversificar e interagir melhor os visitantes com a sistemática da UC visitada.

A dissertação de Rudzewicz (2006) apresentou o resultado de uma pesquisa em torno do ecoturismo em reservas do Patrimônio Natural e seu papel na conservação dos ecossistemas brasileiros. A autora apresenta o ecoturismo no contexto do ambientalismo, discutindo a importância da conservação dos ecossistemas brasileiros (Amazônia, Caatinga, Costeiros, Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal e Campos Sulinos). Os dados foram obtidos com base na aplicação de questionários de pesquisa, preenchimento de formulários e entrevistas realizadas com proprietários e responsáveis de cada UC selecionada. Em suas conclusões, a autora aponta que no Brasil as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) refletem os novos paradigmas das áreas naturais protegidas ao “oferecerem aos cidadãos brasileiros a possibilidade de engajar-se como parceiro aos esforços públicos na conservação dos ecossistemas do país” (RUDZEWICZ, 2006, p. 153) e aponta, ainda, que no contexto das RPPNs, o “ecoturismo apresenta-se como um instrumento de conservação dos ecossistemas, sob as condições de um planejamento e manejo adequado, considerando as especificidades do ambiente onde se insere” (RUDZEWICZ, 2006, p. 153). Para a autora:

as RPPNs brasileiras que desenvolvem atividades ecoturísticas com o papel de reservas da biodiversidade e do ecoturismo, como instrumento de conservação, têm sido prejudicadas diante um cenário de falta de apoio e planejamento e das necessidades financeiras enfrentadas pelos proprietários. (RUDZEWICZ, 2006, p. 155).

Em relação a esse problema a autora aponta como alternativa promissora “a estrutura de apoio oferecida por organizações diversas e as possibilidades de parcerias com universidades, instituição de ensino e pesquisa, empresas e outras entidades”, no oferecimento de “melhores condições de acesso a recursos e implantação de mecanismos de planejamento e gestão” (RUDZEWICZ, 2006, p. 156).

A dissertação de Mestrado de Maia (2006), resultado de sua pesquisa que teve por objetivo analisar o “enfoque geográfico do uso do espaço enquanto objeto de apropriação pelo turismo” (MAIA, 2006, p. 19) e, ainda, “conceito do uso turístico das UC” (MAIA, 2006, p. 19), em relação ao uso público do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, em Santo Amaro da Imperatriz – SC. Os dados foram obtidos a partir de pesquisa com base qualitativa, de caráter exploratório e com base em métodos quantitativos para coletas de dados a partir da aplicação de questionários aos visitantes; a realização de entrevistas estruturadas com os empresários locais e com o representante do poder público municipal. Segundo a autora, com a utilização desta metodologia, buscou-se estabelecer as características dos visitantes que utilizam os diversos tipos de turismo existentes no município e mostrar a relação dos grupos de visitantes com o uso público do parque, seja de forma positiva ou negativa. Entre suas conclusões

destacam-se: as características físicas e socioeconômicas do município e do parque traduziram as relações de dependência entre o turismo e o ambiente conservado do UC; a região possui aspectos naturais e humanos com alto potencial para a realização de diversas atividades turísticas, tais como o termalismo, o turismo de aventura e o turismo de lazer; para que as atividades sejam praticadas de forma a não comprometer a conservação das áreas utilizadas torna-se necessária uma melhor estruturação e comprometimento das empresas que as oferecem, em ação conjunta com o poder público; para que as práticas turísticas sejam compatíveis com a conservação dos ambientes naturais torna-se necessário e urgente o envolvimento participativo dos mais diferentes atores locais, tais como: universidades, organizações não-governamentais, poder público, empresas privadas, associações de moradores e demais organismos cooperativistas.

Bueno (2006), com sua pesquisa, analisou as relações entre turismo e EA no Polo de Ecoturismo da Ilha de Santa Catarina (PEISC) face às raízes ambientais do ecoturismo e às bases conceituais da EA. O autor utilizou o método de pesquisa qualitativo como forma de compreender o processo de desenvolvimento do fenômeno turístico, utilizando técnicas como a pesquisa bibliográfica, documental e de entrevista estruturada para a coleta de dados. Foram realizadas entrevistas com agentes e operadores relacionados ao ecoturismo e com os gestores responsáveis pela divulgação e administração do destino. Os resultados alcançados pelo autor demonstraram que “os termos ecoturismo e educação ambiental não são novos, mas evoluíram de acordo com a evolução do conceito de meio ambiente” (BUENO, 2006, p. 105); “o ecoturismo, além de representar economicamente um segmento do mercado turístico, também representa uma postura ideológica que se afina aos ideais ambientalistas” (BUENO, 2006, p. 105); “a educação ambiental trabalhada no ecoturismo deve ser a não formal, por estar relacionada aos diferentes espaços não escolarizados (espaços naturais) e por, ao mesmo tempo, não ser promovida de modo informal, ou seja, por meio dos canais de comunicação em massa” (BUENO, 2006, p. 108). Em suas conclusões o autor estabelece que o ecoturismo mesmo possuindo características ambientalistas e de sustentabilidade pode provocar impactos negativos nos locais onde é praticado, o que pressupõe a necessária e urgente utilização de estratégias e ferramentas mensuradoras e mitigadores para tais impactos; as relações existentes entre ecoturismo e EA atuam simultaneamente como meio e como fim em um processo revelador e transformador de atitudes e valores individuais e coletivos, devendo, com isso, ser trabalhados com planejamento e participação, considerando os diversos atores sociais locais que compõem a cadeia produtiva da atividade.

A pesquisa desenvolvida por Mussi (2007) teve como objetivo investigar o processo de gestão participativa e EA em conselhos de UC, tendo como objeto de estudo o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), Teresópolis – RJ. A autora apresenta a importância da gestão participativa e da composição dos conselhos para as UC, como instrumento articulador, defensor e promotor da efetividade da política e dos princípios da UC, resguardando seus interesses e objetivos. Para a autora, os conselhos só serão capazes de cumprir seu verdadeiro papel se estiverem pautados “na legitimidade, na efetividade, na prestação de contas e na equidade” (MUSSI, 2007, p. 92-94).

A pesquisa de Sano (2007) apresentou um estudo comparado da gestão das visitas nos Parques Estaduais Turísticos do Alto da Ribeira (PETAR) e Intervales (PEI). O objetivo principal desta pesquisa foi investigar porque dois parques estaduais tão semelhantes apresentam graus de conservação tão distintos. Para isso, a autora utilizou como variáveis de investigação as formas de gestão das visitas, os recursos humanos disponíveis para as atividades e o fluxo de visita, por meio de pesquisa documental, registro fotográfico; aplicação de questionários com os visitantes e os guias/monitores e entrevistas com os diretores de cada UC. Entre as conclusões da autora destacam-se: o PEI é mais conservado que o PETAR; a gestão do PEI é conduzida pela Fundação Florestal com a participação da comunidade local por meio de uma cooperativa, as visitas são controladas e limitadas, a gestão é autônoma; a gestão do PETAR é conduzida pelo Instituto Florestal - controlado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo e suas dotações orçamentárias, sofre pela falta de coordenação entre o interesse público e o econômico, pela exploração desordenada da UC e pela deterioração de seus atrativos, provenientes de um crescimento exploratório e sem planejamento, a gestão sofre por falta de autonomia. E, finaliza, indicando que “as visitas aos parques, seja na forma de ecoturismo, seja para simples recreação, pode causar resultados díspares, não por causa da natureza da atividade, mas pela forma como é feita a gestão do parque” (SANO, 2007, p. 95); outra solução apontada pela autoria refere-se à formação de parcerias, quem sabe até mesmo entre as UC pesquisadas, como forma de promover o ecoturismo com qualidade ambiental e bem estar para todos os envolvidos neste processo.

A dissertação de Sato (2007) retratou um estudo sobre percepção ambiental e estabelecimento de áreas para educação a partir de um estudo no Parque Nacional Serra do Cipó – MG. A pesquisa foi procedida com levantamento e análise do fluxo de visitantes; entrevistas e reuniões com gestores, funcionários e guias da UC; registro de fotografias; coleta e levantamento de material florístico; e aplicação de questionários aos visitantes, com o

objetivo de averiguar o perfil dos mesmos, suas percepções acerca da UC e suas expectativas, preferências e sugestões em relação às características naturais da UC. Segundo a autora, buscou-se com a pesquisa levantar os componentes da paisagem e da vegetação da UC e avaliar a percepção dos visitantes em relação a estes, como forma de propor áreas paisagísticas e ainda pouco ou não exploradas ao longo das trilhas para funcionarem como espaços de EA. Entre as conclusões, destacam-se: a recomendação ao estabelecimento de manejo dos visitantes como forma de diminuir os impactos ocasionados pela visita; o apontamento de que as atividades de lazer e a beleza da UC são os motivos que levam os visitantes ao local, logo, embora valorizem os elementos naturais, os visitantes não prestam atenção na vegetação ao longo da trilha, o interesse maior é chegar à cachoeira, este fato reforça a importância de trabalhar este elemento como componente de uma EA em relação ao meio ambiente e seus organismos; e o apontamento de que os visitantes demonstram bom interesse em realizar atividades diversificadas na UC, inclusive práticas de EA. E, finaliza, apontando que é necessário o desenvolvimento e o oferecimento de um programa de EA voltado para “ecoturistas”, alunos, professores e demais visitantes, elaborado tanto com base nas características e condições da UC quanto nas características sócio econômicas de seus visitantes e nas experiências e demandas dos elementos utilizados no programa no decorrer do tempo.

Já o trabalho de Silva (2008) apresentou um estudo sobre turismo em UC, propondo contribuições para a prática de uma atividade turística sustentável no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM). O autor buscou investigar os atributos cênicos da UC; as limitações para o manejo de uso público; o aumento, significativo, no fluxo de visitantes e os conflitos existentes com as comunidades do entorno, com o objetivo de compreender em que medida a organização da atividade turística no município de Barreirinhas – MA contribui para o desenvolvimento de um turismo sustentável no PNLM. A técnica de investigação baseou-se em amostragens quantitativas e qualitativas com base em roteiros de entrevistas do tipo semiestruturado e aplicação de questionários como perguntas abertas e fechadas com visitantes, população do entorno, gestores, guias e funcionários do PNLM. Os resultados apontaram três tendências: opostas – indo ao encontro dos propósitos de gestão do PNLM com o poder público e *trade* turístico local; diferenciadas – lógica ambiental do órgão gestor do PNLM e das comunidades residentes no entorno; e complementares – aninhando em linha os ensejos do poder público e *trade* turístico. Ao relacionar o processo de desenvolvimento turístico do município de Barreirinhas, em função do Parque, o autor conclui que esta relação tem originado: dificuldades em gerir o avanço da atividade turística local; conflitos sobre o

remanejamento das comunidades locais; embates decorrentes dos interesses opostos entre a gestão ambiental do Parque e o desenvolvimento turístico do município; impactos negativos sobre os recursos naturais e sobre a comunidade local, o que demonstra nenhum aspecto de sustentabilidade aparente. E, finaliza, indicando que, para a sustentabilidade do destino, o PNLN precisa ser disponibilizado para o uso público com base em atividades recreativas, interpretativas e de EA, com o compromisso e participação ativa de todos os envolvidos com a atividade turística e com respeito aos ecossistemas e aspectos culturais do destino.

Com seu estudo, Oliveira (2008) procurou analisar o contexto atual do ecoturismo desenvolvido no Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG) – RJ, a partir do envolvimento dos atores sociais locais, investigando a percepção ambiental e a interpretação turística que os mesmos possuem. A pesquisa foi desenvolvida a partir de análise quantitativa, baseada em pesquisa bibliográfica, documental, observação direta e realização de entrevistas a interlocutores envolvidos com a atividade. Os resultados apontaram que, na interpretação dos moradores locais, o turismo atualmente desenvolvido no PEIG é contraditório e incompatível com a proposta de preservação da natureza, pois está associado ao crescimento desordenado da oferta e da demanda turística. E, ainda, que existe pluralidade de percepções e interpretações sobre a atividade turísticas; falta de informação sobre as normas e leis ambientais; tensões de identidade da população nativa da ilha (“badjecos”) e sentimento de insegurança dos moradores locais em relação ao processo de proteção da natureza. A conclusão da autora é que: os moradores, em geral, reconhecem a importância do desenvolvimento do turismo; logo, a maioria não entende a natureza preservada pelo PEIG como uma das principais motivações turísticas e desconhecem que o conceito de ecoturismo pressupõe o envolvimento das populações locais e a promoção do seu bem-estar. Por fim, conclui que o maior desafio do PEIG é alinhar a ação governamental, dos agentes econômicos e da população local no desenvolvimento do turismo com a preservação da natureza a partir de uma política endossada pelo planejamento e gestão participativa dos recursos naturais e culturais, pautando-se no “tripé da sustentabilidade, social, econômica e ambiental” (OLIVEIRA, 2008, p. 96), dando voz e vez a todos, principalmente à população local.

A tese de doutorado de Branco Filho (2010), apresentou o resultado da pesquisa a respeito da eficácia do planejamento turístico sustentável em UC, a partir do estudo do Parque Estadual Delta do Jacuí (PEDJ) – RS. O trabalho é caracterizado por uma metodologia que inclui e prioriza o trabalho de campo, técnicas de imagens e métodos de abordagem qualitativa, a partir de levantamentos bibliográficos e pesquisa etnográfica, a partir de entrevistas e aplicação de questionários com os moradores locais, visando compreender a

complexidade e a contextualização das comunidades situadas no entorno do rio Jacuí no tocante à utilização dos espaços, inclusive para a atividade turística. Em suas conclusões o autor, demonstra que: “o turismo vem crescendo de forma muito intensa em tudo o mundo e, particularmente, no Brasil” (BRANCO FILHO, 2010, p. 240), mas que se não for gerida e planejada pode comprometer por completo as potencialidades naturais e culturais dos destinos, transfigurando paisagens, regiões e lugares; a atividade turística deve pautar-se na sustentabilidade socioeconômica e ambiental, principalmente quando fomentada em lugares protegidos ambientalmente; a atividade deve promover a participação ativa de todos os envolvidos no setor, principalmente valorizando as comunidades tradicionais. Em suas conclusões finais, o autor atesta que uma alternativa viável e promissora para a região é o desenvolvimento do “turismo ecológico de base comunitária”, com a formatação de “um produto turístico sustentável, baseado em passeios ecológicos, contato e intercâmbio com a cultura das comunidades ribeirinhas, valorização da produção artesanal, da história e do ecossistema local” (BRANCO FILHO, 2010, p. 245) e que “vise ao equilíbrio ambiental, ao menor impacto ecológico e à preservação dos valores sociais” (BRANCO FILHO, 2010, p. 246).

A tese de doutorado de Suarez (2010) buscou estudar o processo de desenvolvimento turístico do município de Vargem – SP, situado na Área de Proteção Ambiental do Sistema Cantareira e seus desdobramentos na qualidade de vida da população local. Para isso a autora propôs identificar e avaliar as estratégias adotadas pelos gestores locais em relação ao turismo sustentável e avaliar se estas estão associadas à conservação ambiental e à melhoria da qualidade de vida local e, ainda, analisar as percepções dos atores sociais em relação à atividade turística. A obtenção destes elementos apoiou-se em procedimentos exploratórios com base em registros e documentos bibliográficos e no trabalho de campo com base na realização de visitas técnicas e entrevistas com diferentes atores sociais e com a demanda turística do município. Os resultados levantados apontaram: a existência de um conflito de percepções e ações entre os atores sociais, principalmente, no que tange a questão relacionada à política pública local; e a presença de fragilidade interna de gestão marcada pela pequena representatividade sociopolítica da população local. Entre as conclusões, a autora aponta que, para se alcançar a sustentabilidade turística no município é preciso que a atividade seja desenvolvida a partir de um planejamento participativo, com base nas potencialidades de desenvolvimento futuro e envolvimento da comunidade local. E finaliza, indicando que este planejamento deve considerar os interesses e arranjos produtivos locais e respeitar as

singularidades com vistas aos benefícios para o poder público, iniciativa privada e comunidade local.

Bacchi (2013), com sua pesquisa, analisou o ecoturismo e a EA face ao estudo do Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virgínia, São Paulo – SP, a partir das práticas realizadas no local e da disposição dos gestores e visitantes quanto às premissas do ecoturismo, entre elas a EA. O objetivo foi fazer uma análise quanti-qualitativa da EA realizada nas atividades de ecoturismo. O local é caracterizado pela presença de grandes atrativos ecoturísticos e sua visitação é baseada em atividades como trilhas e *rafting*. O estudo baseou-se na aplicação de questionários aos turistas, entrevistas semiestruturadas com os monitores ambientais, com a operadora que atua no local e com o gestor da UC, além de observação participante nas trilhas e descida de bote. Os resultados da pesquisa apontaram que: o avanço da atividade não vem sendo acompanhado pelo desenvolvimento da prática educativa, necessitando mais estudos que analisem situações locais da EA no ecoturismo; a maioria dos visitantes está aberta à EA nos passeios realizados, sendo motivados a praticar o ecoturismo para ter contato com a natureza e aprender algo novo; os gestores e monitores demonstram esforços para realizar a prática educativa, mas falta uma definição clara por parte destes do que seria a EA. Em face aos resultados apontados, o autor tece a seguinte conclusão: “para que a EA venha a contribuir de uma maneira mais ativa e presente nas mudanças de valores e comportamentos individuais dos turistas, é necessário que a prática educativa faça parte efetiva dos programas de ecoturismo” (BACCHI, 2013, p. 123) e é imprescindível que “a EA tem que ser planejada conforme a realidade de cada localidade e para tanto mais estudos devem ser realizados nos diversos ambientes onde o ecoturismo ocorre” (BACCHI, 2013, p. 123).

E finalmente, a pesquisa de Hirata (2013) que pesquisou sobre a gestão da visitação em UC a partir de um estudo de caso sobre o Parque Estadual de Campos do Jordão – PECJ. A investigação apoiou-se em metodologias como revisão de literatura, análise de documentos e legislação pertinente, vista a campo, entrevista com gestores e prestadores de serviço da UC e aplicação de questionários com os visitantes; motivada por questionamentos a respeito das modificações da gestão do PECJ desde a criação do Sistema Estadual de Florestas (SIEFLOR), São Paulo, em 2006 e a percepção dos envolvidos sobre as ações voltadas ao uso público. Entre os resultados da pesquisa, o autor demonstra a avaliação positiva das mudanças significativas no direcionamento da gestão do parque e na adoção de medidas para melhorar a qualidade da recepção dos frequentadores; e a satisfação dos visitantes com os atrativos e com a experiência da visita, apontando, que as principais reivindicações dos visitantes referem-se a

uma maior infraestrutura e o atendimento de mais monitores ambientais. Em suas conclusões, o autor aponta a urgente necessidade de programas de EA e interpretação ambiental, em especial de medidas que tornem esses programas consistentes, envolventes e contínuos, interagindo com o visitante e levando-o a percebê-la como uma oportunidade de crescimento pessoal e identificável com os valores da UC. E, finaliza, demonstrando que a comunicação entre o parque e o visitante deve ser eficiente, presente e aperfeiçoada constantemente; e que o estabelecimento de parcerias com setor público, setor privado e comunidade local apresenta-se como estratégia eficiente para a divulgação e aperfeiçoamento do parque.

De acordo com o que foi apresentado nessas pesquisas ressalta-se os principais entraves para a gestão e manutenção das UC, para as práticas do ecoturismo e para a inserção e desenvolvimento das premissas da EA em áreas protegidas. Torna-se importante o estudo e aperfeiçoamento das UC no sentido de interagir melhor com os visitantes, abrindo-se para uma gestão participativa e desenvolvendo atividades capazes de interagir melhor com os visitantes e promover a EA. O levantamento listou os principais problemas das UC no que diz respeito ao uso público, entendimento e compreensão dos visitantes a respeito da existência dos parques e da prática da EA, abrindo campo para discussões em torno desta sistemática e busca de alternativas para melhor e maior envolvimento do público frequentador de áreas protegidas.

2.2 Unidades de conservação e o uso público

Os problemas ambientais estão presentes em todos os territórios, as escalas são as mais variadas possíveis, indo de situações locais até mesmo aqueles de escala global. Dentre aqueles que se apresentam em escala global pode-se citar a perda da diversidade biológica e genética (FREITAS, 2009, p. 14). Como forma de conter este problema mundial, os governos municipal, estadual e federal e entidades particulares têm procurado criar áreas de proteção como forma de conservar a natureza em seus territórios. Nesta perspectiva, o principal objetivo da criação destes espaços é a conservação das características ecológicas mais importantes em cada região, como as espécies ameaçadas de extinção e as paisagens de beleza cênica própria (FREITAS, 2009, p. 14).

Em conjunto com a criação destes espaços e a sua disponibilização ao uso público para visitantes foram sendo inseridas novas propostas, além da conservação de espécies e paisagens cênicas. O desenvolvimento científico, a existência dos impactos ambientais oriundos da exploração dos recursos naturais, as atividades industriais e a extinção das

espécies, promoveram o surgimento de uma nova razão de ser para as áreas protegidas: “a conservação da biodiversidade dentro de bases sustentáveis, estimulando o uso racional de recursos naturais e o manejo de espécies” (FREITAS, 2009, p. 14).

Considerando este viés e, de acordo com Freitas (2009, p. 14), a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) estabeleceu seis categorias para o manejo de áreas protegidas: Reserva Estrita da Natureza/Área Selvagem; Parque Nacional; Monumento Natural; Área de Manejo de Habitat/Espécie; Paisagem/Costa Protegida; Áreas Protegida de Manejo de Recursos. Segundo o autor, esta classificação propõe subsidiar a criação de sistemas nacionais de áreas protegidas, dentro de uma linguagem universal.

A IUCN é uma organização internacional dedicada à conservação dos recursos naturais. Foi fundada no ano de 1948 e localiza-se em Gland, na Suíça. A organização agrega 84 nações, 112 agências de governo, 735 ONGs e milhares de cientistas e especialistas de mais de 181 países, colocando-se como uma das organizações ambientais mais importantes do mundo. Sua missão é “influenciar, encorajar e assistir sociedades em todo o mundo na conservação da integridade e biodiversidade da natureza, e assegurar que todo e qualquer uso dos recursos naturais seja equitativo e ecologicamente sustentável” (IUCN, 2014, p. 2).

No Brasil, foi criado em 2000, a partir da Lei nº 9.985, de 18/07/2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O SNUC é um “um conjunto de diretrizes e procedimentos oficiais que possibilitam às esferas governamentais federal, estadual e municipal e à iniciativa privada a criação, implantação e gestão de UC, sistematizando assim a preservação ambiental no Brasil” (SOUZA *et al*, 2011, p. 9).

Segundo Medeiros e Araújo (2011, p. 12), atualmente, o SNUC é composto por 310 unidades federais, 397 estaduais, 60 municipais e 973 RPPN. Em tamanho, as UC brasileiras abrangem cerca de 1.299.182km² do território continental e marinho nacional. Do total, 748.397km² pertencem à esfera federal, 546.523km² à estadual e 4.262km² à municipal. Em relação à área continental o SNUC protege cerca de 15,0% (1.273.764km²) de seu total, sendo que: 998.416km² estão na Amazônia (23,8% do bioma); 52.610km² estão na Caatinga (6,2% do bioma); 133.901km² estão no Cerrado (6,6% do bioma); 76.955km² estão na Mata Atlântica (6,9% do bioma); 4.678km² estão no Pampa (2,6% do bioma) e 7.205km² estão no Pantanal (4,8% do bioma).

Medeiros e Araújo (2011) apontam que o SNUC teve sua origem nos anos 1970, quando o antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), apoiado pela ONG Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, criou o Plano do Sistema de Unidades

de Conservação do Brasil, publicado oficialmente em 1979. Este plano apresentava os objetivos específicos necessários à conservação da natureza no Brasil e propunha novas categorias de manejo dos recursos naturais. Uma segunda etapa do plano, elaborada pelo IBDF, foi sancionada pelo governo em 1982 e publicada sob o seu nome e siglas atuais - SNUC. Naquela época o sistema não possuía teor legal, tornando necessária a elaboração de uma lei que incorporasse os conceitos definidos no mesmo, e que fornecesse os mecanismos legais para a categorização e o estabelecimento de unidades de conservação no Brasil. A ONG Fundação Pró-Natureza (FUNATRA), com recursos fornecidos inicialmente pela Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), pelo IBDF e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), formaram um grupo de especialistas que, a partir de julho de 1988, propôs revisar e atualizar o documento e o conjunto de categorias de unidades de conservação, incluindo a elaboração de um Anteprojeto de Lei, para dar suporte legal ao Sistema. Os trabalhos, concluídos ainda em 1989, foram publicados pelo IBAMA e pela FUNATRA, sendo extensivamente discutidos no Executivo, no Legislativo e em diversas consultas públicas. Após sofrerem modificações, os estudos foram finalmente publicados na forma da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e regulamentados pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

De acordo com este Decreto, O SNUC tem por objetivo maior promover a conservação da natureza no Brasil e fornecer mecanismos legais ao governo federal, estadual e municipal e à iniciativa privada para que estes entes possam:

- Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- Proteger as características de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, paleontológica e cultural;
- Proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

- Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

A Lei do SNUC estabelece, ainda, que toda UC criada no país deve elaborar seu planejamento objetivando promover sua integração à vida econômica, social e cultural das comunidades vizinhas; e definir Plano de Manejo e Zona de Amortecimento, objetivando compatibilizar os usos da terra com a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais e promover a integração e interação da UC às demais atividades desenvolvidas no território.

Pelo exposto, a lei do SNUC define UC como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. (BRASIL, 2000, p. 1).

De acordo com Muhle (2012) o conceito de UC, como conhecemos na atualidade, surgiu em 1872 com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos. O parque foi criado com a finalidade de preservar os recursos cênicos, históricos e as potencialidades de lazer, após esta primeira iniciativa, outras UC foram criadas em território americano, como forma de controlar o processo de colonização do oeste americano.

No Brasil, a criação de áreas protegidas objetivando a conservação da biodiversidade só ganhou força em meados do século XX. Registros históricos, e assim como aponta Muhle (2012, p. 1), retratam que a primeira iniciativa brasileira para a criação de uma área protegida aconteceu em 1876 quando o Engenheiro André Rebouças sugeriu a criação de dois parques nacionais, um em Sete Quedas e outro na Ilha do Bananal. Isso não aconteceu. Foi somente em 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, que foi criado o primeiro Parque Nacional Brasileiro, o Parque Nacional de Itatiaia (MUHLE, 2012, p. 1), situado no Maciço do Itatiaia, na Serra da Mantiqueira, entre os estados do RJ e MG.

As UC da esfera federal do governo são administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Natureza (ICMBio); as da esfera estadual são administradas, geralmente,

pelas Secretarias Estaduais do Meio Ambiente; e as da esfera municipal são administradas pelas Prefeituras, tendo a gestão vinculada às secretarias, superintendências ou departamentos do Meio Ambiente e, de acordo com o SNUC, a criação, gestão e uso público devem atender os pressupostos legais determinados pela Lei 9.985/2000.

O SNUC prevê doze categorias complementares de UC, que devem estar organizadas de acordo com seus objetivos de manejo e tipos de uso, distribuindo-as em dois grandes grupos (BRASIL, 2000, p. 4-10):

- Unidades de Proteção Integral: o objetivo dessa categoria é a preservação da natureza, sendo admitido o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei do SNUC. Esta categoria subdivide-se em outras cinco tipos: Estação ecológica; Reserva biológica; Parque Nacional; Monumento natural; e Refúgio de vida silvestre;
- Unidades de Uso Sustentável: o objetivo dessa categoria é compatibilizar a conservação da natureza com o uso direto de parcela dos seus recursos naturais, ou seja, é aquele que permite a exploração do ambiente, porém mantendo a biodiversidade do local e os seus recursos renováveis. Esta categoria subdivide-se em outras sete categorias: Área de relevante interesse ecológico; Reserva particular do patrimônio cultural; Área de proteção ambiental; Floresta nacional; Reserva de desenvolvimento sustentável; e Reserva extrativista.

O quadro a seguir (Quadro 04) apresenta as categorias e subcategorias de UC brasileiras e suas descrições.

Quadro 04: Categorias e subcategorias de UC e suas descrições

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	DESCRIÇÃO
UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL	Estação ecológica	É uma área de posse e domínio público que serve à preservação da natureza e à realização de pesquisas científicas; a visitação pública é proibida, exceto com objetivo educacional; as pesquisas científicas dependem de autorização prévia do órgão responsável.
	Reserva biológica	Destinada à preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos.
	Parque Nacional	Seu objetivo básico é a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e de beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
	Monumento natural	Área com objetivo de preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

Quadro 04: Categorias e subcategorias de UC e suas descrições (Continuação).

UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL	Refúgio de vida silvestre	Destinado à proteção de ambientes naturais que asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.
UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL	Área de relevante interesse ecológico	Áreas, no geral, de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, exibindo características naturais extraordinárias ou que abrigam exemplares raros da biota regional, tendo como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.
	Reserva particular do patrimônio natural	É uma área de posse privada, gravada com perpetuidade, objetivando conservar a diversidade biológica.
	Área de proteção ambiental	Área, geralmente extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
	Floresta nacional	É uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.
	Reserva de desenvolvimento sustentável	Área natural que abrigam populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações, adaptados às condições ecológicas locais, que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.
	Reserva de fauna	É uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para realizar estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
	Reserva extrativista	É uma áreas utilizada por populações locais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Seus objetivos básicos são proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2014. – Adaptado por meio do MMA e do SNUC.

Segundo Barros (2003) as UC que possuem a categoria de serem espaços para visitação são criadas, quase que exclusivamente, mediante a justificativa de possibilitarem o acesso das pessoas às áreas protegidas. Para a autora:

acredita-se que o contato com a natureza traga muitos benefícios aos indivíduos e que as áreas protegidas podem desempenhar um importante papel de formadores de consciência ambiental, quando o indivíduo estabelece uma relação participativa com elas. Neste momento a natureza deixa de ser um ambiente estranho para tornar-se espaço de desenvolvimento pessoal, aproximando-se da sociedade e, portanto de suas ações (BARROS, 2003, p. 5).

Em relação aos valores associados ao estabelecimento de áreas naturais protegidas, Barros (*apud* WALLACE; DRIVER, 2003, p. 5-6) aponta sete características, a saber:

- Valor de conservação de áreas representativas dos ecossistemas e manutenção da diversidade genética e dos processos ecológicos;
- Valor científico e educativo, pois as áreas protegidas englobam infinitas possibilidades de aprendizado e pesquisa científica;
- Valor histórico e cultural, representado pelo espaço ocupado pelos povos indígenas e pelo local de desenvolvimento da ocupação do território nacional;
- Valor estético, que vai além da beleza cênica e é fonte de inspiração para artistas, escritores e fotógrafos;
- Valor econômico, que abrange a produção de água, madeira e minerais, abrangendo, ainda, materiais, serviços e equipamentos para serem usados em atividades na natureza;
- Valor recreativo e terapêutico, já que a natureza é componente fundamental em programas que visam o desenvolvimento do caráter, da sanidade e da qualidade de vida das pessoas;
- Valor espiritual, que representa temas como celebração, unidade e continuidade, um valor intrínseco, pois além dos benefícios utilitários que a natureza traz ao homem, existe o valor da criação por si mesma e o direito de todos os organismos de existir.

Barros (*apud* HENDEE *et al*, 2003, p. 7) descreve ainda, cinco principais tipos de uso público em UC, a saber:

- Uso público recreativo: a recreação é o tipo de uso público mais óbvio presente em uma unidade de conservação e envolve o maior número de visitantes diretos, causando impactos e representando um grande desafio de manejo;
- Uso público comercial: diversas unidades de conservação apresentam a exploração comercial do uso público através de guias e empresas de ecoturismo, pousadas e hotéis, lanchonetes e restaurantes;
- Uso científico: um dos maiores valores das unidades de conservação é o seu potencial para o uso científico. As áreas naturais protegidas servem como um laboratório, particularmente para estudo de ecologia e outras ciências naturais, pois oferecem condições relativamente naturais e não modificadas; os pesquisadores também são considerados visitantes;
- Uso educacional: unidades de conservação também são utilizadas com propósitos educacionais, como viagens de campo acadêmicas, programas de educação e interpretação ambiental e cursos sobre técnicas de atividades ao ar livre como

acampamento, escalada em rocha e montanhismo. As áreas naturais têm um importante valor como locais únicos para o desenvolvimento de diversos processos educativos;

- Desenvolvimento pessoal: embora ainda, incipientes, existem diversas iniciativas de programas que utilizam a natureza e a aventura no desenvolvimento de valores como autoconfiança, trabalho em grupo, comunicação e liderança. O ambiente natural também é visto como local para o desenvolvimento espiritual das pessoas.

Pelo exposto, as UC são lugares para serem visitadas e apreciadas com os mais diversos usos e fins, podem ser citados os usos de recreação e lazer, pesquisa científicas, contato com a natureza, alívio das tensões, entre tantos outros. O próprio SNUC estabelece em seus objetivos que “as atividades recreativas, educacionais e de interpretação ambiental, devem ser promovidas pelas unidades de conservação de acordo com o propósito de cada categoria de manejo” (BRASIL, 2000, p. 3).

O uso público em áreas protegidas deve ser uma tarefa muito bem conduzida e planejada, possuindo e respeitando os Planos de Manejo e as áreas de amortecimento das UC. Esta tarefa não é fácil, muitas vezes pela falta e/ou inobservância do manejo, ou ainda, pelo descaso por parte dos gestores. Barros (2003) considera a busca do equilíbrio entre crescimento da visitação pública e equilíbrio da utilização dos recursos naturais como uma das tarefas mais árduas em relação à gestão do uso público de áreas públicas. Para a autora:

O crescimento do uso público em áreas naturais protegidas tem implicações ambientais, econômicas e sociais. Pesquisadores, administradores e técnicos da área ambiental veem-se frente ao grande e crescente número de visitantes e seus impactos associados. Planejar o uso total e acomodar o crescimento futuro da visitação pública e, ao mesmo tempo, alcançar um equilíbrio apropriado da conservação dos recursos naturais representa um desafio considerável para os profissionais da área (BARROS, 2003, p. 1).

No contraponto desta perspectiva emerge a busca por locais protegidos, com diversidade de recursos naturais por um número cada vez maior de adeptos pelo mundo afora. A busca por práticas como o ecoturismo têm se transformado numa constante em todos os cantos do planeta, os objetivos são os mais diversos, como a busca contínua de contato e integração com a natureza, práticas recreativas e alívio da tensão e do estresse do dia a dia (COSTA, 2002, p. 68). Barros (2003, p. 2) aponta que as práticas recreativas e de interação com os visitantes ainda precisam de constantes estudos e planejamento por parte dos gestores de UC brasileiras. O autor chama atenção a esta problemática ao estabelecer que:

o aumento do número de pessoas que buscam o convívio com os ambientes naturais e a prática das atividades ao ar livre, além da diversificação dessas atividades, agravam a necessidade de adequação das unidades de conservação para receber esse uso, através de ações de planejamento e manejo. Entre elas estão as alternativas e estratégias destinadas a lidar com os impactos que a visitação causa ao meio ambiente, aos processos naturais e à experiência do próprio visitante... o Brasil dispõe de pouco informação e exemplos bem sucedidos sobre este assunto. Isso faz com que, na maioria dos casos o uso público seja visto como um grande problema e o aumento dos impactos causados pela recreação seja manejado principalmente através da restrição ao uso, fechamento de áreas e maior regulamentação das atividades, gerando conseqüentemente a diminuição das alternativas de atividades disponíveis e a restrição da liberdade do visitante (MEDEIROS; ARAÚJO, 2011, p. 14).

Segundo Medeiros e Araújo (2011), é de suma importância que as UC estabeleçam sistemas de gestão de manejo, colocando-os em prática. Os autores apontam que, atualmente, o modelo de gestão das unidades apresenta caráter mais administrativo do que de manejo de conservação, ocasionando restrições ao uso, diminuição de alternativas de atividades e até o fechamento de unidades, como apontado por Barros (2003, p. 2).

Medeiros e Araújo (2011) apontam a falta de planos de manejo e a falta de formação e atuação dos conselhos gestores como um grande entrave para o a manutenção das UC, impedindo-as de atingir seus objetivos e de garantir a sustentabilidade das ações elaboradas, o que pode ocasionar desinteresse e descrédito pelas unidades por parte de visitantes, população local, empresários e governantes, marcando, com isso, a falta da gestão participativa, tão importante para a efetiva implementação de UC. Os autores pontuam que:

A falta de planos de manejo em cerca de 78% das unidades de conservação federais e estaduais é uma clara limitação para a efetiva implementação de unidades de conservação. A realidade dos estados é preocupante, das 397 unidades de conservação estaduais, 340 unidades ainda não possuem plano de manejo, sendo que apenas dois estão em fase de elaboração. O mesmo ocorre com a criação dos conselhos gestores das unidades, que apesar de estarem instituídos apenas em 179 unidades de conservação federais e 77 estaduais, foi somente após a Lei do SNUC que eles passaram a ser obrigatórios na gestão de uma unidade de conservação. A Lei considera a importância da gestão participativa, pois prevê que cada unidade de conservação tenha seu conselho gestor, o qual deve ser constituído por representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil, da população local, entre outros (MEDEIROS; ARAÚJO, 2011, p. 14).

Pelo que se percebe, mesmo que a gestão participativa esteja condicionada à Lei do SNUC, falta articulação e reconhecimento da importância deste instrumento para a manutenção e efetiva implementação das UC. Na visão de Medeiros e Araújo (2011), torna-se necessário fortalecer a participação social na gestão das UC, fazendo com que a população local, o setor público, o setor privado e as entidades não governamentais compreendam os benefícios sociais e econômicos que a unidade pode proporcionar. Estes atores sociais devem

ser levados para dentro das unidades e inseridos no processo de gestão, agindo de modo participativo e possibilitando a sustentabilidade para ambas as partes. Cabe aos gestores dessas áreas motivarem e desenvolverem projetos que visem esta participação, colocando-os em prática e permitindo a correta efetividade do uso público.

2.3 Ecoturismo: possibilidades e práticas em áreas protegidas

Sob a ótica da difusão da atividade turística a partir de atividades sustentáveis e com maior consciência ecológica, Kinker (2002) destaca como atividade promissora, dentro desta vertente, a prática do ecoturismo, atividade relativamente nova, mas com grande capacidade de promover a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável. O autor discute esta possibilidade ao mencionar que:

o ecoturismo é um segmento relativamente novo do turismo de natureza. O que o diferencia dos outros é que ele abrange em sua conceituação a experiência educacional interpretativa, a valorização das culturas tradicionais locais, a promoção da conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável. Diferentemente do turismo de caça e pesca, usam-se os recursos naturais de forma indireta, isto é, não se retira nada do ambiente, que é apenas apreciado. (KINKER, 2002, p. 9).

O referido autor pondera que o ecoturismo, além de promover a preservação e a conservação natural e cultural, gerar recursos e frentes de emprego locais, levar à união dos setores envolvidos com a atividade e promover o bem-estar mútuo, apresenta, ainda, o diferencial de permitir que os recursos naturais sejam desfrutados apenas pela apreciação e não por atitudes de posse, além da aplicação dos princípios e valores éticos, do comportamento do turista, do conceito de sustentabilidade com desenvolvimento e do aspecto educacional (KINKER, 2002, p. 9).

Segundo o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) no Brasil, a primeira terminologia utilizada para caracterizar o mercado foi a de “turismo ecológico”, isso no final da década de 1980, “antes a atividade era realizada de forma inadequada e por poucos adeptos” (EMBRATUR, 1994, p. 12). Foi nesta época que começou a existir uma preocupação governamental contando com o apoio do IBAMA e da Embratur para organizar o mercado. Em 1990 foi determinado o uso de um termo mais característico, o ecoturismo, ficando definido pela Embratur como:

Ecoturismo é o turismo desenvolvido em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza, bem como oferecer aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando a

formação de uma consciência ecológica. (EMBRATUR, Manual de Ecoturismo, 1994, p. 5).

Essa definição foi reformulada pela Embratur, por meio das diretrizes para uma política nacional de ecoturismo, definindo-o como: “segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (Embratur, p. 27).

Ao se analisar a evolução do conceito, observa-se que o mesmo partiu de uma abordagem puramente natural, acoplando elementos culturais, sociais e econômicas, uma vez que a base de sustentação do ecoturismo é segundo Costa (2002, p.31), “uma atividade econômica, que promove o uso sustentável dos recursos, busca a conscientização ambiental e envolve as populações locais”.

Segundo a autora:

muitas pessoas ainda confundem e utilizam os termos ecoturismo e turismo ecológico como sinônimos adequados ao segmento do turismo. Apesar da semelhança, o uso da terminologia turismo ecológico há muito foi descartada pelos órgãos oficiais, nacional e internacional. Tanto o Ibama quanto a Embratur, órgãos responsáveis pelo setor, utilizam o termo ecoturismo no Brasil, como o fazem também a Organização Mundial do Turismo (OMT) e a *Ecotourism Society*. É relevante frisar a importância da utilização da terminologia correta. Quer o estudioso do assunto quer o empreendedor com fins comerciais, preocupados com a atitude profissional, demonstram assim conhecimento da área, interesse e responsabilidade pelo assunto (COSTA, 2002, p. 30-31).

Nesta perspectiva pode-se considerar o ecoturismo como uma atividade alternativa, capaz de aproximar o turista/visitante com o meio natural e o meio cultural dos locais visitados por eles, proporcionando momentos de lazer, entretenimento e aprendizado, sem com isso impactar negativamente o local visitado. Autores como Wearing e Neil (2001) retratam a essencial alternativa da atividade ecoturística, destacando que:

Assim, “turismo alternativo” é o oposto ao que é visto como negativo ou prejudicial do turismo convencional: caracteriza-se pela tentativa de minimizar o visível impacto ambiental e sociocultural negativo das pessoas em férias, promovendo abordagens diferentes em relação ao turismo convencional (WEARING; NEIL, 2001, p. 2).

Com essa abrangência, pode-se, ainda, considerar o ecoturismo sob uma vertente interpretativa dos locais onde é praticado, como uma atividade de mínimo impacto. Essa sistemática fica enfatizada por Wearing e Neil (2001), ao considerarem que:

Em termos mais simples, o ecoturismo pode ser geralmente descrito como um turismo interpretativo, de mínimo impacto, discreto, em que se busca a conservação,

o entendimento e a apreciação do meio ambiente e das culturas visitadas. Trata-se de uma área especializada do turismo que inclui viagens para áreas naturais, ou áreas onde a presença humana é mínima, em que o ecoturista envolvido na experiência externa uma motivação explícita de satisfazer sua necessidade por educação e consciência ambiental, social e/ou cultural por meio de visita à área e vivência nela (WEARING; NEIL, 2001, p. 5).

Seguindo a linha de pensamento mencionada anteriormente, os autores estabelecem as características do turismo alternativo (WEARING; NEIL, 2001, p. 4), como sendo:

- A tentativa de preservação, proteção e aumento da qualidade do recurso-base, que é fundamental para o próprio turismo;
- A promoção fomentadora e ativa do desenvolvimento referente a atrações especiais para o visitante e infraestrutura com raízes na localidade específica e desenvolvida de modo que se complementem os atributos locais;
- O apoio à infraestrutura (portanto, o crescimento econômico), quando e onde ele melhora as condições locais, e não quando é destrutivo ou supera a capacidade de sustentação do ambiente natural ou os limites do ambiente social, pelo que a qualidade de vida da comunidade é afetada de modo desfavorável;
- O turismo que procura minimizar seu impacto sobre o meio ambiente, sendo ecologicamente sadio, evitando os impactos negativos de numerosos projetos turísticos de larga escala empreendidos em áreas onde não foram previamente desenvolvidas;
- A ênfase na sustentabilidade, não só ecológica, mas também cultural, ou seja, o turismo que não prejudica a cultura da comunidade anfitriã, estimulando o respeito pelas realidades culturais vivenciadas pelos turistas, por meio da educação e dos “encontros” organizados.

Pelo exposto, é possível delinear que a matéria-prima base para o desenvolvimento de atividades turísticas de contato com a natureza, como no caso do ecoturismo, é o ambiente de áreas naturais, como as áreas naturais protegidas. Fennell (2002) afirma essa compreensão ao mencionar que “os recursos naturais, a conservação e parques são os fundamentos do ecoturismo” (FUNNELL, 2002, p. 73). Esta funcionalidade ficou ainda mais aparente a partir da instituição do SNUC que, em seu art. 4º, inciso XII, estabeleceu essa prática com um de seus objetivos: “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (SNUC, 2000, p. 3).

Dessa forma, as áreas de proteção ambiental, como os Parques Estaduais, são locais onde atividades como o ecoturismo é incentivado e propiciado, fazendo parte do Plano de

Manejo e do sistema de uso público dessas áreas, como no caso do PESCaN, objeto de estudo do presente trabalho, que incentiva a prática como um dos objetivos de seu Plano de Manejo: “estabelecer programas de visitas ecológicas e de lazer, possibilitando as atividades de recreio e de turismo, ligados aos recursos do parque e compatíveis com o meio ambiente do mesmo” (SEMARH/GO, 1998, p. 157); e, ainda, por meio de seu programa de uso público, no subprograma de recreação e lazer: “promover e desenvolver atividades de recreação e lazer, com total harmonia com o meio ambiente, de modo a não lhe causar impactos” e “promover, sempre que possível, o enriquecimento dos conhecimentos ambientais dos visitantes, com passeios e informações agradáveis e estimulantes” (SEMARH/GO, 1998, p. 168).

Os programas de uso público de áreas protegidas devem ater-se aos elementos de motivação buscados pelos ecoturistas, como a busca pelo contato com a natureza e o encantamento pelo inesperado, elementos considerados como os motivadores de viagem mais importantes para este público. Esta vertente é discutida por Wearing e Neil (2001), ao considerarem que:

Enquanto as formas mais convencionais de turismo modificam o meio ambiente circundante para satisfazer as necessidades específicas de seus clientes, os ecoturistas não esperam nem desejam modificações substanciais no meio ambiente natural. Em vez de medir a qualidade da excursão pelos padrões convencionais, como previsibilidade e uniformidade da experiência, “o sucesso do ecoturismo baseia-se no inesperado”, oferecendo ao turista a oportunidade de descobrir, participar e interagir ativamente com o meio ambiente, estimulando-o a assumir um papel pró-ativo na criação de sua própria experiência turística (WEARING; NEIL, 2001, p. 74).

Seguindo esse raciocínio, é imprescindível para as áreas protegidas destinadas à visitação, além do manejo do uso público, conhecer e entender as motivações e as características de sua demanda, como forma de traçar um programa de visitação e interpretação que garanta a proteção ambiental destas áreas e a satisfação dos visitantes. Wearing e Neil (2001), reconhecem e afirmam importância da utilização deste recurso, demonstrando que sua eficácia será obtida uma vez que os gestores aterem-se ao desenvolvimento de perfis de visitantes e atividades com base “nas características sociais e demográficas dos participante; nas condições de atividade do cenário; e nas tendências que afetam a atividade” (WEIRING; NEIL, 2001, p. 82).

Kinker (2002), porém, chama a atenção quanto à utilização do ecoturismo sob uma ótica consciente e planejada, como forma de garantir que os atrativos turísticos existentes em áreas protegidas destinadas à comercialização turística sejam feitas de forma responsável, garantindo, assim, que a atividade promova a conservação e preservação do ambiente visitado, a conscientização e a sensibilização ambiental dos envolvidos. Neste contexto, o

ecoturismo poderá contribuir com a geração de recursos econômicos e com a preservação e conservação natural e cultural. Sem planejamento, pelo contrário, ele promoverá impactos negativos, servindo para gerar a extinção dos recursos e, conseqüentemente, a sua própria extinção. Esta abordagem é delineada pela autora, ao discutir que:

é inevitável que a introdução de turistas em áreas previamente pouco visitadas pelo homem vá interferir no meio ambiente, em razão dos novos atores, de novas atividades e das novas facilidades (Wall, 1997). O fato de ser frequentemente dirigido a lugares muito especiais, que têm limitada capacidade de suportar pressões (lugares ecologicamente frágeis), faz com que a probabilidade de o ecoturismo causar impactos negativos seja grande. A impressão que se procura passar é que, por ser uma atividade que acontece na natureza e promove princípios ambientalistas, tem impacto insignificante no meio ambiente. Ao contrário, se não for planejado, o ecoturismo pode gerar mais impactos que qualquer outro segmento do turismo. (KINKER, 2002, p. 25).

É possível perceber que o meio natural apresenta-se como a matéria-prima para a existência do ecoturismo. A preservação e a conservação desse meio despontam como a garantia do desenvolvimento da atividade. No que pontua o Manual de Ecoturismo, estabelecido pela Embratur (1994, p. 57), os destinos ecoturísticos têm que estar divididos em áreas específicas, a saber: “zonas de utilização do solo, onde existam áreas de acesso, áreas liberadas para visitação, áreas para estudo e áreas de preserva o interdita as a qualquer movimentac o humana” (p. 57).   necessário que o planejamento e controle dessas áreas atendam às necessidades dos visitantes, tais como: “contempla o e conhecimento da natureza, descanso, alimenta o, dormida, higiene, acesso e transporte dentro e fora do empreendimento, orienta o, compras” (p. 57); às necessidades ambientais, tais como: “preserva o e conserva o natural e cultural” (p. 57) e às necessidades de gestão, tais como: “manuten o, segurança, fiscaliza o, vigilância, comunica o interna e externa, abastecimento de água e energia, coleta e elimina o de resíduos sólidos, tratamento e elimina o de águas residuais” (p. 57).

Assim como referencia Kinker (2002, p. 30), essas áreas, delimita es e utiliza es s  poderão ser controladas através do manejo da atividade. A autora faz referência ao manejo do ecoturismo como uma ferramenta capaz de garantir a minimiza o dos efeitos negativos que a atividade pode promover sendo de suma importância seu planejamento e a o, através do controle “homem/natureza”, considerando que:

como qualquer outro segmento do turismo, o ecoturismo gera impactos que precisam de manejo para ser evitados. Um dos objetivos do manejo   controlar a intera o homem / natureza, de modo que o meio ambiente não sofra impactos negativos e o turista tenha não só uma experiência agradável, mas seja levado, por

meio da interpretação da natureza e do lazer dirigido, a incorporar mudanças de atitudes e comportamentos. (KINKER, 2002, p. 30).

A elaboração do Plano de Manejo, a atenção aos elementos de planejamento e gestão dos sistemas de uso público de áreas protegidas e o conhecimento da demanda por estes locais apresentam-se, dessa forma, como importantes e necessárias ferramentas para a difusão do ecoturismo, possibilitando o contato com a natureza, garantindo a proteção dos ambientes naturais e motivando os turistas/visitante a cuidar e valorizarem o ambiente a sua volta.

2.5 Virando mais uma página

Neste capítulo foram apresentados estudos e explanações em tornos dos principais vieses e saberes que compõem a discussão desta dissertação, referenciando a parte teórica no tocante à realidade das UC e sua utilização pública; e ao ecoturismo, sua potencialidade e seu envolvimento com áreas protegidas. A revisão sistemática foi de suma importância para um melhor entendimento e embasamento destes conteúdos, facilitando a aplicação das características metodológicas da investigação proposta neste estudo.

No próximo capítulo será apresentada a investigação elaborada a respeito do uso público do PESCaN a partir de questionários aplicados com os visitantes do parque, objetivando traçar as compreensões de meio ambiente e EA e as práticas ambientais praticadas por eles, à entrada e à saída do parque. O referido capítulo apresentará, também, a metodologia aplicada nesta investigação, os dados obtidos, e os resultados e discussões levantados.

CAPÍTULO 3: INVESTIGAÇÃO DO USO PÚBLICO DO PESCaN A PARTIR DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS VISITANTES: SUAS CARACTERÍSTICAS E SEUS PRINCIPAIS ELEMENTOS

O objetivo deste capítulo é apresentar a metodologia, os instrumentos, os resultados e as discussões realizadas com os dados obtidos por meio da aplicação dos questionários aos visitantes do PESCaN.

A metodologia deste estudo dividiu-se em duas etapas: a primeira, já delineadas nos capítulos anteriores, refere-se à pesquisa bibliográfica e documental, que teve por objetivo contribuir e referenciar teoricamente as discussões em torno da implantação, características e gestão de UC; do ecoturismo, suas práticas, possibilidades e características e visitação em áreas protegidas; e ao entrelaçamento destas sistemáticas a partir de levantamentos bibliográficos em artigos, dissertações e teses publicadas no período de 2006 a 2014. O levantamento bibliográfico em questão referenciou, ainda, a UC PESCaN, suas características, seu uso público para visitação, característica dos visitantes e Plano de Manejo, demonstrando sua representatividade dentre as UC existentes no Estado de Goiás.

A segunda etapa da pesquisa, objetivo maior neste capítulo, refere-se à pesquisa de campo, conduzida por meio da aplicação de questionários aos visitantes do PESCaN. Esta metodologia foi conduzida em dois momentos: à entrada e à saída do Parque, como forma de traçar a compreensão dos visitantes em relação ao meio ambiente, à consciência ecológica, práticas e difusão da EA e averiguar se a visita ao parque altera ou interfere em algum aspecto relacionado às questões ambientais e práticas ambientais realizadas pelos visitantes.

Como já fora apresentado, a UC PESCaN e as discussões em torno de suas características e potencialidades fazem parte do objeto de estudo deste trabalho. O objetivo principal trabalhado nesta etapa foi *“compreender o ecoturismo no PESCaN e conhecer e analisar as compreensões de meio ambiente e de EA que os visitantes da UC possuem e as ações ambientais que os mesmos praticam”*. Os objetivos específicos que complementaram o citado objetivo principal incluíram: i. Conhecer e analisar os objetivos que levam os visitantes do PESCaN a buscá-lo em seu tempo livre; ii. Interpretar o grau de importância e de conhecimento das questões relacionadas ao meio ambiente dos visitantes do PESCaN; iii. Analisar as compreensões da temática da EA dos visitantes do PESCaN; iv. Investigar e analisar as ações em prol do meio ambiente praticadas pelos visitantes do PESCaN, conforme discurso deles; v. Investigar se as compreensões de meio ambiente dos visitantes se alteram depois de percorrido o passeio; e vi. Analisar de que forma as atividades ecoturísticas vem sendo desenvolvidas no PESCaN.

3.1 Metodologia e procedimentos de coleta de dados

Como forma de avaliar a utilização do PESCaN e suas características, a aplicação de questionários aos visitantes à entrada e saída da UC auxiliou no estudo das características dos visitantes, na análise das compreensões e grau de importância que os mesmos dão às questões ligadas ao meio ambiente e à EA, e na análise da atividade ecoturística desenvolvida no parque, ajudando a nortear o presente estudo e responder às questões dessa investigação.

Os questionários aplicados aos visitantes (Apêndices A, B e C) foram elaborados com o seguinte objetivo de aplicação: *Questionário de pesquisa elaborado sob a forma de pesquisa de campo para elaboração de Dissertação do curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Recursos Naturais do Cerrado da Universidade Estadual de Goiás – UEG, Unidade Universitária de Ciências Exatas e Tecnológicas de Anápolis/GO, com o objetivo de conhecer e analisar a caracterização dos visitantes da Unidade de Conservação – Parque Estadual Serra de Caldas Novas – PESCaN, as compreensões de meio ambiente e o grau de importância quanto às questões relacionadas ao meio ambiente e à educação ambiental que os mesmos possuem.* Este texto fez parte do cabeçalho do instrumento I e foi apresentado a cada visitante que se dispôs a respondê-lo.

O questionário de pesquisa elaborado foi dividido em três instrumentos, a saber:

- Instrumento I – Caracterização do visitante:

Este instrumento (APÊNDICE A) objetivou levantar e traçar o perfil sócio econômico e cultural dos visitantes, além de averiguar o meio pelo qual teve conhecimento da existência do PESCaN. O referido instrumento foi composto por seis variáveis: 1) *Destino de origem*; 2) *Idade*; 3) *Sexo*; 4) *Nível de escolaridade*; 5) *Renda mensal*; e 6) *Como ficou sabendo da existência do PESCaN*. Para esta última foram fornecidas algumas opções de resposta, disponibilizando lacuna com outra opção que não constava na listagem.

- Instrumento II – Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN):

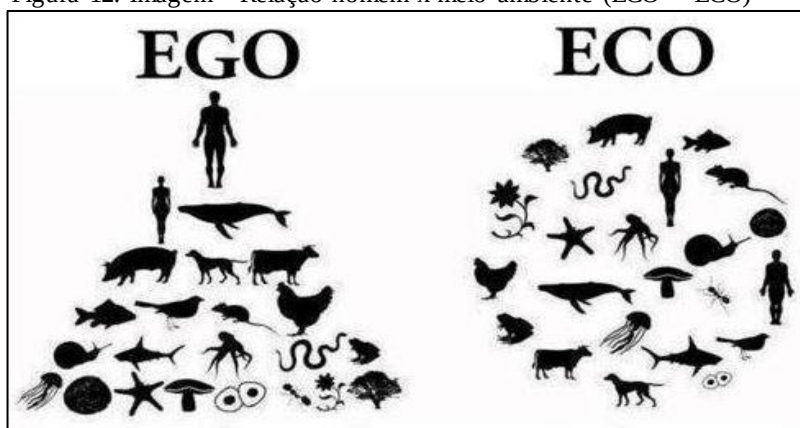
Este instrumento (APÊNDICE B) teve como objetivo levantar os motivos da visita; o interesse e costume em visitar UC; traçar as compreensões de meio ambiente e as práticas de ações em prol do meio ambiente e participação em programas de EA por parte dos visitantes. O referido instrumento foi composto por seis variáveis: 1) *Qual o motivo da visita?*; 2) *Já visitou o PESCaN outras vezes?*; 3) *Tem o costume de visitar outras Unidades de Conservação?*; 4) *Qual dessas imagens você compreende que caracteriza o meio ambiente?*;

5) *Tem feito algo em prol do meio ambiente?; e 6) Participa ou já participou de algum programa de Educação Ambiental ou de algum programa em prol do meio ambiente?*

A variável 1 foi trabalhada de modo a avaliar o motivo da visita ao PESCaN. A variável 2 buscou investigar se o entrevistado já havia visitado o parque em outras oportunidades e, ainda, o número de vezes para aqueles que visitaram. Já a variável 3 investigou o hábito do entrevistado em visitar outras UC.

A variável 4 foi conduzida com a apresentação de duas imagens, em formato de cartão impresso, que funcionaram como opções para o visitante escolher aquela, que na sua compreensão, caracterizava o meio ambiente. Estas imagens (Figura 12) foram obtidas em sites de busca na internet, na seguinte página: www.google.com.br, a partir do seguinte protocolo de busca: *imagem relação homem x meio ambiente*. Com esta busca obteve-se duas imagens, uma denominada ‘EGO’ e outra denominada ‘ECO’. A imagem ‘EGO’ apresenta-se em formato piramidal, tendo o homem no topo e os outros seres abaixo dele, inclusive a mulher. Pelo exposto, a imagem remete-se a uma visão ‘egocêntrica’ da relação homem x natureza, ou seja, o homem como ser supremo, no topo da cadeia. A imagem ‘ECO’ apresenta-se em formato circular, tendo os seres interagindo entre si, inclusive o homem e a mulher. Pelo exposto, a imagem remete-se a uma visão ‘ecocêntrica’ da relação homem x natureza, ou seja, os seres interagindo e integrando-se de forma sistêmica, um dependendo e sendo importante para o outro.

Figura 12: Imagem - Relação homem x meio ambiente (EGO – ECO)



Fonte: www.google.com.br/imagem - Adaptado pelo autor, 2013.

Para efeito da aplicação dos questionários e apresentação das imagens para os visitantes, os termos ‘EGO’ e ‘ECO’ foram eliminados, como forma de apresentar imparcialidade e não interferir na escolha pelos mesmos.

A variável 5, ao investigar se o visitante tem feito algo em prol do meio ambiente, forneceu duas opções de resposta: a) sim, na qual o visitante deveria dar exemplos do que tem feito ou b) não, na qual o visitante deveria apontar o motivo do não.

A variável 6, ao investigar se o visitante participa ou já participou de algum programa de EA ou de algum programa em prol do meio ambiente, forneceu duas opções de resposta: a) sim, na qual o visitante deveria apresentar qual programa ou b) não, na qual o mesmo deveria apresentar o porquê do não.

- Instrumento III – Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN):

Este instrumento (APÊNDICE C) teve como objetivo, investigar se as compreensões de meio ambiente e as práticas ambientais do visitante se alteram depois de percorrido o passeio, além de investigar o grau de satisfação do mesmo quanto à UC; o que foi melhor na visita; a intenção de visitar o parque em outras oportunidades e de indicá-lo a outras pessoas; e o que não existe no PESCaN que seria interessante ter. Esta investigação teve, ainda, o intuito de fornecer sugestões à administração do parque no tocante ao uso público, à gestão, aos atrativos e às atividades disponíveis, como forma de melhor apresentar e divulgar o parque e corrigir possíveis pontos negativos apontados. O referido instrumento foi composto por oito variáveis: 1) *O que você mais gostou da sua visita ao PESCaN?*; 2) *Por quê você gostou mais disso?*; 3) *Qual dessas imagens corresponde melhor à organização da natureza?*; 4) *Após visitar o PESCaN desejaria participar de algum programa de Educação Ambiental ou de algum programa em prol do meio ambiente?*; 5) *Depois de visitar o PESCaN, numa escala de 5 a 10, onde 5 é a menor nota e 10 é a maior nota, qual nota você atribui ao PESCaN?*; 6) *Visitaria o PESCaN numa próxima oportunidade?*; 7) *Indicaria o PESCaN para algum amigo ou parente?*; e 8) *O que não existe aqui no PESCaN que você acha que seria interessante ter?*

A variável 2 procurou investigar a justificativa do que foi apontado, na variável 1, como o que o visitante mais gostou na visita.

A variável 3, ao investigar qual das imagens o visitante compreende corresponder melhor à organização da natureza, propôs mensurar se as compreensões de meio ambiente do visitante se altera depois de percorrido o passeio. Para responder esta variável o entrevistado recebeu dois cartões com imagens distintas, as mesmas utilizadas para responder à variável 4 do instrumento II – visão EGO e visão ECO (Figura 12). Esta variável destacou-se como ponto central para o que foi definido nesta investigação uma vez que possibilitou avaliar se a visita ao parque alterou as compreensões de meio ambiente e as práticas ambientais do visitante.

A variável 4 propôs investigar se o visitante desejaria participar de algum programa de EA ou de algum programa em prol do meio ambiente após a visita, fornecendo duas opções: a) sim, devendo ser mencionado qual programa ou b) não, devendo ser mencionado o motivo do não.

A variável 5 objetivou investigar, dentro de uma escala de 5,0 a 10,0, qual a nota atribuída pelo visitante ao PESCaN, devendo ser apontado, ainda, o porquê da nota mencionada.

A variável 6 propôs averiguar se o entrevistado visitaria o parque numa próxima oportunidade, fornecendo duas opções: a) sim, devendo ser apontado o porquê do sim ou b) não, devendo ser apontado o porquê do não.

A variável 7 buscou saber se o visitante indicaria o parque a algum amigo ou parente, fornecendo, para isso, duas opções: a) sim, devendo ser mencionado o porquê do sim ou b) não, devendo ser mencionado o porquê do não.

E, por fim, a variável 8 que pretendia saber do visitante o que não existe no PESCaN que seria interessante ter.

A amostragem desta investigação foi composta por 500 questionários, numerados de 001 a 500. A metodologia de numeração justificou-se pelo fato da pesquisa procurar mensurar, com o mesmo visitante, a existência ou não da alteração de compreensões a respeito do meio ambiente e da sistemática ambiental. Para isso, o visitante ao ser abordado pelo pesquisador, deveria ser informado sobre o objetivo da pesquisa e perguntado se aceitaria respondê-la. O visitante que concordou responder os questionários recebeu um adesivo com a mesma numeração do questionário a ser respondido. Os adesivos também foram numerados de 001 a 500. Na primeira etapa da entrevista o visitante respondeu os instrumentos I e II, sendo liberado para realizar seu passeio, visita ou estudo. Na segunda etapa, depois de realizado o passeio, visita ou estudo, o visitante foi novamente abordado para responder o instrumento III e devolver o adesivo que foi afixado em alguma parte do instrumento. A fixação do adesivo na última parte do questionário propôs facilitar o processo de investigação, análise e discussão das variáveis. Este procedimento permitiu a obtenção de resultados à seguinte questão específica: *“As compreensões de meio e práticas ambientais a serem realizadas pelos visitantes se alteram depois de percorrido o passeio?”*.

Os aplicadores da pesquisa foram devidamente escolhidos e treinados para esta finalidade. A equipe (Figura 13) foi composta por quatro membros voluntários da SEMMA de Rio Quente, a saber: Andrei Severino Ferreira da Silva (coordenador da pesquisa e aplicador de questionário); Dayane de Jesus Amorim (aplicadora de questionário); Laerth Lourenço da

Cunha (aplicador de questionário); e Ludymila Araújo de Castro (aplicadora de questionário). Durante a realização da pesquisa a equipe portou-se devidamente uniformizada e com crachá de identificação que mencionava o nome do entrevistador, o nome da instituição responsável pela liberação da pesquisa, no caso a SEMARH/GO e o nome da instituição que utilizará e divulgará os dados da pesquisa, no caso a UEG.

Figura 13: Equipe de aplicação dos questionários com os visitantes do PESCaN



Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Os meses escolhidos para a aplicação dos questionários foram: setembro e outubro de 2014, nos seguintes dias da semana: terças, quartas, quintas, sextas-feiras e sábados, objetivando abordar os diversos grupos de visitantes do PESCaN. Nas segundas não ocorreram aplicações de questionários devido o parque ser fechado nesse dia da semana e nem nos domingos, dia escolhido para descanso da equipe. Após a aplicação os resultados foram tabulados, analisados, discutidos e apresentados na forma de gráficos e tabelas no decorrer dos meses de outubro e novembro de 2014.

Como procedimento legal da SEMARH/GO, gestora do PESCaN, através da GAP e, seguindo o que determina a Lei Federal nº 9.985/2000, de 18 de julho de 2000, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340/2002, de 22 de agosto de 2002; a Lei Estadual nº 14.241/2002, de 29 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5.899/2004, de 12 de fevereiro de 2004; e a Resolução CEMAm nº 029/2003, de 20 de maio de 2003, toda e qualquer pesquisa científica que ocorra em qualquer das dependências de UC do Estado de Goiás deve ser legalmente autorizada pelo órgão competente. Conforme a determinação desses dispositivos, a investigação desta dissertação seguiu corretamente seus trâmites.

O pedido de autorização para pesquisa na UC PESCaN, no que se referiu à aplicação de questionário aos visitantes, foi protocolado na SEMARH/GO no dia 28/08/2014 sob o número 13584/2014 (ANEXO B), por meio de formulário devidamente preenchido (APÊNDICE D) e apresentado em conjunto com as seguintes documentações: projeto de pesquisa, curriculum vitae do pesquisador responsável e de todos os pesquisadores e integrantes da equipe, carta de apresentação da instituição e anotação de responsabilidade técnica ou documento equivalente junto ao órgão fiscalizador da categoria profissional à qual pertence o pesquisador, de acordo com o que determina o Art. 3º da Resolução CEMAm nº 029/2003, de 20 de maio de 2003. A referida autorização foi legalmente concedida pelo órgão fiscalizador no dia 18/09/2014, sob o número 146/2014 (ANEXO C). Com a autorização legalmente concedida os questionários foram aplicados entre os meses de setembro, outubro e novembro.

O pedido de autorização para acesso aos documentos e registros históricos do PESCaN; registro e levantamento fotográfico na propriedade; e o acesso e visualização a pontos limitados à visitação, a exemplo do Mirante (município de Rio Quente), do Platô da Serra e da Rua de Pedra, foi protocolado na SEMARH/GO no dia 16/10/2014 sob o número 16380/2014 (ANEXO B), por meio de formulário devidamente preenchido (APÊNDICE E) e apresentado em conjunto com as documentações exigidas pela Resolução CEMAm nº 029/2003, de 20 de maio de 2003. A referida autorização foi legalmente concedida pelo órgão fiscalizador no dia 28/11/2014, sob o número 182/2014 (ANEXO D). Com a autorização legalmente concedida o acesso aos documentos e registros históricos do PESCaN e a visitação a pontos limitados foram realizados durante os meses de novembro e dezembro e o registro fotográfico pode ser devidamente utilizado.

Pelo exposto e para efeitos legais, o presente estudo está legalmente autorizado e registrado no órgão responsável e as referidas autorizações podem ser averiguadas no portal da SEMARH/GO, no seguinte endereço: <http://www.semarh.goias.gov.br/site/conteudo/autorizacoes-ano-2014-pescan>.

3.2 Resultados e discussões

A pesquisa com os visitantes do PESCaN foi aplicada nos meses de setembro, outubro e início de novembro de 2014, uma vez que a autorização para a realização da mesma foi concedida pela SEMARH/GO no dia 18 de setembro do corrente ano. A aplicação dos questionários iniciou-se no dia 23 de setembro e estendeu-se até o dia 04 de novembro. Nestes

últimos dias o parque recebeu estudantes que se acamparam no local, e eles foram considerados importantes para a pesquisa. Esse fato justificou a aplicação dos questionários ter se estendido até o início de novembro.

A proposta inicial para a realização deste estudo era aplicar 500 (quinhentos) questionários com os visitantes do PESCaN, monitorando-os à entrada e saída do parque. Mediante o intenso período de seca, falta de água e as poucas chuvas que marcaram o tempo no Estado de Goiás, durante o segundo semestre de 2014, ocasionado a baixa procura do PESCaN por parte dos visitantes, não foi possível atingir o quantitativo estipulado.

No PESCaN é permitido que os visitantes aproveitem das cachoeiras para banho e durante o período de seca e calor intenso a procura pelo parque aumenta consideravelmente. Durante o período de realização da presente pesquisa o parque foi marcado por uma baixa visitação ocasionada pela dificuldade de os visitantes realizarem as trilhas no período seco e devido à total falta de água nos principais atrativos do parque – a cachoeira da Trilha da Cascatinha (Figura 14) e a cachoeira da Trilha do Paredão (Figura 15). Quando, na portaria, os visitantes eram informados da falta de água nas cachoeiras e da impossibilidade de banho, a maioria deles nem sequer entrava no parque, retornando insatisfeitos de onde vieram, não realizando, assim, a visita e impossibilitando a aplicação da pesquisa. Este fato pôde ser constatado inúmeras vezes, no período em que a equipe de aplicação dos questionários esteve no parque. Muitos foram os visitantes que chegaram até o estacionamento do parque, mas poucos foram os que adentravam a portaria.

Figura 14: PESCaN – Cachoeira da Cascatinha, totalmente sem água



Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Figura 15: PESCaN – Cachoeira da Trilha do Paredão, totalmente sem água



Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Segundo informações da SEMARH/GO, a falta de água no PESCaN foi a mais intensa que já se teve notícia. Os funcionários do parque apontaram que “em anos anteriores, no período de seca, as cachoeiras diminuía bastante o volume de água, mas ficava correndo nem que fosse um fino rego de água mas, nesse ano de 2014, elas secaram por completo” (Funcionários A e B, PESCaN, 2014). Em conversas com os funcionários foi possível obter a informação de que “as águas das cachoeiras começaram a diminuir no mês de maio, vindo a secar por completo no mês de agosto” (Funcionários A e B, PESCaN, 2014). Esse quadro afastou o visitante do parque e diminuiu consideravelmente sua visitação. Houve dias em que o parque não recebeu nenhum visitante, o que pode ser acompanhado de perto durante o período de aplicação dos questionários.

Em relação ao número de questionários aplicados, tem-se ainda que considerar os visitantes que se manifestaram contrários em responder à pesquisa. Para todo visitante que realmente decidia realizar a visita no PESCaN era informado, na portaria e por algum funcionário do parque, sobre a aplicação da pesquisa e da sua legal autorização e, em seguida, era abordado por um dos componentes da equipe de aplicação dos questionários, que explicava o objetivo da pesquisa e indagava se o mesmo concordava ou não em respondê-la (Figura 16 e 17). Dos visitantes abordados durante a pesquisa, um total de 54 (cinquenta e quatro) deles não concordou em respondê-la. Esta opinião foi aceita favoravelmente pela equipe, que agradecia a atenção. Durante o período de aplicação dos questionários (23/09/2014 à 04/11/2014), um total de 332 visitantes registraram seus nomes no Livro de Assinaturas do PESCaN (SEMARH/GO - Livro de Assinaturas PESCaN, 2014).

Figura 16: PESCaN – Aplicação de questionários com os visitantes



Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Figura 17: PESCaN – Aplicação de questionários com visitantes



Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Ao final, foi possível aplicar 273 (duzentos e setenta e três) dos 500 (quinhentos) questionários programados. A tabela a seguir (Tabela 01) apresenta o período da aplicação e o número de questionários respondidos pelos visitantes do PESCaN entre os meses de setembro, outubro e novembro de 2014.

Tabela 01: Aplicação de questionários aos visitantes do PESCaN: Período de aplicação e número de questionários respondidos – Nov./2014

Período	Quantidade de questionários	(%)
23/09/2014	05	1,83
27/09/2014	08	2,93
28/09/2014	03	1,10
01/10/2014	03	1,10
03/10/2014	03	1,10
07/10/2014	03	1,10
08/10/2014	04	1,47
09/10/2014	07	2,56
10/10/2014	64	23,44
11/10/2014	23	8,42
12/10/2014	17	6,22
14/10/2014	11	4,03
15/10/2014	05	1,83
17/10/2014	03	1,10
18/10/2014	04	1,47
21/10/2014	10	3,66
25/10/2014	19	6,96
26/10/2014	08	2,93
28/10/2014	04	1,47
20/10/2014	12	4,40
30/10/2014	20	7,33
31/10/2014	10	3,66
01/11/2014	08	2,93
02/11/2014	13	4,76
04/11/2014	06	2,20
Total	273	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Os dados obtidos com a aplicação deste quantitativo de questionários foram contabilizados, tabulados e organizados em forma de tabelas. Esta atividade ocorreu durante os meses de novembro e dezembro de 2014. Os resultados e discussões obtidos com a elaboração dos questionários apresentam-se divididos em três seções: I. Caracterização do visitante do PESCaN; II. Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN); e III. Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN).

3.2.1 Caracterização do visitante do PESCaN:

Tabela 02: PESCaN - Caracterização do visitante: Destino de origem - Nov./2014

Destino	Quantidade de visitantes	(%)
Goiás	159	58,24
Minas Gerais	39	14,29
Distrito Federal	26	9,52
São Paulo	26	9,52
Tocantins	20	7,33
Paraná	03	1,10
Total	273	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Com esta variável (Tabela 02) buscou-se identificar os principais destinos de origem dos visitantes do PESCaN. Pelo exposto, pouco mais da metade dos visitantes (58,24%) originam-se de cidades goianas; seguido por Minas Gerais, com 14,29%; Distrito Federal e São Paulo, com 9,52% cada; Tocantins, com 7,33%; e com menor representatividade o Paraná, com 1,10%. A representatividade dos estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal deve-se ao fato de o PESCaN liberar autorizações de visitas e pernoite para projetos, programas e estudos organizados por instituições de ensino (grupos de estudantes), permitindo visitas técnicas, visitas pedagógicas, trabalhos de campo e pesquisas científicas, inclusive com a isenção de bilheteria e de utilização do alojamento. Este fato desperta o interesse das instituições de ensino localizadas no município de Caldas Novas e em municípios próximos. Durante o período de aplicação dos questionários, a SEMARH/GO deferiu 07 (sete) autorizações para visitas e pesquisas científicas no PESCaN, a saber:

- Autorização 122/2014 (09 a 22/10/2014): Curso de Ecologia de Campo e pernoite nos alojamentos – Universidade Federal de Uberlândia – 40 pessoas;
- Autorização 133/2014 (24 a 26/10/2014): Aula prática e utilização dos alojamentos – Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Goiás, Catalão – 25 pessoas;
- Autorização 142/2014 (30/10 a 03/11/2014): Pesquisa Científica Universidade de Brasília (UnB) – 20 pessoas;
- Autorização 149/2014 (10/10/2014): Visita técnica e utilização de alojamentos – Curso de Ciências Biológicas do Instituto Federal Goiano (IFGoiano), Câmpus Urutaí - 42 pessoas;
- Autorização 151/2014 (09/10/2014): Visita e contemplação de alunos e professores do Centro Municipal de Educação Infantil Vó Idalina, Caldas Novas – 100 pessoas;
- Autorização 152/2014 (30/10 a 03/11/2014): Acesso, utilização de alojamentos e pesquisa científica – UnB – 20 pessoas;
- Autorização 153/2014 (10/10/2014): Visita em Comemoração ao Dia da Criança – Alunos rede municipal de ensino de Caldas Novas – 50 pessoas.

Esse quantitativo de visitantes, do tipo estudantes, foi consideravelmente utilizado durante a aplicação dos questionários; os referidos estudantes manifestaram interesse e satisfação em participar da pesquisa. Os dados podem justificar a representatividade dos estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal para a variável “*Destino de origem*” e podem ser acessados no portal da SEMARH/GO (<http://www.semarh.goias.gov.br/site/conteudo/autorizacoes-ano-2014-pescan>).

Conforme dados divulgados pela Secretaria do Planejamento do Estado de Goiás (SEGPLAN), no corrente ano, a região das águas quentes (Caldas Novas e Rio Quente), “recebe aproximadamente 2,8 milhões de turistas por ano, tanto brasileiros como estrangeiros” (SEGPLAN, 2014, p. 01) e uma vez no destino, essa gama de turistas sai à procura de seus atrativos, a exemplo do PESCaN. Uma vez que o parque possui seu receptivo no município de Caldas Novas, destino turístico consolidado e que recebe turistas de várias partes do país, a representatividade dos estados de São Paulo, Tocantins e Paraná e, também, do Distrito Federal podem justificar a visita por parte de turistas hospedados na rede hoteleira do município e que buscam no parque um atrativo a mais para a estada no destino.

Tabela 03: PESCaN - Caracterização do Visitante: Idade - Nov./2014

Idade	Quantidade de visitantes	(%)
12 a 17 anos	64	23,44
18 a 39 anos	167	61,17
40 a 59 anos	36	13,19
60 anos a mais	06	2,20
Total	273	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

A tabela 03 apresenta dados da variável que identificou as idades dos visitantes do parque, com a intenção de traçar o perfil da faixa etária deles. Os resultados apontaram que a maior representatividade é da faixa etária de 18 a 39 anos, que totalizou 61,17% dos visitantes pesquisados; seguida pela faixa de 12 a 17 anos, com 23,44%. As faixas com menores representações foram as de 40 a 59 anos, com 13,19%; e a faixa de 60 anos a mais, com apenas 2,20% dos visitantes pesquisados. A representação das faixas de 12 a 17 anos e de 18 a 39 anos podem ser justificada pela presença do número de estudantes de nível fundamental, médio e superior, com autorizações emitidas pela SEMARH/GO para realização de visitas técnicas, pesquisas científicas e utilização de alojamentos que, durante o período deste estudo, foram autorizadas para aproximadamente 300 pessoas, entre alunos e estudantes, conforme dados da SEMARH/GO, 2014.

A representação de visitantes em todas as faixas listadas na pesquisa pode sinalizar, ainda, que o PESCaN é uma UC que está preparada para receber visitantes de diversas faixas etárias, uma vez que ele está sendo procurado por pessoas de 12 a mais de 60 anos, como sinalizam os resultados obtidos, não havendo impedimento nem exclusividade para grupo etário em específico.

Tabela 04: PESCaN - Caracterização do visitante: Sexo - Nov./2014

Sexo	Quantidade de visitantes	(%)
Masculino	126	46,15
Feminino	147	53,85
Total	273	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Os dados obtidos na variável Sexo (Tabela 04) apresentam o público feminino como a parcela um pouco maior de visitantes, com 53,85%; ficando a representação do público masculino com 46,15%. Os resultados demonstram que o PESCaN está sendo procurado por pessoas de ambos os sexos. Este fator mostra que o parque e seus atrativos em trilhas, cachoeiras e paisagens podem ser buscados e acessados por qualquer indivíduo, seja do sexo feminino, seja do sexo masculino.

Tabela 05: PESCaN - Caracterização do visitante: Nível de escolaridade - Nov./2014

Nível de escolaridade	Quantidade de visitante	(%)
Ensino Fundamental incompleto	58	21,26
Ensino Fundamental completo	06	2,20
Ensino Médio incompleto	06	2,20
Ensino Médio completo	18	6,59
Ensino Superior incompleto	70	25,64
Ensino Superior completo	37	13,55
Especialização	37	13,55
Mestrado	32	11,72
Doutorado	03	1,09
Pós Doutorado	06	2,20
Total	273	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Os dados da tabela 05 apresentam o nível de escolaridade dos visitantes. Esta variável apresentou resultados para todas as opções listadas. Em relação à escolaridade, a maioria dos visitantes do PESCaN está cursando o ensino superior (25,64%); outra parcela considerável está cursando o ensino fundamental (21,26%). Tais resultados se devem ao fato da procura por parte de estudantes de ensino básico que frequentemente realizam visitas técnicas no parque, a exemplo dos 150 participantes autorizados pela SEMARH/GO entre setembro e outubro de 2014; e, ainda, pela procura do parque para pesquisas científicas e trabalhos de campo por instituições de ensino superior, a exemplo dos 147 estudantes autorizados pela SEMARH/GO entre os meses de setembro, outubro e novembro.

Os demais resultados apontaram que o nível de escolaridade do tipo Superior completo e Especialização representam 13,55% dos visitantes, cada um; 11,72% possuem Mestrado e 6,59% possuem o Ensino Médio completo. Os níveis Ensino Fundamental completo, Ensino Médio incompleto e Pós Doutorado possuem uma representação de 2,20% cada um; e com

menor representatividade está o nível Doutorado, com 1,09% dos visitantes. No geral, em relação ao quesito nível educacional, os resultados são bem diversificados, demonstrando a capacidade de o parque receber visitantes dos mais variados padrões, estilos e níveis culturais.

Tabela 06: PESCaN - Caracterização do visitante: Renda mensal - Nov./2014

Renda (Salário mínimo)	Quantidade de visitantes	(%)
Até 1	45	16,49
De 1 até 3	88	32,23
De 3 até 6	71	26,01
Acima de 6	24	8,79
Não respondeu	45	16,48
Total	273	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Esta variável propôs investigar a renda mensal, em salários mínimos, dos visitantes (Tabela 07) e apresentou valores para todos os níveis listados. A faixa salarial com maior índice foi a que se posiciona entre um e três salários mínimos, com 32,23% dos visitantes, seguida pela faixa entre três e seis salários mínimos, com 26,01% e pela faixa que fica em até um salário mínimo, com 16,49%. Apenas 8,79% dos visitantes possuem uma renda superior a seis salários mínimos. Uma parcela considerável dos entrevistados, 16,48%, considerou esta pergunta de ordem bem pessoal e sigilosa, abstendo-se em respondê-la, o que foi respeitado. A variação de salários pontuados de um até três salários mínimos e de três até seis salários mínimos, que apresentaram maiores índices, podem ser justificados pela parcela de estudantes e professores das instituições de ensino superior. Apesar de no PESCaN haver cobrança de entrada, os valores cobrados não prejudicam a visita, visto que no quesito renda mensal pôde-se verificar diversificação, podendo ser possível a visita pelas diversas classes sociais.

Tabela 07: PESCaN - Caracterização do visitante: Meio de conhecimento da existência do PESCaN - Nov./2014

Meio de conhecimento	Quantidade de visitantes	(%)
Faculdade ou escola	174	63,74
Amigos ou parentes	52	19,05
Agência de viagem ou Hotel	26	9,52
Trabalho	08	2,93
Internet	07	2,56
Redes de relacionamento	03	1,10
Rádio ou TV	03	1,10
Total	273	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Com esta variável buscou-se saber por qual meio o visitante teve conhecimento da existência do PESCaN (Tabela 07). O meio de divulgação mais expressivo do parque são as

instituições de ensino, sejam elas faculdades ou escolas, manifestado por 63,74% dos visitantes. A divulgação ocorreu por meio de amigos ou parentes para 19,05% dos visitantes. Agências de viagens ou hotel foram os meios de conhecimento para 9,52% dos visitantes. As variáveis com menores representatividades foram: trabalho, com 2,93%; internet, com 2,56%; e redes de relacionamento e rádio ou TV, com 1,10% cada. Estes dados demonstram que o PESCaN tem sido mais divulgado nas instituições de ensino, fato comprovado, ainda, pela constante procura dele para realização de pesquisas científicas, visitas técnicas e trabalhos de campo. Os acadêmicos veem no PESCaN possibilidades para o desenvolvimento de estudos e pesquisas relacionados ao cerrado goiano e suas espécies vegetais e animais. Um fator que chama a atenção nesta investigação é a baixa representatividade da divulgação por meio das agências de viagens e/ou hotéis, visto que o parque situa-se num dos maiores destinos turísticos do país. Verifica-se a falta de articulação da gestora do PESCaN junto ao *trade* turístico no sentido de inserir e trabalhar o parque como um atrativo de potencial a ser ofertado aos visitantes do destino. Outro ponto a ser considerado nesta investigação é quanto à divulgação do parque através dos meios virtuais, um aparato com capacidade de atingir um grande número de pessoas ao mesmo tempo, por meio de mídia gratuita. Verificou-se que apenas 3,66% dos visitantes tiveram conhecimento da existência do parque por meio da internet ou redes de relacionamento. Apesar de o PESCaN ser divulgado no portal da SEMARH/GO, este instrumento não está sendo bem utilizado e mensurado, necessitando, também, de uma maior articulação e mobilização por parte da gestora da UC.

3.2.2 Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN):

Tabela 08: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN): Motivo da visita - Nov./2014

Meio de conhecimento	Quantidade de visitantes	(%)
Pesquisa Científica	95	34,80
Conhecer o Parque e seus Atrativos	59	21,61
Atividade escolar/Visita Técnica	52	19,05
Conhecer melhor o Cerrado Goiano	30	10,99
Turismo, Lazer e Descanso	16	5,86
Biotrilha	12	4,40
Gostar de Natureza, Áreas Protegidas e Paisagem	09	3,29
Total	273	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

A variável apresentada na tabela 08 buscou traçar os motivos que levam o visitante do PESCaN a procurá-lo como um atrativo ou local de visitação em seu tempo livre. Como já fora demonstrado anteriormente, o grupo formado por acadêmicos demonstra grande interesse

em visitar o parque. Este fato fica destacado, mais uma vez, em relação aos resultados que apontaram as motivações da visita, em que 58,25% dos visitantes o procuraram por algum motivo relacionado a estudo ou pesquisa, a saber: pesquisa científica: 34,80%; atividade escolar/visita técnica: 19,05%; e biotrilha: 4,40%. O interesse por conhecer o parque e seus atrativos foi o principal motivo para 21,61% dos visitantes. O conhecimento do cerrado goiano foi manifestado por 10,99% dos visitantes; o motivo turismo, lazer e/ou descanso atraiu 5,86% e o gosto pela natureza, áreas protegidas e paisagem atraiu 3,29%.

Os resultados obtidos demonstram que o PESCaN pode atrair e motivar visitas com interesses variados como os educacionais e acadêmicos; os de turismo, descanso e lazer; e os de contato com a natureza. Pelo exposto, o parque tem apresentado certo potencial para conhecimento e interação com o meio natural quer seja caráter científico quer seja para apreciação e entretenimento.

**Tabela 09: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN):
Visita ao PESCaN em outras vezes - Nov./2014**

Alternativa	Quantidade de visitantes	(%)
Sim	104	38,10
Não	169	61,90
Total	273	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Ao serem indagados sobre a visita ao PESCaN em outras vezes (Tabela 09), 38,10% dos visitantes abordados disseram já tê-lo visitado em outras ocasiões. Dos entrevistados, 61,90% informaram estar visitando a UC pela primeira vez. Houve entre os visitantes entrevistados, aqueles que se mostraram atraídos pelo parque por apenas terem visto um pouco de sua paisagem cênica, mesmo antes de conhecer toda sua estrutura, a exemplo dos entrevistados nº 014 e nº 058, manifestando o interesse em retornar ao parque.

**Tabela 10: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN):
Quantidade de visitas - Nov./2014**

Quantidade de visitas	Quantidade de visitantes	(%)
De 1 a 3	76	73,08
De 4 a 6	19	18,27
De 7 a 9	02	1,92
Mais de 9	07	6,73
Total	104	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

A tabela 10 objetivou mostrar a quantidade de vezes que os 38,10% dos entrevistados visitaram o PESCaN em outras ocasiões. Deste total, 73,08% retornaram ao parque de uma a três vezes; 18,27% de quatro a seis vezes; e 8,65% visitaram-no por mais de sete vezes.

Houve visitante que demonstrou o gosto e o interesse pelo parque como opção de lazer e entretenimento, a exemplo dos entrevistados de nº 029 e nº 271, ou como opção para conhecimento e estudo, a exemplo dos entrevistados de nº 040 e nº 103.

**Tabela 11: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN):
Costume de visitar outras UC - Nov./2014**

Costume	Quantidade de visita	(%)
Sim	190	69,60
Não	83	30,40
Total	273	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

A variável acima procurou investigar o costume que os visitantes possuem de conhecer e visitar outras UC em seus cotidianos (Tabela 11). Os resultados demonstraram que 69,60% dos visitantes possuem o costume de visitar UC, manifestando esta medida como um hábito, a exemplo do que foi informado pelos entrevistados de nº 028 e nº 179; os outros 30,40% dos visitantes informaram não possuir o hábito de visitar outras UC e que o objetivo de estarem ali era o caráter acadêmico, mas que poderiam sim passar a ter este hábito como forma de interagir e conhecer melhor o meio natural, o que foi apontado por visitantes como os de nº 022 e nº 142.

Bueno e Pires (2006) observam a importância das UC trabalharem o caráter educativo do ecoturismo nas atividades que são disponibilizadas aos visitantes, fundamentando-as no comprometimento com a conservação da natureza e com a participação responsável de seus frequentadores, utilizando a EA como elemento essencial nessa sistemática. Os autores destacam que:

o caráter educativo do ecoturismo baseia-se no fato de que esta atividade, comprometida com a conservação da natureza, prevê o seu desenvolvimento a partir da participação responsável dos 'ecoturistas' em ambientes de elevada importância tanto para essa atividade quanto para a humanidade (BUENO; PIRES, 2006, p. 1).

Essas informações tornam-se importantes instrumentos para os gestores e funcionários do PESCaN e demais UC existentes, no que tange ao planejamento e elaboração de ações que possibilitem uma boa experiência para os visitantes, levando-os a interagirem como o meio natural e levando-os a responsabilizarem-se com a importância de existência dessas áreas conservadas, seus objetivos e o bem que elas podem proporcionar aos seres humanos e ao ambiente como um todo em termos de conservação de espécies, de biomas e de mananciais.

Tabela 12: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN): Compreensão da imagem que caracteriza melhor o meio ambiente - Nov./2014

Imagem	Quantidade de visitante	(%)
EGO	42	15,38
ECO	231	84,62
Total	273	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

A variável anteriormente transcrita (Tabela 12) apresenta-se como um dos dispositivos mais importantes para a investigação do presente estudo, sendo a justificativa do monitoramento das compreensões de meio ambiente dos visitantes à entrada e saída do PESCaN. No instrumento II – Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN), procurou-se saber do visitante sua compreensão a respeito do meio ambiente a partir da apresentação de duas imagens: EGO e ECO. Vale lembrar que nenhuma das imagens é tida como mais correta ou mais errada, apresentando apenas visões diferentes de enxergar o meio a nossa volta. Essa informação teve que ser sempre comunicada ao visitante, pois a maioria deles achava que as imagens tinham uma opção de certo e errado.

A imagem EGO traz a caracterização do meio ambiente em formato triangular, apresentando o homem no topo, dominando todas as outras espécies, ou seja, apresenta uma visão egocêntrica da relação homem x natureza; a imagem ECO traz a caracterização do meio ambiente em formato circular, apresentando os seres interagindo uns com os outros sem a formação de hierarquias, ou seja, apresenta uma visão ecocêntrica da relação homem x natureza. Dos visitantes entrevistados, 84,62% caracterizaram o meio ambiente por meio da visão ECO e 15,38% por meio da visão EGO.

Roveda e Bernardes (2013) destacam a importância da humanidade em se voltar para as questões ambientais por meio de uma convivência mais harmoniosa e dotada de novos valores que venham a garantir a permanência de vida no planeta, ou seja, uma convivência de interação e aprendizagem que evite a extinção das espécies. As autoras pontuam que:

A percepção da interligação entre homem, terra, animais e plantas sem intolerâncias e competições, estabelecendo vínculos harmônicos de coexistência, dará a possibilidade da pluralidade e da permanência no Planeta. Essa visão ética de convivência com o meio exige mais que conhecimento sobre o assunto, exige uma consciência dos cidadãos do Planeta sobre sua responsabilidade na continuação da atual forma de vida... É necessário compreender que ações que trazem problemas ambientais trarão consequências econômicas, sociais e políticas e que a crise ambiental deve trazer novos saberes de convivência com responsabilidade e harmonia evitando os danos e as catástrofes mundiais. Mais do que isso, é necessário que se resgatem os valores de respeito à vida e se reconstruam novos valores de convivência e harmonia entre as pessoas e o meio ambiente embasados nas necessidades dos seres humanos no século XXI. (ROVEDA; BERNARDES, 2013, p. 87).

Ao considerar a urgente necessidade de se desenvolver uma interação harmônica na relação homem/natureza que garanta a continuidade da vida no planeta Terra e considerando, ainda, o resultado expressivo da indagação feita com os visitantes do PESCaN em relação à compreensão de meio ambiente, em que quase 85% dos mesmos apontaram a visão “ECO” pode-se averiguar que os visitantes do PESCaN têm compreendido o meio ambiente como um meio de interação e convivência harmônica entre os seres e não como um meio a ser dominado e destruído. Considerando o trato com as questões ambientais pode-se considerar esta variável como um ponto positivo e favorável em relação aos visitantes do parque. Esta compreensão de meio ambiente poderá permitir manifestações de atitudes e comportamentos ecologicamente mais saudáveis e possibilitar uma vivência de bem estar mútuo, onde na relação homem/natureza cada elemento tenha sua devida importância.

Por outro lado e, conforme destaca Carvalho (2012), há de se considerar a existência de pessoas que possuem uma visão de natureza antropocêntrica “que situa o ser humano como centro do universo” (CARVALHO, 2012, p. 94). Essa consideração pôde ser averiguada com os resultados da aplicação dos questionários com os visitantes do PESCaN, uma vez que cerca de 15% manifestaram a escolha pela visão “EGO”. Carvalho (2012) pontua que “a visão da natureza como domínio do selvagem, do ameaçador e do esteticamente desagradável estabeleceu-se sobre a crença de que o progresso humano era medido por sua capacidade de dominar e submeter o mundo natural” (CARVALHO, 2012, p. 94) e isso ocasionou a “degradação ambiental e a exploração da força de trabalho” (p. 97). Carvalho (2012) destaca, ainda, que é possível fazer mudanças mas, que isso dependerá da mudança de atitude e comportamento manifestada por cada indivíduo, visto que “estamos marcados pelo passado, mas podemos inventar novas maneiras de estar no mundo” (CARVALHO, 2012, p. 105).

**Tabela 13: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN):
Realização de ações em prol do meio ambiente - Nov./2014**

Alternativa	Quantidade de visitantes	(%)
Sim	248	90,84
Não	25	9,16
Total	273	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

A variável apresentada na tabela 13 procurou investigar se os visitantes realizam ações em prol do meio ambiente onde vivem e/ou visitam. Os resultados apontaram que 90,84% dos entrevistados realizam algum tipo de ação considerada como importante para o cuidado com o meio ambiente. Em contrapartida, 9,16% dos visitantes afirmaram não realizar nenhuma ação.

Carvalho (2012) ao discutir o sujeito ecológico em formação sinaliza que a tomada de consciência em relação aos problemas ambientais tem ganhado força mediante o trabalho dos movimentos ecologistas. Para a autora esse crescimento vem “conquistando adeptos para um núcleo de crenças e valores que apontam para um jeito ecológico de ser, um novo estilo de vida, com modos próprios de pensar o mundo e, principalmente, de pensar a si mesmo e as relações com os outros neste mundo” (CARVALHO, 2012, p. 65).

Considerando a abordagem de Carvalho e os resultados apresentados na variável 13, em que quase 91% dos visitantes entrevistados afirmaram realizar alguma ação em prol do meio ambiente, pode-se considerar que os visitantes do PESCaN tem sido tocados a desenvolver um estilo de vida que considere a si e as relações com os outros seres, por meio de ações de mudança de atitudes, valores e comportamentos como forma de manter a vida, elementos estes fundamentais para a efetivação da educação ambiental e da formação de sujeitos ecológicos, assim como pondera Carvalho (2012).

Ao considerar a formação do sujeito ecológico, Carvalho (2012) destaca, ainda, a existência de variação do grau de identificação e adesão à mudança de valores e atitudes por parte das pessoas uma vez que, “por ser um perfil ideal, nem todos conseguem realizá-lo completamente em suas condições reais de vida” (CARVALHO, 2012, p. 66). Essa constatação pôde ser averiguada com os visitantes do PESCaN, visto que pouco mais de 9% dos entrevistados afirmaram não realizar nenhuma ação em prol do meio ambiente. Carvalho (2012) chama a atenção a essa consideração ao mencionar que muitas pessoas talvez não acreditem tanto em sua capacidade de mudar as coisas pelo medo que sentem do futuro.

Os resultados demonstram que algumas pessoas ainda precisam acreditar e ser tocadas pela questão ambiental que “é, talvez, uma das esferas da vida social que hoje mais reúne esperanças e apostas na possibilidade de mudanças tanto em termos coletivos – sociais e até planetários – quanto em termos de estilo de vida e de transformações na vida pessoal” (CARVALHO, 2012, p. 68-69) e, isso só será possível por meio da EA, que tem como principal aspiração “contribuir para a constituição de uma atitude ecológica” (CARVALHO, 2012, p. 69). O mundo mudou e é preciso saber viver e buscar formas de viver bem e em harmonia, dessa maneira:

a EA está efetivamente oferecendo um ambiente de aprendizagem social e individual no sentido mais profundo da experiência de aprender. Uma aprendizagem em seu sentido radical, a qual, muito mais do que apenas prover conteúdos e informações, gera processos de formação do sujeito humano, instituindo novos modos de ser, de compreender, de posicionar-se ante os outros e a si mesmo, enfrentando os desafios e as crises do tempo em que vivemos. (CARVALHO, 2012, p. 69).

Tabela 14: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN): Ações realizadas em prol do meio ambiente - Nov./2014

Ações	Quantidade de visitantes	(%)
Reciclagem/Coleta seletiva	105	42,34
Economia de água	52	20,97
Projetos de conscientização ambiental	41	16,53
Participação em aulas, cursos e palestras	36	14,52
Reflorestamento	07	2,82
Projetos de conservação de espécies	04	1,61
Horta caseira	02	0,81
Bicicleta como meio de transporte	01	0,40
Total	248	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

A pesquisa com os visitantes indagou, ainda, as principais ações realizadas pelos mesmos, consideradas como medidas em prol do meio ambiente. As ações realizadas pelos visitantes, listadas na Tabela 14, apresentaram-se diversificadas, destacando as ações apontadas como reciclagem/coleta seletiva, mencionadas por 42,34% dos entrevistados.

O problema do lixo e a condução da política de resíduos sólidos no país têm sido foco de constantes preocupações e discussões. O assunto “resíduos sólidos” foi o tema central da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente - CNMA, realizada em outubro de 2013, no qual os principais assuntos tratados foram: “o fim dos lixões e a efetividade da Política Nacional dos Resíduos Sólidos” (MMA, 2013, p. 2). Segundo dados do MMA (2013), “o Brasil tem 2.906 lixões em atividade e das 189 mil toneladas de resíduos sólidos produzidas por dia apenas 1,4% é reciclado”. Esse cenário justificou a escolha dos resíduos sólidos como tema da IV CNMA e, pelo que demonstra os resultados, o assunto tem manifestado ações nos visitantes do PESCaN.

Os resultados demonstraram, ainda, que 31,05% dos entrevistados têm desenvolvido ações em prol do meio ambiente por meio de estudos e projetos de conscientização e educação ambiental; 16,53% dos visitantes têm desenvolvido projetos de conscientização ambiental em escolas e/ou na comunidade onde vivem e 14,52% realizam ou participam de aulas, cursos ou palestras voltadas a esse propósito.

Outra ação apontada como medida adotada pelos visitantes refere-se à economia de água, mencionada por 20,97% dos visitantes. A falta de água tem sido um problema enfrentado em todo o país e, no último ano, atingiu índices alarmantes. A falta de água observada em São Paulo, em 2014, considerada a “pior crise de água da maior metrópole do país” (CALIXTO; IMÉRCIO, 2014, p. 2), colocou o Brasil em alerta pela escassez desse bem tão necessário para a vivência humana, mostrando “como o país precisa mudar a forma como

lida com a água” (CALIXTO; IMÉRCIO, 2014, p. 2). Esses resultados demonstram, também, que a problemática da falta de água tem motivado ações nos visitantes do PESCaN.

Os outros 5,64% dos entrevistados demonstraram realizar ações com menores representatividades, sendo que 2,85% mencionaram fazer reflorestamento; 1,61% participar de projetos de conservação de espécies; 0,81% manter horta caseira em casa e 0,40% utilizar bicicleta como meio de transporte.

Larargues (2012), ao discutir as características que compõem o quadro conceitual dos tipos ideais das três macrotendências político-pedagógicas da EA, a saber: macrotendência Conservacionista, macrotendência Pragmática e macrotendência Crítica, aponta a vertente pragmática como a mais difundida pela sociedade, fazendo assim sua crítica. Para o autor é possível perceber que as ações ambientais existentes no seio da sociedade atual têm sido trabalhadas de modo simplista e ingênuo demais estando pautadas muitas vezes no senso comum, afastando a EA de seu potencial crítico e transformador. Desse modo é possível perceber que as ações em prol do meio ambiente são, muitas vezes, imediatistas e não resolvem a causa maior dos problemas ambientais. Layrargues (2012) discute que:

Na medida em que a Educação Ambiental se afasta de seu potencial crítico, cristaliza-se no senso-comum do que venha a ser essa prática educativa, a concepção de que ela realmente seja importante para a instauração da cultura da sustentabilidade; embora, do ponto de vista crítico, esse papel social esperado para a Educação ambiental seja simplista e ingênuo, porque, na ausência ou na superficialidade da análise crítica do sistema, assume um projeto societário reformista totalmente em sintonia com o processo civilizatório liberal e conservador. Essa Educação Ambiental não estaria preocupada também em refletir e intervir sobre as origens e causas da crise ambiental, apenas em combater suas manifestações mais visíveis e diretas (LAYRARGUES, 2012, p. 399).

Segundo o autor essa perspectiva pode ser caracterizada por possuir “um potencial caráter empobrecedor de sua prática”; por dispensar a “reflexão que permita a compreensão dos fundamentos e relações causais dos problemas ambientais”; e por manifestar “uma prática do agir dissociada do refletir” (LAYRARGUES, 2012, p. 405).

Para o autor a utilização comum dessa prática deve-se a dois principais motivos: primeiro “o sentido de urgência e imediatismo em resolver a crise que tende a se magnificar a todo instante” e segundo “porque não vem ao caso debater e acusar quem foi o responsável pela crise” e sim “pactuar um novo futuro comum” marcado por “cooperação e solidariedade” (LAYRARGUES, 2012, 405).

Ao fazer essa análise, Layrargues (2012) observa que a macrotendência pragmática da EA apresenta-se como aquela que:

concebe o meio ambiente como um conjunto de recursos naturais em processo de esgotamento – e destituído de componentes sociais –, combate o desperdício e promove a revisão do paradigma do lixo, que passa a ser concebido como resíduo que pode e deve ser reinserido no metabolismo industrial...; apela ao bom-senso dos indivíduos-consumidores para que sacrifiquem um pouco do seu padrão de conforto no âmbito privado e convoca a responsabilidade das empresas para que renunciem a uma fração de seus benefícios em nome da sustentabilidade (LAYRARGUES, 2012, p. 406).

Desse modo, ao se analisar o contexto da vertente pragmática da EA e mediante os resultados apontados pela investigação das ações praticadas em prol do meio ambiente pelos visitantes do PESCaN, em que uma parcela de quase 91% apontou realizar alguma ação, pode-se observar que os visitantes do parque tem compreendido a EA por meio do contexto da macrotendência pragmática, uma vez que os resultados indicaram que eles tem procurado desenvolver ações de cuidados para com o meio ambiente que venham resolver ou conter de modo imediatista problemas ambientais tidos como urgentes, a exemplo da reciclagem/coleta seletiva e da economia de água.

Tabela 15: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN): Motivo de não realizar ações em prol do meio ambiente - Nov./2014

Motivo	Quantidade de visitantes	(%)
Desinteresse/Descostume	12	48,00
Falta de oportunidade	07	28,00
Falta de tempo	06	24,00
Total	25	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Pertinente foi, ainda, investigar os motivos que levam os visitantes a não realizarem ações em prol do meio ambiente. A parcela de visitantes que não realizam ações em prol do meio ambiente (9,16%) informou que não as fazem por desinteresse/descostume (48%); falta de oportunidade (28%) e por falta de tempo (24%), conforme apresentado na Tabela 15.

Carvalho (2012), ao analisar as trajetórias sociais e biográficas dos indivíduos que assumiram valores ecológicos em suas vidas, verifica a existência de variações na identificação e adesão a valores e atributos ecológicos, uma vez que “nem todos conseguem realizá-lo completamente em suas condições reais de vida” (CARVALHO, 2012, p. 66). Essa consideração apresenta-se presente na sociedade e pôde ser verificada entre os motivos que levam os visitantes do PESCaN a não realizarem ações em prol do meio ambiente: desinteresse/descostume, falta de tempo ou falta de oportunidade.

Tabela 16: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN): Participação em programas de EA - Nov./2014

Alternativa	Quantidade de visitantes	(%)
Sim	155	56,78
Não	118	43,22
Total	273	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Com esta variável buscou-se investigar se os visitantes do PESCaN participam de programas de EA. Os dados da tabela 16 demonstram que 56,78% dos visitantes têm participado de programas de EA, enquanto 43,22% não têm participado.

Segundo Carvalho (2012) a EA é capaz de oferecer “um ambiente de aprendizagem social e individual no sentido mais profundo do aprender” (CARVALHO, 2012, p. 69). A autora pontua o poder transformador da EA, que vai muito além da transmissão de conteúdos e informações, possibilitando uma aprendizagem que “gera processos de formação do sujeito humano, instituindo novos modos de ser, de compreender, de posicionar-se ante os outros e a si mesmo, enfrentando os desafios e as crises do tempo em que vivemos” (CARVALHO, 2012, p. 69). É possível observar que a EA apresenta-se como peça fundamental para as mudanças de posturas, comportamentos e atitudes que promovam a vida e possibilite uma convivência harmônica entre os seres devendo, para isso, ser trabalhada em todas as ocasiões e espaços possíveis, transformando-se em hábito diário. Pelo exposto, observa-se que ainda existe um longo caminho a ser trilhado em relação à prática da EA, principalmente no que diz respeito ao interesse por essa sistemática. Essa análise pode ser observada pelos dados listados na tabela 16, em que cerca de 45% dos visitantes do PESCaN ainda não se despertaram para a busca ou participação em programas de EA.

Tabela 17: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN): Programas de EA com participação - Nov./2014

Programas de EA	Quantidade de visitantes	(%)
Programas de EA na Faculdade/Escola	71	45,81
Preservação e conservação de espécies	48	30,97
Reciclagem/Coleta Seletiva	24	15,48
Preservação de rios e margens	09	5,81
Controle de desmatamento	03	1,93
Total	155	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Quanto à participação em programas de EA, a tabela 17 apresenta os programas de EA que a parcela de 56,78% dos visitantes do PESCaN participa. Deste total, 45,81% disseram participar de programas de EA por meio de programas e projetos trabalhados na faculdade ou na escola; 48% consideraram trabalhar com a EA por meio de projetos e ações de preservação e conservação de espécies e 15,48% por desenvolverem ações de reciclagem/coleta seletiva.

Os outros 7,74% dizem estar envolvidos com a EA por meio de projetos e ações como a preservação de rios e margens (5,81%) e como o controle do desmatamento (1,93%).

Tabela 18: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN): Motivo de não participar de programas de EA - Nov./2014

Motivo	Quantidade de visitantes	(%)
Falta de oportunidade	77	65,26
Falta de tempo	23	19,49
Desinteresse	18	15,25
Total	118	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Quanto a não participar de programas de EA buscou-se investigar o motivo pelo qual a parcela de 43,22% dos visitantes não participa de programas de EA. Os resultados da tabela 18 apontaram que 65,26% dos visitantes não a fazem por falta de oportunidade; 19,49% por falta de tempo e 15,25% por desinteresse.

Os dados da tabela 17 demonstram que um pouco mais da metade dos visitantes do PESCaN (56,78%) tem participado de alguma forma de programas de EA, enquanto que um pouco menos da metade (43,22%) não tem participado. Ao se analisar os programas listados e/ou os motivos que levam a não participação, há, novamente, que se valer das considerações de Layrargues (2012) que possibilitam constatar a forte presença da macrotendência pragmática da EA na sociedade, chamando a atenção quanto à necessidade de se ampliar o escopo e os significados dessas práticas “afinados com os preceitos de uma educação problematizadora e engajada na luta por outra sociedade, para assumirem suas problemáticas como temas-geradores e não apenas uma atividade-fim” (LAYRARGUES, 2012, p. 417). E para isso, o que se torna importante é “considerar a historicidade das questões ambientais, evitando uma abordagem atemporal e essencialista que ignora as circunstâncias históricas em que se produzem os diferentes modos de compreensão e significação humana do ambiente” (CARVALHO, 2012, p. 91). Esses resultados demonstram, mais uma vez, a necessidade de se trabalhar a EA em todos os setores da sociedade, fazendo despertar o interesse pela área e promover a mudança de atitudes e de comportamentos, para “reposicionar o ser humano no mundo” (CARVALHO, 2012, p. 153).

Até este ponto os visitantes responderam os instrumentos I e II do questionário de pesquisa, antes de realizarem o objetivo de suas visitas no PESCaN. No dispositivo I – Caracterização do visitante foi possível traçar o perfil dos visitantes do parque em relação às características socioeconômicas e culturais. No dispositivo II – Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN) foi possível levantar dados relacionados à motivação da visita, às compreensões de meio ambiente e EA que os visitantes possuem e às práticas

ambientais realizadas por eles. Terminada esta etapa o visitante recebeu seu número de identificação, de acordo com a numeração do questionário respondido; foi liberado para realizar seu passeio ou estudo pelo parque; e informado a respeito da última parte do questionário, a ser respondido à saída do parque. Os dados levantados no instrumento III – Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN) apresentam-se discutidos no tópico a seguir.

3.2.3 Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN):

Tabela 19: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Melhores elementos da visita - Nov./2014

Elementos	Quantidade de visitante	(%)
Trilhas e atrativos	91	33,34
Vegetação	67	24,54
Conservação do Parque	46	16,85
Biodiversidade	32	11,72
Acesso, estrutura e manutenção do local	14	5,13
Práticas aplicadas no Bioma	13	4,76
Tranquilidade	10	3,66
Total	273	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

A primeira abordagem depois de percorrida a visita no parque objetivou levantar informações a respeito dos elementos que mais chamaram a atenção do visitante, listados na tabela 19. Os elementos trilhas e atrativos foram os elementos de maior menção, sendo apontados por 33,33% dos visitantes. O elemento vegetação obteve 24,54% das menções; seguido pelo elemento conservação do parque, com 16,85%; e pelo elemento biodiversidade, com 11,72%. Os elementos listados com menores representatividades foram: acesso, estrutura e manutenção do local, com 5,13%; práticas aplicadas no bioma durante os estudos e pesquisas científicas, com 4,76%; e tranquilidade, com 3,66%.

Estes resultados demonstraram que os visitantes deram importância a dois principais elementos dentro da unidade: o primeiro referiu-se à infraestrutura elaborada para atender a demanda, como as trilhas e atrativos, o acesso e a manutenção do local, mencionados por uma parcela de 55,32% dos visitantes; o segundo referiu-se às características ambientais da unidade, como a vegetação do Cerrado conservada, a biodiversidade encontrada, as condições para aplicação das práticas de estudo e pesquisa no bioma e a tranquilidade evidenciada no local, elementos mencionados por uma parcela de 44,68% dos visitantes.

Após indagar sobre os elementos que mais chamaram a atenção do visitante durante a visita, o estudo propôs, ainda, averiguar o motivo da escolha de cada um destes elementos. Os dados desta investigação apresentam-se listados nas tabelas de 20 a 26.

Tabela 20: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de escolha dos elementos Trilha e atrativos - Nov./2014

Motivo	Quantidade de visitantes	(%)
Permite relaxamento, integração e equilíbrio com a natureza	36	39,56
Fácil acesso, limpos, sinalizados e conservados	33	36,26
Beleza cênica	18	19,78
Ajudou no foco de estudo	03	3,30
Oferece condições para a prática do ciclismo	01	1,10
Total	91	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Os motivos de escolha dos elementos “Trilhas e atrativos”, apontados por 33,34% dos visitantes (Tabela 19) compuseram a presente variável apresentada na tabela 20. O motivo mais citado para a escolha desse elemento, na compreensão do visitante, configura-se pela possibilidade dele poder permitir o relaxamento, a integração e o equilíbrio com a natureza, uma vez que isso foi listado por 39,56% desses visitantes. A facilidade de acesso, a limpeza, a conservação e a sinalização das trilhas e atrativos motivaram a escolha por 36,26% dos visitantes desse grupo. A beleza cênica motivou 19,78% dos entrevistados. Para 3,30% dos visitantes os elementos trilhas e atrativos foram os elementos mais importantes da visita porque permitiram atingir o foco de seus estudos e pesquisas científicas; enquanto que para 1,10% o motivo de escolha caracterizou-se pelas condições de prática do ciclismo.

Tabela 21: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de escolha do elemento Vegetação - Nov./2014

Motivo	Quantidade de visitantes	(%)
Bem característica e representativa do Cerrado	20	29,85
Ajudou a entender o Bioma e o equilíbrio ecológico	20	29,85
Beleza cênica	15	22,39
Bem conservada	12	17,91
Total	67	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Os dados estabelecidos na tabela 21 apresentam os motivos de escolha do elemento “Vegetação”, apontada por 24,54% dos visitantes, conforme apresentado na tabela. O principal motivo para escolha desse elemento justificou-se pelo fato de os visitantes considerarem a vegetação existente no parque como bem característica e representativa do Cerrado, o que foi apontado por 29,85% deles. Outros 29,85% dos visitantes escolheram o elemento vegetação por considerarem que as características e a conservação da mesma podem contribuir para um melhor entendimento do Cerrado e do equilíbrio ecológico existente neste bioma. A beleza cênica da vegetação foi citada 22,39% desses visitantes. E para 17,91% dos visitantes a vegetação foi o elemento mais importante da visita porque no parque ela se apresenta de maneira bem conservada.

Segundo Lima e Franco (2013), “uma das principais estratégias para a conservação da natureza é a priorização das áreas mais ameaçadas, que tenham maior índice de endemismo e riqueza de biodiversidade” (LIMA; FRANCO, 2013, p. 143). Essas áreas foram “denominadas *hotspots*”, um termo usado mundialmente “para a identificação de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade” (LIMA; FRANCO, 2013, p. 143). Devido às características da biodiversidade, ao índice de endemismo e à perda de área da vegetação nativa, em detrimento da exploração dos recursos naturais, o bioma Cerrado, “considerado o segundo maior bioma do Brasil”, está “entre os 34 *hotspots* indetificados no planeta” (LIMA; FRANCO, 2013, p. 143).

Nesse contexto, “a criação de áreas protegidas tem se mostrado uma das principais estratégias para mitigar os efeitos de uma ocupação antrópica acelerada e marcada pelo uso irracional de recursos naturais” (LIMA; FRANCO, 2013, p. 145-146). Segundo Lima e Franco (2013) a criação de áreas protegidas é vista como uma importante estratégia de manutenção dos espaços naturais, que vai “além da preservação da natureza, no papel que elas têm de fomentar pesquisas científicas, educação ambiental, ecoturismo e uso sustentável dos recursos naturais” (LIMA; FRANCO, 2013, p. 146). Assim sendo, a “conservação do Cerrado depende, ao mesmo tempo, da expansão e fortalecimento das UC e da indução à conservação nas áreas privadas” (GANEM; DRUMMOND; FRANCO, 2013, p. 348).

O PESCaN, “primeira UC de Goiás”, “possui uma área de 12.315,36 hectares de Cerrado”, e tem como principal objetivo “a preservação da flora, fauna e dos mananciais em seu entorno” (SEMARH/GO, 2013, p. 3). Esses fatores, aliados à importância de se criar áreas protegidas de Cerrado como forma de manutenção dos espaços naturais e fomentar a visitação e uso público, podem apontar que o PESCaN tem conseguido realizar esse pressuposto e, mais ainda, que seus visitantes tem conseguido compreender a importância dessa sistemática, fato demonstrado pelos resultados apresentados na tabela 21, que apresentaram a vegetação Cerrado do parque como um dos principais elementos de motivação da visita e proporcionador de conhecimento e entendimento do bioma para cerca de 30% deles.

Tabela 22: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de escolha do elemento Conservação do Parque - Nov./2014

Motivo	Quantidade de visitante	(%)
Importância para a manutenção da biodiversidade	16	34,79
Possibilita melhor entendimento sobre o Bioma e suas espécies	14	30,43
Importância do cuidado e conservação local	11	23,91
Possibilita integração com a natureza e descanso	05	10,87
Total	46	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Os motivos de escolha do elemento “Conservação do parque”, listados por 16,85% dos visitantes (Tabela 19) são retratados na tabela 20. Uma parcela de 34,79% desses visitantes escolheu o referido elemento por considerar que ele é importante para a manutenção da biodiversidade, assim como listado por entrevistados como os de nº 25 e nº 93. Para 30,43%, a conservação do parque foi o motivo de escolha por possibilitar um melhor entendimento do bioma e suas espécies, assim como listado por entrevistados como os de nº 109 e 213. Para 23,91% a conservação do parque foi escolhida, como melhor elemento da visita, por considerarem que o cuidado e a conservação local em ambientes de UC são elementos importantes, o que foi destacado por entrevistados como o de nº 24. Para 10,87% dos visitantes, a escolha desse elemento motivou-se pela possibilidade de promover a integração com a natureza e o descanso, assim como destacado por entrevistados como o de nº 137.

Tabela 23: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de escolha do elemento Biodiversidade - Nov./2014

Motivo	Quantidade de visitante	(%)
Bem conservada	11	34,38
Gosta de ver os animais em seu <i>habitat</i>	08	25,00
Gosta de estudar e visualizar espécies	06	18,75
Favorece o entendimento do Bioma e dos estudos ecológicos	05	15,63
Foco do trabalho de curso	02	6,24
Total	32	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Os motivos de escolha do elemento “Biodiversidade”, apresentados na tabela 23 foram apontados por 11,72% dos visitantes, conforme dados da tabela 19. Desse total, 34,38% escolheram-na por considerar que ela está sendo conservada no PESCaN, conforme discurso de entrevistados como o de nº 220. Uma parcela de 25% dos visitantes teve como principal motivação a biodiversidade por gostarem de ver os animais em seu *habitat* e as interações que os mesmos possuem, enquanto que 18,76% escolheram-na por gostar de estudar e visualizar espécies naturais características. Para 15,63% dos visitantes o motivo de escolha do elemento biodiversidade justifica-se por considerarem que esse elemento pode favorecer o entendimento do bioma e dos estudos ecológicos relacionados com ele, o que foi apontado por entrevistados como o de nº 259. Já 6,24% dos visitantes mencionaram-na por ser o foco do trabalho final de curso, facilitado pelo trabalho de campo realizado no parque, conforme apontado por visitantes como o de nº 181.

Tabela 24: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de escolha dos elementos Acesso, estrutura e manutenção do local - Nov./2014

Motivo	Quantidade de visitante	(%)
Limpeza e cuidado são essenciais	07	50,00
Boa estrutura local	04	28,58
Fácil e cômodo para levar a família	02	14,28
Ajuda a compreender melhor o Bioma	01	7,14
Total	14	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Os dados listados na tabela 24 dispõem os motivos de escolha para os elementos “Acesso, estrutura e manutenção do local”, apontados como os elementos que mais chamaram a atenção de 5,13% dos visitantes. Uma parcela de 50% desses visitantes escolheram esses elementos por consideram a limpeza e o cuidado dos locais de acesso e estrutura como essenciais dentro de uma UC, o que foi apontado por entrevistados como o de nº 006. Para 28,58% dos visitantes o acesso, a estrutura e a manutenção do local chamaram a atenção como melhor elemento da visita por apresentarem uma estrutura considerada boa; 14,28% os escolherem por serem fáceis e cômodos para levar a família e os amigos, não apresentando grandes dificuldades de acesso; e 7,14% o escolheu por considerar que o estado de conservação e manutenção dos mesmos tem sido capazes de possibilitar a melhor compreensão do bioma do parque e suas características.

Tabela 25: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de escolha do elemento Práticas aplicadas no Bioma - Nov./2014

Motivo	Quantidade de visitante	(%)
Importante para a pesquisa de campo	05	38,46
Aquisição de conhecimento	03	23,08
Convivência com a turma	03	23,08
Importante para o desenvolvimento pessoal e profissionais na área	02	15,38
Total	13	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Os motivos de escolha do elemento “Práticas aplicadas no bioma”, apontados por 4,76% dos visitantes (Tabela 19) compuseram a variável apresentada na tabela 25. O principal motivo para escolha desse elemento configurou-se, de acordo com apontamentos dos visitantes, pela ajuda que as elas possibilitaram para a pesquisa de campo, o que foi mencionado por 38,46% desses visitantes. O gosto por investigações e aquisição de novos conhecimentos a partir de práticas aplicadas em biomas motivou a escolha para 23,08% desses visitantes. A convivência com a turma, durante o período de alojamento e pesquisa no PESCaN, motivou a escolha do elemento “práticas aplicadas no bioma” para outros 23,08%

desses visitantes; enquanto que para 15,38%, as práticas foram importantes elementos para o desenvolvimento pessoal e profissional na área de estudo e pesquisa.

Tabela 26: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de escolha do elemento Tranquilidade - Nov./2014

Motivo	Quantidade de visitante	(%)
Refúgio e descanso da agitação do dia-a-dia	08	80,00
Gosta dos sons da natureza	02	20,00
Total	10	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Os resultados descritos na tabela 24 apresentam os motivos que levaram 3,66% dos visitantes (Tabela 19) a escolher o elemento “Tranquilidade” como o melhor da visita ao PESCaN. Nesse grupo, 80% dos visitantes manifestaram motivar-se com a tranquilidade existente no porque por considerarem-na um elemento que pode promover o refúgio e o descanso da agitação do dia-a-dia; enquanto que para 20%, a escolha do elemento justificou-se pelo fato de esses visitantes gostarem dos sons da natureza.

Tabela 27: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Compreensão da imagem que corresponde melhor à organização da natureza - Nov./2014

Imagem	Quantidade de visitante	(%)
EGO	42	15,38
ECO	231	84,62
Total	273	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

O objetivo da aplicação da variável apresentada na tabela 27 foi monitorar os visitantes e investigar se a visita ao PESCaN possibilitou alguma mudança nas compreensões de meio ambiente e EA que os mesmos possuem e na forma como os mesmos entendem a organização da natureza. Para esta investigação foram apresentadas os mesmos cartões utilizados na variável 4 do instrumento II (Figura ‘EGO’ e Figura ‘ECO’). A investigação que se inferiu nesse momento da pesquisa foi saber qual imagem o visitante compreendia como a que melhor representava a organização da natureza.

Os resultados não apontaram nenhuma alteração nas compreensões dos visitantes em relação às compreensões de meio ambiente e organização da natureza. Os mesmos 84,62% dos visitantes que escolheram a imagem ECO no Instrumento II - antes da visita ao PESCaN (Tabela 12), apontaram-na no Instrumento III - após a visita ao PESCaN (Tabela 27), da mesmo forma ocorrendo com 15,38% dos visitantes que apontaram a imagem EGO.

Estes resultados podem ser analisados sob o ângulo das discussões de Layrargues (2012) em torno da efetivação da perspectiva da macrotendência Pragmática EA. Layrargues

(2012) sinaliza que “o atual contexto em que a economia de mercado impõe seus valores e sua lógica” (p. 410); o caráter “simplista e ingênuo” do papel social esperado para a EA (p. 399); e “o sentido da urgência e imediatismo em resolver a crise que tende a se magnificar a todo instante” (p. 405) têm representado “uma conjuntura favorável para a ascensão da macrotendência Pragmática, produzindo novos e polêmicos sentidos identitários para a Educação Ambiental e despontando como a tendência mais presente na atualidade” (LAYRARGUES, 2012, p. 410).

Segundo Layrargues (2012) falta, ainda, no seio da sociedade a ascensão de um pensar e agir crítico da EA, uma vez que essa vertente “encontra-se ainda restrita quase exclusivamente ao âmbito da pós-graduação na universidade”, por meio de produções, reflexões e análises “que expõem as contradições do atual modelo de desenvolvimento” (LAYRARGUES, 2012, p. 410). Para Layrargues (2012) a macrotendência crítica vislumbra-se como a que “aparenta apresentar respostas adequadas para transformar sociedades desiguais e insustentáveis” (LAYRARGUES, 2012, p. 410). Pelo o exposto e mediante os resultados apresentados na tabela 27, o PESCaN e o seu programa de uso público não têm de forma crítica possibilitado alterar as compreensões de meio ambiente que seus visitantes possuem. O que se observou foram indivíduos que possuem uma visão integral de entendimento da natureza, sem alterações e sem atitudes críticas de EA, o que pôde ser verificado, ainda, na investigação da não realização de ações em prol do meio ambiente, apontado por 9,16% dos visitantes entrevistados (Tabela 13), e pela não participação em programas de EA, apontado por 43,22% dos visitantes entrevistados (Tabela 16).

Tabela 28: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Desejo de realizar algum programa de EA após visita - Nov./2014

Alternativa	Quantidade de visitante	(%)
Sim	246	90,11
Não	27	9,89
Total	273	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Os dados listados na tabela 28 apresentam o interesse dos visitantes do parque em realizar algum programa de EA após a visita. Esta investigação chama a atenção, uma vez que 90,11% dos visitantes manifestaram favoráveis a participarem e 9,89% não demonstraram interesse em participar de nenhum programa. Ao se comparar os resultados descritos na tabela 28 com o que foi listado nas tabelas 12, 13, 16 e 27, pode-se verificar certa contradição em relação ao trato com as questões ambientais dos visitantes no que diz respeito às ações ambientais e à EA. Para essa análise é pertinente a discussão de Carvalho (2012) ao

considerar que “uma atitude ecológica é mais que a soma de bons comportamentos” (CARVALHO, 2012, p. 180). Ao fazer essa análise Carvalho (2012) utiliza o exemplo dos alunos que muitas vezes se comportam de acordo com as expectativas do professor, como forma de agradá-lo e obter sua afeição, sem com isso acreditarem nas razões daquele comportamento. Essas considerações e os resultados obtidos na investigação com os visitantes do PESCaN podem apontar certa contradição na atitude deles. O alto índice de interesse em participar de algum programa de EA após a visita, apontado por cerca de 90% dos entrevistados (Tabela 28), em relação aos quase 44% que mencionaram não participar de programas de EA (Tabela 16) podem justificar a análise mencionada, sinalizando que o visitante pode ter demonstrando interesse em participar de algum programa de EA, no segundo momento, como forma de ganhar a afeição do entrevistador. Durante o período de aplicação dos questionários e dos levantamentos de dados em documentos e registros do PESCaN foi possível verificar que o parque não possui programa de EA e que não estão sendo trabalhadas atividades de conscientização com os visitantes. Tais medidas poderiam contribuir com o fomento da EA junto aos visitantes, despertando, também, o interesse por essa sistemática.

Tabela 29: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Programa de EA que gostaria de participar após visita - Nov./2014

Programa de EA	Quantidade de visitante	(%)
Conservação do meio ambiente, fauna e flora	90	36,59
Não sabe ainda	64	26,02
Conscientização na sociedade/escolas	51	20,73
Reciclagem	14	5,69
Conservação de mananciais hídricos	12	4,88
Recuperação de áreas degradadas	04	1,63
Gestão de Parques	03	1,21
Ingressar em ONG ou área de Meio Ambiente	03	1,21
Pesquisa científica	02	0,81
Tratamento de esgoto	01	0,41
Uso alternativo e sustentável de plantas medicinais	01	0,41
Uso do ciclismo como transporte alternativo e sustentável	01	0,41
Total	246	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Além de investigar o desejo despertado no visitante em participar de programas de EA, a pesquisa buscou saber quais os programas ou ações que os mesmos gostariam de participar após a visita, conforme apresentado na tabela 29. Conforme já demonstrado, 90,11% dos visitantes demonstraram interesse em participar de algum programa de EA, o que está listado na tabela 28. Os principais programas e/ou ações apontados pelos visitantes foram: conservação do meio ambiente, fauna e flora para 36,59%; conscientização na sociedade/escolas para 20,73%; reciclagem para 5,69% e conservação de mananciais hídricos

para 4,88%. Os programas apontados com menores representações foram: recuperação de áreas degradadas para 1,63%; gestão de parques e ingresso em ONGs ou área de meio ambiente para 1,215 cada um; pesquisa científica para 0,81%; tratamento de esgoto, uso alternativo e sustentável de plantas medicinais e uso de ciclismo como transporte alternativo e sustentável para 0,41% cada um.

Uma parcela de 26,02% desses visitantes manifestou o interesse em participar de programas de EA, mas no instante da investigação não soube responder a respeito de qual programa participar. Pelo exposto e conforme discussões de Carvalho (2012) pode-se perceber que existem sujeitos que ainda não tem conseguido realizar valores ecológicos em suas vidas, visto que “nem todos conseguem realizá-lo completamente em suas condições reais de vida” (CARVALHO, 2012, p. 66), por isso torna-se urgente e importante a efetivação de um “projeto político-pedagógico de uma EA crítica” orientada a “formar sujeitos capazes de compreender o mundo e agir nele de forma crítica”, rumo a uma “cidadania ambiental” (CARVALHO, 2012, p. 75).

Tabela 30: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de não querer participar de Programa de EA após visita - Nov./2014

Programa de EA	Quantidade de visitante	(%)
Desinteresse	13	48,15
Falta de tempo	08	29,62
Falta de oportunidade	02	7,41
Ineficiência de metodologias	02	7,41
Não sabe	02	7,41
Total	27	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

A pesquisa investigou, também, os motivos dos visitantes em não quererem participar de algum programa de EA após a visita, conforme listado na tabela 30. Essa variável foi apontada por 9,89% dos entrevistados (Tabela 28). Os principais motivos listados foram: desinteresse, apontado por 48,15% dos visitantes; e falta de tempo, apontado por 29,62%. Os motivos com menores representações foram: falta de oportunidade e ineficiência de metodologias, mencionadas por 7,41% cada um. Uma parcela de 7,41% desses visitantes, ainda, não soube responder o motivo de não quererem participar de programas de EA.

Tabela 31: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Nota atribuída ao PESCaN - Nov./2014

Nota	Quantidade de visitante	(%)
Nota 5,0	03	1,10
Nota 6,0	03	1,10
Nota 7,0	27	9,89
Nota 8,0	69	25,27
Nota 9,0	106	38,83
Nota 10,0	65	23,81
Total	273	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Com a variável listada acima (Tabela 31), foi possível investigar como o visitante tem avaliado as condições gerais do PESCaN, dentro de uma escala de 5,0 a 10,0, sendo 5,0 a menor nota e 10,0 a maior nota. Os resultados apontados demonstraram uma pontuação favorável para o parque. Na concepção do visitante, a média geral da UC foi 8,7. A pontuação apresentou-se favorável uma vez que 87,91% dos visitantes atribuíram notas igual ou superior a 8,0. A nota mais mencionada foi de 9,0, sendo atribuída por 38,83% dos entrevistados; seguida pela nota 8,0, atribuída por 25,27% e pela nota 10,0, apontada por 23,81%. As notas com menores pontuações foram: nota 7,0, mencionada por 9,89% dos visitantes; nota 6,0 e nota 5,0 apontadas por 1,10% dos visitantes cada uma. Segundo os visitantes, o parque possui condições para receber os visitantes, o ambiente é preservado, necessitando apenas ajustes e pequenas adaptações na infraestrutura, como reforma do museu, do auditório e dos banheiros; melhorias no atendimento ao visitante, por meio de um maior envolvimento por parte dos funcionários; e elaboração de atividades diversificadas, uma vez que o parque só tem oferecido, como atrativos, as trilhas e as cachoeiras. Nas próximas tabelas (Tabelas de 32 a 37) serão apresentados os pontos, favoráveis e desfavoráveis, que levaram os visitantes a atribuírem cada uma das notas mencionadas.

Tabela 32: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo da atribuição de Nota 5,0 - Nov./2014

Motivo	Quantidade de visitante	(%)
Falta de água	02	66,67
Melhoria da estrutura	01	33,33
Total	03	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Os dados explanados na tabela 32 apresentam os motivos que levaram os 1,10% dos visitantes (Tabela 31) a atribuírem nota 5,0 ao PESCaN. Destes visitantes, 66,67% apontaram como atributo desfavorável no parque a falta de água nas cachoeiras, e a falta de pontos de água potável em locais estratégicos nas trilhas. Para 33,33% desses visitantes, o atributo

desfavorável no parque é a necessidade de melhorias na estrutura, como a dos banheiros e do auditório.

Tabela 33: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo da atribuição de Nota 6,0 - Nov./2014

Motivo	Quantidade de visitante	(%)
Não está sendo usado devidamente	02	66,67
Falta motivação para o visitante	01	33,33
Total	03	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Os resultados descritos na tabela 33 esboçam os motivos que levaram os 1,10% dos visitantes (Tabela 31) a atribuírem nota 6,0 ao PESCaN. Destes visitantes, 66,67% atribuíram esta pontuação por considerarem que o parque não está sendo utilizado devidamente, apontando como sugestão a elaboração e realização de atividades de interação e de apresentação da unidade junto com os visitantes e a melhor utilização de estruturas como o auditório e o museu de animais taxidermizados. Já 33,33% desses visitantes atribuíram a referida pontuação por considerarem a falta de motivação para o visitante, sugerindo um acompanhamento guiado nas trilhas e a realização de atividades interativas.

Tabela 34: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo da atribuição de Nota 7,0 - Nov./2014

Motivo	Quantidade de visitante	(%)
Melhoria da estrutura	19	70,37
Falta de água nas cachoeiras	04	14,81
Falta de guias/orientação	02	7,41
Maior oferta para visitação	02	7,41
Total	27	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Os dados da tabela 34 apresentam os motivos que levaram os 9,89% dos visitantes (Tabela 31) a atribuírem nota 7,0 ao PESCaN. Uma parcela de 70,37% apontou como atributo desfavorável a necessidade de melhorias da estrutura do parque. Para 14,81% a falta de água nas cachoeiras foi apontada como o motivo da mencionada pontuação. Para 7,41% desses visitantes, a falta de guias/orientação foram os motivos que justificaram a escolha desta pontuação. Para outros 7,41% desses visitantes o que justificou a escolha da nota 7,0 foi a necessidade de maior oferta para visitação. Percebe-se que a falta de água nas cachoeiras, a necessidade de melhorias da estrutura e a oferta de mais atrativos e/ou atividades são itens considerados essenciais na concepção dos visitantes, podendo sinalizar que nem tudo tem agradado o visitante do PESCaN. A falta de água originou-se de uma situação climática (período de seca), que poderá ser sanada com o estabelecimento do período de chuva; já a melhoria da estrutura e a oferta de atividades e/ou atrativos dependem da gestão da unidade,

responsável maior e detentora dos amparos necessários à efetivação destas solicitações. Esses dados demonstram que a gestão do parque tem deixado a desejar junto a seus visitantes em elementos como estrutura, atividades e atrativos oferecidos aos visitantes.

Tabela 35: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo da atribuição de Nota 8,0 - Nov./2014

Motivo	Quantidade de visitante	(%)
Melhoria na estrutura	37	53,63
Boas informações sobre as espécies	09	13,04
Falta de água nas cachoeiras	06	8,70
Falta de atividades para os visitantes	05	7,25
Maior envolvimento dos funcionários	05	7,25
Falta de guia/orientação	03	4,35
Tranquilidade e ar puro	02	2,90
Museu fechado	01	1,44
Falta de área de alimentação	01	1,44
Total	69	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Os resultados transcritos na tabela 35 demonstram os motivos que levaram a parcela de 25,27% dos visitantes (Tabela 31) a atribuírem nota 8,0 ao parque. Os referidos atributos tiveram pesos favoráveis e pesos desfavoráveis. Para 15,94% desses visitantes, a nota 8,0 foi atribuída em virtude de algum atributo com peso favorável e para 84,06% a referida pontuação foi atribuída em virtude de algum atributo com peso desfavorável, mas que, segundo os visitantes, são de fácil remediação por parte da gestão do parque. Os atributos com peso favorável que motivaram a escolha da nota 8,0 foram: as boas informações sobre as espécies (identificação), apontados por 13,04% dos visitantes; e a tranquilidade e ar puro existentes no local, apontados por 2,90%. Os atributos com peso desfavorável que motivaram a escolha da referida pontuação foram: a necessidade de melhoria na estrutura, para 53,63% dos visitantes, principalmente no que diz respeito a itens como auditório, museu, alojamento, banheiros e sinalização nas trilhas; a falta de água nas cachoeiras, para 8,70%; a falta de atividades para os visitantes, apontada por 7,25% desses, principalmente de atividades educacionais e recreativas; o maior envolvimento dos funcionários, para 7,25%, principalmente no acompanhamento de grupos e na apresentação do parque; a falta de guia/orientação, para 4,35%; o museu fechado, apontado por 1,44% desses visitantes; e a falta de área para alimentação, apontado por 1,44%.

Um item que merecer ser destacado é quanto ao museu de animais taxidermizados. Durante o período de aplicação dos questionários o museu encontrava-se com acesso restrito devido à necessidade de reformas e ampliações. Segundo os funcionários do parque (Funcionário A e B) esses serviços já foram aprovados e orçados pelo Conselho do PESCaN,

estando em fase de implantação. Em relação à falta de área para alimentação, é preciso ponderar que na unidade não existe nenhuma estrutura disponível para o fornecimento de alimentos e bebidas aos visitantes. Essa medida surge como algo a ser mensurado, visto que o parque fica distante do centro da cidade cerca de 6 km, além de que devido ao tamanho do parque e das trilhas existentes o visitante pode levar horas para percorrer e apreciar o mesmo. O estabelecimento de área para alimentação apresenta-se como um elemento necessário no parque, chamando a atenção da gestora do parque quanto a sua efetivação.

Tabela 36: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo da atribuição de Nota 9,0 - Nov./2014

Motivo	Quantidade de visitante	(%)
Falta de guia/orientação	22	20,76
Melhoria na estrutura	18	16,99
Bom para passeio/descanso	15	14,15
Reforma do museu	10	9,43
Falta de lixeiras ou sacolas para lixo	07	6,60
Melhoraria da sinalização	07	6,60
Falta área de alimentação	06	5,66
Melhoraria da identificação das espécies	05	4,72
Museu fechado	04	3,77
Boa organização, limpeza e preservação	04	3,77
Bom cuidado com as espécies	02	1,89
Falta de água nas cachoeiras	02	1,89
Trilhas em boas condições	02	1,89
Falta de local para descanso	01	0,94
Falta de Primeiros Socorros	01	0,94
Total	106	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Os dados apresentados na tabela 36 apresentam os motivos que justificaram a atribuição da nota 9,0 para 38,83% dos visitantes (Tabela 31). Os motivos de escolha desta pontuação foram diversificados e possuíram, também, atributos com pesos favoráveis e desfavoráveis por parte dos visitantes. Para 21,7% desses visitantes a referida nota foi atribuída em virtude de algum atributo com peso favorável. Para 78,3% a nota 9,0 foi atribuída em virtude de algum atributo com peso desfavorável.

Os atributos, com peso favorável, utilizados como motivo de escolha da nota 9,0 foram: bom local para passeio/descanso, apontado por 14,15% desses visitantes; boa organização, limpeza e preservação do local, para 3,77%; bom cuidado com as espécies, mencionado por 1,89%; e trilhas em boas condições, apontado por outros 1,89% desses entrevistados.

Os atributos, com peso desfavorável, utilizados como motivo de escolha da nota 9,0 foram: a falta de guia/orientação, para 20,76% desses visitantes, principalmente durante o percurso nas trilhas; melhoria na estrutura, para 16,99%, principalmente do auditório, museu,

banheiros e alojamento; reforma do museu, mencionado por 9,43%; a falta de lixeiras ou fornecimento de sacolas para lixo, para 6,60%, principalmente no decorrer das trilhas, evitando a eliminação de resíduos no ambiente, conforme discurso dos entrevistados; melhorias na sinalização, para 6,60%, no que diz respeito ao desgaste da escrita dos símbolos e sinais e do material utilizado; falta de área de alimentação, apontado por 5,66%; a melhoria da identificação das espécies, para 4,72%, no que diz respeito ao desgaste da escrita e do material utilizado; museu fechado, para 3,77%; a falta de água nas cachoeiras, para 1,89% desses entrevistados; a falta de locais para descanso, listado por 0,94%; e a falta de primeiros socorros, para outros 0,94% desses entrevistados.

De acordo com os motivos listados percebe-se que os atributos desfavoráveis considerados como motivação para a escolha da nota 9,0 são itens fáceis de ser solucionados pela gestora da unidade, o que foi comumente verbalizado pelos visitantes entrevistados.

Tabela 37: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo da atribuição de Nota 10,0 - Nov./2014

Motivo	Quantidade de visitante	(%)
Condições da estrutura	38	58,46
Preservação e planejamento das trilhas	13	20,00
Experiência com a natureza	08	12,31
Conservação e organização do local	06	9,23
Total	65	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Os resultados destacados na tabela 37 apresentam os motivos que levaram os 23,81% dos visitantes (Tabela 31) a atribuírem nota máxima ao PESCaN. Os motivos que justificaram a escolha da nota 10,0 foram: as condições da estrutura, listadas por 58,46% desses visitantes, houve visitante que pontuou as condições da estrutura como muito boa, a exemplo do entrevistado de nº 147; a preservação e planejamento das trilhas, para 20,00%, houve visitante que destacou esses elementos como muito bons, a exemplo do entrevistado de nº 257; a experiência com a natureza, apontada por 12,31% desses entrevistados, houve visitante que descreveu essa experiência como muito boa, a exemplo do entrevistado de nº 243; e boa conservação e organização, para 9,23%, considerada muito boa para visitantes como o entrevistado de nº 172. Para esses visitantes o parque tem oferecido condições para visita, passeio, estudo e apreciação da paisagem, apresenta-se de modo conservado e cuidado, e possui potencialidade para motivar novas visitas e promover o contato com a natureza.

Tabela 38: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Possibilidade de visitar o PESCaN em próxima oportunidade - Nov./2014

Alternativa	Quantidade de visitantes	(%)
Sim	270	98,90
Não	03	1,10
Total	273	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Após investigar a nota que cada visitante atribuiu ao parque e saber os motivos que justificam a escolha dela, a pesquisa buscou investigar a possibilidade de visitas ao parque em próximas oportunidades, conforme apresentado na tabela 38. A média geral atribuída ao PESCaN, nota 8,71 vem corroborar com o resultado desta investigação, uma vez que 98,90% dos visitantes entrevistados manifestaram interesse em visitar o parque novamente, principalmente para vivenciarem novas experiências, realizar estudos e pesquisas científicas, levar a família ou amigos e fazer o que não foi possível na visita em questão. Apenas 1,10% dos visitantes entrevistados não demonstraram interesse em visitar o parque novamente.

Bueno (2011) considera que ao se tratar de EA no contexto da visitação em UC, deve-se considerar “a existência e eficiência de um programa de uso público que atenda à visitação pública, tanto voltada para o lazer, ao turismo e às atividades educativas” e que tenha a “possibilidade de garantir a reflexão acerca dos diferentes meios para prover o uso público e a conservação deste espaço” (BUENO, 2011, p. 520).

Casella (2011) aponta que o desenvolvimento do ecoturismo, além da motivação do turista, dependerá “de boa infraestrutura, atividades condizentes com as diretrizes do Plano de Manejo, planejamento, desenvolvimento e operação do turismo sustentável” (CASELLA, 2011, p. 573).

Desse modo e conforme os resultados obtidos pode-se observar que o PESCaN pode ser capazes de atrair demanda e compete à gestão do parque desenvolver mecanismos de monitoria e mensuração no sentido de aumentar esses valores, uma vez atentando às reivindicações de seus visitantes. A pesquisa demonstrou que as principais reivindicações dos visitantes foram: melhoria na estrutura e no atendimento; diversificação das atividades; disponibilização de guias/orientadores; e áreas de alimentação.

Tabela 39: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de visitar o PESCaN em próxima oportunidade - Nov./2014

Motivo	Quantidade de visitante	(%)
Lazer, descanso e tranquilidade	102	37,78
Pesquisa científica	69	25,56
Levar família e amigos	31	11,48
Visita e contato com a natureza	28	10,37
Conhecer e ver as cachoeiras	15	5,56
Fazer as trilhas novamente	15	5,56
Ver a vegetação em outra estação	07	2,59
Aprendizado	02	0,74
Trabalho	01	0,36
Total	270	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Além de inferir a respeito da possibilidade de o visitante retornar ao parque em outra oportunidade, a pesquisa procurou saber os motivos que poderiam ocasionar este retorno. Os motivos apontados pelos 98,90% dos visitantes que retornariam ao parque (Tabela 38) foram: lazer, descanso e tranquilidade, para 37,78%; pesquisa científica, para 25,56%; levar família e amigos, para 11,48%; contato com a natureza, para 10,37%; conhecer e ver as cachoeiras, mencionado por 5,56% desses visitantes, uma vez que devido ao período de seca as mesmas secaram por completo neste ano de 2014; fazer as trilhas novamente, para outros 5,56%; ver a vegetação em outra estação, no período de chuva, para 2,59%; e com menor representatividade, aprendizado para 0,74%; e trabalho, para 0,36%.

Os resultados apontados nesta variável podem demonstrar que o PESCaN tem conseguido cumprir seu objetivo de preservar o bioma Cerrado na região da Serra de Caldas Novas e de atrair visitantes interessados em estar em contato com a natureza quer seja para lazer e entretenimento, quer seja para realização de estudos e pesquisas.

Tabela 40: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de não visitar o PESCaN em próxima oportunidade - Nov./2014

Motivo	Quantidade de visitante	(%)
Falta de água	03	33,34
Já conhece	03	33,33
Porque não	03	33,33
Total	09	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Os resultados apresentados na tabela 40 apresentam os motivos apontados por 1,10% dos visitantes (Tabela 38) como impeditivos para não visitar o parque em próxima oportunidade. Os resultados demonstraram que 33,34% dos visitantes não visitariam o parque novamente devido à falta de água visualizada durante a visita; 33,33% por já terem conhecido, demonstrando o interesse de conhecerem novas UC; e 33,33% não deram nenhuma justificativa. Esses dados, embora com menor menção, podem ser tratados de modo a instruir

a gestão do parque em trabalhar a motivação do visitante para conhecer e estar em contato com a natureza.

Tabela 41: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Possibilidade de indicar o PESCaN para amigos e parentes - Nov./2014

Alternativa	Quantidade de visitantes	(%)
Sim	270	98,90
Não	03	1,10
Total	273	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

A pesquisa propôs neste ponto, analisar a disposição dos visitantes em indicar o PESCaN para amigos e parentes, conforme apresentado na tabela 41. Os resultados obtidos foram os mesmos levantados na investigação da possibilidade de retorno ao parque (Tabela 40). Dos 273 visitantes entrevistados, 98,90% demonstraram disposição em divulgar o parque para amigos e parente, manifestando até o desejo em acompanhá-los; e apenas 1,10% não demonstram disposição em indicar o parque para amigos e parentes. Estes resultados podem pontuar o grau de importância que a UC possui e a possibilidade de atrair visitantes, o que merecer ser mensurado e transformado em retorno para eles, principalmente nos itens levantados como necessários durante a pontuação do parque, a saber: melhoria na estrutura e no atendimento; diversificação das atividades; disponibilização de guias/orientadores; e áreas de alimentação.

Tabela 42: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de indicar o PESCaN para amigos e parentes - Nov./2014

Motivo	Quantidade de visitante	(%)
Passeio e lazer	106	39,26
Conhecer o Cerrado e a vegetação	74	27,41
Pesquisa científica	47	17,41
Integração com meio ambiente	21	7,78
Relaxamento e descanso	12	4,44
Fazer trilhas	10	3,70
Total	270	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Além de investigar a disposição de indicação do parque para amigos e parentes, apontados por 98,90% dos visitantes (Tabela 40) buscou-se, ainda, saber os motivos que conduziram tal ação, conforme apresentado na tabela 42. Os motivos apontados foram: passeio e lazer, para 39,26% desses visitantes; conhecer o Cerrado e sua vegetação, para 27,41%; pesquisa científica, para 17,41%; integração com o meio ambiente, para 7,78%; relaxamento e descanso, para 4,44%; e fazer trilhas, para 3,70% desses entrevistados. Estes resultados podem sinalizar que o PESCaN possui condições para a vivência de experiências;

opções de lazer e entretenimento para levar a família e amigos; a realização de estudos e pesquisas científicas; e o contato com a natureza.

Tabela 43: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Motivo de não indicar o PESCaN para amigos e parentes - Nov./2014

Motivo	Quantidade de visitante	(%)
Poucos atrativos	03	33,34
Não ver a seca e a destruição	03	33,33
Preservar o local	03	33,33
Total	09	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Os dados apresentados na tabela 43 referem-se aos motivos pelos quais a parcela de 1,10% dos visitantes (Tabela 41) não indicaria o parque para amigos e parentes, a saber: poucos atrativos, mencionado por 33,34% desses; não ver a seca e a destruição, para 33,33%; e para preservar o local, para 33,33%. Estes resultados apresentam baixa representatividade, mas podem ser tratados como incentivo para a gestora do parque trabalhar cotidianamente a melhoria da UC e a divulgação e a importância da unidade por meio de seus visitantes.

Tabela 44: PESCaN - Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN): Elementos que poderiam existir no PESCaN - Nov./2014

Elementos	Quantidade de visitante	(%)
Mais guias/orientações	71	26,02
Área de alimentação	66	24,18
Viveiros de observação de animais	25	9,16
Água	16	5,86
Não falta nada	14	5,13
Lixeiras/Sacolas para lixo	13	4,76
Atividades interativas	10	3,66
Local para descanso com pontos de água	10	3,66
Mapa de orientação/localização	09	3,30
Exposição de rochas, vegetais e animais	08	2,93
Mais divulgação	08	2,93
Museu mais completo	06	2,20
Vídeo aulas/Palestras	06	2,20
Posto médico/Primeiros Socorros	04	1,47
Loja de souvenirs	02	0,73
Viveiros de mudas típicas	02	0,73
Mais identificação de espécies	01	0,36
Mais investimentos	01	0,36
Não sabe	01	0,36
Total	273	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

A última variável trabalhada na aplicação de questionários aos visitantes propôs investigar os elementos não existentes no PESCaN e que eles consideram interessante existir. Os resultados demonstraram uma diversidade de elementos, apresentados na tabela 44. Os elementos listados podem possuir a capacidade de melhorar o atendimento e a estrutura do parque, desenvolver o ecoturismo e difundir a EA junto a seus visitantes.

Dentre os 273 visitantes entrevistados, 26,02% apontaram a necessidade de contratação de mais guias/orientadores; 24,18% manifestaram a necessidade de efetivação de uma área de alimentação, seja ela lanchonete ou restaurante; 9,16% demonstraram o interesse pela criação de um viveiro para observação de animais; 5,86% desejaram ver o parque com mais água; 4,76% consideraram a distribuição de lixeiras em pontos estratégicos ou o fornecimento de sacolas para acondicionar o lixo gerado durante os passeios nas trilhas; 3,66% desejaram atividades interativas, a exemplo de palestras, dinâmicas de grupo e atividades recreativas; outros 3,66% demonstraram o interesse pela adaptação de locais para descanso com pontos de água no percurso das trilhas; e 3,30% apontaram a necessidade de disposição de mapas de orientação/localização nas dependências do parque.

Os elementos com menores representatividades foram: locais para exposição de rochas, vegetais e animais, o que foi mencionado por 2,93% dos entrevistados; outros 2,93% posicionaram a favor de maior divulgação; para 2,20% seria interessante a ampliação e diversificação do museu; outros 2,20% demonstraram o interesse por vídeo aulas/palestras para os visitantes a respeito da história do parque e das características do bioma Cerrado; 1,47% apontaram a necessidade de alocação de posto médico para primeiros socorros; para 0,73% seria interessante a existência de loja de *souvenirs*; outros 0,73% consideraram interessante a manutenção de um viveiro de mudas típicas; 0,36% apontou a necessidade de mais identificação das espécies; outros 0,36% manifestou a favor de maiores investimentos em infraestrutura e atividades. Para 5,13% dos visitantes no PESCaN não falta nada; e 0,36% não soube mencionar nenhum elemento.

Estes dados estão em conformidade com os principais elementos que os visitantes listaram como motivadores da atribuição de notas para a unidade. De acordo com este levantamento, os visitantes apontam como principais elementos a serem trabalhados no parque as melhorias em sua infraestrutura e atendimento e a elaboração e diversificação de atividades interativas para o público.

3.3 Virando a última página

Neste capítulo foram discutidos os resultados e as discussões provenientes da aplicação de questionários aos visitantes do PESCaN, delineando as compreensões de meio ambiente e EA dos visitantes e as ações ambientais praticadas por eles. Os resultados demonstraram que os visitantes compreendem o meio ambiente como um sistema de integração e interação na relação homem/natureza; que as ações e práticas ambientais dos

visitantes têm sido desenvolvidas de modo a conter problemas ambientais presentes nas discussões diárias como a redução do lixo, a reciclagem/coleta seletiva e a economia de água. A EA vivenciada pelos visitantes do PESCaN tem sido estabelecida pela perspectiva da macrotendência Pragmática, demonstrando restrição em relação a uma visão crítica da EA. Nesse exercício foi possível, ainda, identificar os pontos favoráveis e os pontos a serem melhorados no uso público da unidade, na visão do visitante. Os dados demonstraram que o parque apresenta condições para o uso público; a infraestrutura existente atende a demanda, necessitando melhorias como reformas e ampliações; e que o ambiente preservado tem sido capaz de atrair e motivar seu público para lazer e entretenimento, relaxamento e convívio com a natureza, estudos e pesquisas científicas. Os resultados aqui apontados poderão contribuir com a gestão da unidade no sentido de desenvolver o ecoturismo e difundir a EA junto a seus visitantes. Resta, agora, apresentar as considerações finais levantadas com esta investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os modelos de desenvolvimento sustentável não são inerentemente idealizados a favor da restrição, mas sim permitem novos modos de pensamento, que podem e devem alcançar diversos objetivos dirigidos pelo interesse comum. O ecoturismo, como prática de desenvolvimento sustentável, é uma estratégia para mapear e direcionar novas abordagens para a interação entre a humanidade e o meio ambiente no século XXI. (Wearing; Neil, 2001).

O presente estudo sobre o PESCaN, por meio das atividades ecoturísticas, da Educação Ambiental e das compreensões de meio ambiente e práticas ambientais de seus visitantes, representou, para mim, durante toda a caminhada, um esforço e motivação de análise e compreensão a respeito do significado de se criar áreas protegidas e utilizá-las como mecanismo de interação, lazer, entretenimento, estudo, pesquisa, educação ambiental e contato com a natureza. Ao mesmo tempo, representou, a busca pela compreensão destes locais e sua representatividade como elementos fundamentalmente necessários nos dias atuais, em que a destruição ambiental, o mau uso dos recursos naturais e o descaso com as questões ambientais mostram-se cada dia mais alarmantes.

O referencial teórico utilizado neste estudo possibilitou a investigação hora mencionada, permitindo analisar o contexto, os objetivos com a criação de áreas protegidas e as atividades realizadas com os visitantes, além de levantar os principais desafios enfrentados na constituição desses espaços para a prática do ecoturismo e difusão e efetivação da EA.

Assim como aponta Pires (2004) é possível perceber que as discussões em torno das questões ambientais têm tomado cada vez mais espaço junto à sociedade, sendo discutidas diariamente pela opinião pública e isso tem provocado uma movimentação pela elaboração de propostas e pela busca de medidas que possibilitem a proteção do que ainda resta de meio ambiente. Essa abordagem tem possibilitado o fomento de atividades com foco na responsabilidade ambiental, como exemplo as atividades turísticas desenvolvidas em áreas protegidas, uma vez que tem crescido o interesse pelo turismo sustentável, com respeito à natureza e à cultura dos locais visitados. Nesse cenário marcado pela busca e interesse por atividades ambientalmente mais saudáveis e conforme apontado por Kinker (2002) destaca-se atividades como o ecoturismo, vista como atividade promissora e com grande capacidade de promover a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável de seus frequentadores.

O grande desafio que se apresenta neste novo direcionamento, conforme apontado por Dutra *et al* (2008), é o desenvolvimento de atividades que atendam às necessidades dos

visitantes e das comunidades locais, apresentando, ainda, benefícios para o meio ambiente. Entende-se que isso só será possível mediante o planejamento das atividades e dos espaços utilizados para a realização das mesmas e de acordo com uma gestão norteada por uma educação que possibilite a mudança de atitudes e comportamentos dos envolvidos. Pelo que pondera Simonetti e Nascimento (2012) tal feito só será possível, ainda, se, o processo de planejamento e gestão dos espaços destinados à visitação tenderem para a conservação e a sustentabilidade de utilização dos recursos disponíveis e o bem-estar mútuo dos envolvidos, para que os recursos ambientais das UC sejam conservados, a comunidade local tenha suas atividades e cultura resguardadas e o visitante tenha uma experiência de boa qualidade.

Conforme apresentado e mediante a questão proposta por Jacobi *et al* (2004) é possível perceber que os espaços protegidos destinadas à visitação pública possuem um importante papel no processo de proteção dos recursos naturais aliados à difusão e sensibilização dos diversos atores sociais envolvidos com a prática de atividades turísticas de caráter ambiental e ecológico, uma vez que as UC podem representar não somente um meio para proteger os recursos naturais, mas, ainda, para difundir a aprendizagem e a sensibilização dos visitantes e da comunidade a respeito da problemática ambiental. Nesse sentido é fundamental, além de caracterizar as UC com propostas e ações de mudanças de valores e atitudes em relação às questões ambientais, traçar medidas para conhecer as preferências e as compreensões dos visitantes no que concerne à sistemática ambiental e às atividades existentes nessas áreas, como forma de contribuir positivamente com a sensibilização ambiental e a mudança de comportamento e posturas diante das questões ambientais.

Pelo que pondera Barros (2003) é possível perceber que as UC apresentam-se como excelentes lugares a serem visitados e apreciados por variados tipos de usos e fins, tais como os recreativos, os comerciais, os educacionais, os científicos e os de desenvolvimento pessoal. Uma grande questão levantada como resultado deste estudo refere-se justamente à condução dos diversos usos. Como ponto favorável as UC possuem suas características físicas, a proteção ambiental, a abertura para visitação e a diversidade de usos, possibilitando a elaboração de diversas atividades e ações para melhor envolver os visitantes, atender seus interesses e colocá-los em contato com a natureza e a prática da EA. No entanto, o uso público em áreas protegidas deve ser uma tarefa muito bem conduzida e planejada, e para isso há de se pensar na importância da elaboração de Planos de Manejo e na definição de áreas de amortecimento, como forma de garantir a proteção desses espaços e dos recursos naturais que os mesmos possuem. Nesse quesito, e conforme pontua Barros (2003), em âmbito geral, as UC são marcadas muitas vezes pela falta e/ou inobservância do manejo, ou ainda, pelo

descaso por parte dos gestores quanto a sua importância, vindo a comprometer seriamente a gestão e o planejamento do uso público desses espaços. Nessa direção, e conforme apontado por Medeiros e Araújo (2011), a falta de Planos de Manejo e a falta de formação e atuação dos conselhos gestores são vistos como um grande entrave para a manutenção das UC, impedindo-as de atingir seus objetivos, de garantir a sustentabilidade das ações elaboradas e de difundir a educação ambiental junto seus visitantes.

A presente investigação demonstrou que o estado de Goiás, por meio da gestão e efetivação de suas 22 unidades estaduais, tem conseguido proteger 1,25 milhão de hectares de área nativa do bioma Cerrado, conforme apontado pela WWF Brasil – Programa BR 2014. Entre essas unidades o PESCaN, primeira UC de Goiás, é destaque em número de visitação, com público em torno de 25.000 visitantes ao ano, segundo dados da SEMARH/GO (2014). A unidade é destaque, ainda, no quesito desempenho, apresentando índices acima de 90% em relação à importância ecológica; 80% em relação à importância socioeconômica; e índices acima de 60% quanto à efetividade total de gestão, considerada a maior do estado, como aponta a WWF Brasil – Projeto BR (2014).

Esta dissertação apresentou como objetivo principal: *“compreender o ecoturismo no PESCaN e conhecer e analisar as compreensões de meio ambiente e de Educação Ambiental (EA) que os visitantes da UC possuem e as ações ambientais que os mesmos praticam”*. Ao propor esse objetivo o presente estudo destacou a UC como produto ambiental de importância para a proteção do Cerrado goiano, mediante suas proporções territoriais; suas potencialidades para o desenvolvimento do ecoturismo; seu processo de utilização para visitação e pesquisas; e suas principais características.

Pela investigação foi possível analisar que os visitantes do parque compreendem a relação homem x meio ambiente como um meio de interação e interligação entre os seres, e a educação ambiental como uma ferramenta para a prática de ações e mudanças de atitudes cotidianas que possibilitam uma vivência com melhor qualidade ambiental nos locais onde vivem.

O interesse em participar de programas de EA e as práticas ambientais realizadas pelos visitantes do PESCaN demonstraram a existência de uma preocupação com as questões ambientais de cunho mais urgente e imediatista, como as ações e discussões diárias em torno da redução do lixo, da reciclagem/coleta seletiva, da economia de água. A EA vivenciada pelos visitantes do parque tem sido estabelecida pela perspectiva da macrotendência Pragmática, demonstrando restrição em relação a uma visão crítica da EA, que ainda precisa

trilhar um longo caminho para se efetivar na sociedade como um todo, assim como aponta Layrargues (2012).

O público visitante do PESCaN constitui-se de uma população diversificada em relação a fatores como faixa etária, sexo, nível de escolaridade e renda mensal, apresentando composições em todas as variáveis investigadas. Cerca de três quintos dos entrevistados enquadra-se na faixa adulta (18 a 39 anos), demonstrando que esse público é o mais atraído pelas características do parque. Os níveis de escolaridade variam do ensino fundamental incompleto ao pós-doutorado, com destaque para o nível de ensino superior incompleto, representado por pouco mais de um quarto dos visitantes, e para o nível de ensino fundamental incompleto, representado por quase um quarto dos visitantes. Estes resultados pontuam a grande procura pelo PESCaN por parte de alunos do sistema básico de ensino e de alunos de instituições e universidades de ensino superior. Em relação ao elemento renda mensal, cerca de um terço do público percebe uma renda mensal de um até três salários mínimos e pouco mais de quarto percebe uma renda mensal de três até seis salários mínimos.

Algo que merece ser destacado refere-se à abertura e incentivo, por parte da gestora da UC, em atrair um público com objetivos de ensino e pesquisa, o que é promovido pela Gerência de Áreas Protegidas SEMARH/GO. Durante o período da aplicação dos questionários cerca de 150 alunos passaram pelo parque com o intuito de conhecê-lo e realizar alguma visita técnica destinada a estudo, trabalho de campo ou pesquisa científica, legalmente autorizados. Outro ponto favorável à existência dessa demanda é o incentivo existente quanto à isenção de taxa de entrada e de utilização do alojamento, comumente liberados no ato da autorização e mediante manifestação da instituição. Esse fator tem atraído um número cada vez maior de estudantes que tem utilizado o parque como objeto de estudo. A referida abertura pode ser constatada pela existência de mais de quinze estudos autorizados e em andamento no parque desde o ano de 2012, pelas mais de 40 autorizações de visitas técnicas liberadas no ano de 2013 e pelas mais de 70 autorizações de visitas técnicas liberadas no ano de 2014.

Os incentivos ligados à motivação da visita com objetivo de estudo e/ou pesquisa científica tem caracterizado o estado de Goiás como o principal destino de origem dos visitantes do PESCaN, o que foi apontado por quase três quintos deles. Durante a realização da aplicação dos questionários foi possível perceber uma baixa da visitação por parte dos turistas, que esteve marcada por dois principais motivos: a falta de água nas cachoeiras e a falta de articulação junto ao *trade* turístico em relação à divulgação do parque como um atrativo com potencial no destino. A falta de água nas cachoeiras pôde ser vista como um

elemento redutor de visitação. Muitos foram os turistas que chegaram até a portaria do parque com a intenção de refrescarem-se nas cachoeiras existentes, mas que desistiram de visitá-lo mediante a informação da total falta de água nelas. Durante o período de aplicação dos questionários foi possível listar cerca de cento e cinquenta desistências de visitação.

Esta investigação possibilitou, ainda, verificar que a divulgação do parque não tem sido promovida nos empreendimentos turísticos e hoteleiros da região, o que pode representar um ponto desfavorável para a gestão do parque e para a difusão da sistemática ambiental e da sensibilização ambiental dos milhares de turistas que visitam a região anualmente. O meio de divulgação mais eficiente tem sido as faculdades e as escolas, uma vez que pouco mais de três quintos da população entrevistada apontaram-nas como o meio de conhecimento da existência do parque. Isso mostra, mais uma vez, a importância que o PESCaN possui junto ao grupo formado por estudantes e instituições de ensino. Foi possível verificar, ainda, a restrita divulgação do parque via agências de viagem ou hotéis e via ambiente virtual, uma mídia gratuita e com alta capacidade de alcance. Estas observações podem sinalizar a falta de articulações de divulgação do PESCaN e o restrito cumprimento do programa de uso público no que tange ao subprograma de relações públicas. Essa vertente merece ser mensurada e melhorada pela gestão da unidade como forma de atrair e motivar demanda.

A falta de água nas cachoeiras como um dos fatores de redução das visitas no parque pode sinalizar, ainda, a falta de atrativos e de atividades trabalhadas com os visitantes. Atualmente a unidade, que possui mais doze mil hectares de área protegida do bioma Cerrado, só tem a oferecer a seus visitantes as trilhas e as cachoeiras da Cascatinha e do Paredão, além da beleza cênica da paisagem natural conservada. O museu de animais taxidermizados encontra-se com visitação restrita para reformas e o auditório não tem sido utilizado para eventos e atividades de cunho educacional e/ou artístico. Pode-se verificar, com isso, que as atividades ecoturísticas têm sido trabalhadas de forma restrita junto aos visitantes do parque, limitando-se apenas ao oferecimento de trilhas para eles. Estes fatores tem provocado uma saturação da demanda, marcado pelo anseio e desejo por atrativos e atividades diversificadas. A unidade não possui serviço de guias e os funcionários possuem pouco envolvimento com os visitantes, possuindo um caráter mais administrativo. A gestora da unidade e a equipe de funcionários não tem conseguido diversificar o programa de uso público no que se refere ao subprograma de recreação e lazer e EA, ao subprograma de integração ambiental e ao subprograma de integração. Esses fatores podem ser considerados como pontos desfavoráveis para a gestão da UC no que tange ao uso público e visitação, diminuindo assim as possibilidades de se trabalhar as questões ambientais, difundir a educação ambiental,

promover práticas ambientais conscientes e sensibilizar o público visitante quanto à importância de se cuidar do meio ambiente. Torna-se necessário, por meio da gestora da UC, estratégias e ações para corrigir esses fatores mencionados, como forma de garantir a obtenção dos objetivos de proteção ambiental que o parque propõe.

Os pontos levantados como desfavoráveis podem sinalizar a necessidade de reformulação e regulamentação do seu Plano de Manejo, elaborado a mais de dezessete anos, sem ter passado por nenhuma revisão desde então, além da necessidade de diversificação das atividades oferecidas aos visitantes e a paralela participação e motivação do corpo de funcionários no sentido de maior envolvimento com público que procura a UC.

No contraponto desse processo, verificou-se que o PESCaN tem conseguido atrair sua demanda por fatores ligados principalmente aos atrativos ambientais ou à abertura para o desenvolvimento de estudos e pesquisas científicas. Essa observação pôde ser constatada mediante os resultados que apontaram os principais motivos da visita, em que pouco mais da metade dos visitantes listaram a busca pelo parque por algum fator ligado à sistemática educacional, quer seja para pesquisa científica, quer seja para o desenvolvimento de atividade escolar ou visita técnica. Pouco mais de 30% dos visitantes listaram a busca por algum fator ligado à sistemática ambiental, quer seja para conhecer a UC e seus atrativos, quer seja para conhecer melhor o Cerrado goiano.

Esta dissertação objetivou, ainda, investigar se as compreensões de meio ambiente e EA dos visitantes se alteram depois que os mesmos conhecem e interagem com os atrativos e com o ambiente do parque. No primeiro momento, os resultados demonstraram que em termos de compreensão do meio ambiente os visitantes conseguem entender a sistemática ambiental como um sistema de interação e convivência harmônica entre os seres e não como um meio a ser dominado e destruído, uma visão de sentido ecocêntrico, em que na interpretação da relação homem/natureza, cada elemento possui sua devida importância, interligação e dependência, devendo ser respeitado. A referida análise dessa compreensão ambiental foi apontada por pouco mais de quatro quintos dos entrevistados. O restante optou pela compreensão de sentido antropocêntrico da relação homem x natureza, marcado pelo domínio do homem sobre as outras espécies. Fator pertinente, no segundo momento, foi a comparação desta variável após a realização da visita ao PESCaN, em que a interpretação da sistemática ambiental manteve-se a mesma. Observou-se, ainda, o aumento do interesse pela realização de ações em prol do meio ambiente e por ações de EA, o que foi manifestado pela quase totalidade dos entrevistados (90,11%), principalmente de atividades como a conservação do meio ambiente, da fauna e da flora ou atividades de conscientização na sociedade ou escolas.

Entretanto, ao se considerar o percentual de visitantes que possuem uma visão antropocêntrica de compreensão da relação homem x natureza, pode-se verificar que a EA ainda precisa trilhar um longo caminho para ser efetiva na sociedade, principalmente daquela apoiada na macrotendência Crítica, superando a perspectiva utilitarista e efetivando a cidadania ambiental, assim como pondera Carvalho (2012).

As principais ações realizadas em prol do meio ambiente, apontadas pelos visitantes, demonstraram que os mesmos têm buscado a mudança de atitudes e comportamentos em torno das questões ambientais no ambiente cotidiano. As principais ações realizadas tem sido a reciclagem/coleta seletiva, apontada por pouco mais de dois quintos dos entrevistados; a economia de água, apontada por pouco mais de um quinto dos entrevistados; e a participação em projetos de conscientização ambiental, apontado por quase um quinto dos entrevistados. Em relação à participação em programas de EA, pouco mais da metade dos entrevistados afirmaram participar, principalmente, daqueles desenvolvidos na faculdade ou escola, apontado por quase a metade desses visitantes; de preservação ou conservação de espécies, apontado por cerca de um terço dos mesmos; ou de reciclagem/coleta seletiva, apontado por outros 15%.

Tais atitudes demonstram o principiar de uma orientação para se conhecer e compreender em sua complexidade a natureza e a realidade socioambiental, assim como explica Tristão (2013). A formação ética e ecológica dos cidadãos e as mudanças nos padrões de consumo na sociedade atual, como pondera Carvalho (2012), deve ser vista como uma vivência que necessita partir de cada indivíduo, iniciando naquilo que cada um pode ser capaz de fazer, na mudança de simples atitudes como apagar uma lâmpada, fechar uma torneira, reutilizar materiais, separar o lixo, participar em projetos sociais, entre outras, para daí desenvolver um pensar crítico em relação à sistemática ambiental, permitindo a efetivação de uma cidadania ambiental capaz de transformar sociedades desiguais e insustentáveis, assim como pondera Layrargues (2012).

Este estudo demonstrou que a UC PESCaN tem conseguido atrair demanda com base em dois principais atributos: a estrutura para receber visitantes e as características ambientais existentes. Esta observação pôde ser constatada por meio de investigação em torno dos melhores elementos da visita, em que pouco mais da metade dos visitantes mencionou algum elemento ligado à estrutura de visitação como: as trilhas e os atrativos, a conservação do parque ou o acesso, a estrutura e a manutenção do local; enquanto cerca de 40% mencionou algum elemento ligado às características ambientais como: a vegetação, a biodiversidade e a tranquilidade. No geral, o PESCaN apresenta uma pontuação favorável perante seus

visitantes, com média geral de 8,7 pontos. A pontuação foi considerada favorável, uma vez que pouco mais de 80% dos entrevistados pontuaram a UC com nota igual ou superior a 8,0. Os principais pontos positivos mencionados pelos visitantes foram: a preservação e o planejamento das trilhas, a estrutura, a identificação das espécies, a sinalização e a conservação do parque. A pontuação foi considerada desfavorável por pouco mais de 10% dos entrevistados, que pontuaram o parque com nota igual ou inferior a 7,0. Os principais pontos negativos mencionados pelos visitantes foram: a falta de água nas cachoeiras, a necessidade de melhorias na estrutura; a falta de guias e de mais orientações aos visitantes; e a falta de diversificação das atividades. Em relação a elementos que poderiam existir no parque, como forma de melhorar sua estrutura de visitação e motivar o visitante, foram listados como principais elementos: uma maior quantidade de guias e mais orientações; e a disponibilização de área de alimentação.

Ponto favorável para a UC foi demonstrado quanto ao interesse dos visitantes em realizar novas visitas ao parque e quanto ao interesse em divulgá-lo para amigos e parentes. A quase totalidade dos visitantes entrevistados (98,90%) demonstrou interesse em voltar ao parque e em divulgá-lo. Os principais motivos listados para outras visitas ou para a divulgação foram: lazer, descanso e tranquilidade; pesquisa científica; conhecimento da vegetação Cerrado; e contato com a natureza.

Outro fator a ser considerado enquanto ponto favorável para o PESCaN, ligado à gestão, refere-se às ações e articulações do Conselho Consultivo do parque, em que merece ser destacada a definição da Zona de Amortecimento. Muitos dos problemas existentes na UC, a exemplo dos ligados ao oferecimento de atividades diversificadas aos visitantes e ao uso público, poderão ser resolvidos com a regulamentação do seu Plano de Manejo. Assim como pondera Ramos e Oliveira (2008) as atividades de recreação e EA são representantes dos principais objetivos de manejo ao qual o parque se propõe, devendo ser efetivamente implementadas, em conjunto com os demais objetivos de manejo do mesmo, em detrimento da obtenção de sua função primeira, que é a conservação dos recursos naturais.

Por fim, acredito e espero contribuir, de forma positiva, com a efetivação e difusão da educação ambiental e das práticas ecoturísticas a partir da utilização de áreas protegidas, a exemplo do PESCaN, de forma a incentivar a prática de ações ambientais pautadas na mudança de atitudes e comportamentos que visem o bem estar mútuo na relação homem/natureza. Como reafirmação da epígrafe citada no início dessas considerações, finalizo este trabalho com a observação de Ramos e Oliveira (2008), esperando que ela possa permitir ao PESCaN e à sociedade como um todo o entendimento da convivência harmônica

da natureza como caminho para uma EA integradora, buscando ampliar a conscientização ambiental das pessoas:

A convivência harmônica entre os seres humanos, e entre estes e a natureza, em que esta seja respeitada pelo seu próprio direito a existência, independente do valor que possa representar aos indivíduos, é o grande sonho de uma EA integradora. Quando se trata do uso humano nas áreas naturais protegidas, a EA deve ser condição primária no cumprimento da função social destas áreas, além de essencial à conservação dos elementos naturais ali presentes. A experiência dos indivíduos nestas áreas, através da prática do ecoturismo, deve ir, para isso, além da simples contemplação da paisagem. Deve proporcionar o conhecimento, o entendimento e a interpretação das relações intrínsecas a ela. As UC, em seu documento gestor, o plano de manejo, devem propor as melhores ações educativas no sentido de melhor tornar o ecoturismo uma oportunidade de ampliação da consciência ecológica dos indivíduos (RAMOS; OLIVEIRA, 2008, p. 73).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Carlos. **Caldas Novas: ecológica**. Caldas Novas, Kelps, 1998, 284 p.

BACCHI, Renato. **A educação ambiental no ecoturismo: um estudo de caso no Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo de Santa Virgínia, São Paulo – SP**. 151 p. Dissertação (Mestrado em Ciências – Área de Concentração: Ecologia Aplicada), Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-18042013.../pt-br.php>>. Captura em: 27/10/2014.

BARROS, Maria Isabel Amando de. **Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do planalto do Parque Nacional de Itatiaia**. 135 p. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11150/tde-23092003.../maria.pdf>>. Captura em: 18/11/2014.

BATESTIN, Claudia. **Ética e educação ambiental: considerações filosóficas**. Universidade Federal de Santa Maria. Monografia de Especialização. Centro de Ciências Rurais - Programa de Pós-graduação de Especialização em Educação Ambiental. Santa Maria, RS. 2008. Disponível em: <<http://jararaca.ufsm.br/websites/unidadedeapoio/download/ClaudiaBattestin.pdf>>. Captura em: 15/07/2014.

BELLINASSI, Suelen *et al.* Gestão e Uso Público de Unidades de Conservação: um olhar sobre os desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.2, 2011, pp. 274-293. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/.../132>>. Captura em: 27/10/2014.

BOFF, Leonardo. **Ética e moral**. 2003. Disponível em: <<http://www.leonardoboff.com/site/vista/2003/jul04.htm>>. Acesso em: 18/07/2014.

BRANCO FILHO, Cícero Castello. **A eficácia do planejamento turístico sustentável em unidades de conservação: o caso do Delta do Rio de Janeiro/RJ**. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/.../000770778.pdf?...1>>. Captura em: 27/10/2014.

BRASIL. **Decreto Federal nº 4340, de 22 de agosto de 2002**: Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm>. Captura em: 12/09/2013.

BRASIL. **Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000**: Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Captura em: 12/09/2013.

BRASIL. **Lei n.º 11.771, de 17 de setembro de 2008**: Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm>. Captura em: 12/09/2013.

BRESOLIN, A. J. *et al.* Percepção, comunicação e educação ambiental em Unidades de Conservação: um estudo no Parque Estadual de Espigão Alto – Barracão/RS – Brasil. **Revista Perspectiva**, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Erechim, v. 34, n. 128, dez. 2010. pp. 103-114. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/new/site/pdfs/perspectiva/128_141.pdf>. Captura em: 22/10/2014.

BUENO, Fernando Protti. **As relações entre ecoturismo e educação ambiental no Polo de Ecoturismo da Ilha de Santa Catarina**. 207 p. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria), Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2006. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/21967/as-relacoes-entre-ecoturismo-e-educacao-ambiental-no-polo-de-ecoturismo-da-ilha-de-santa-catarina>>. Captura em: 26/10/2014.

BUENO, Fernando Protti; PIRES, Paulo dos Santos. Ecoturismo e educação ambiental: possibilidades e potencialidades de conservação da natureza. **Anais do 4º Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. Universidade de Caxias do Sul (UCS) – Mestrado em Turismo, Caxias do Sul, 2006. 18 p. Disponível em: <<http://www.uces.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios...4.../GT08-5.pdf>>. Captura em: 11/10/2014.

BUENO, Fernando Protti. Educação Ambiental e a visitação em parques: um estudo sobre o Parque Estadual do Morro do Diabo. Anais do 8º Congresso Nacional de Ecoturismo e do 4º Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.4, 2011, p. 520. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/.../187>>. Captura em: 27/10/2014.

CALIXTO, Bruno; IMÉRCIO, Aline. Crise da água em São Paulo: quanto falta para o desastre? **Revista Época – Blog do Planeta**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2014/06/crise-da-agua-em-sao-paulo-quanto-falta-para-bo-desastreb.html>>. Acesso em: 22/11/2014.

CAMPOS, J. E. G., TRÖGER, U.; HAESBAERT, F. F. **Águas Quentes de Caldas Novas, Goiás** – Notável ocorrência de águas termais sem associação com magmatismo. Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil, Brasília. Disponível em: <<http://sigep.cprm.gov.br/sitio113/sitio113.pdf>>. Captura em: 13/06/2013.

CAMPOS, Renata Ferreira; FILETTO, Ferdinando. O Ecoturismo na visão dos visitantes do Parque Nacional da Serra do Cipó (MG). Anais do 8º Congresso Nacional de Ecoturismo e do 4º Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.4, 2011, p. 512. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/.../176>>. Captura em: 27/10/2014.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental e a formação do sujeito ecológico**. 6ªed. São Paulo: Cortez, 2012. 255 p.

CASELLA, Luana Lacaze Camargo. Unidades de Conservação e turismo: uma oportunidade para as áreas do entorno. Anais do 8º Congresso Nacional de Ecoturismo e do 4º Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.4, 2011, p. 573. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/.../265>>. Captura em: 27/10/2014.

CAVALCANTE, Márcio Balbino. Parque Estadual da Pedra da Boca/PB: um olhar sobre o planejamento do ecoturismo em Unidades de Conservação na Paraíba. **Caderno Virtual de Turismo**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 08, n. 2, 2008. pp. 69-80. Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/download/1264/1619>>. Captura em: 15/10/2014.

COSTA, Nadja Maria Castilho da *et al.* O (des) uso público em Unidades de Conservação: avaliação em algumas áreas protegidas do Estado do Rio de Janeiro. Anais do 8º Congresso Nacional de Ecoturismo e do 4º Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.4, 2011, p. 496. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/151>>. Captura em: 27/10/2014.

COSTA, Patrícia Côrtes. **Ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002. 86 p. (Coleção ABC do Turismo).

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9 ed. Liberdade (SP): Gaia, 2004, 551 p.

DUTRA, Veruska Chemet *et al.* Caracterização do perfil e da qualidade da experiência dos visitantes no Parque Estadual do Jalapão, Tocantins. **Caderno Virtual de Turismo**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 08, n. 1, 2008. pp. 104-117. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115416770012>>. Captura em: 16/10/2013.

FELIZARDO, Angélica; CRISPIM, Jefferson. A educação ambiental na prática do ecoturismo. **Anais do 7º Encontro Paranaense de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais e Aplicadas e do 2º Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas**, Faculdade de Ciências e Letras Campos Mourão, Campo Mourão, 2011. 16 p. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/anais/vii_enppex/PDF/turismo/01-turismo.pdf>. Captura em: 23/10/2014.

FENNELLE, David. A. **Ecoturismo** (Trad. Inês Lohbauer). São Paulo: Contexto, 2002 (Coleção Turismo Contexto), 281 p.

FLORES, Shanna Sabado *et al.* **Gestão e conflitos em Unidades de Conservação: gestão estratégica e operacional para preservação ambiental**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Mestrado em Geografia. Rio Grande do Sul, 2009. 19 p. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/paraonde/article/download/22098/12856>>. Captura em: 16/10/2014.

FREITAS, Isis Felipe de. **Unidades de conservação no Brasil: o plano estratégico nacional de áreas protegidas e a viabilização da zona de amortecimento**. 119 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil – Área de Concentração de Saneamento e Ambiente) – Faculdade de

Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>>. Captura em: 22/11/2014.

GANEM, Roseli Senna; DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade. Conservação da biodiversidade no bioma Cerrado: ameaças e oportunidades. In: SILVA, S. D. e; PIETRAFESA, J. P.; FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A.; TAVARES, G. G. (Org.). **Frenteira Cerrado: sociedade e natureza no oeste do Brasil**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás/Gráfica e Editora América, 2013. pp. 331-351.

GOIÁS. **Diário Oficial/GO nº 21.838, de 23 de maio de 2014**. Goiânia, 2014. Disponível em: <http://www.semaph.goiias.gov.br/site/uploads/files/portaria_semaph_112-2014_-_presidencias_ucs.pdf>. Acesso em: 17/11/2014.

GOIÁS. **Diário Oficial/GO nº 21.803, de 31 de março de 2014**. Goiânia, 2014. Disponível em: <http://www.semaph.goiias.gov.br/site/uploads/files/portaria_n%C2%BA_069_2014.pdf>. Acesso em: 17/11/2014.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS – SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL. **Decreto Estadual nº 5.899, de 09 de fevereiro de 2004**: Regulamenta a Lei nº 14.241, de 29 de julho de 2002 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_decretos.php?id=961.htm>. Captura em: 18/10/2014.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS – SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL. **Lei Estadual nº 14.241, de 29 de julho de 2002**: Dispõe sobre a proteção da fauna silvestre no Estado de Goiás e dá outras providências. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=2346.htm>. Captura em: 18/10/2014.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Revisão da tradução Sueli Rolnik. 21ª ed., Campinas, SP: Papirus, 2012, 56 p.

HIRATA, Sara Ruiz. **Gestão da visitação em Unidades de Conservação**: o caso do Parque Estadual de Campos do Jordão, SP. 218 p. Dissertação (Mestrado em Ciências – Área de Concentração: Ecologia Aplicada), Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-21082013.../pt-br.php>>. Captura em: 27/10/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO – EMBRATUR. **Manual de Ecoturismo**. 1994, 84p.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE (IUCN), 2014. Disponível em: <<http://www.iucn.org>>. Acesso em: 17/11/2014.

JACOBI, Cláudia Maria; FLEURY, Lorena Cândido; ROCHA, Ana Carolina Costa Lara. Percepção ambiental em Unidades de Conservação: experiência com diferentes grupos etários no Parque Estadual da Serra do Rola Moça, MG. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária de Belo Horizonte**, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/congrext/Meio/Meio12.pdf>>. Captura em: 16/10/2013.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais**. Campinas, SP: Papirus, 2002. 224 p. Coleção Turismo.

LADEIRA, Alécia Silva *et al.* O perfil dos visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca (PEIb), Lima Duarte, MG. **Revista Árvore**, Universidade Federal de Viçosa (UFV), v. 31, n. 6, 2007. pp. 1091-1098. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rarv/v31n6/a14v31n6.pdf>>. Captura em: 12/10/2014.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Para onde vai a educação ambiental? O cenário político – ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra – hegemônica. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Rev. Contemporânea de Educação**, nº 14. Ago/Dez. 2012. pp 398-421.

LIMA, Priscylla Cristina Alves; FRANCO, José Luiz de Andrade. As reservas particulares do patrimônio natural e a conservação da natureza na Chapada dos Veadeiros. In: SILVA, S. D. e; PIETRAFESA, J. P.; FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A.; TAVARES, G. G. (Org.). **Fronteira Cerrado: sociedade e natureza no oeste do Brasil**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás/Gráfica e Editora América, 2013. pp. 143-159.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; CUNHA, Cláudia Conceição. Educação ambiental e gestão participativa de Unidades de Conservação. **Revista Ambiente & Sociedade**, Universidade de São Paulo (USP), Campinas, v. 11, n. 2, jul.-dez. 2008. pp. 237-253. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414....pdf>. Captura em: 12/10/2014.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. **Panorama histórico do turismo: do mundo moderno a contemporaneidade**. Curitiba - Universidade Federal do Paraná, 2005, 15 p. Disponível em: <<http://www.obsturpr.ufpr.br/.../panoramahistoricodoturismo.pfd>>. Captura em: 02/03/2014.

MAIA, Fabiana Britto de Azevedo. **Análise do turismo em relação ao uso público no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro no município de Santo Amaro da Imperatriz, Santa Catarina, Florianópolis**. 209 p. Dissertação (Mestrado em Geografia – Área de Concentração: Utilização e Conservação de Recursos Naturais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/88958>>. Captura em: 26/10/2014.

MEDEIROS, Márcio; NASCIMENTO, Elimar. Turismo, Unidade de Conservação e conflito em Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ): o caso da comunidade da Vila do Aventureiro. **Caderno Virtual de Turismo**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2010. pp. 46-60. Disponível em: <[http://www.ivt.coppe.ufrj.br/Capa/v.10,n.3\(2010\)/Medeiros](http://www.ivt.coppe.ufrj.br/Capa/v.10,n.3(2010)/Medeiros)>. Captura em: 15/10/2014.

MEDEIROS, Rodrigo; ARAÚJO, Fábio França Silva (Orgs). **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro**. Brasília: MMA, 2011. 220 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/.../240_publicacao06072011055602.pdf>. Captura em: 17/11/2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA), 2014. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA), 2013. **IV Conferência Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/...socioambiental/conferencia-nacional-do-meio-ambiente>>. Acesso em: 12/12/2014.

MIKHAILOVA, Irina; MULBEIER, Janice. Ecoturismo em Unidades de Conservação: um estudo de caso do Parque Estadual do Turvo, Derrubadas – RS. **Caderno Virtual de Turismo**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 08, n. 3, 2008. pp. 1-21. Disponível em: <[http://www.ivt.coppe.ufrj.br/Capa/v.8,n.3\(2008\)Mikhailova](http://www.ivt.coppe.ufrj.br/Capa/v.8,n.3(2008)Mikhailova)>. Captura em: 15/10/2014.

MUHLE, Rita Paradena. **Ações de educação ambiental em Unidades de Conservação Estaduais do Rio Grande do Sul**. 46 p. TCC (Especialização em Diversidade e conservação da fauna) – Programa de Pós Graduação em Biologia Animal, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/.../000877908.pdf>>. Captura em: 16/11/2014.

MUSSI, Sultane M. **O processo de Gestão Participativa e educação ambiental em conselhos de Unidades de Conservação: o caso do Parque Nacional Serra dos Órgãos – Rio de Janeiro**. 199 p. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/arqanexos/arqteses/sultane.pdf>. Captura em: 26/10/2014.

ODEBRECHT, Fabiano Conrado; BRONNEMANN, Márcia R. Análise da satisfação dos visitantes do Parque Unipraias de Santa Catarina. **Anais do 4º Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. Universidade de Caxias do Sul (UCS) – Mestrado em Turismo, Caxias do Sul, 2006. 11 p. Disponível em: <<http://www.ucs.br/ucs/tplSemMenu/eventos/seminarios.../GT11-C4.pdf>>. Captura em: 11/10/2014.

OLIVEIRA, Fagno Tavares *et al.* Ecoturismo no Rio Purarequara: suporte para inclusão social e proteção ambiental. **Revista Sociedade & Natureza**, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, v. 22, n. 2, ago. 2010. pp. 283-295. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982...>. Captura em: 21/10/2014.

OLIVEIRA, Larissa Fernandes. **Ecoturismo no Parque Estadual da Ilha Grande – RJ: refletindo o contexto atual a partir do olhar dos “badjecos”**. 133 p. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=141880>. Captura em: 27/10/2014.

PIRES, Eliane Cristine Raab. As Inter-relações Turismo, Meio Ambiente e Cultura. **Série Estudos - Edição do Instituto Politécnico de Bragança**, 2004, 60 p. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/222/1>>. Captura em: 02/03/2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013, 276 p.

QUADROS, Alessandra. **Gestão Ambiental: iniciativas populares e cidadania**. Monografia de especialização em educação ambiental. Universidade Federal de Santa Maria. Curso de especialização em Educação Ambiental. Santa Maria. 2007. Disponível em: <<http://jararaca.ufsm.br/websites/unidadedeapoio/download/alessandra.pdf>>. Captura em: 15/07/2014.

QUINTANILHA, Lanúzia; VALLEJO, Luiz Renato. Uso público em áreas protegidas: um roteiro de atividades para fortalecimento de vivências e conscientização através da educação ambiental. **Anais Uso público em Unidades de Conservação**, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, v. 2, n. 2, 2014. pp. 10-19. Disponível em: <http://www.uff.br/var/www/htdocs/usopublico/images/.../artigo2_2014.pdf>. Captura em: 25/10/2014.

RAMOS, Laura Marina Jaime; OLIVEIRA, Sandra de Fátima. Refletindo a Educação Ambiental e o Ecoturismo: uma análise do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas/GO a partir do programa de uso público. **Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande (FURG), v. 21, julho a dezembro de 2008. Disponível em <<http://www.seer.furg.br/remea/article/download/3036/1714>>. Capturado em 02 de outubro de 2013.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. 107 p.

ROVEDA, Marisa; BERNARDES, Genilda D'Arc. Filosofia, bioética e ecologia: uma reflexão interdisciplinar sobre a questão ambiental. In: BERNARDES, Genilda D'Arc; TEIXEIRA, Ricardo Antônio Gonçalves; MORAIS, Roberto Prado de (Org.). **Entre lugares: espaços interdisciplinares em sociedade, tecnologia e meio ambiente**. Goiânia: Gráfica e Editora América, 2013. pp. 69-89.

RUDZEWICH, Laura. **Ecoturismo em Reservas do Patrimônio Natural e seu papel na conservação dos ecossistemas brasileiros**. 179 p. Dissertação (Mestrado em Turismo), Universidade Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ucs.br/jspui/handle/11338/195?mode=full>>. Captura em: 26/10/2014.

SANO, Nara Nanae. **Estudo comparado da Gestão das Visitações nos Parques Estaduais Turísticos do Alto da Ribeira (PETAR) e Intervalos (PEI)**. 145 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/.../8/8135/.../TESE_NARA_NANAE_SANO.pdf>. Captura em: 26/10/2014.

SANTOS JUNIOR, Oswaldo Dias. Caracterização do uso público turístico no Parque Estadual da Ilha do Mel. **Anais do 4º Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. Universidade de Caxias do Sul (UCS) – Mestrado em Turismo, Caxias do Sul, 2006. 15 p. Disponível em: <<http://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios.../GT05-10.pdf>>. Captura em: 11/10/2014.

SATO, Cristina Sayuri. **Parque Nacional Serra do Cipó, MG: percepção ambiental e estabelecimento de áreas para educação**. 182 p. Dissertação (Mestrado em Ciências), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/41/.../tde.../Cristina_Sayuri_Sato.pdf>. Captura em: 26/10/2014.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE GOIÁS (SEMARH/GO). Disponível em: <<http://www.semarhtemplate.go.gov.br>>. Acesso em: 12/09/2013.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE GOIÁS (SEMARH/GO). **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas**. Goiânia: Centro Tecnológico de Engenharia LTDA, 1997, 207 p. Disponível em: <<http://www.semarh.goias.gov.br/site/conteudo/parque-estadual-da-serra-de-caldas-novas-pescan>>. Acesso em: 16/10/2014.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE GOIÁS (SEMARH/GO). **Portaria nº 069/2014, de 15 de agosto de 2013**: define os limites da zona e suas normas específicas de ocupação e o uso dos recursos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.semarh.goias.gov.br/site/uploads/files/portaria_n%C2%BA_069_2014.pdf>. Acesso em: 17/11/2014.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE GOIÁS (SEMARH/GO). **Portaria nº 0206/2013, de 15 de agosto de 2013**: institui Grupo de Trabalho para definição da ZA do PESCaN. Disponível em: <http://www.semarh.goias.gov.br/site/uploads/files/0206_13_pescan_grupo_de_trabalho.pdf>. Acesso em: 17/11/2014.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE GOIÁS (SEMARH/GO). **Resolução CEMAm nº 029, de 20 de maio de 2003**: Pesquisas em UCs. Disponível em: <<http://www.semarh.goias.gov.br/site/pagina/legislacao>>. Acesso em: 22/11/2014.

SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS (SEGPLAN/GO). Disponível em: <<http://www.segplan.go.gov.br>>. Acesso em: 12/12/2014.

SILVA, David Leonardo Bouças da. **Turismo em Unidades de Conservação**: contribuições para a prática de uma atividade turística sustentável no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. 207 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável – Área de Concentração: Política e Gestão Ambiental), Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1944>>. Captura em: 27/10/2014.

SIMONETTI, Susy Rodrigues; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Uso público em unidades de conservação: fragilidades e oportunidades para o turismo na utilização dos serviços ecossistêmicos. Somanlu: **Revista de estudos amazônicos**, v. 12, janeiro a junho de 2012. pp. 173-190. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/465/295>>. Captura em: 22/08/2013.

SOIBERT, Amélia Terezinha; OLIVEIRA, Jerry Furtado Sarmiento de. **Capitalismo sustentável: uma mudança nos paradigmas do capitalismo clássico** (O mundo corporativo inova com conceitos de responsabilidades sociais, ambientais, Rsa e Drs - na busca de sobrevivência). Monografia (Especialização em Gestão Ambiental) – Instituto Superior de Educação de Afonso Cláudio, Vitória/ES, 2011. Disponível em:

<<http://br.monografias.com/trabalhos3/capitalismo-sustentavel-mudanca-paradigmas-classico/capitalismo-sustentavel-mudanca-paradigmas-classico.shtml>>. Captura em: 02/03/2014.

SUAREZ, Cristiane Ferraz e Silva. **Turismo sustentável, qualidade de vida e políticas públicas em Unidades de Conservação**: um estudo de caso em Vargem – SP (APA do Sistema Cantareira). 236 f. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000781447>>. Captura em: 27/10/2014.

TAKAHASHI, Leide Yassuco. **Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em duas Unidades de Conservação do Estado do Paraná**. 144 p. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/handle/1884/26783>>. Captura em: 16/10/2013.

TAKAHASHI, Leide Yassuco; MILANO, Miguel Serediuk. Preferência e percepção dos visitantes em relação aos impactos do uso público no Parque Estadual Pico do Marumbi e na Reserva Natural Salto Morato. **Turismo** – Visão e ação, v. 04, 2002. Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1239>>. Captura em: 16/10/2013.

TRISTÃO, Martha. Uma abordagem filosófica da pesquisa em educação ambiental. In: **Revista Brasileira de Educação**. ANPEd., v. 18, n. 55, out-dez. 2013. pp. 846-860.

VALENTI, Mayla Willik. Educação ambiental em Unidades de Conservação: políticas públicas e a prática educativa. **Educação em Revista**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, mar. 2012. pp. 267-288. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102...>. Captura em: 23/10/2014.

WEARING, Stephen; NEIL, John. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. (Trad. Carlos David Szlak). Barueri/SP: Manole, 2001, 256 p.

WWF BRASIL. **Projeto BR 2014 – Implementação da avaliação rápida e priorização da gestão de Unidades de Conservação (RAPPAM) em Unidades de Conservação do Estado de Goiás**. Brasília, DF, 108 p. 2014.

XAVIER, Alice Pereira. Uma visão antropológica da aplicação de questionários na pesquisa em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Editora UFPR, n. 44, pp. 293-307, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Captura em: 03/03/2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS VISITANTES DO PESCaN I – CARACTERIZAÇÃO DOS VISITANTES

Questionário de Pesquisa – PESCaN:

Objetivo: Questionário de pesquisa elaborado sob a forma de pesquisa de campo para elaboração de Dissertação do curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Recursos Naturais do Cerrado da Universidade Estadual de Goiás – UEG, Unidade Universitária de Ciências Exatas e Tecnológicas de Anápolis/GO, com o objetivo de conhecer e analisar a caracterização dos visitantes da Unidade de Conservação – Parque Estadual Serra de Caldas Novas – PESCaN, as compreensões de meio ambiente e o grau de importância quanto às questões relacionadas ao meio ambiente e à educação ambiental que os mesmos possuem.

I – Caracterização do visitante:

1) Destino de origem: _____

2) Idade:

- | | |
|---------------------|-----------------------|
| a) () 12 a 17 anos | c) () 40 a 59 anos |
| b) () 18 a 39 anos | d) () 60 anos a mais |

3) Sexo:

- | | |
|------------------|-----------------|
| a) () Masculino | b) () Feminino |
|------------------|-----------------|

4) Nível de escolaridade:

- | | |
|--------------------------------------|---------------------------------|
| a) () Ensino Fundamental incompleto | f) () Ensino Superior completo |
| b) () Ensino Fundamental completo | g) () Especialização |
| c) () Ensino Médio incompleto | h) () Mestrado |
| d) () Ensino Médio completo | i) () Doutorado |
| e) () Ensino Superior incompleto | j) () Pós-Doutorado |

5) Renda mensal:

- | | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| a) () até 1 salário mínimo | c) () de 3 até 6 salários mínimos |
| b) () de 1 até 3 salários mínimos | d) () acima de 6 salários mínimos |

6) Como ficou sabendo da existência do PESCaN:

- | | |
|-----------------|---------------------------------|
| a) () Rádio | e) () Faculdade ou escola |
| b) () TV | f) () Amigos ou parentes |
| c) () Internet | g) () Redes de relacionamentos |
| d) () Revistas | h) () Outros: _____ |

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS VISITANTES DO PESCaN II –
VISITANTES X TEMÁTICA AMBIENTAL (ENTRADA NO PESCaN)**

II – Visitante x Temática ambiental (Entrada no PESCaN):

1) Qual o motivo de sua visita ao PESCaN? _____

2) Já visitou o PESCaN outras vezes?

a) () Sim. Quantas? _____ b) () Não

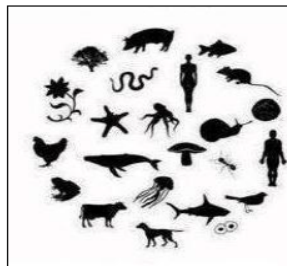
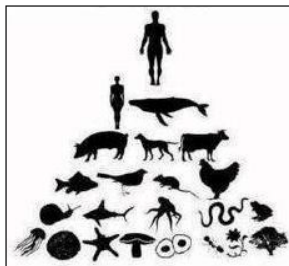
3) Tem o costume de visitar outras Unidades de Conservação?

a) () Sim b) () Não

4) Qual dessas imagens você compreende que caracteriza o meio ambiente?

a) ()

b) ()



5) Tem feito algo em prol do meio ambiente?

a) () Sim. Dê exemplos do que tem feito: _____

b) () Não. Qual motivo? _____

6) Participa ou já participou de algum programa de Educação Ambiental ou de algum programa em prol do meio ambiente?

a) () Sim. Qual? _____

b) () Não. Por quê? _____

**APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS VISITANTES DO PESCaN III –
VISITANTES X TEMÁTICA AMBIENTAL (SAÍDA DO PESCaN)**

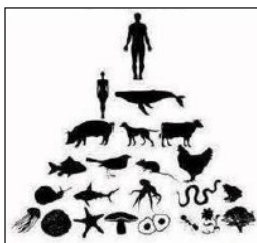
III – Visitante x Temática ambiental (Saída do PESCaN)

1) O que você mais gostou da sua visita ao PESCaN?

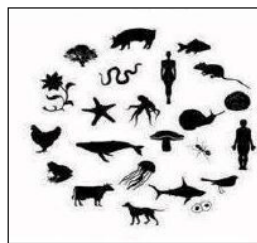
2) Por quê você gostou mais disso? Justificativa: _____

3) Qual dessas imagens corresponde melhor à organização da natureza?

a) ()



b) ()



4) Após visitar o PESCaN desejaria participar de algum programa de Educação Ambiental ou de algum programa em prol do meio ambiente?

a) () Sim. Qual? _____

b) () Não. Qual motivo? _____

5) Depois de visitar o PESCaN, numa escala de 5 a 10, onde 5 é a menor nota e 10 é a maior nota, qual nota você atribui ao PESCaN?

a) () 5

d) () 8

b) () 6

e) () 9

c) () 7

f) () 10

Por quê? _____

6) Visitaria o PESCaN numa próxima oportunidade?

a) () Sim. Por quê? _____

b) () Não. Por quê? _____

7) Indicaria o PESCaN para algum amigo ou parente?

a) () Sim. Por quê? _____

b) () Não. Por quê? _____

8) O que não existe aqui no PESCaN que você acha que seria interessante ter? Por quê? _____

Obrigado!

**APÊNDICE D – FORMULÁRIO PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISAS
CIENTÍFICAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – PESCaN I**

**FORMULÁRIO PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS
CONFORME ANEXO À RESOLUÇÃO CEMAm Nº 029/2003**

1. DADOS PESSOAIS DO TITULAR DA PESQUISA		
Nome: Andrei Severino Ferreira da Silva		
Instituição: Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Unidade Universitária de Ciências Exatas e Tecnológicas – UnuCET – Anápolis/GO		
Área de atuação: Ciências Ambientais - Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Recursos Naturais do Cerrado		
ENDEREÇO PROFISSIONAL		
Rua: Rua Mato Grosso, esq. c/ Avenida Brasil, Piso Inf. da Esplanada Gallery, Sala 08.		
Bairro: Esplanada	Cidade: Rio Quente	UF: GO
CEP: 75.695-000	Fone: (64) 3452-7020 / (64) 9225-0396	
Fax: xxx	e-mail: andrei@semmarioquente.com.br	
2. DADOS PESSOAIS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA PESQUISA		
Nome do responsável: Mirza Seabra Toschi		
Instituição: Universidade Estadual de Goiás (UEG)		
Área de atuação: Educação		
Declaro para os devidos fins que sou o responsável pelo graduando acima identificado, bem como por todos os procedimentos que ocorrerão durante o desenvolvimento da pesquisa.		
 Assinatura do responsável técnico pela pesquisa		
ENDEREÇO PROFISSIONAL		
Rua: Avenida JK, nº 146		
Bairro: Jundiá	Cidade: Anápolis	UF: GO
CEP: 75000-000	Fone: (62) 3328-1188	
Fax: xxx	e-mail: mirzas@brturbo.com.br	
3. DADOS SOBRE A PESQUISA		
Título do projeto: Parque Estadual Serra de Caldas Novas (PESCaN): compreensões de meio ambiente dos visitantes		
Objetivos da pesquisa:		
Principal: Conhecer e analisar a compreensões de meio ambiente que os visitantes da UC PESCaN possuem.		
Específicos:		
i. Conhecer e analisar os objetivos que levam os visitantes do PESCaN a buscá-lo em seu tempo livre; ii. Interpretar o grau de importância e de conhecimento das questões relacionadas à		



- preservação e conservação ambiental dos visitantes do PESCaN;
- iii. Analisar as compreensões da temática da Educação Ambiental dos visitantes do PESCaN;
 - iv. Investigar e analisar as ações de mudanças de valores e atitudes praticadas pelos visitantes do PESCaN, conforme discurso deles;
 - v. Investigar se as compreensões de meio ambiente dos visitantes se alteram depois de percorrido o passeio;
 - vi. Contribuir com a administração do PESCaN no que concerne ao manejo e qualidade das atividades trabalhadas com os visitantes e à difusão da educação ambiental.

Metodologia:

A metodologia utilizada para a realização do presente estudo será delineada com base em dois instrumentos: a pesquisa bibliográfica, que contribuirá na discussão dos assuntos relacionados ao tema proposto e ao objeto de estudo – PESCaN; e a pesquisa de campo, com base na aplicação de questionários aos visitantes do PESCaN, à entrada e saída do Parque. Fotos serão tiradas para compor o projeto de pesquisa e a dissertação.

RELAÇÃO DA EQUIPE DO PROJETO QUE TERÁ ACESSO À UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, DESTACANDO A FUNÇÃO NO PROJETO

Nome: **Andrei Severino Ferreira da Silva**

Função no projeto: Aplicador de Questionário de Pesquisa

Telefone de contato/e-mail: (64) 3452-7020 – andrei@semmarioquente.com.br

Nome: **Dayane de Jesus Amorim**

Função no projeto: Aplicador de Questionário de Pesquisa

Telefone de contato/e-mail: (64) 3452-7020 – dayane@semmarioquente.com.br

Nome: **Laerth Lourenço da Cunha**

Função no projeto: Aplicador de Questionário de Pesquisa

Telefone de contato/e-mail: (64) 3452-7020 – laerth@semmarioquente.com.br

Nome: **Márcio Rogério Francisco**

Função no projeto: Aplicador de Questionário de Pesquisa

Telefone de contato/e-mail: (64) 3452-7020 – marcio@semmarioquente.com.br

Nome: **Ludymila Araújo de Castro**

Função no projeto: Aplicador de Questionário de Pesquisa

Telefone de contato/e-mail: (64) 3452-7020 – ludymila@semmarioquente.com.br

GUIA DE COLETA DE MATERIAL BIOLÓGICO

COLETAS			
Espécie	Família	Nome Comum da espécie	Especificar Quantidade - Por parte (ex. sangue, pelo, flor, fruto, etc)
(Não haverá coleta de Material Biológico)			

INFORMAÇÕES ADICIONAIS DA COLETA	
Instituição que utilizará o material coletado: xxx	
Instituição depositária: xxx	
Curador Responsável: Telefone para contato: xxx	
(Não haverá coleta de Material Biológico).	

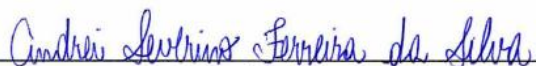
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

Declaro que sou responsável por todas as informações prestadas neste formulário, bem como em cumprir e fazer cumprir com as normas e regulamentos pertinentes às Unidades de Conservação, especificados na Lei do Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC (Lei n.º 14.247/2002) e ao que determina a legislação que regulamenta o acesso ao patrimônio genético de amostras de material biológico.

Autorizo o órgão responsável pela Unidade de Conservação a utilizar as informações geradas por este trabalho no manejo técnico da (s) Unidade (s) de Conservação alvo deste trabalho.

Comprometo-me em fornecer ao órgão, os dados do tombamento das amostras do material biológico depositados em coleções científicas, duas cópias das publicações científicas originárias desta pesquisa, sendo uma para o acervo documental da Unidade e outra para a biblioteca do órgão, bem como uma cópia do material fotográfico e filmes eventualmente produzidos.

Rio Quente/GO, 28/08/2014.


Assinatura

**APÊNDICE E – FORMULÁRIO PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISAS
CIENTÍFICAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – PESCaN II**

FORMULÁRIO PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS

CONFORME ANEXO À RESOLUÇÃO CEMAm Nº 029/2003

1. DADOS PESSOAIS DO TITULAR DA PESQUISA		
Nome: Andrei Severino Ferreira da Silva		
Instituição: Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Unidade Universitária de Ciências Exatas e Tecnológicas – UnuCET – Anápolis/GO		
Área de atuação: Ciências Ambientais - Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Recursos Naturais do Cerrado		
ENDEREÇO PROFISSIONAL		
Rua: Rua Mato Grosso, esq. c/ Avenida Brasil, Piso Inf. da Esplanada Gallery, Sala 08.		
Bairro: Esplanada	Cidade: Rio Quente	UF: GO
CEP: 75.695-000	Fone: (64) 3452-7020 / (64) 9225-0396	
Fax: xxx	e-mail: andrei_severino@hotmail.com andrei@semarioquente.com.br	
2. DADOS PESSOAIS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA PESQUISA		
Nome do responsável: Mirza Seabra Toschi		
Instituição: Universidade Estadual de Goiás (UEG)		
Área de atuação: Educação		
Declaro para os devidos fins que sou o responsável pelo graduando acima identificado, bem como por todos os procedimentos que ocorrerão durante o desenvolvimento da pesquisa.		
 Assinatura do responsável técnico pela pesquisa		
ENDEREÇO PROFISSIONAL		
Rua: Avenida JK, nº 146		
Bairro: Jundiá	Cidade: Anápolis	UF: GO
CEP: 75000-000	Fone: (62) 3328-1188	
Fax: xxx	e-mail: mirzas@brturbo.com.br	
3. DADOS SOBRE A PESQUISA		
Título do projeto: Parque Estadual Serra de Caldas Novas (PESCaN): compreensões de meio ambiente dos visitantes		
Objetivos da pesquisa:		
<u>Principal:</u> Conhecer e analisar a compreensões de meio ambiente que os visitantes da UC PESCaN possuem.		
<u>Específicos:</u> i. Conhecer e analisar os objetivos que levam os visitantes do PESCaN a buscá-lo em seu tempo livre;		

ii. Interpretar o grau de importância e de conhecimento das questões relacionadas à preservação e conservação ambiental dos visitantes do PESCaN; iii. Analisar as compreensões da temática da Educação Ambiental dos visitantes do PESCaN; iv. Investigar e analisar as ações de mudanças de valores e atitudes praticadas pelos visitantes do PESCaN, conforme discurso deles; v. Investigar se as compreensões de meio ambiente dos visitantes se alteram depois de percorrido o passeio; vi. Contribuir com a administração do PESCaN no que concerne ao manejo e qualidade das atividades trabalhadas com os visitantes e à difusão da educação ambiental.
Metodologia: A metodologia utilizada para a realização do presente estudo será delineada com base em dois instrumentos: a pesquisa bibliográfica, que contribuirá na discussão dos assuntos relacionados ao tema proposto e ao objeto de estudo – PESCaN; e a pesquisa de campo, com base na aplicação de questionários aos visitantes do PESCaN, à entrada e saída do Parque. Fotos serão tiradas para compor o projeto de pesquisa e a dissertação.
RELAÇÃO DA EQUIPE DO PROJETO QUE TERÁ ACESSO À UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, DESTACANDO A FUNÇÃO NO PROJETO
Nome: Andrei Severino Ferreira da Silva Função no projeto: Coordenador; Aplicador de Questionário de Pesquisa; Visita Técnica e Fotografias Telefone de contato/e-mail: (64) 3452-7020 – andrei_severino@hotmail.com (64) 9225-0396 – andrei@semmarioquente.com.br
Nome: Dayane de Jesus Amorim Função no projeto: Aplicadora de Questionário de Pesquisa e Visita Técnica Telefone de contato/e-mail: (64) 3452-7020 – dayane@semmarioquente.com.br
Nome: Ercílio Ferreira de Barros Função no projeto: Visita Técnica Telefone de contato/e-mail: (64) 3452-7020 – ercilio@semmarioquente.com.br
Nome: Genor Batista de Lima Função no projeto: Visita Técnica Telefone de contato/e-mail: (64) 3452-7020 – genor@semmarioquente.com.br
Nome: Laerth Lourenço da Cunha Função no projeto: Aplicadora de Questionário de Pesquisa; Visita Técnica e Fotografias Telefone de contato/e-mail: (64) 3452-7020 – laerth@semmarioquente.com.br
Nome: Ludymila Araújo de Castro Função no projeto: Aplicadora de Questionário de Pesquisa e Visita Técnica Telefone de contato/e-mail: (64) 3452-7020 – ludymila@semmarioquente.com.br
Nome: Márcio Rogério Francisco Função no projeto: Aplicador de Questionário de Pesquisa e Visita Técnica Telefone de contato/e-mail: (64) 3452-7020 – marcio@semmarioquente.com.br
Nome: Valterson Oliveira Silva Função no projeto: Aplicador de Questionário de Pesquisa e Visita Técnica Telefone de contato/e-mail: (64) 3452-7020 – valtersen@semmarioquente.com.br

GUIA DE COLETA DE MATERIAL BIOLÓGICO

COLETAS			
Espécie	Família	Nome Comum da espécie	Especificar Quantidade - Por parte (ex. sangue, pelo, flor, fruto, etc)
(Não haverá coleta de Material Biológico)			

INFORMAÇÕES ADICIONAIS DA PESQUISA
Instituição que utilizará o material coletado: Universidade Estadual de Goiás - UEG Instituição depositária: Universidade Estadual de Goiás - UEG Curador Responsável: Telefone para contato: (62) 3328-1151 O presente pedido de autorização visa: - Autorização para Acesso e Visita Técnica em áreas específicas do PESCaN, como: Mirante (Município de Rio Quente/Rio Quente <i>Resorts</i>); Platô e Rua de Pedra, a título de apreciação, visualização e registro de fotografias; - Acesso a arquivos e documentos digitais e/ou impressos que retratam sobre o PESCaN, como: Histórico do Parque; Livro de Assinatura de Visitantes; Plano de Manejo; Zoneamento; Programa de Educação Ambiental e outros documentos e/ou projetos pertinentes à UC.
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO
Declaro que sou responsável por todas as informações prestadas neste formulário, bem como em cumprir e fazer cumprir com as normas e regulamentos pertinentes às Unidades de Conservação, especificados na Lei do Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC (Lei n.º 14.247/2002) e ao que determina a legislação que regulamenta o acesso ao patrimônio genético de amostras de material biológico. Autorizo o órgão responsável pela Unidade de Conservação a utilizar as informações geradas por este trabalho no manejo técnico da (s) Unidade (s) de Conservação alvo deste trabalho. Comprometo-me em fornecer ao órgão, os dados do tombamento das amostras do material biológico depositados em coleções científicas, duas cópias das publicações científicas originárias desta pesquisa, sendo uma para o acervo documental da Unidade e outra para a biblioteca do órgão, bem como uma cópia do material fotográfico e filmes eventualmente produzidos. Rio Quente/GO, 16/10/2014.  _____ Assinatura 

ANEXOS

ANEXO A – PORTARIA 069/2014 – SEMARH/GO: ZONA DE AMORTECIMENTO DO PESCaN

GOIÂNIA, SEGUNDA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2014
ANO 177 - DIÁRIO OFICIAL/GO Nº 21.803

 **Diário Oficial**

7

CONSIDERANDO o que dispõe o Despacho nº 577/2014, da Procuradoria Geral do Estado – PGE, anexado ao processo nº 201300005008918.

RESOLVE:

Art. 1º - A concessão de diárias e de transporte, bem como a indenização de transporte, a servidores da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH, obedecerão às disposições do Decreto nº 7.141/2010 e alteração introduzida pelo Decreto nº 7.707/2012 e Portaria 159/12- SEGPLAN.

Art. 2º - Ao servidor da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, que, a serviço, temporariamente, se deslocar da sede da unidade administrativa de sua lotação ou exercício, será concedida, além do transporte, diária em valor pecuniário destinada ao pagamento de despesa com alimentação e hospedagem, atendido o seguinte:

I – entende-se por sede, para os fins desta Portaria, o local onde o servidor tem exercício habitualmente;

II – considera-se como trajeto de deslocamento a serviço o compreendido entre a residência do servidor ou a sede da repartição de seu exercício habitual e o local de destino onde deva exercer a atividade objeto desse deslocamento, nele se incluindo os traslados para alimentação, repouso e exercício de atividades, bem como o retorno à sua sede ou residência;

III – a administração disponibilizará o transporte necessário ao deslocamento, por intermédio dos veículos de que dispuser ou, alternativa e complementamente, mediante o fornecimento de bilhetes de passagem, a locação de meios de transporte ou, ainda, a indenização de transporte, consoante as normas dos Decretos 7.141 e 7.707/2012;

IV – nos deslocamentos deverá ser emitida, antecipadamente, pelo chefe imediato, Ordem de Tráfego, que constitui documento indispensável para compor a instrução do procedimento para a concessão de diária e de indenização de transporte. É proibido rasurar a Ordem de Tráfego.

V – O chefe imediato é responsável pela verificação dos resultados da viagem, pelo destino, bem como se foram obedecidos os itinerários, sob pena de co-responsabilidade por eventuais desvios.

VI – os deslocamentos dos servidores da sede da unidade administrativa deverão ser iniciados até às 10:00hs. Para início após as 10:00 hs, é obrigatório justificativa do Superintendente da Área solicitante.

VII – os gerentes deverão planejar os deslocamentos incluindo na mesma Ordem de Tráfego objetivos que podem ser encaminhados na mesma viagem.

VIII – o deslocamento a serviço de viagem a outra unidade da Federação, dependerá da autorização do Titular da Pasta, na ordem de tráfego ou em outro documento.

IX – independe de autorização a realização de viagem empreendida pelo próprio titular do órgão ou entidade, hipótese em que, para fins dos procedimentos relativos à concessão de diária e indenização de transporte, cabe ao respectivo substituto legal, assim definido no art. 16 da Lei nº 16.272, de 30 de maio de 2008, revogada pela Lei nº 17.257/2011, a expedição da documentação exigida, inclusive a de natureza orçamentária e financeira.

Art. 3º - Os valores a serem pagos, a título de diária, serão os previstos no anexo I e II do Decreto nº 7.707, de 30 de agosto de 2012 e obedecerão às seguintes condições:

I – Nos casos em que não houver o pernoite ou a administração tenha fornecido a hospedagem através de contrato com agência de viagem, a diária a ser paga será reduzida em 50% (cinquenta por cento) e destinar-se-á ao pagamento de alimentação;

II – Nos casos em que a atividade exija a permanência continuada do servidor e pernoite sem que a administração tenha fornecido a hospedagem através de contrato com agência de viagem a diária será paga pelo seu valor integral;

III – Para a Região Metropolitana de Goiânia, conforme relação de municípios constantes do anexo II do decreto nº 7.707, de 30 de agosto de 2012, aos servidores com lotação ou exercício na Capital, o valor da diária será reduzido em 75% (setenta e cinco por cento) daquele constante da tabela do anexo I;

IV – Nos casos em que a atividade exija a permanência continuada do servidor em regime de plantão, com o servidor pernoitando no local, a diária será paga pelo seu valor integral;

Art. 4º - É vedada concessão de diária:

I – durante o período de trânsito motivado por mudança e instalação em nova sede na qual o servidor passe a ter exercício;

II – nos casos de afastamento a pedido do servidor, especialmente para frequentar cursos de formação, capacitação, especialização, aperfeiçoamento ou seus equivalentes;

III – quando o deslocamento constituir exigência permanente do cargo ou função, ressalvadas as situações especificadas nos parágrafos 1º e 2º deste artigo;

IV – quando o órgão fornecer alimentação e hospedagem, mesmo que esse fornecimento seja efetuado por terceiros e os seus custos forem, direta ou indiretamente, assumidos pela administração.

§ 1º - No interesse da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH e dadas a relevância, a peculiaridade e a abrangência territorial do trabalho a ser desenvolvido, poderão ser concedidas diárias de forma contínua, desde que devidamente justificada pelo chefe imediato, ao servidor que se deslocar da sede para o exercício das seguintes atividades:

I – inspeção, auditoria ou fiscalização, sindicância, correção e processo administrativo disciplinar;

II – administrativa financeira ou operacional;

III – treinamento e capacitação de pessoal, representação judicial e extrajudicial e atividades de apoio administrativo às unidades descentralizadas localizadas fora da sede do órgão ou da entidade;

IV – avaliação de bens de interesse da Administração Pública;

V – instalação e manutenção de sistemas, redes, equipamentos, especialmente os elétricos, eletrônicos, de telefonia e de informática, bem como os relacionados com a comunicação de dados, sons, imagens e outras atividades vinculadas à tecnologia da informação;

VI – acompanhamento técnico-pedagógico.

§ 2º O disposto no § 1º aplica-se, também, ao servidor que atuar diretamente no apoio às atividades nele descritas.

Art. 5º - Os procedimentos para a concessão de diárias atenderão ao seguinte:

I – compete ao secretário conceder diárias ao servidor que lhes seja subordinado;

II – nos processos devem constar, além do ato concessivo expedido pelo titular do órgão ou entidade, dos documentos relativos à execução orçamentária e financeira e da ordem de tráfego a serviço, solicitação/concessão de diária, que será emitida, sempre que possível com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data de início da viagem, conforme modelo aprovado em ato do Secretário de Estado de Gestão e Planejamento, devendo a solicitação/concessão conter:

- informações funcionais do servidor beneficiário;
- Indicação do trajeto a ser percorrido pelo servidor, com indicação de data, local e horário previsto para o deslocamento, incluídos o retorno e a duração presumível do deslocamento;
- Quantidade e valor das diárias a serem concedidas;
- Descrição sucinta das atividades a serem executadas no deslocamento e, se for o caso, referência à identificação e programação do evento do qual participará o servidor;
- A anuência da chefia imediata;

f) Ato do titular do órgão ou da entidade de concessão da diária. III – até o 5º (quinto) dia útil, contado da data de retorno à sede, o servidor deverá apresentar relatório das atividades desenvolvidas durante o deslocamento, contendo, conforme modelo aprovado pelo Secretário de Estado de Gestão e Planejamento, disponibilizado no site oficial da SEGPLAN, que conterá no mínimo, os seguintes:

a) Informações sobre o trajeto, indicando datas, horários e locais de partida, de chegada ao destino e retorno, bem como agenda efetiva das atividades desenvolvidas;

b) Demonstração das diárias percebidas em comparação com as devidas em razão da efetiva duração do deslocamento, informando, quando houver diferença, os valores a perceber ou a restituir.

§ 1º - O relatório referido neste inciso III deste artigo deve ser dirigido ao chefe imediato do servidor, a quem compete conferi-lo e aprová-lo.

§ 2º - Ao relatório devem ser anexados os documentos que comprovem o efetivo deslocamento ao local de destino, nas datas em que ocorreu a viagem, tais como:

I – A ordem de tráfego, devidamente validada pela área responsável do órgão, fechada com horário de saída e chegada e a devida quilometragem;

II – recibo, Notas/ Fiscais, Faturas que poderão ser emitidas ao portador ou em nome do próprio servidor (desde que constem os dados do emitente, nome, endereço e inscrição no cadastro de pessoa física ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);

III – Registro de presença e frequência em eventos;

IV – bilhetes de passagem, dentre outros;

V – Relatório de deslocamento emitido pelo sistema de rastreamento (obrigatório para os deslocamentos em veículos da SEMARH).

VI – Os Superintendentes e gerentes deverão analisar os Relatórios de Deslocamento conferindo-o com o objeto indicado na Ordem de Tráfego.

§ 3º - A não apresentação da documentação no prazo estipulado impedirá o servidor de realizar nova viagem e o mesmo será notificado, com cópia da notificação para ser anexada à sua pasta.

Art. 6º Ao servidor que custear despesas de transporte quando da realização de serviços externos, em razão das atribuições de seu cargo ou função, será concedido indenização de transporte, atendidas as seguintes condições:

I – A indenização se destina ao ressarcimento com transportes custeados pelo servidor, por ocasião de deslocamento autorizado para o exercício de atividades externas, quando a administração não lhe disponibilizar os meios de transporte suficientes para a realização do trajeto necessário ao desempenho das atividades objeto desse deslocamento;

II – Podem ser indenizadas as despesas com transporte comprovadamente realizadas pelo servidor, desde que relacionadas com o trajeto previsto na solicitação de diárias prevista no Decreto nº 7.707/2012, tais como:

- Passagens aéreas, rodoviárias ou de outras modalidades inclusive transporte coletivo (ônibus, trem, metro etc.) de natureza urbana ou metropolitana;
- Serviço de taxi ou outro meio de transporte incluídos pedágio, combustíveis, lubrificantes e outros pequenos gastos relacionados com a manutenção de pneumáticos e reparos elétricos em veículos próprios da administração ou locados.

III – Não serão objeto de indenização ao servidor ou de restituição ao erário eventuais diferenças entre o valor da diária fixado com base nesta Portaria e o da efetiva despesa por ele realizada com hospedagem e alimentação durante o deslocamento.

IV – Os valores percebidos pelo servidor, em casos de viagens não realizadas, o mesmo deve devolver ao erário no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do crédito em conta, devendo encaminhar o documento de depósito bancário comprobatório ao financeiro desta Pasta.

Art. 7º - Respondem solidariamente pelos atos praticados em desacordo com o disposto nesta Portaria, as autoridades solicitantes, Gerentes, Superintendente da área e o Ordenador de Despesa ou Superintendência Executiva (SUPEX).

Art. 8º - Fica revogada a Portaria nº 0052/2013, datada de 13 de junho de 2013.

Art. 9º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, CUMpra-SE E Publique-SE.

GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, em Goiânia, aos 21 dias do mês de março de 2014.

Jacqueline Vieira da Silva
Secretaria

ANEXO I

MODALIDADE E VALORES DAS DIÁRIAS		
DIÁRIA	DESTINO E VALOR LIMITE DA DIÁRIA (EM R\$)	
	ESTADO DE GOIÁS	OUTRO ESTADO OU O DISTRITO FEDERAL
INTEGRAL	160,00	320,00

ANEXO II

RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA	
ABADIA DE GOIÁS	
APARECIDA DE GOIÂNIA	
ARAGOIÂNIA	
BELA VISTA DE GOIÁS	
BONFÍNÓPOLIS	
BRAZABRANTES	
CALDAS NOVAS	
CATURAI	
GOIANÁPOLIS	
GOIÂNIA	
GOIANIRA	
GUAPÓ	
HIDROLÂNDIA	
INHUMAS	
NERÓPOLIS	
NOVA VENEZA	
SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS	
SENADOR CANEDO	
TEREZÓPOLIS DE GOIÁS	
TRINDADE	

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-SEMARH PORTARIA Nº 069/2014

Define os limites da Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Serra de Caldas e suas normas específicas de ocupação e o uso dos recursos e dá outras providências.

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, no uso de suas atribuições legais concedidas pelo artigo 40 da Constituição Estadual e demais preceitos legais e regulamentares e.

CONSIDERANDO o artigo 22 da Lei Nº 14.247/2002, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, dispõe que as unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos;

CONSIDERANDO que o § 1º do artigo 22 da Lei Nº 14.247/2002 dispõe que o órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e nos corredores ecológicos de uma unidade de conservação;

CONSIDERANDO que o § 2º do artigo 22 da Lei Nº 14.247/2002 dispõe que os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente;

CONSIDERANDO as legislações municipais de Caldas Novas e Rio Quente que definem e referendam as áreas urbanas consolidadas;

CONSIDERANDO os estudos realizados por grupo de trabalho instituído para definir a zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas – PESCaN que foram aprovados pelo Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas.



coordenadas E 748878,84m N 8024175,81m; deste, segue com azimute de 91°59'26" e distância de 486,61m até o vértice P28, de coordenadas E 749365,16m N 8024158,91m; deste, segue com azimute de 91°59'37" e distância de 1473,49m até o vértice P29, de coordenadas E 750837,76m N 8024107,65m; deste, segue pela faixa de 3000m do limite do parque estadual da Serra de Caldas sentido horário com a distância de 2577,08m até o vértice P30, de coordenadas E 749571,65m N 8021880,75m; deste, segue com azimute de 358°55'25" e distância de 563,96m até o vértice P31, de coordenadas E 749561,06m N 8022444,61m; deste, segue com azimute de 270°40'37" e distância de 769,48m até o vértice P32, de coordenadas E 748771,63m N 8022453,94m; deste, segue com azimute de 180°2'27" e distância de 633,57m até o vértice P33, de coordenadas E 748771,18m N 8021820,37m; deste, segue com azimute de 90°51'15" e distância de 742,94m até o vértice P34, de coordenadas E 749514,04m N 8021809,3m; deste, segue pela faixa de 3000m do limite do parque estadual da Serra de Caldas sentido horário com a distância de 17856,76m até o vértice P35, de coordenadas E 736101,84m N 8028587,12m; deste, segue por estrada vicinal sentido leste com a distância de 420,52m até o vértice P36, de coordenadas E 736500,01m N 8028690,2m; deste, segue por outra estrada vicinal sentido nordeste com a distância de 1002,29m até o vértice P37, de coordenadas E 736999,08m N 8029416,44m; deste, segue com azimute de 177°32'21" e distância de 57,98m até o vértice P38, de coordenadas E 737001,57m N 8029358,5m; deste, segue com azimute de 83°40'32" e distância de 160,59m até o vértice P39, de coordenadas E 737161,19m N 8029376,19m; deste, segue com azimute de 176°31'36" e distância de 49,73m até o vértice P40, de coordenadas E 737164,2m N 8029326,58m; deste, segue com azimute de 83°19'26" e distância de 256,63m até o vértice P41, de coordenadas E 737419,09m N 8029356,35m; deste, segue com azimute de 105°22'34" e distância de 347,97m até o vértice P42, de coordenadas E 737752,95m N 8029258,28m; deste, segue pela faixa de APP de 30m de um córrego sem denominação sentido montante com a distância de 213,71m até o vértice P43, de coordenadas E 737953,02m N 8029214,45m; deste, segue com azimute de 221°27'31" e distância de 561,3m até o vértice P44, de coordenadas E 737581,4m N 8029793,79m; deste, segue com azimute de 121°36'15" e distância de 259,23m até o vértice P45, de coordenadas E 737836,25m N 8028636,98m; deste, segue com azimute de 155°13'52" e distância de 460,12m até o vértice P46, de coordenadas E 738029,02m N 8028219,18m; deste, segue pela faixa de APP de 30m de um córrego sem denominação sentido montante com a distância de 827,18m até o vértice P47, de coordenadas E 738613,92m N 8028747,06m; deste, segue com azimute de 352°12'41" e distância de 79,96m até o vértice P48, de coordenadas E 738503,08m N 8028826,27m; deste, segue com azimute de 63°28'10" e distância de 318,13m até o vértice P49, de coordenadas E 738787,71m N 8028968,37m; deste, segue com azimute de 57°36'57" e distância de 200,06m até o vértice P50, de coordenadas E 738956,68m N 8029075,53m; deste, segue com azimute de 77°14'07" e distância de 673,25m até o vértice P51, de coordenadas E 739111,79m N 8035379,51m; deste, segue com azimute de 299°49'23" e distância de 49,92m até o vértice P52, de coordenadas E 739068,48m N 8035404,33m; deste, segue com azimute de 0°41'8" e distância de 1027,65m até o vértice P53, de coordenadas E 739080,78m N 8035431,91m; deste, segue com azimute de 77°14'07" e distância de 467,46m até o vértice P54, de coordenadas E 739813,4m N 8036440,61m; deste, segue com azimute de 180°57'54" e distância de 770,29m até o vértice P55, de coordenadas E 738600,43m N 8035670,43m; deste, segue com azimute de 300°11'5" e distância de 601,67m até o vértice P56, de coordenadas E 738079,47m N 8035971,46m; deste, segue com azimute de 230°11'45" e distância de 386,1m até o vértice P57, de coordenadas E 738079,47m N 8035724,25m; deste, segue com azimute de 300°11'5" e distância de 2157,1m até o vértice P58, de coordenadas E 736675,37m N 8037495,09m; deste, segue pela faixa de 3000m do limite do parque estadual da Serra de Caldas sentido horário com a distância de 13700,83m até o vértice P59, de coordenadas E 747787,07m N 8039640,39m; deste, segue pela faixa de APP de 30m do Córrego Jacú sentido montante com a distância de 1560,68m até o vértice P60, de coordenadas E 746434,33m N 8039437,94m; deste, segue com azimute de 351°52'9" e distância de 535,79m até o vértice P61, de coordenadas E 746351,35m N 8039967,27m; deste, segue com azimute de 258°20'23" e distância de 149,59m até o vértice P62, de coordenadas E 746204,85m N 8039937,03m; deste, segue com azimute de 167°43'24" e distância de 115,99m até o vértice P63, de coordenadas E 746229,5m N 8039823,69m; deste, segue com azimute de 209°33'54" e distância de 60,03m até o vértice P64, de coordenadas E 746204,81m N 8039780,18m; deste, segue com azimute de 260°19'59" e distância de 951,7m até o vértice P65, de coordenadas E 745266,82m N 8039620,37m; deste, segue com azimute de 144°33'43" e distância de 778,27m até o vértice P66, de coordenadas E 745717,88m N 8038966,28m; deste, segue com azimute de 04°42'35" e distância de 193,49m até o vértice P67, de coordenadas E 747694,67m N 8038823,42m; deste, segue com azimute de 126°43'51" e distância de 155,55m até o vértice P68, de coordenadas E 747819,34m N 8038730,39m; deste, segue com azimute de 228°5'53" e distância de 459,25m até o vértice P69, de coordenadas E 747477,52m N 8038423,68m; deste, segue com azimute de 161°41'2" e distância de 767,69m até o vértice P70, de coordenadas E 747718,77m N 8037694,97m; deste, segue com azimute de 243°30'41" e distância de 102,37m até o vértice P71, de coordenadas E 746827,15m N 8037649,22m; deste, segue com azimute de 269°46'39" e distância de 64,55m até o vértice P72, de coordenadas E 747562,61m N 8037648,97m; deste, segue com azimute de 279°27'2" e distância de 100,02m até o vértice P73, de coordenadas E 747463,94m N 8037665,28m; deste, segue com azimute de 212°1'52" e distância de 104,96m até o vértice P74, de coordenadas E 747408,28m N 8037576,41m; deste, segue com azimute de 197°48" e distância de 129,27m até o vértice P75, de coordenadas E 747370,33m N 8037452,84m; deste, segue com azimute de 235°50'24" e distância de 290,48m até o vértice P76, de coordenadas E 747129,97m N 8037289,73m; deste, segue com azimute de 229°10'36" e distância de 176,59m até o vértice P77, de coordenadas E 746996,34m N 8037174,25m; deste, segue com azimute de 252°9'22" e distância de 131,82m até o vértice P78, de coordenadas E 746870,86m N 8037133,93m; deste, segue com azimute de 240°40'8" e distância de 31,34m até o vértice P79, de coordenadas E 746843,53m N 8037118,54m; deste, segue com azimute de 180°15'28" e distância de 429,82m até o vértice P80, de coordenadas E 746841,6m N 8036688,73m; deste, segue com

azimute de 250°22'49" e distância de 535,51m até o vértice P81, de coordenadas E 746337,18m N 8036508,92m; deste, segue confrontando o limite do Parque Estadual da Serra de Caldas com a distância de 1611,74m até o vértice P82, de coordenadas E 747452,96m N 8035357,37m; deste, segue pela faixa de APP de 30m do Ribeirão de Caldas sentido jusante com a distância de 505,96m até o vértice P83, de coordenadas E 747925,83m N 8035275,30m; deste, segue pela faixa de APP de 30m de um córrego sem denominação sentido montante com a distância de 429,51m até o vértice P84, de coordenadas E 747744,80m N 8034920,51m; deste, segue confrontando com a divisa do Parque Estadual da Serra de Caldas com a distância de 662,68m até o vértice P85, de coordenadas E 747964,66m N 8034309,55m; deste, segue pela faixa de APP de 30m de um córrego sem denominação sentido jusante com a distância de 103,5m até o vértice P86, de coordenadas E 748066,75m N 8034323,12m; deste, segue com azimute de 162°49'4" e distância de 125,64 até o vértice P87, de coordenadas E 748103,87m N 8034203,09m; deste, segue com azimute de 169°6'57" e distância de 47,38 até o vértice P88, de coordenadas E 748172,81m N 8034156,56m; deste, segue com azimute de 96°47'48" e distância de 77,2 até o vértice P1, de coordenadas E 748189,47m N 8034147,43m, ponto inicial da descrição deste Perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como o Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias foram calculados no Plano de Projeção UTM.

- Zona de Amortecimento Descontínua:

Inicia-se a descrição deste Perímetro no vértice P89, de coordenadas E 736753,68m N 8034566,88m; deste, segue confrontando com estrada vicinal com a distância de 397,67m até o vértice P90, de coordenadas E 736430,75m N 8034339,32m; deste, segue com azimute de 339°41'15" e distância de 729,29m até o vértice P91, de coordenadas E 736165,65m N 8035018,73m; deste, segue pela faixa de 3000m do limite do parque estadual da Serra de Caldas sentido horário com a distância de 2324,45m até o vértice P92, de coordenadas E 736569,06m N 8037290,25m; deste, segue com azimute de 143°1'47" e distância de 102,07 até o vértice P93, de coordenadas E 736630,44m N 8037208,7m; deste, segue com azimute de 228°3'8" e distância de 37,47m até o vértice P94, de coordenadas E 736602,57m N 8037153,65m; deste, segue com azimute de 193°52'50" e distância de 420,61m até o vértice P95, de coordenadas E 736501,67m N 8036775,31m; deste, segue com azimute de 170°3'35" e distância de 328,2m até o vértice P96, de coordenadas E 736555,22m N 8036451,51m; deste, segue com azimute de 163°31'41" e distância de 184,93m até o vértice P97, de coordenadas E 736607,65m N 8036274,16m; deste, segue com azimute de 191°45'58" e distância de 63,16m até o vértice P98, de coordenadas E 736594,77m N 8036212,33m; deste, segue com azimute de 125°52'43" e distância de 250,69m até o vértice P99, de coordenadas E 736830,31m N 8036041,96m; deste, segue com azimute de 125°21'11" e distância de 152,67m até o vértice P100, de coordenadas E 736954,84m N 8035953,62m; deste, segue com azimute de 119°19'37" e distância de 122,87m até o vértice P101, de coordenadas E 737061,97m N 8035893,44m; deste, segue contornando estrada vicinal sudoeste com a distância de 674,87m até o vértice P102, de coordenadas E 736728,42m N 8035320,19m; deste, segue contornando estrada vicinal sentido sul com a distância de 753,87m até o vértice P89, de coordenadas E 736753,68m N 8034566,88m, ponto inicial da descrição deste Perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como o Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias foram calculados no Plano de Projeção UTM.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-SEMARH

PORTARIA Nº 070/2014-GAB

A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso II, § 1º do, art. 40 da Constituição Estadual, e CONSIDERANDO a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução dos contratos e convênios firmados pela SEMARH, tendo em vista os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência; e CONSIDERANDO ainda, o que preceitua os artigos 51 a 54 da Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, que impõe à Administração o dever de acompanhar e fiscalizar a execução de seus contratos e convênios;

RESOLVE:

I - DESIGNAR a servidora Adriana da Costa Ataides, matrícula nº 0072688744, Gerente de Planejamento e Tecnologia da Informação, para o exercício da função de Gestora do Contrato nº 041/2013, celebrado entre o ESTADO DE GOIÁS, através da SEMARH e a empresa POSITIVO INFORMATICA S.A. CNPJ sob o nº 81.243.735/0001-48 nos termos do processo nº 201300017001234, cujo contrato é a aquisição de 110 (cento e dez) Micro computadores do Tipo III, no valor de R\$ 267.685,00 (Duzentos e sessenta e sete mil seiscentos e oitenta e cinco reais).

II - Estabelecer que para a consecução dos objetivos propostos neste ato, a servidora ora designada deverá:

- acompanhar a execução e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas no referido contrato;
- observar e fazer cumprir os prazos de sua vigência;
- observar a regularidade das despesas empenhadas, de conformidade com a previsão de pagamento;
- comunicar à autoridade competente, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, a data de expiração da vigência do ajuste e a eventual necessidade de prorrogação.

III - Estabelecer, ainda, que a Gestora ora designada apresentará, quando necessário, à Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças, relatório sobre a execução do ajuste. O relatório deverá conter:

- descrição circunstanciada da execução do contrato;
- eventual descumprimento das cláusulas ajustadas;
- as ocorrências que o Gestor julgar pertinente relatar, ante a possibilidade de interrupção ou suspensão da execução do contrato;
- a necessidade de tomada de decisões que exorbitarem de suas funções.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
DÊ-SE CIÊNCIA. CUMPRAM-SE E PUBLIQUE-SE.
GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, em Goiânia, aos 27 dias do mês de março de 2014.

Jacqueline Vieira da Silva
Secretária

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS – SEMARH

PORTARIA Nº 067/2014-GAB

A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso II, § 1º do, art. 40 da Constituição Estadual, e CONSIDERANDO a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução dos contratos e convênios firmados pela SEMARH, tendo em vista os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência; e CONSIDERANDO ainda, o que preceitua os artigos 51 a 54 da Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, que impõe à Administração o dever de acompanhar e fiscalizar a execução de seus contratos e convênios;

RESOLVE:

I - DESIGNAR a servidora Suzete de Souza dos Santos, Gerente de Apoio Logístico, Operacional e de Suprimentos, Matrícula nº 63323917, para o exercício da função de Gestora do Contrato nº 012/2014, celebrado entre o ESTADO DE GOIÁS, através da SEMARH e WEBER SANDRO SILVA MELO-ME CNPJ sob o nº 311.785.611/0001-09 nos termos do processo nº 201400017000080, cujo contrato é a Contratação de Empresa para serviço de fotocópias e encadernações, no valor de R\$ 6.755,00 (Seis mil setecentos e cinquenta e cinco reais).

II - Estabelecer que para a consecução dos objetivos propostos neste ato, a servidora ora designada deverá:

- acompanhar a execução e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas no referido contrato;
- observar e fazer cumprir os prazos de sua vigência;
- observar a regularidade das despesas empenhadas, de conformidade com a previsão de pagamento;
- comunicar à autoridade competente, com antecedência mínima de 90 (noventa dias) a data de expiração da vigência do ajuste e a eventual necessidade de prorrogação.

III - Estabelecer, ainda, que a Gestora ora designada apresentará, quando necessário, à Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças, relatório sobre a execução do ajuste. O relatório deverá conter:

- descrição circunstanciada da execução do contrato;
- eventual descumprimento das cláusulas ajustadas;
- as ocorrências que o Gestor julgar pertinente relatar, ante a possibilidade de interrupção ou suspensão da execução do contrato;
- a necessidade de tomada de decisões que exorbitarem de suas funções.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
DÊ-SE CIÊNCIA. CUMPRAM-SE E PUBLIQUE-SE.
GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, em Goiânia, aos 21 dias do mês de março de 2014.

Jacqueline Vieira da Silva
Secretária

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

ESTADO DE GOIÁS SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO

O Secretário de Estado da Segurança Pública, no uso de suas atribuições e tendo em vista o requerido da parte interessada, tornam pública a rescisão do contrato temporário de Médico Legista, abaixo relacionado, firmados de acordo com o Edital de Homologação do Resultado Final, publicado no Diário Oficial 21.762 de 29 de janeiro de 2014.

Goiânia, aos 26 dias do mês de março de 2014.

ANEXO ÚNICO

Nº	NOME	CPF	Nº CONTRATO	Nº DIÁRIO OFICIAL	PAZO DE VIGÊNCIA	Rescisão a partir de
01	Paula Menezes S Aquino Ramos	048.540.66-6-79	029/2014	21.791 de 13/03/2014	03 ANOS	25/03/2014

JOAQUIM MESQUITA
Secretário da Segurança Pública

**ANEXO B – PROTOCOLO DO PROCESSO Nº 13584/2014 E PROTOCOLO DO
PROCESSO Nº 126380/2014 – LICENÇA PARA PESQUISA EM UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO – PESCaN**

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE GOIÁS	 GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
PROTOCOLO	
Processo: 13584/2014 Cliente: ANDREI SEVERINO FERREIRA DA SILVA Tipologia: Licença para Pesquisa em Unidade de Conservação Data: 28/08/2014 Empreend.: PARQUE ESTADUAL SERRA DE CALDAS Município: Caldas Novas - GO Arquivo: E=149; P=3; C=5(Arquivo Central)	
	
11ª Avenida nº 1272, Setor Universitário - CEP 74.605-060 - Goiânia - GO Rua 82, Palácio Pedro Ludovico Teixeira - Centro - 74.015-908 - Goiânia - GO	

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE GOIÁS	 GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
PROTOCOLO	
Processo: 16380/2014 Cliente: ANDREI SEVERINO FERREIRA DA SILVA Tipologia: Licença para Pesquisa em Unidade de Conservação Data: 16/10/2014 Empreend.: PARQUE ESTADUAL DA SERRA DE CALDAS Município: Caldas Novas - GO Arquivo: E=151; P=4; C=7(Arquivo Central)	
	
11ª Avenida nº 1272, Setor Universitário - CEP 74.605-060 - Goiânia - GO Rua 82, Palácio Pedro Ludovico Teixeira - Centro - 74.015-908 - Goiânia - GO	

ANEXO C – AUTORIZAÇÃO N° 146/2014 – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA CIENTÍFICA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO – PESCaN



ESTADO DE GOIÁS SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA CIENTÍFICA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

PROCESSO N.º 13584/2014

AUTORIZAÇÃO N.º 146/2014

A SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Federal n.º. 9.985/2000 regulamentada pelo Decreto Federal n.º. 4.340/2 002, Lei Estadual n.º. 14.241/2002 regulamentada pelo Decreto Estadual n.º. 5.899 de 09/02/2004 e Resolução CEMAm n.º 029/2003 concede a presente AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA CIENTÍFICA, nas condições especificadas abaixo.

1. REQUERENTE: ANDREI SEVERINO FERREIRA DA SILVA

- 1.1. RG: 4644962 DGPC-GO CPF: 731.223.511 – 53
 1.2. Endereço: Rua Mato Grosso, esq. c/Avenida Brasil, Piso Inf. da Esplanada Gallery, Sala 08. Bairro: Esplanada UF: GO CEP: 75.695-000
 1.3. Telefone: 64 3452-7020 / 64 92250396 Fax: --
 1.4. Endereço Eletrônico: andrei@semmarioquente.com.br

2. PROJETO DE PESQUISA: Parque Estadual Serra de Caldas novas (PESCaN): compreensões de meio ambiente dos visitantes

- 2.1. Localização da área: Parque Estadual da Serra de Caldas Novas
 2.2. Descrição das atividades: A presente proposta almeja investigar a utilização do Parque Estadual Serra de Caldas Novas (PESCaN), por meio das compreensões do meio ambiente. A metodologia a ser aplicada no estudo utilizará de dois instrumentos. Primeiramente: a pesquisa bibliográfica, que contribuirá e segundo, a pesquisa de campo, onde serão aplicados questionários para os visitantes tanto na entrada quanto na saída do PESCaN, como forma de analisar suas características e compreensões a respeito da sistema ambiental, da prática da educação ambiental e do grau de importância que dão a elas e verificar se estas compreensões se alteram depois de percorrido o passeio.
 2.3. Responsável Técnico: Mirza Seabra Toschi
 2.4. Instituição: Unidade Estadual de Goiás (UEG) 2.5. Área de Atuação: Educação
 2.6. Equipe Técnica:
 - ANDREI SEVERINO FERREIRA DA SILVA – Coordenador da Pesquisa e Aplicador de Questionário de Pesquisa
 - DAYANE DE JESUS AMORIM – Aplicadora de Questionário de Pesquisa
 - LAERTH LOURENÇO DA CUNHA – Aplicador de Questionário de Pesquisa
 - MÁRCIO ROGÉRIO FRANCISCO – Aplicador de Questionário de Pesquisa
 - LUDYMILA ARAÚJO DE CASTRO – Aplicadora de Questionário de Pesquisa

2.7. Cronograma:

Atividades / 2014	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Pesquisas de Campo, Visitas Técnicas, Treinamento dos Aplicadores e Aplicação de Questionários de Pesquisa			X	X
Reformulação e Atualização do Projeto	X			X
Qualificação	X			

Rua 82, Palácio Pedro Ludovico Teixeira – Centro
 Fone: (62) 3201-5150 – Fax: (62)3201-5178
 CEP: 74.015-908 - Goiânia - Go

11ª Avenida nº 1272 – Setor Leste Universitário
 Fone: (62) 3265-1300 – Fax: (62) 3201.6971
 CEP: 74.605-060 - Goiânia – Go

www.sembrgoias.gov.br



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

Revisão bibliográfica e Tabulação dos Resultados	X	X	X	X
Elaboração Escrita da Dissertação		X	X	X
Defesa da Dissertação				X

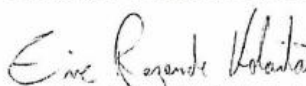
3. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS – OBSERVAÇÕES:

- 3.1. A presente Autorização para Pesquisa Científica em Unidade de Conservação está sendo concedida, com base nas informações constantes do processo e não dispensa e nem substitui, outros alvarás ou certidões exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal;
- 3.2. Os procedimentos de execução do projeto devem respeitar a Resolução CEMAm nº. 029/2003;
- 3.3. Antes do início dos trabalhos de campo o coordenador deve entrar em contato com o Supervisor da Unidade de Conservação para acertar os detalhes da execução (datas e horários de entrada e saída das expedições de campo), para que as atividades possam ser acompanhadas por servidores da SEMARH;
- 3.4. A SEMARH deverá ser comunicada imediatamente, em caso de acidentes que envolvam o Meio Ambiente;
- 3.5. A presente Autorização para Pesquisa Científica em Unidade de Conservação refere-se tão somente aos locais das atividades previstas neste documento;
- 3.6. A SEMARH reserva-se no direito de revogar a presente Autorização no caso de descumprimento de suas condicionantes ou de qualquer dispositivo que fira a legislação ambiental vigente, assim como a omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiem a sua expedição, ou superveniência de graves riscos ambientais e de saúde;
- 3.7. Qualquer ato que venha infringir a legislação ambiental vigente e que não esteja de acordo com as exigências técnicas será de inteira responsabilidade da equipe técnica responsável por este projeto;
- 3.8. Qualquer alteração nos métodos e/ou cronograma apresentados no projeto de pesquisa deverão ser previamente comunicadas à SEMARH, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- 3.9. O coordenador do projeto deverá apresentar o relatório parcial das atividades a cada seis meses, nos termos do art. 8º. da Resolução CEMAm nº. 029/2003. O relatório final das atividades de pesquisa deverá ser entregue à SEMARH em até 3 (três) meses após a sua conclusão. Após a publicação dos resultados do trabalho deverão ser enviadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação, duas cópias de todo o material escrito (relatório técnico, tese, dissertação, artigo ou resumo publicado);
- 3.10. É expressamente proibido qualquer ato lesivo contra a fauna de acordo com a Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998;
- 3.11. Esta autorização poderá ser renovada conforme a Resolução CEMAm nº. 029/2003;
- 3.12. A SEMARH reserva-se no direito de fazer novas exigências caso seja necessário.

4. ANALISTA DO PROCESSO: Laura Fernanda Ferreira Arantes Gonçalves – Assistente Ambiental/GAP/SEMARH

5. VALIDADE DA AUTORIZAÇÃO: 31/12/2014

Goiânia, 18 de setembro de 2014.


Eric Rezende Kolailat
 Gerente de Áreas Protegidas

**ANEXO D – AUTORIZAÇÃO Nº 182/2014 – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA
CIENTÍFICA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO – PESCaN**



**ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS**

AUTORIZAÇÃO Nº 0182/2014

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás por meio da Gerência de Áreas Protegidas, para atender a solicitação do Sr. Andrei Severino Ferreira da Silva localizada na fl. 4 do processo de autorização de pesquisa nº 16380/2014, autoriza a equipe abaixo relacionada a realizar uma visita técnica no Parque Estadual da Serra de Caldas Novas nos seguintes pontos: Mirante (Município de Rio Quente), Platô da Serra e Rua de Pedra, a título de visualização, contemplação e realização de levantamento fotográfico, nas condições descritas nesta Autorização.

Atividade	Visita Técnica, Contemplação e Levantamento Fotográfico do Parque
Local	Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PESCaN)
Período	Conforme Autorização nº 146/2014 – Pesquisa Científica (Processo SEMARH Nº: 13584/2014)
Horários	08:00 as 17:00
Participantes	Responsável: Andrei Severino Ferreira da Silva C.I. Nº 4644962 Órgão Expedidor: DGPC-GO Telefones: 64 34527020 / 92250396 e-mail: andrei_severino@hotmail.com / andrei@semmarioquente.com.br • ANDREI SEVERINO FERREIRA DA SILVA – Coordenador da Pesquisa, Aplicador de Questionário de Pesquisa • DAYANE DE JESUS AMORIM – Aplicadora de Questionário de Pesquisa • LAERTH LOURENÇO DA CUNHA – Aplicador de Questionário de Pesquisa • MÁRCIO ROGÉRIO FRANCISCO – Aplicador de Questionário de Pesquisa • LUDYMILA ARAÚJO DE CASTRO – Aplicadora de Questionário de Pesquisa • VALTERSON OLIVEIRA SILVA – Aplicador de Questionário de Pesquisa • GENOR BATISTA DE LIMA – Aplicador de Questionário de



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

	Pesquisa • ERCÍLIO FERREIRA DE BARROS – Aplicador de Questionário de Pesquisa
Observações	• O acompanhamento da atividade será efetuado por servidores da Gerência de Áreas Protegidas/SEMARH. • As datas, horários e locais da atividade deverão ser previamente agendados com a Administração do Parque. • A presente Autorização é de porte obrigatório durante a realização da atividade. • A observância das normas internas, o comportamento dos participantes e a manutenção da integridade física da área são deveres do responsável pela atividade. • É vedada a captura/coleta de material biológico/mineral de qualquer natureza, de forma que as características da área utilizada devem permanecer inalteradas ao fim da atividade. • Terminado o prazo de permanência solicitado, os locais disponibilizados devem ser entregues à Administração do Parque em perfeitas condições de conservação e limpeza. • A SEMARH deverá ser comunicada imediatamente, em caso de incidentes que envolvam a unidade de conservação; • A presente Autorização refere-se tão somente aos locais das atividades descritos neste documento; • A SEMARH reserva-se no direito de revogar a presente Autorização no caso de descumprimento de suas exigências ou da legislação ambiental vigente, assim como a omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a sua expedição.

O requerente declara que o material fotográfico obtido na atividade não será utilizado comercialmente e se compromete a fornecer à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos cópia de todo o material produzido, o qual poderá ser utilizado em ações educativas, culturais ou científicas relacionadas à conservação da biodiversidade, com os devidos créditos de autoria.

Goiânia, 28 de novembro de 2014.

Eric Rezende Kolailat
Gerente de Áreas Protegidas

Eric Rezende Kolailat
Gerente de Áreas Protegidas

Rua 82, Palácio Pedro Ludovico Teixeira – Centro
 One: (62) 3201-5150 – Fax: (62)3201-5178
 CEP: 74.015-908 - Goiânia - Go

11ª Avenida nº 1272 – Setor Universitário
 Fone: (62) 3265-1300 – Fax: (62) 3201.6971
 CEP: 74.605-060 - Goiânia – Go

www.semarh.goias.gov.br